

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas**

Adriana Coelho Saraiva

**Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois
movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos.**

Brasília, 03 de setembro de 2010

Adriana Coelho Saraiva

Movimentos em Movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Gustavo Lins Ribeiro, no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

Gustavo Lins Ribeiro, Dr. – Ceppac - Antropologia/UnB
(Orientador)

Cristhian Teófilo da Silva, Dr. – Ceppac/UnB
(Examinador Interno)

Sadi Dal Rosso, Dr. - PPGSol/UnB
(Examinador Interno)

Ilse Scherer-Warren, Dra. – PPG/UFCS
(Examinadora Externa)

Janice Tirelli Ponte de Sousa, Dra. – PPG/UFSC
(Examinadora Externa)

Brasília, 03 setembro de 2010.

FICHA CATALOGRÁFICA

SARAIVA, ADRIANA

Movimentos em movimento - uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos.

x, 265p, 210x297 mm (ICS/CEPPAC/UnB, Doutor, Ciências Sociais, 2010).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

1- Movimentos Sociais
2- Autonomismo
5- Anarquismo

3- Direito à cidade
4- Movimentos Sociais Urbanos

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SARAIVA, Adriana (2010). Movimentos em movimento: uma visão comparativa de movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. Tese de Doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 264 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Adriana Coelho Saraiva.

TÍTULO DA TESE: Movimentos em movimento - uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos.

GRAU/ANO: Doutor/2010.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Adriana Saraiva
adrianac@cnpq.br

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um importante ato de reconhecimento e retribuição, mas é também uma tarefa muitas vezes difícil de expressar em palavras.

No âmbito acadêmico, quero agradecer o firme suporte, atenção e paciência de meu orientador, Gustavo Lins Ribeiro. Da mesma maneira, agradeço aos professores do Ceppac, que instigaram, de diferentes formas, minha curiosidade e ânsia de compreender, em especial ao Professor Roberto Cardoso de Oliveira, pelo exemplo e pelo apoio fundamental para o início desse percurso. Ao Professor Cristhian Teófilo da Silva, pelo estímulo e confiança que sempre expressou. Também lembro aqui a Professora Fernanda Sobral, sempre amiga e ao alcance de minhas ansiedades doutorandas, muitas vezes soube instilar-me ânimo e calma. Da mesma forma, a Professora Maria de Lourdes Mollo, por preciosas sugestões. À(o)s colegas de curso, em especial à Juliana, Paola, Regina e Elizabeth, também agradeço pela amizade e troca de experiências que me propiciaram nesse período.

No campo pessoal, quero agradecer aos amigos, por tanta paciência, carinho e espera. À minha família, agradeço por diferentes tipos de apoio e pelo carinho e estímulo que sempre me proporcionam. Ao irmão Francisco Caqui, por conversas e trocas de idéias inspiradoras; aos irmãos e sobrinha, Bruno, Simone e Cecília, por generosamente me acolherem em Washington e por me brindarem com conversas que contribuíram para ampliar meus conhecimentos sobre os Estados Unidos; a Clarissa e Verônica, irmãs queridas, por oferecerem amizade, conforto e apoio incondicionais nos momentos mais difíceis. Aos Tios Clausius e Vilneyde, por sempre se disporem a ajudar. Ao Armando, por conseguir paciência para esperar e a Diogo, pelas trabalhosas transcrições.

Ainda no âmbito familiar quero agradecer ao meu filho Felipe, que me provê com seu carinho e expertise tecnológica, de que tanto necessito. E à minha filha Leila, por me inspirar e me apresentar novas formas de ação e pensamento; por ouvir e acompanhar pacientemente minhas quase infinitas angústias durante esse caminhar; por ser, enfim, uma grande companheira de jornada. Também ao Cled, meu genro, quero demonstrar minha gratidão por todas as horas de conversas e explicações com as quais me apresentou os anarcopunks e outros movimentos autônomos; e aos demais e queridos sobrinhos, por diferentes apoios. Não posso esquecer, aqui, meu imenso agradecimento a meu pai, figura amada de intelectual sólido e íntegro, que será sempre

uma inspiração e uma saudade para mim. E à minha mãe, por fim, eterno iluminar, também agradeço pela paixão combativa – quase obstinação - que me ensinou a buscar a realização daquilo a que me determino.

Quero, finalmente, agradecer aos movimentos sociais que se constituíram em personagens centrais dessa empreitada. Nos Estados Unidos, a todos aqueles que, com boa vontade, se dispuseram a ser entrevistados, a darem dicas, explicações, indicações, tudo que pudesse contribuir para a ampliação de meus conhecimentos sobre a realidade americana. Meu agradecimento especial aos jovens ativistas do *Baltimore Algebra Project*, que tão gentilmente se dispuseram a ser ‘meus sujeitos de pesquisa americanos’.

No Brasil, como não poderia deixar de ser, o meu profundo agradecimento aos militantes/ativistas do MPL e da Convergência de Grupos Autônomos. Por sua confiança e entrega; pela permanente paciência em me esclarecer sobre tantos e tão variados aspectos; pela forma como souberam ultrapassar barreiras naturais devidas ao fato de ser uma ‘mãe de ativista’; enfim, pela amizade que sempre recebi de todos e por ter tido a oportunidade de aprender novas formas do pensar-fazer político. Espero retribuir, pelo menos parte do que recebi dos dois movimentos sociais a que me dediquei nessa tese, com uma tradução e interpretação que faça jus à forma solidária e generosa com que atuam em suas sociedades.

Finalmente, agradeço ao CNPq por me ter possibilitado a oportunidade de embarcar na grande aventura que é a construção do conhecimento. A todos, a minha profunda gratidão.

RESUMO

Esta tese está centrada na observação e compreensão de movimentos sociais juvenis urbanos da contemporaneidade que adotam uma perspectiva radical de luta social. Para isso, apoiou-se em uma pesquisa etnográfica sobre o Movimento Passe Livre–DF – um movimento que foca sua luta na questão dos transportes e na concepção do direito à cidade – comparando-o com o movimento estadunidense *Baltimore Algebra Project*, um ‘programa- movimento’, concebido por um ex-ativista da luta por direitos civis, voltado para a educação pública de qualidade e com foco na questão identitária negra. Em Baltimore, esse programa desenvolveu características radicais, ao enfrentar uma crise fiscal que se abateu sobre a cidade. Enquanto na parte brasileira, foram utilizados os recursos habituais da pesquisa etnográfica, no caso do movimento norte-americano, dado o curto período de tempo para realizar a etnografia, os dados foram complementados por pesquisa documental. Para analisar os movimentos, são recuperadas parte da literatura referente aos Novos Movimentos Sociais, perspectivas teóricas sobre juventude, tecnologias de informação e comunicação e anarquismo. Após dedicar dois capítulos a cada um dos movimentos, onde suas principais características de pensamento e ação são traçadas, procedo à comparação entre os dois, contrastando alguns princípios/mecanismos de funcionamento (não-liderança, processos decisórios e ação direta) e sua concretização na prática de cada movimento; a forma como constituem uma perspectiva ampla a partir de suas lutas aparentemente pontuais – processo que denomino de ‘tema englobante’; a relação dos movimentos com o Estado e a forma como configuram perspectivas de políticas públicas e direitos sociais; e, finalmente, a relação de cada movimento com as tecnologias de informação e comunicação. Dentre as conclusões obtidas por esta pesquisa destacam-se o redimensionamento da noção de ‘especificidade’ dessas lutas, face à ‘perspectiva englobante’ desenvolvida pelos movimentos; a constatação da relativização da noção de autonomia, que varia de acordo com inter-relações entre sujeito, coletivo e circunstâncias (locais, nacionais e globais) de opressão e privação; e as diversas formas de apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos diferentes movimentos. Finalmente, ressalto a percepção de que os movimentos sociais estudados não podem ser compreendidos como movimentos voltados para causas pontuais ou identitárias, pois ampliam suas lutas, agregando diversificadas opressões.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; movimentos sociais juvenis; movimentos sociais autonomistas; direito à cidade; luta pela educação; luta pelo transporte; novas tecnologias de informação e comunicação; novíssimos movimentos sociais; lógica da afinidade pela afinidade.

ABSTRACT

This dissertation is centered on the observation and understanding of contemporary urban youth social movements which adopt a radical perspective of social struggle. In order to do this, an ethnography of the *Movimento Passe Livre DF* – which focuses on the fight for free transportation, based on the idea of the **right to the city** – was conducted. This movement was compared to the US movement Baltimore Algebra Project, conceived by a former civil rights movement activist, which works for quality public education with a focus on black identity. In Baltimore, the program developed radical features when it faced the city's fiscal crisis. While in the Brazilian study a full-fledged ethnography was conducted, in the US counterpart, documental research supplemented the data. The analysis of the movements draws from the literature on New Social Movements, theoretical perspectives on youth, information and communication technologies and anarchism. Initially, each movement's main lines of thought and action are described. A comparison of the the two movements follows, contrasting principles and operational mechanisms (non-leadership, decision-making processes and direct action) and how such principles play out in practice; the emergence of broad perspectives (comprehensive themes) from apparently punctual issues and the relation of the movements with the State and the manner in which they develop public policy and social rights approaches. Finally, the relations of each movement with information and communication technologies are analysed. In the conclusions we can highlight a reconceptualization of the notion of movement specificity, considering the comprehensive perspectives they take on; the relativization of the notion of autonomy, which varies with inter-relations between subject, collective and circumstances of oppression and deprivation (local, national and global) and the varied forms of appropriation of information and communication technologies. Finally, I emphasize the perception that these movements cannot be understood as centered on identities or punctual causes inasmuch as they broaden their struggles to address multiple oppressions.

Key words: Urban Social Movements; Youth Social Moments; Autonomous Social Movements; Right to the City; Struggle for Education; Struggle for public transportation; New Informational Technologies; Newest Social Movements; Affinity for affinity logic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – NOTAS SOBRE UMA PESQUISA COMPARATIVA EM MOVIMENTOS SOCIAIS	1
I- CAPÍTULO	
MONTANDO O CALEIDOSCÓPIO: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA - QUE MOVIMENTOS SÃO ESSES?	8
1.1 Problematizando a Literatura	8
1.2 Novos Movimentos Sociais – debates antes durante e após os Movimentos Anti-Globalização	9
1.3 A Juventude e os Movimentos Sociais	17
1.4 As Novas Tecnologias de Comunicação, as Redes e os Movimentos Sociais	20
1.5 Considerações Metodológicas sobre uma comparação etnográfica..	23
II- CAPÍTULO	
MONTANDO O CALEIDOSCÓPIO (II): CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - HISTÓRIA E RAÍZES DOS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS CONTEMPORÂNEOS	28
1.1 Os Movimentos Globais	28
1.2 Um Pouco Mais das Raízes Históricas: Um Passeio sobre o Anarquismo	36
III- O MOVIMENTO PASSE LIVRE – MPL: “POR UMA VIDA SEM CATRACAS!”	55
3.1 Brevíssima Contextualização das Lutas Sociais Urbanas no Brasil.	55
3.2 Brasília e os Movimentos Sociais	62
3.3 O Movimento Passe Livre – MPL: histórico	64
3.4 Características e Princípios do MPL	73
3.5 A Identidade dxs ativistas –	79
3.6 O Direito à Cidade: de quem é a cidade?	98
IV- O MOVIMENTO AUTÔNOMO SAI ÀS RUAS BRASILIENSES: “EU PULO A CATRACA SIM!”	103
4.1 Fluidez, Multimilitância e Multiforma, Redes de Movimentos	103
4.2 “Ocupa e Resiste!” – relação intra e inter organizações de diferentes perfis	112
4.3 As ocupações como Rituais	133
V- O <i>ALGEBRA PROJECT</i> – ANTECEDENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO: “O PODER DO POVO VAI FAZER UM MUNDO NOVO” (<i>Black Panthers</i>)	138

5.1	As lutas sociais nos EUA na década de 1960	138
5.2	Uma Breve História de Bob Moses e o SNCC	153
5.3	Alguns comentários sobre o sistema educacional público nos Estados Unidos	158
5.4	Alguns comentários sobre a cidade de Baltimore	159
VI-	O ALGEBRA PROJECT – DE COMO O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES NEGROS SE TRANSFORMA EM MOVIMENTO RADICAL PELA EDUCAÇÃO	
6.1	Criação e estrutura do Programa de acesso à educação	162
6.2	<i>Baltimore Algebra Project</i> : do programa-movimento ao movimento radical pela educação	167
6.3	Alguns princípios que norteiam o BAP	172
6.4	Quem são os ativistas do BAP?	174
VII-	DISCUTINDO OS MOVIMENTOS: O EXERCÍCIO DA COMPARAÇÃO	181
7.1	Como Princípios se Materializam na Prática: visão comparativa dos princípios adotados pelo Movimento Passe Livre e o <i>Baltimore Algebra Project</i>	181
7.1.1	Não Liderança	183
7.1.2	Os Processos Decisórios	189
7.1.3	A Ação Direta	191
7.2	Tema englobante: a construção da crítica à sociedade a partir do ativismo em uma causa específica	199
7.3	Relação com o Estado	203
7.4	Políticas Públicas, Direitos Sociais e Ação Política	212
7.5	Os movimentos e suas relações com as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs	219
VIII-	CONCLUSÃO: “SEJAMOS REALISTAS, QUEIRAMOS O IMPOSSÍVEL!”	234

INTRODUÇÃO:

UMA PESQUISA COMPARATIVA EM MOVIMENTOS SOCIAIS

“Teoria é quando nada funciona e todo mundo sabe por quê. Prática é quando tudo funciona e ninguém sabe por que. Aqui, onde juntamos teoria e prática, nada funciona e ninguém sabe por quê.”

(ditado argentino utilizado por uma militante do MPL, ao gracejar, dizendo lembrar-lhe o movimento).

Desde meados da década de 1970, tem-se tratado das transformações nas formas da ação social coletiva ocorridas, principalmente, na Europa e América do Norte, a partir da década de 1960. Na América Latina, e no Brasil em particular, esses processos se deram em meio a cenários de crescente militarização dos governos (também ocorridos durante a década de 1960) e, posteriormente, de redemocratização, o que resultou em algumas características específicas desses movimentos, bem como no embaçamento de traços que poderiam ser vistos como comuns àqueles vigentes entre os movimentos sociais contemporâneos do hemisfério norte. Já a partir do final dos anos 1980 e decorrer dos anos 90, foi possível observar transformações significativas no cenário global de movimentação social. Articulada com a idéia do ‘fim da história’ e ‘fim da ideologia’, que marcou especialmente os anos 90, firmou-se a noção de que certa apatia se abateu sobre os movimentos sociais em geral – desligados de ações amplas e/ou partidárias e às voltas com questões específicas, fugazes, pragmáticas ou vinculadas à identidade, sobretudo aqueles compostos por jovens, cujo comportamento passou a ser caracterizado como cada vez mais individualista.

O Movimento Passe Livre (MPL) veio, juntamente com outras (inúmeras) ações coletivas similares ocorridas em nível nacional e global, questionar essa suposta apatia política. Entretanto, a especificidade de suas ações, o processo original de construção de suas concepções e práticas, bem como sua diferenciação em relação aos movimentos antecessores – tanto os de classe quanto os exclusivamente identitários – apontam o

desafio de compreender melhor que movimentos são esses, quais as suas características, como se articulam entre si e com a sociedade, seja no plano onde ocorrem, como no plano global, e qual o papel desempenhado pelas novas tecnologias de comunicação utilizadas nesse processo.

Esta tese pretende contribuir para a compreensão dos processos políticos da atualidade, bem como para a reflexão dos próprios grupos, no sentido de, juntamente com seus integrantes, desvendar caminhos, perspectivas e subjetividades neles envolvidas. O exame comparativo de movimentos de jovens no Brasil e nos Estados Unidos pode permitir uma percepção mais ampla das similaridades e diferenças de um fenômeno atual e global. Confrontá-los a partir dos diferentes contextos sócio-culturais e políticos em que ocorrem pode contribuir para desnudar complexas relações entre o local e global, entre o passado e o presente que caracterizam as concepções e práticas políticas contemporâneas. Essa tese está, portanto, orientada para refletir sobre o que chamo de radicalidade política da juventude nos anos 2.000.

Não se trata de utilizar acriticamente teorias elaboradas no exterior para a análise de movimentos sociais latino-americanos, fato corretamente criticado por Maria da Glória Gohn (2005), entre outros autores. Entretanto, como Richard Day (2006) trata de um fenômeno com características globais, considero interessante elencá-lo como referência para o exame dos movimentos em foco. Por ativismo radical entendo, com base na compreensão deste autor, as tentativas conscientes de alterar, impedir, destruir ou construir alternativas de estruturas, processos, práticas e identidades dominantes. O foco desse ativismo são as lutas que procuram mudar na raiz, buscando tratar não apenas o conteúdo de modos correntes de dominação e exploração, mas também as formas que dão origem a elas. Nesse sentido, significaria, por exemplo, que, mais do que lutar pela igualdade entre homens e mulheres, os ativistas radicais se dedicariam a promover lutas que eliminassem o patriarcalismo em todas as suas formas de expressão. Na concepção de Day (2006), o ativismo radical empurra para além as possibilidades e os limites de uma reforma liberal, sem desconsiderar inteiramente as tentativas de alterar o *status quo*. Por outro lado, esse ativismo também não busca, meramente, um retorno nostálgico aos velhos movimentos de esquerda do século XIX, tampouco uma volta à ‘nova esquerda’:

“Há alguma coisa mais acontecendo aqui, alguma coisa diferente, que tento indicar usando algumas vezes o termo ‘Novíssimos Movimentos Sociais’ para descrever essas correntes nas quais estou mais interessado.” (Day, 2006:5)

Ele chama a atenção para o fato de que compreender pelo que lutam esses movimentos, a favor e contra, é um empreendimento necessário, embora arriscado: há muito desacordo nessa matéria, dentro das comunidades de ativistas e entre elas, e os estudiosos não têm tido maior sorte em encontrar um consenso.

O primeiro sujeito alvo de meu estudo é o Movimento Passe Livre, movimento social autônomo brasileiro que luta pela reestruturação dos transportes públicos urbanos e apresenta características bastante inovadoras frente ao cenário político local e nacional. O segundo, o Algebra Project, um movimento/programa centrado na ação de estudantes negros – os *tutors* – que busca melhorar o nível da educação das populações negras dos Estados Unidos a partir do ensino *peer to peer* de álgebra. Em Baltimore, cidade do estado de Maryland, vizinha a Washington – DC, esse programa adquiriu contornos de um movimento radical ao se lançar na luta pela preservação das verbas destinadas ao programa e cortadas pelas escolas públicas locais a título de economia de recursos.

A escolha do primeiro movimento social não se deu por acaso. Trata-se do movimento que vi esgueirar-se em minha casa, insinuando suas formas, ações e pensamentos, com os quais tinha apenas uma vaga intimidade, ao me fazerem lembrar velhos princípios anarquistas. Foi estranhando as idéias, ações e argumentos que me foram apresentados pouco a pouco em minha vida cotidiana e doméstica que percebi que estava ali algo que merecia uma reflexão mais aprofundada, por ser um exemplo da criatividade que move jovens e movimentos sociais, desafiando o estabelecido, o lugar comum e noções culturais como a de ‘emocracia representativa’ ou ‘política partidária e a partir do voto’ que, de tanto serem repisadas, findam tornando-se a ‘única e pura expressão da verdade’.

Foi a partir da observação da militância/ativismo¹ de minha filha e seus amigos que travei os primeiros contatos com o MPL. E, como ela esteve presente desde o início

¹ No início do movimento, houve um intenso debate quanto ao termo a ser utilizado para definir a ação de seus integrantes no âmbito do MPL: de um lado, muitos defendiam o uso do termo **militância**, por ser este já empregado para designar a ação de uma pessoa em um movimento de cunho político e social, trazendo à mente uma noção de responsabilidade e compromisso; por outro lado, outros integrantes advogavam a utilização do termo **ativismo**, justamente por não ser tão usado no Brasil e, portanto, diferenciar-se dos significados costumeiramente atribuídos ao termo ‘militância’ que denotavam posturas e atitudes das quais se queria afastar. Atualmente, esse debate já não provoca mais os militantes/ativistas do MPL que passaram a usar ambos os termos como sinônimos. Atribuo esse processo à constituição da identidade dos participantes do MPL que agora já se encontra bem definida, sem despertar maiores ansiedades quanto às suas diferenças em relação à ‘militância tradicional’.

do movimento, pude perceber os processos percorridos entre a sua criação, os momentos de auge de suas ações, as crises e reflexões permanentes do grupo. É bem verdade que o fato de ser mãe de uma ativista também proporcionou momentos de estranhamento de minha parte e da parte dos integrantes do movimento. Tivemos eu, minha filha e seus amigos (que também se tornaram meus amigos) que romper com algumas sensações de desconcerto, quando minha relação como mãe ou ‘mãe da amiga’ se confrontava com uma postura mais (equi)distante de pesquisadora. Da mesma forma, ouvi várias vezes comentários como este: “Nossa, nem imagino minha mãe aqui, no meio da gente!” ou “Queria que minha mãe também fosse assim...” Foi também por essa aproximação, tão inquestionável e sólida, que pude contar com a confiança, amizade, boa vontade e muita paciência dos ativistas do MPL. Foi, enfim, graças a essa proximidade que me coloco na fronteira entre aqueles que estudam e que se envolvem com seus sujeitos pesquisados, devendo esse fato ficar claro desde o início desta tese.

No que tange à escolha do segundo grupo, com o qual comparei o MPL, o processo de escolha foi mais complexo, aliás como costuma ser em qualquer pesquisa de campo comparativa. Ao escolher os Estados Unidos como local onde realizaria a comparação, tinha em mente o fato de ter ocorrido nesse país, em Seattle, a primeira e massiva manifestação “antiglobalização”. Estava orientada para pesquisar o *Indymedia*, movimento surgido em 1999, durante a referida manifestação, e exemplar quando se trata da cultura de movimentos autônomos e da utilização dos novos meios de comunicação. Entretanto, a cidade que selecionei como objeto de minha pesquisa foi Washington – DC, que apresentava como ponto adicional de interesse o fato de permitir comparar movimentos sociais em duas capitais: de um lado, a de um país em desenvolvimento do que agora chamam o ‘Sul Global’ – com crescente projeção mundial, inclusive no tocante aos movimentos sociais –; de outro, a capital do país mais rico e poderoso do mundo, ainda que sob intensa crise econômica, no Norte Global.²

Quando comecei a estabelecer contato com militantes da capital estadunidense, pouco antes de minha viagem, foi se aprofundando a percepção de que a realidade de Washington era bastante distinta daquela da capital brasileira. Vários *e-mails* trocados e

² Utilizo a terminologia de ‘Norte e Sul Globais’ em vez de outras já consagradas como 1º e 3º mundos, países periféricos/centrais, países globalizados/globalizadores etc.. Essas terminologias refletem, como chama a atenção Robertson (1990), um particular mapeamento do mundo, do ponto de vista científico e social (e político) – com várias conotações –, procedimento cristalizado a partir da década de 1960, quando começaram a proliferar inúmeros e conflitantes mapas ideológicos e/ou científicos do sistema mundial de sociedades nacionais. Os movimentos sociais têm preferência por essa terminologia que se despoja de alguns parâmetros classificatórios inerentes às anteriores.

entrevistas realizadas, bem como tentativas de contatos com grupos locais, foram me fazendo ver que DC, por ser a capital do Império, uma cidade cara – em que circulam muitos recursos econômicos oriundos de todo tipo de fundações, empresas, *lobbies* etc. – apresentava uma cultura política local bastante peculiar. Nesse sistema, as organizações não governamentais (ONGs) proliferam e os ativistas e organizadores sociais têm uma vida instável e, muitas vezes, provisória. Foi assim que fiquei sabendo que o *Indymedia* local havia se desestruturado há já algum tempo, premido por conflitos internos que não me foram detalhados. Dessa forma, procurei imediatamente estabelecer/reforçar contatos que me propiciassem a identificação de um novo grupo – preferivelmente de jovens – com características básicas similares que pudessem ser interpretadas como uma expressão de radicalidade. Nesse percurso, entrevistei vários ativistas de diferentes grupos/associações/ONGs que muito contribuíram para melhor delinear o cenário de ativismo social de DC, bem como as peculiaridades de vários de seus movimentos. Foi a partir de suas informações e indicações e simultaneamente ao contato com três outros grupos distintos³ que optei por aprofundar minha pesquisa sobre o *Algebra Project*, movimento/programa de luta pela educação, de Baltimore, levando em conta algumas considerações sobre as quais me deterei ao final deste capítulo, quando discutir as questões metodológicas do trabalho.

Cabe ainda tecer um último comentário quanto à realização deste trabalho. Quando escolhi os Estados Unidos como *locus* da pesquisa contrastiva e passei a explorar a área a partir da internet, observando sítios e participando de redes de *e-mail*, percebi que a questão identitária provavelmente faria parte de meu trabalho nesse país. De fato, o que findou por ocorrer foi que – sem que houvesse me proposto originalmente a isso – veio a ser selecionado justamente um grupo para quem a questão identitária é central: os jovens estudantes negros de Baltimore. Como poderemos perceber no decorrer desta tese, vários são os desdobramentos da escolha realizada, que apontam manifestações distintas de radicalidade da juventude, das quais procurarei dar conta da melhor forma possível.

³ Os três outros grupos eram o *Code Pink*, grupo composto basicamente por mulheres que luta contra as guerras protagonizadas pelos Estados Unidos, com grande e espalhafatoso repertório de ações diretas; o *Positive Force*, grupo composto por punks cuja ação se baseia em fazer concertos beneficentes e apoiar comunidades de idosos – geralmente ‘de cor’, nos bairros mais pobres de DC; e o *One DC*, espécie de associação de bairro composta, em sua maioria, por mulheres mais velhas e negras e inserida na coalizção de movimentos *Right to the City*. Cada um desses grupos, por diferentes motivos, fizeram-me pensar que não seriam o par adequado da comparação que pretendia realizar com o MPL.

Por fim, uma das grandes críticas feitas por parte de militantes de movimentos sociais refere-se ao fato de que os pesquisadores, não sendo militantes dos movimentos, raramente conseguem, em suas análises e reflexões, aduzir conhecimentos que interessem diretamente a eles. Este trabalho, a despeito de não ser realizado por uma militante, tem o propósito de contribuir para a compreensão dos processos políticos da atualidade e também de refletir conjuntamente com os próprios movimentos no sentido de desvendar caminhos, perspectivas e subjetividades envolvidas.

Para dar conta dos dois universos pesquisados e realizar a comparação pretendida, estruturei essa tese com a seguinte distribuição em capítulos.

No primeiro capítulo, traço uma contextualização teórica em que resgato parte da vasta literatura sobre movimentos sociais, em especial aqueles denominados ‘novos movimentos sociais’. Discuto suas fases e ciclos, vindo, posteriormente, a discorrer sobre a relação entre juventude e movimentos sociais e o papel das tecnologias de informação e comunicação nesse contexto. Finalizo, tecendo considerações metodológicas sobre a tese.

No segundo capítulo, ainda procurando demarcar o contexto no qual me movimento e buscando traçar um *background* de filiação/inspirações para os movimentos autônomos brasilienses, faço uma breve recuperação da história recente dos movimentos sociais desde a década de 1990, passando pelo levante zapatista e pelos movimentos ‘anti-alter-globalização’. Passo, a seguir, a lançar os olhares sobre a teoria anarquista em geral. Embora reconheça ser esta uma abordagem incompleta, meu objetivo nessa seção é procurar situar o leitor em relação a muitos aspectos e temas que envolvem a compreensão dos sujeitos políticos a que me proponho observar e tratar neste trabalho. Os dois primeiros capítulos desta tese, portanto, se propõem a traçar uma contextualização desses sujeitos, inserindo-os em um período histórico e em uma discussão acadêmica que envolve vários ângulos, indicando o ambiente em que transitaremos na jornada de tradução e compreensão dos movimentos sociais radicais da contemporaneidade.

No terceiro capítulo, apresentarei o Movimento Passe Livre. Após traçar um rápido panorama dos movimentos sociais urbanos no Brasil e em Brasília, me atenho à história do movimento, onde se insere a criação da rede Convergência de Movimentos Autônomos (CGA). Detenho-me, então, sobre algumas características e princípios que norteiam a ação do MPL e volto-me para a elaboração da identidade do ativista autônomo brasiliense. Finalmente, passo a expor a perspectiva de direito à cidade

desenvolvida pelo grupo. No quarto capítulo, ainda focando no Movimento Passe Livre, exploro as características de fluidez e multimilitância que detecto no movimento; descrevo e abordo as estratégias de luta utilizadas por ele, bem como suas relações intergrupos autônomos e com outras organizações políticas. As ocupações realizadas pelo MPL são, assim, tratadas simultaneamente como estratégias políticas e mecanismos rituais.

No quinto capítulo, voltando-me para o movimento social estadunidense, busco delinear um contexto amplo, no qual se possam melhor compreender as especificidades do *Algebra Project*. Assim, no início, recuperando as lutas sociais ocorridas nos Estados Unidos, na década de 1960, por constituir um pano de fundo sobre o qual o *Algebra Project* irá se assentar três décadas depois. Trato, em seguida, da história pessoal do fundador do *Algebra Project*, ao mesmo tempo em que dou pinceladas sobre a questão educacional nos Estados Unidos e sobre a cidade de Baltimore, onde eclodirá, sob uma forma mais radical, em 2004, o movimento que estudo. O sexto capítulo será dedicado a uma descrição mais pormenorizada do ‘programa-movimento’, tanto em sua constituição nacional, como em sua expressão local. Procuro traçar um panorama dos princípios de ação e posições adotados por seus integrantes, bem como características gerais dos ativistas.

No sétimo capítulo, procedo à comparação entre os dois movimentos sujeitos desta pesquisa. Centro minha atenção em como alguns princípios de funcionamento se concretizam na prática (não liderança, processos decisórios e ação direta); passando a comparar, em seguida, a constituição de uma perspectiva ampla pelos movimentos em questão a partir de suas lutas aparentemente pontuais – processo a que denomino ‘tema englobante’. Em seguida, volto-me para a relação dos movimentos com o Estado e a forma como, a partir de suas ações, configuram perspectivas de políticas públicas e direitos sociais. Finalmente, abordo a relação de cada movimento com as tecnologias de informação e comunicação. No oitavo e último capítulo, sintetizo e evidencio as conclusões aduzidas a partir da pesquisa realizada, apontando algumas outras perspectivas de investigação.

CAPÍTULO I

I – MONTANDO O CALEIDOSCÓPIO: QUE MOVIMENTOS SÃO ESSES? – contextualização teórica

1.1 - Problematizando a literatura

Existe uma vasta literatura centrada em diferentes aspectos dos movimentos sociais que dá margem à constituição de paradigmas com diferenças demarcadas. Sendo uma área por excelência interdisciplinar, este tema se converteu em um importante ramo de reflexão tanto na Sociologia quanto na Ciência Política. No que concerne à participação da Antropologia na abordagem do tema, como chama a atenção Edelman (2001), esta tem se dado de forma marginal, refletindo uma divisão de trabalho entre antropólogos, sociólogos e cientistas políticos: os primeiros têm se dedicado mais ao estudo de camponeses, pobres e minorias étnicas ou religiosas, enquanto os temas relacionados à ação coletiva ficariam a cargo dos dois últimos. Apesar da significativa produção acadêmica, muitos autores reconhecem a dificuldade de teorizar sobre o tema (Gohn, 2006 [1997]; Melucci, 1994). Gohn atribui a isso o fato de que “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais, na maioria das vezes, questionando-as e propondo novas formas de organização” (Gohn, 2006:12).

Além disso, vale notar que essa produção teórica com características tão marcantes e diversificadas quanto as que apresentam as abordagens européias, norte-americanas e latino-americanas denota a existência de contextos históricos, políticos e sociais distintos, bem como de movimentos sociais específicos (Gohn 2006:13). Como

adverte a autora, assim como os movimentos se apresentam em ciclos, com ênfases particulares a cada momento histórico, as categorias criadas para análise e os conceitos produzidos também são datados historicamente. É correta sua perspectiva quando afirma que:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. [...] São objetos de estudo permanente (2006:19-20).

1.3 - Novos Movimentos Sociais – debates antes, durante e após os movimentos antiglobalização

Os novos movimentos sociais (NMS) compreendem uma geração deles cujas origens remontam aos anos 1960 e englobam uma série de natureza diversa como feminista, étnica, racial, sexual, ecológica e outros. Tais movimentos implicariam uma ruptura com o padrão tradicional, uma vez que retiram o foco da noção de classe social e lutas de classe e passam a considerar centrais questões de identidade e cultura, sejam étnicas, de gênero, sexualidade ou outras. Como afirma Gohn, o novo sujeito desses movimentos

[...] é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade, e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários (2006: 121).

Uma das marcas desses movimentos é, portanto, a politização dos aspectos cotidianos da vida, sendo os participantes das ações coletivas vistos como atores sociais. De autores como Touraine (1970, 1985, 1999, 2004, entre outros textos), Melucci (1980, 1994, 1996, 2001, entre outros), Offe (1985, 1989, entre outros), Laclau (1980) e Mouffe (1985, entre outros) vieram grandes contribuições para a construção dessa perspectiva ampla e diversificada, descortinando a especificidade dos novos movimentos sociais em face dos movimentos de classe, considerados pela abordagem marxista e tão caros ao continente latino-americano.

A abordagem dos NMS também enfatiza o papel, na cena política, de mais um ator: a sociedade civil. Ela passará a despontar como responsável por grandes conquistas da sociedade. Embora não vise à conquista do poder, os movimentos geram demandas a serem atendidas pelo Estado, propiciando, assim, a instalação de um processo de democratização da sociedade. Especialmente durante a década de 1990, as

organizações não governamentais passaram a assumir um papel determinante, conferindo à ação política um aspecto profissional e pragmático. É o que se convencionou chamar de ‘política de demandas’.

Na perspectiva de Gohn (2006:125), os NMS recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a serem adquiridos – para suas clientelas. Usam a mídia e a organização de atividades de protesto para mobilizar a opinião pública como forma de pressão sobre órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam modificar os valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro da sociedade civil. Acrescentem-se a isso as alterações ocorridas na organização desses movimentos, que passaram a um patamar de demandas mais culturais, tornaram-se mais descentralizados, com menos hierarquias internas e desenvolveram estruturas colegiadas mais participativas, abertas, espontâneas e fluidas. As lideranças, na análise dos NMS, continuaram a ter importância, mas são apreendidas ao atuar em grupo, formando correntes de opiniões. Embora fragmentadas, desposando orientações plurais e às vezes conflitantes, as redes de informação e cooperação constituem-se em mecanismos essenciais para a atuação e desenvolvimento dos movimentos (Castells, 2005a, 2005b, entre outros).

Por outro lado, como destacam Laclau e Mouffe (1985), a participação nos NMS já é uma meta em si, uma vez que as práticas cotidianas dos movimentos incorporam, em sua forma embrionária, as mudanças procuradas. É o que os anarquistas e os próprios ativistas costumam chamar de *prefigurativismo*, ou o que Katsiaficas (2006) observa nos movimentos autônomos feministas italianos entre as décadas de 1970-80 como sendo ‘a política praticada na primeira pessoa’. Na perspectiva deste último, a política de identidade implementada pelos NMS começa com um processo de desbloqueamento das estruturas de dominação que precisa eventualmente resultar na completa desconstrução de identidades e na reformulação como seres humanos autônomos, essencialmente livres de externalidades impostas. Os NMS difundem, assim, o conflito para âmbitos de relações sociais cada vez maiores (Gohn, 2006; Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000; Katsiaficas, 2006).

Num contexto teórico com tais contornos, Touraine se volta para a análise e compreensão dos movimentos sociais do continente latino-americano (*apud* Gadea e Scherer-Warren, 2005). O autor busca desvendar o caráter particular assumido pelos

movimentos sociais nesse continente, que dizem muito do tipo de ‘modernidade’ – ambígua e em constante tensão – que caracteriza, em sua perspectiva, a região.

Mesmo percebendo a racionalização segundo o prisma foucaultiano (como fortalecimento da lógica de integração social e controle do indivíduo sob uma multiplicidade de lógicas de poder), Touraine aponta a presença dos atores sociais, impacientes por seu reconhecimento na condição de sujeitos. Assim, tornar-se-ia compreensível que, em meio a tantas contradições sociais, o primeiro impulso desse sujeito não fosse a superação imediata das contradições, mas, ao contrário, o alívio de seu sofrimento como sujeito desgarrado de uma religião, de uma natureza auto-organizada ou de uma sociedade racional.

Touraine retoma, dessa forma, a inserção do sujeito na modernidade latino-americana: a contínua tensão entre o universo instrumental expresso pelos contornos racionalizadores da sociedade e o universo simbólico traduzido na produção e afirmação dos sujeitos sociais gerará uma demanda por subjetivação, afirmação e reconhecimento dos aspectos culturais das identidades pessoais e sociais. Na perspectiva tourainiana, os movimentos sociais estariam dirigidos ao alívio dessa tensão, assim como para um esforço de subjetivação, visto como a busca de um sujeito por seu reconhecimento como ator social.

No cenário dessa particular modernidade latino-americana, Touraine discute temas como democracia, sujeitos sociais e a própria modernidade. A idéia de democracia do autor extrapola o sentido de um conjunto de garantias institucionais e se configura na luta do sujeito, em sua cultura e liberdade, contra a lógica dominante dos sistemas sociais. Nessa concepção, os sujeitos protegem sua memória e combinam pensamento racional, liberdade pessoal e identidade cultural.

A abordagem tourainiana também considera que a idéia de revolução está para a noção de ‘povo’ (forma pela qual o Estado percebe a sociedade) como a de movimento social está associada à de sujeito, constituindo uma oposição incontornável entre as duas maneiras de pensar e agir (Touraine, 2007:150). Vinculado à sua concepção de sociedade e movimento social, o autor constrói uma noção de democracia que, a seu ver, deve ser capaz de criar espaços para participação cada vez mais perceptíveis e garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo. Assim, a formação de movimentos sociais dependeria muito menos de situações e condições objetivas do que de elementos formadores de atores definidos, ao mesmo tempo, por um determinado conflito social e por uma vontade de participação social. O sujeito social assim

analisado estaria centrado no movimento social, e não na classe social, já que o conceito da última encontraria escassa verificação empírica, não parecendo ter tanta utilidade na compreensão do cenário político e social do continente. O marco de análise tourainiano será, portanto, permeado por uma combinação entre movimento social e as questões próprias da diversidade cultural, entre mobilização e identidade pessoal e cultural; e a constituição do sujeito se daria a partir da mescla entre o universal e o comunitário

Os novos movimentos sociais são também analisados por correntes teóricas diferenciadas, especialmente as norte-americanas, que privilegiam outras perspectivas, tais como os recursos estratégicos e as estruturas de oportunidade. Essas abordagens se pautam em grande parte na ótica proposta por Olson (1965), que se caracteriza por uma rejeição da irracionalidade do indivíduo e uma concepção das ações coletivas como somatório de decisões estratégicas tomadas individualmente. Em outras palavras, uma abordagem pautada pelo individualismo metodológico. Nessa abordagem, a adesão ao grupo se dá mediante incentivos e sanções. Aqui, de diferentes maneiras, são importantes autores como McCarthy e Zald (1973, 1977 e 1996b, entre outros), Gamson (1982 e 2006, entre outros), Tilly (1978, 1984, 1995, entre outros), McAdam (1982, 1994) e Tarrow (1983, 1994, entre outros). Muitas críticas foram tecidas em relação a essa abordagem (veja, especialmente, Gohn, 2006), entre as quais se menciona a não diferenciação entre comportamento convencional e de protesto, a normatização do impacto das ações coletivas, o impacto do individualismo na concepção de sociedade, ou a incapacidade de tais teorias de lidar com questões relacionadas a entusiasmo, espontaneidade, experiências de conversão e sentimentos de solidariedade e compartilhamento (Edelman, 2001).

Fragmentação, localidade, fundamentação em identidade ou objetivos únicos, autonomia e não hierarquização são características que apontam semelhanças, à primeira vista, entre os movimentos sociais alvo deste estudo com a abordagem dos novos movimentos sociais. Como são amplas as características atribuídas a eles, é possível perceber diferenças que tipifiquem uma nova categoria de movimentos atualmente em curso? É bom ressaltar que o próprio tema da ‘novidade’ dos NMS também configura um amplo debate, rico em nuances (veja Gohn, 2006). Alguns especialistas constataam, sob a perspectiva histórica, a existência de continuidades nas concepções/práticas ativistas de uma fase para outra e entre movimentos (Edelman, 2001:297). Por outro lado, autores como Johnston, Laraña e Gusfield sustentam que um dos méritos dessa abordagem é “chamar a atenção para o significado das mudanças

morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo” (1994: 6).

Nesse contexto, Mouffe (1988) julga que a novidade dos NMS deriva de novas formas de subordinação ao capitalismo tardio e sua eclosão resulta da crise da modernidade, focalizando em lutas sobre o simbólico, informacional e cultural. No mesmo sentido, Katsiaficas (2006) identifica na política de identidade a fragmentação do proletariado universal, em uma época em que a velocidade e a mobilidade ocorrem em níveis sem precedentes e em que, sob condições pós-fordistas, a natureza do capital global faz a conquista do poder político nacional se tornar crescentemente supérflua. Na opinião de Gohn, por sua vez, “o novo se refere a muitas coisas, conforme o lugar em que ocorra, mas, em todo caso, significa uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (2006:125).

Do outro lado do espectro, autores que defendem a existência de uma continuidade dos movimentos partem da premissa de que aqueles que caracterizam essa abordagem sempre coexistiram com aqueles considerados ‘tradicionais’, mas foram, paulatina ou drasticamente, absorvidos pelo *mainstream* dos movimentos sociais – ou das abordagens acadêmicas que, antes, priorizavam a noção de classe social. Com relação a essa questão, Edelman (2001) observa que, no intuito de legitimar e forjar novas identidades coletivas, os próprios movimentos feministas, ecologistas, homossexuais e outros buscaram esquecer as histórias de seus antecessores políticos. Para o autor, a formulação dos movimentos sociais por ondas (ou fases) torna-se problemática; pois, ao privilegiar gerações políticas, tende a mascarar variações entre os movimentos e organizações em torno de raça, classe e orientação sexual, tanto quanto entre ondas e pós-ondas. Ainda segundo Edelman, teóricos do processo político não identificaram, em geral, grandes distinções entre ondas ou entre novos e velhos movimentos, mas alguns (especialmente Tilly, 1986) estabeleceram uma ruptura entre as formas defensivas e paroquiais das ações coletivas características da Europa da metade do século XIX e o moderno repertório de reuniões públicas, demonstrações e greves que visam a barganhas com autoridades estabelecidas.

Edelman sugere que alguns dos aspectos aqui analisados levantam questões que só poderiam ser tratadas etnograficamente por uma pesquisa informada historicamente. E acrescenta que a ampliação do campo social gerada pelo aparecimento do ativismo transnacional sugere que os desafios a serem enfrentados serão ainda maiores com a ‘globalização de baixo para cima’ (*globalization from bellow*) e seus múltiplos

repertórios de ações, que combinam elementos pós-modernos (políticas informacionais, cyber-ataques etc.) com outros que reportam às antigas práticas de ação direta do século XIX, embora com audiências mais globais.

Vale destacar a perspectiva delineada por Kling (2000), quando analisa as diversas formas de atuação dos movimentos sociais e os processos identitários a eles vinculados. O autor conduz sua análise aproximando-a dos atores sociais, sugerindo serem as narrativas um poderoso recurso na inserção de significados aos fatos ocasionais da vida diária, bem como às práticas através das quais as pessoas fazem escolhas, modelam ações e criam movimentos sociais. Kling adverte que, embora cada época histórica produza amplas categorias de identidade – algumas delas específicas por regiões e culturas particulares –, verificar-se-ia a coexistência de várias formas de organização em um dado período. Assim, as identidades de classe não são vistas como desdobramento lógico das posições econômicas estruturalmente fixas. Seriam, ao contrário, o resultado de um conjunto de textos reunidos por grupos sociais sob condições de industrialização: tais histórias ajudaram aquelas pessoas a fazer sentido a partir de suas experiências diárias. Ao tratar dos movimentos moldados sob as condições de um capitalismo fundado nas tecnologias de informação e comunicação que conduzem a uma era de complexidade social (Melucci, 1989, *apud* Kling) ou de modernidade tardia (Giddens, 1991), na qual a vida cotidiana é uma experiência significativamente diferente, o autor afirma:

Se a história corrente é um indicador, há pouca razão para se supor que os futuros movimentos sociais vão replicar as dinâmicas da política baseadas em organização partidárias e focalizadas no Estado, como nas eras passadas (Id. *ibid.* 9).

Outras características desse novo contexto ressaltadas pelo autor referem-se à reflexividade dos sujeitos que amplia o espaço da autonomia e da escolha humana, às novas tecnologias, seja no campo da informação/comunicação seja no da biologia, que expandem as arenas de atuação do sujeito, e à descentralização das políticas e seu relacionamento com o indivíduo, bem diferente das políticas relacionadas à modernidade em sua forma industrial – quando as grandes narrativas e questões sociais circunscritas, entre outros fatores, agiram como forças centrípetas para conduzir movimentos unificados em torno de temas comuns.

Os grupos que lutam por autonomia na modernidade tardia são menos institucionalmente conectados por posições econômicas, menos burocráticos, mais desligados do Estado e mais concernentes a questões de comunidade e identidade cultural. São movimentos complexos, politicamente polivalentes e auto-reflexivos. Não mais compartilham um projeto histórico comum. As histórias contadas pelas pessoas são mais privadas, comunitárias e provincianas. Tais

narrativas minam o Estado como uma arena de mudança social e dificultam as possibilidades de políticas públicas redistributivas (id. *ibid.* 11).

Por um lado, a abordagem desenvolvida por Kling levanta questões quanto ao fato de ser o Estado o único agente (se e quando, de fato, o é) de políticas redistributivas, ao passo que ilumina alguns aspectos a serem discutidos neste trabalho no que se refere às narrativas como forma de dar sentido às experiências políticas individuais – em face das condições históricas, econômicas e sócio-culturais específicas em que os movimentos contemporâneos têm lugar –, bem como no que concerne aos desafios que essas formas de organização enfrentam na construção/consecução de seus objetivos. Por outro lado, essa abordagem também dá margem a questionamentos como o desenvolvido por óticas marxistas heterodoxas, como a adotada por Nildo Viana (2008), que aponta, na fragmentação e heterogeneidade, o principal reflexo e fragilidade de movimentos que se espelham na perspectiva pós-estruturalista [como] expressão da reação burguesa, que busca realizar uma contra-revolução cultural preventiva” (Viana, *Caderno de Provocações de Pensamentos Heterodoxos*, 2008:40).

Scherer-Warren (1998), por sua vez, enfocando a questão da estruturação em rede dos movimentos sociais da contemporaneidade, aponta dois tipos de ações coletivas: i) as redes de comunidades virtuais identitárias e ii) as manifestações de massa. Para a autora, a primeira corresponderia à forma como os múltiplos atores específicos dos NMS marcam sua presença e dão continuidade ao movimento no cenário globalizado, com um caráter muito mais próximo das comunidades virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que das formas de organizações coletivas centralizadas. O segundo tipo de ação coletiva seriam respostas ao paradoxo da inclusão-exclusão social, característico da atualidade, alimentando-se do substrato social das redes identitárias e estabelecendo uma espécie de rede das redes para promover seus processos de mobilização.

Ainda no que se refere às redes de comunidades, a autora destaca que os novos movimentos sociais vêm assumindo essa característica de redes sociais complexas, na medida em que: i) são referências simbólicas, de orientação ética e política para sujeitos individuais e coletivos agirem em seus contextos sociais; ii) são canais de solidariedade que se intensificam em circunstâncias conjunturais em que os sujeitos são chamados a apoiar, estratégica ou simbolicamente, iniciativas em face de problemas que afetam o público-alvo do movimento de referência; iii) configuram um enorme conjunto de práticas dispersas com autonomia entre si, com agendas e projetos próprios, mais

abertas a parcerias, intercâmbios e cooperações com sujeitos e associações congêneres ou receptivas a mobilizações em decorrência de afinidade ética ou política; iv) tornam-se referência de uma condição de sujeito e de um lugar de pertencimento eticamente qualificado na sociedade contemporânea, em contraposição a condições sistêmicas de exclusão ou aniquilamento dos sujeitos.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2006[1998]), por sua vez, destacam, ao analisarem os movimentos sociais latino-americanos, uma importante articulação dos conceitos de *política cultural* e *cultura política*. A utilização que esses autores fazem do conceito de política cultural chama a atenção para o laço existente entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica, na medida em que elas expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão *política cultural*, portanto, os autores destacam o processo pelo qual o cultural se torna político – que constitui uma faceta essencial para pensar a ação dos movimentos ora investigados: “A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que implícita ou explicitamente buscam redefinir o poder social” (op.cit. 24-25).

Ao desenvolverem uma abordagem centrada no papel da sociedade civil como uma arena multifacetada da política e como *locus* privilegiado da reforma moral e intelectual da sociedade, Alvarez *et al* adotam uma concepção fortemente centrada no pensamento gramsciano, que, além de alçar a relação entre cultura e política a um patamar de destaque, também coloca, em seu centro constitutivo, a noção de hegemonia. É assim que Dagnino afirma:

A hegemonia, enquanto processo de articulação dos diferentes interesses necessários para construir uma ‘vontade coletiva’ e alcançar um consentimento ativo, é ela mesma um processo de constituição de sujeitos. (...) vou sugerir que essa ênfase na sociedade não implica, como afirmava uma parte da literatura anterior sobre movimentos sociais, uma recusa da institucionalidade política e do Estado, mas, ao contrário implica em uma reivindicação radical de sua transformação (Id. Ibid.:73 e 81).

Se a noção de política cultural – como produção de novos significados políticos – representa um elemento chave na compreensão dos movimentos aqui tratados, há um aspecto, sugerido por Richard Day (op.cit.), divergente desses autores, que acrescenta mais uma faceta ao ‘vitral teórico’ a partir do qual são examinados os sujeitos objeto deste trabalho. Refere-se ele à ênfase na constituição de uma lógica não hegemônica que delineará uma das diferenças cruciais na perspectiva proposta por esse autor.

A partir da análise de movimentos/organizações autônomas⁴, Day observa que as lutas orientadas pela concepção de reforma – incluindo aí tanto as pós-marxistas quanto as multiculturalistas – ao demandarem o reconhecimento de direitos individuais (na forma de leis) a serem concedidos pelo Estado, contribuiriam para o aumento de seu poder hegemônico. Assim, marxistas e liberais fariam por pautar-se por lógicas similares, ao buscarem universalizar ou hegemônizar seus programas políticos em massa, via institucional. Na contramão dessa concepção, Day propõe que uma lógica não hegemônica fundada nos conceitos de *afinidade* e *renovação estrutural* – recuperados de Gustav Landauer e Kropotkin (influentes pensadores anarquistas, sobre os quais se falará a seguir) – está sendo desenvolvida por grupos deste século, uma vez que as táticas dos ‘novíssimos movimentos sociais’ (pós- década de 80), não estão orientadas para permitir que um grupo particular de pessoas refaça um Estado-Nação – ou o mundo – à sua própria imagem e semelhança.

O que é mais interessante sobre os movimentos radicais contemporâneos é que alguns grupos estão quebrando essa armadilha, e operando não hegemonicamente, mas do que contra-hegemonicamente. Eles buscam uma mudança radical, mas não por meio de tomar ou influenciar o poder de Estado, e assim fazendo, desafiam a lógica da hegemonia em seu verdadeiro âmago. Nesse sentido, muitos dos ‘novíssimos movimentos sociais’ não são exatamente o que os sociólogos chamam de movimento social. Há, assim, uma certa ironia no uso que faço desse termo, que ilumina mudanças dos movimentos hegemonicamente orientados para estratégias e táticas não rotuladas, como Indymedia, Reclaim the Streets, Grupos de afinidades em geral, Black, Pink, Yellow blocks (Id. Ibid. 8).

Day considera que algumas tendências da atualidade caracterizam melhor uma definição sociológica de movimento social, exibindo o que o autor identifica como ‘afinidade pela afinidade’, ou seja, relações não universalizantes, não hierárquicas e não coercitivas, baseadas em apoio mútuo e em um comprometimento ético compartilhado.

1.3 - A Juventude e os Movimentos Sociais

Um aspecto importante que se deve considerar quando se abordam os movimentos sociais que constituem o alvo de interesse desta obra é a questão da juventude e sua participação em movimentos sociais. Dessa forma, será feita uma breve

⁴ Day analisa inúmeros exemplos desses movimentos/táticas pautados por práticas comunitárias e não baseados no Estado, mas, ao contrário, fundados em Grupos de Afinidade, tais como IMC (*Independent Media Center* em Vancouver), RTS (*Reclaim the Streets*, em Londres), FNB (*Food not Bombs*, no continente norte-americano), Zapatistas (no México), Assembleistas/ Piqueteiros (na Argentina), guerreiros Mohawk (dentro/contra os EUA, *squatters* (em Londres), LPM (ativistas da África do Sul) entre outros.

discussão sobre o tema. Para Bourdieu (1983), as divisões entre as idades são arbitrárias na medida em que todos são “sempre o jovem ou o velho de alguém” (1983:113). A categoria “jovem”, portanto, seria relacional, ou seja, essa noção só faria sentido no contraste entre os mais novos e mais velhos. Assim, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas, pois os cortes em classes de idade ou gerações teriam uma variação interna e seriam objetos de manipulação. Juventude e velhice, portanto, não seriam dados, mas construções sociais oriundas das ‘lutas’/relações entre jovens e velhos.

De acordo com Pereira (2007), Philippe Ariès (1978) observa ter sido a escola, em fins do século XVII, que proporcionou as condições para a criação das noções de infância e juventude como etapas separadas da vida adulta. Ariès afirma que, na sociedade medieval, o mundo infantil não era separado do adulto, não havendo, portanto, uma fase de transição definida:

A escola substituiu a aprendizagem como educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização (Ariès, 1978:11).

Se foi a escola a principal responsável pelo surgimento das categorias de infância e juventude como se configuram atualmente, pode-se dizer que também ocorre o processo inverso, no qual jovens e crianças estariam recriando seu próprio espaço, com suas novas demandas. Isso porque o isolamento de crianças e jovens permitiu a estes um contato maior entre si e o estabelecimento de redes de sociabilidade juvenis e infantis específicas que passaram a ter a escola como referência. Abre-se, assim, a possibilidade de inverter a função de adestramento e disciplina autoritária da escola. Portanto, a partir do século XVIII e XIX, a juventude passará a ser vista como uma camada que detém certos privilégios, antes da maturidade biológica e social, marcados por maior permissividade.

Nesse contexto, Margulis e Urresti (1996) sugerem um interessante par de conceitos que poderão iluminar aspectos dos processos vividos pelos jovens ativistas nos movimentos que serão enfocados. Trata-se dos conceitos de moratória social e moratória vital. O primeiro refere-se ao período em que os jovens desfrutam dos referidos privilégios, que pode ser maior ou menor de acordo com a classe social a que pertencem. Os jovens de classe social mais popular teriam sua moratória social

diminuída devido ao casamento e/ou trabalho precoces, portanto teriam uma vivência juvenil diversa dos jovens mais abastados. No que tange à *moratória vital*, esta estaria relacionada ao ‘excedente temporal’ e energético que caracterizaria tal período de juventude. “Daí a sensação de invulnerabilidade que caracteriza os jovens, sua sensação de segurança: a morte está longe, é inverossímil, pertence ao mundo dos outros, às gerações que os precederam” (Margulis e Urresti, 1996; apud Pereira, 2007).

Para esses autores, a *moratória social* definiria certa noção de juvenil que se expressaria por determinados aspectos estéticos e configuraria certo privilégio das classes sociais mais abastadas. Já a *moratória vital* se ater a uma noção fática de ser jovem, comum a todas as classes sociais e marcada pela energia do corpo, pela distância da morte etc. Esse tópico será retomado oportunamente.

Outro aspecto relativo ao tema da juventude diz respeito à relação do jovem com a territorialidade. Carles Feixa (2006) chama a atenção para a importância de pensar o território na análise dos grupos juvenis. Em sua perspectiva, a ação dos jovens pode redescobrir territórios urbanos esquecidos ou marginais, dotando-os de novos significados, humanizando praças e ruas, dando-lhes usos imprevistos.

Através das festas, das rotas de ócio, mas também através do grafite e outras manifestações, diversas gerações de jovens têm recuperado espaços públicos que tinham se tornado invisíveis, questionando os discursos dominantes sobre a cidade (Feixa, 2006: 117).

Por outro lado, esse mesmo autor ressalta que a categoria de ‘juventude’ frequentemente serve como uma poderosa metáfora, sinalizando crises sociais amplas, instabilidade e/ou mudanças. Não por acaso os jovens estariam, com muita frequência, vinculados ao debate dentro de movimentos sociais por transformações sociais. Essas noções serão de interesse quando for discutida a relação dos dois grupos analisados, com seus espaços característicos e suas noções de territorialidade que desembocarão em suas perspectivas de luta pelo direito à cidade.

Vale ainda notar o aspecto que relaciona o jovem ao lazer. Para Feixa (2004), a relação da juventude com o tempo livre é um tópico central, enquanto Abramo (1994) aponta o lazer como uma das dimensões mais significativas da vida do jovem, espaço dedicado à sociabilidade e à estruturação de identidades individuais e coletivas. Luís Antônio Groppo (2000), por sua vez, ressalta a importância do lazer para os jovens, que aí encontrariam locais e momentos favoráveis às suas atividades diferenciadas e relativamente autônomas em relação às dos adultos.

Finalmente, cabe ainda mencionar o trabalho de Jeffrey Juris (2006), que estudou a participação dos jovens no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Para esse autor, muitos jovens ativistas antiglobalização que estiveram presentes dentro e no entorno do fórum rejeitavam a categoria ‘juventude’ dada sua conotação paternalista. Dessa forma, Juris observa que, mais do que ‘jovens’ versus ‘velhos’, uma importante clivagem se daria quanto ao conflito entre o que o autor denomina ‘trabalho em rede’ (*Networking*) x ‘lógica de comando’.

Esta última estaria presente em todas as formações tradicionais tais como partidos políticos e sindicatos, baseando-se no recrutamento de novos membros, na construção de estratégias unificadas e na luta por hegemonia. Em contraste, a primeira envolveria a criação de um amplo guarda-chuva de espaços, para o qual os diversos movimentos convergiriam em torno de um pequeno núcleo comum de posições/princípios, preservando sua autonomia e especificidade. Mais do que recrutar novos membros para qualquer organização particular, o objetivo torna-se a expansão horizontal, por meio da conexão com movimentos, organizações e redes já existentes (Juris, 2008:2).

Essa concepção será de grande importância na observação dos dois movimentos analisados, na medida em que apontam suas formas de ação e filiações/genealogias políticas.

1.4 – As Novas Tecnologias de Comunicação, as Redes e os Movimentos Sociais

As novas tecnologias de comunicação têm sido apontadas frequentemente como um dos vetores essenciais que teriam contribuído para a ocorrência das transformações verificadas na ação política contemporânea. Aliadas aos acontecimentos de ordem geopolítica que redesenharam as relações de poder institucional no planeta ao final da década de 1980, as novas tecnologias teriam gerado um ambiente de descentralização de informações e relações, favorecendo a proliferação de novas formas de manifestação, ação e concepção políticas.

Inúmeros autores têm se debruçado sobre o crescimento exponencial do universo das comunicações com o advento da internet e suas potenciais consequências sobre o processo político (veja Van Aelst e Walgrave, 2004). Diante do entusiasmo inicial com os efeitos dos novos meios de comunicação, tem-se questionado, na atualidade, a amplitude do impacto de sua utilização na transformação radical da democracia, bem como na estrutura de poder existente. Por um lado, várias pesquisas têm mostrado, ao contrário, que as pessoas que atuam politicamente na web, já o faziam

(ou fazem), simultaneamente, na ‘vida real’ (Johnson e Kaye, 2000, Norris, 2002), e, de acordo com Bimber (1998), as tecnologias de informação e comunicação (TICs) tendem a beneficiar potencialmente grupos que atuam fora dos limites de instituições ou organizações políticas tradicionais. Van Aelst e Walgrave (op.cit.) afirmam, por outro lado, que há um consenso quanto ao fato de que a nova mídia oferece novas oportunidades para uma ação coletiva internacional, embora não se acredite que tais relações possam ser estáveis e duradouras. Mc. Adam *et al.* (1996b), por sua vez, consideram que a capacidade ampliada de comunicação transnacional não conduz automaticamente a movimentos internacionais. E, ainda sobre esse aspecto, Etzioni e Etzioni (1999) observam que, na formação de um movimento social (transnacional), o encontro pessoal (em manifestações, por exemplo) e a existência de valores compartilhados são elementos necessários para a manutenção e/ou o aprofundamento das relações estabelecidas por meio do computador (veja também, a esse respeito, Ribeiro, 2000 [1998]).

Já Castells (2005: 444) cita Wellman, quando este afirma que a formação de ‘comunidades virtuais’ não precisa se opor, necessariamente, à existência das ‘comunidades físicas’, constituindo universos diferenciados regidos por leis e dinâmicas específicas que interagem com outras formas de comunidades. Castells ressalta que Wellman chama a atenção para a formação de ‘comunidades pessoais’ nas sociedades da modernidade tardia que vão de meia dúzia de amigos íntimos a centenas de laços mais fracos e para o fato de que tanto as comunidades de grupo quanto as comunidades pessoais funcionam tanto *on-line* quanto *off-line*. Nessa perspectiva, Castells observa que as comunidades substituiriam as redes sociais, tornando-se as comunidades locais uma das muitas opções possíveis para a criação e manutenção dessas redes, e a internet, um instrumento adicional para a consecução dessa finalidade. O autor acrescenta que a interação via internet pode ser tanto especializada e funcional quanto ampla e solidária, conforme a interação nas redes amplia seu âmbito de comunicação com o passar do tempo. Castells ainda menciona que a ‘rede’ é especialmente apropriada para a geração de laços fracos e múltiplos, sendo estes especialmente adequados para o fornecimento de informações e oportunidades de baixo custo. Nesse sentido, ressalta:

A internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais, numa sociedade que parece estar passando por uma rápida individualização e ruptura cívica. [...] A internet favorece a expansão e a intensidade dessas centenas de laços fracos, que geram uma camada fundamental de interação social para as pessoas que vivem num mundo tecnologicamente desenvolvido (op.cit: 445).

Castells conclui que as comunidades virtuais, embora sejam consideradas ‘comunidade’, não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas, ou seja, têm sua própria dinâmica:

A Rede é a Rede. Transcendem a distância, a baixo custo, costumam ter natureza assíncronica, combinam a rápida disseminação da comunicação em massa com a penetração da comunicação pessoal, permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais. Ademais, não existem no isolamento de outras formas de sociabilidade (op.cit: 446).

No que tange ao uso político, Castells destaca a utilização da internet, cada vez mais massificada, na difusão de propaganda política institucional, bem como em campanhas partidárias; ao lado disso, aponta a realização de projetos de participação popular. Vale notar sua observação concernente à existência, em Seattle, durante a década de 90, de ativistas comunitários “construindo redes comunitárias com a finalidade de fornecer informações, incentivar o debate entre os cidadãos e confirmar o controle democrático sobre questões ambientais e de política local” (Ibsen: 448).

Isso leva a refletir que talvez não tenha sido obra do acaso o fato de que a rede mundial *Indymedia*, referência indispensável quando se trata de uma rede de informações do ponto de vista dos movimentos sociais radicais no planeta, tenha surgido justamente nessa cidade, ao final da década, quando ocorria a primeira grande manifestação ‘anti-alter-globalização’.

No que concerne à questão do controle, sempre implícita quando se trata do uso da internet, Ribeiro (2000) adverte, com base no caráter ambíguo da tecnologia:

A internet não se ajusta à imagem de um mercado livre, sem controle, ou que responda apenas à manipulação individual. Apesar de que deveríamos explorar a idéia de um controle descentralizado, pode-se argumentar que a rede é controlada por uma hierarquia de ‘conexões’, cujos pontos mais altos localizam-se no estado americano, em agências de segurança e em corporações privadas que caso necessário, podem exercer seu poder eletrônico (Ribeiro, 2000:474).

De fato, o aspecto do controle da rede, tão relegado por seus usuários comuns, reveste-se de relevância e motiva vários receios por parte de muitos dos ativistas que militam em movimentos sociais radicais e utilizam a internet como importante ferramenta.

Gohn (2003 e 2008), por sua vez, também reforça o crescente papel desempenhado pelas TICs (sob a forma de lista de *e-mails*, *blogs*, sítios, celulares, *skype*) tanto nos movimentos anti-alter-globalização quanto nas manifestações promovidas recentemente por estudantes brasileiros⁵, permitindo uma maior articulação

⁵ Referindo-se, no caso às ocupações de reitorias de universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo- USP ou a Universidade de Brasília - UnB, entre outras, ocorridas entre 2007 e 2008.

em rede de ações dispersas e fragmentadas. O uso dessas tecnologias contribuiria decisivamente para o aprofundamento das discussões, deliberações e coordenação das ações projetadas. Tal constatação confirma o observado por Katsiaficas (2006), entre outros, quanto ao poder criativo dos movimentos sociais no uso de novas táticas e apropriação de novas ferramentas de luta.

Por outro lado, se os primeiros estudos relativos ao impacto da internet sobre os movimentos sociais atinham-se a seus efeitos na condição de uma nova forma de comunicação por eles utilizada, estudos mais recentes se reportam a essa tecnologia também como um processo organizacional em si próprio. De acordo com Tarrow:

Está crescendo entre os acadêmicos a suspeita de que a importância da internet vai bem além da comunicação, constituindo uma rede social notavelmente similar a estrutura em formato de rede dos movimentos sociais... desde que muitos movimentos sociais sofrem a falta de uma estrutura consistente e hierarquicamente baseada, esses teóricos parecem dizer que este é apenas um pequeno passo para considerar a internet, em si mesma, como uma forma de organização (Tarrow, 2002:15).

Assim, a internet é também pensada como influenciando e sendo influenciada pelas características do próprio movimento social, sua estrutura, ideologia e escala e conduzindo, entre outras coisas, a modos de organização fluidos e estruturas não hierárquicas. O exame da utilização desses meios pelos movimentos alvos deste estudo, bem como de sua forma peculiar de organizar-se, pode servir como mais uma referência para a reflexão sobre as distintas formas de apropriação dessas tecnologias de comunicação e informação por diferentes movimentos sociais.

1.5 – Considerações Metodológicas

Castells (2005b) afirma que movimentos autônomos forjados no contexto da globalização podem propor diferentes visões alternativas de sociedades baseados na constituição de uma identidade com ênfase em valores diferenciados. Nesta tese são focalizados dois movimentos sociais compostos por jovens, um brasileiro e outro estadunidense, com características radicais, cujas lutas se inserem em uma perspectiva particular de direito à cidade, com diferentes matizes de autonomia, não liderança e horizontalidade.

Concordo com Gohn (2004), Castells (2005), e Scherer-Warren (2005), para quem os movimentos sociais se constituem em redes. Essa idéia também implica uma

opção epistemológica e metodológica que privilegia a ‘integração da diversidade’ (Archer, 1991; apud Scherer-Warren, 2005) em detrimento da concepção de unicidade totalizadora, comum nas interpretações marxistas mais positivistas (Scherer-Warren, 2005). Entretanto, por considerar diferentes expressões de radicalidade política juvenil, no que se refere ao Movimento Passe Livre (MPL/DF), a investigação voltou-se para esse sujeito, ampliando o foco para a Convergência dos Grupos Autônomos (CGA), na medida em que a atuação em rede e a multimilitância do grupo assim a conduziram. As características deste movimento são traçadas mediante a observação e discussão de alguns aspectos de suas ações, bem como a partir do delineamento das referências políticas que inspiram seus ativistas. Da mesma forma, nos Estados Unidos, observou-se a ação do *Baltimore Algebra Project* (BAP), tentando identificar suas inspirações e elaborações/práticas de aspectos similares/correspondentes e traçar um contexto histórico no qual tais lutas se inserem naquele país.

Para a realização dessa pesquisa, adotei uma postura metodológica que considera, a exemplo de Castells (2006), que os movimentos sociais devem ser compreendidos em seus próprios termos, ou seja, suas práticas discursivas desempenham um papel crucial no trabalho sócio-antropológico. Entretanto, a partir da etnografia, da observação participante, das entrevistas realizadas com os membros dos movimentos e de fontes pesquisadas na internet, busquei, sempre que possível, cruzar os valores apreendidos dos discursos (obtidos nas entrevistas, durante o transcurso das reuniões, nas listas de *e-mails*, documentos e filmes disponíveis) com as experiências concretas vivenciadas no grupo, o que compõe um conjunto de observações a partir do qual é possível “examinar o significado associado ao fluxo da experiência” (Feldman-Bianco, 1987:11). Essa perspectiva favorece, como sugere a autora,

a operacionalização de pesquisas que tem como premissa entender como conjuntos de significados são transmitidos e desenvolvidos e como a ação humana é mediada por um projeto cultural no contexto das complexidades dos processos sociais (Feldman-Bianco, op.cit. 11).

Alguns aspectos, entretanto, devem ser destacados no que se refere à comparação empreendida. Se o objetivo de qualquer trabalho nas Ciências Sociais está voltado para uma compreensão melhor e mais ampliada das inumeráveis formas de construção social humana, é preciso, como explicita Taylor (2000: 165):

recorrer a um gênero de compreensão dos assuntos humanos que estabeleça as formas e os limites de inteligibilidade. Com efeito, boa parte de nossa compreensão é sobremodo inarticulada: é, nesse sentido, uma forma de pré-compreensão. Ela molda nossos juízos sem que nos demos conta disso.

O trabalho do pesquisador, portanto, exige um constante estranhar tanto dos sujeitos que pesquisa como daquilo que se chamaria a sua própria pré-compreensão deles. A par disso, é sabido que esse trabalho (antropológico, sociológico) envolve, em si mesmo, o ato de comparar. Taylor ressalta esse aspecto com propriedade, quando observa que “a outro-compreensão é sempre, de certo modo, comparativa. Isso porque tornamos o outro inteligível por meio de nossa própria compreensão humana” (Taylor, op.cit: 166).

Assim, ao ampliar os termos da comparação que a construção de uma etnografia exige e pretender traçar contrastes entre duas observações de campo, chega-se, invariavelmente, ao que Barth (2000) descreve como “comparar duas ou mais descrições, e não os próprios objetos descritos: fazemos comparações de relatos antropológicos, ou seja, ficções” (op.cit. 189).

Em outras palavras, qualquer comparação desenvolvida nessas áreas envolverá a perspectiva em que as observações foram realizadas, as representações e conceitualizações do pesquisador. Ao que Barth acrescenta: “Devemos, portanto, evitar tanto quanto possível as conceitualizações que reifiquem (as descrições das) culturas e sociedades como itens unitários e separados para compreensão” (Barth, op.cit. 190).

Esse é, portanto, um dos horizontes da empreitada comparativa que este trabalho se dispõe a realizar, ao contrastar o MPL, em Brasília, com o *Algebra Project*, em Baltimore. Para além das dificuldades e complexidades inerentes a qualquer comparação – como foi ressaltado –, trata-se também, como será observado, de um contraste entre um sujeito com o qual mantive uma maior intimidade e convivência, bem como dispus de um grande período de contato e observação; com um outro sujeito - o *Algebra Project* – com o qual o contato foi muito mais limitado, o que acarretou, certamente, em um desequilíbrio relativo à observação participante realizada em ambos os grupos. Para amenizar tal desequilíbrio, busquei ter o maior acesso possível aos documentos sobre o programa, filmes disponíveis no *My Space* e sítios/blogs individuais de alguns dos participantes (*Facebook*). Em suma, trata-se de comparar o material obtido por uma pesquisa etnográfica de longo prazo com uma pesquisa exploratória de um universo mais distante e desconhecido.

O próprio acesso e escolha desse universo, como já acentuado no início deste trabalho, merecem aqui uma nova menção. Ao identificar o desativamento do *Indymedia* em Washington-DC, busquei, imediatamente, um novo grupo para realizar a pretendida comparação. O fato de ter escolhido a cidade de Washington, levando

também em consideração aspectos práticos que facilitariam minha estadia no país por um curto espaço de tempo, conduziu a lidar com dificuldades adicionais para selecionar um grupo/coletivo político com características semelhantes ao movimento estudado no Brasil. Como já mencionado, Washington tem contornos bastante originais, por se tratar da capital dos Estados Unidos, onde a grande circulação de recursos financeiros advindos de *lobbies* e de fundações induz à formação de inúmeras organizações não governamentais com traços bastante específicos e diferenciados dos movimentos/coletivos que pretendia estudar.

No percurso de identificar o novo sujeito da pesquisa, além de participar do evento *The City from Below*, ocorrido em Baltimore, ao final de abril de 2009, no qual incontáveis ativistas de diversos locais do país e do Canadá estiveram presentes, também busquei maior contato com três diferentes grupos sediados em DC, além de vários ativistas/organizadores atuantes em diversos movimentos/grupos. Esse contato, em certa medida, propiciou uma espécie de ‘campo de diversidade’ (Barth, 2000: 193) a partir do qual foi possível traçar um mapeamento mais amplo de grupos ativistas, práticas e pensamentos presentes naquele território.

Foram algumas das características do *Baltimore Algebra Project* que me levaram a escolhê-lo como sujeito: a) tratar-se de um movimento de jovens; b) utilizarem ações diretas em suas lutas/manifestações; e c) apresentarem, entre suas conquistas na cidade, direitos relativos ao transporte, o que colocava o movimento, também por esse motivo, em comunicação com o brasileiro.

Ademais, tanto o Movimento Passe Livre quanto o *Baltimore Algebra Project* são movimentos que se organizam em rede, disseminados nacionalmente. No caso do MPL, desde o III Encontro Nacional do MPL, realizado em julho de 2006, na escola do MST Florestan Fernandes, no interior de São Paulo, ficou definido seu caráter nacional, estruturado de forma federativa, o que assegurou a descentralização, horizontalidade e autonomia dos coletivos locais. Quanto ao *Algebra Project*, tratando-se de um programa de ensino e luta pela educação dos jovens negros das escolas públicas dos Estados Unidos, sua abrangência também é nacional: o programa se estrutura em vários *chapters*, ou coletivos, espalhados pelo país. Certamente, cada um desses movimentos, em cada localidade, apresenta características próprias, que colorem com matizes diferenciados o movimento nacional. Entretanto, nesta pesquisa, foi considerado apenas o coletivo do MPL-DF e o *chapter Baltimore Algebra Project*, de forma a facilitar a comparação interpaíses/ movimentos pretendida.

Além disso, também foi possível reconstituir, sob ângulos diferentes, mas complementares, a história recente dos movimentos sociais nos Estados Unidos. Isso, aliado à leitura de publicações de ativistas norte-americanos concernentes aos movimentos antiglobalização, uma bibliografia mais teórica, focada em movimentos sociais daquele país e intensas buscas na internet, permitiu constituir o pano de fundo a partir do qual foi desenvolvida a pesquisa. Vale citar, também, que foi especialmente pelo acesso aos filmes expostos no sítio de relacionamentos *MySpace* – bem como por meio do sítio do AP, além de respostas recebidas em diálogos travados pelo *Facebook* – que foram obtidas informações adicionais sobre o *Baltimore Algebra Project*, subsidiando as observações de campo e conclusões posteriores e reafirmando, mais uma vez, a importância das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas vitais também no que concerne ao trabalho acadêmico.

Dessa forma, portanto, foi construído o universo de comparação, considerando sempre que, antes de ser um método, a comparação é muito mais uma abordagem ou um exercício que, ao lado das dificuldades já apontadas, também permite – ao (des)focar contrastivamente o olhar – desvendar novos e instigantes aspectos sobre os fenômenos/sujeitos estudados.

II- CAPÍTULO

MONTANDO O CALEIDOSCÓPIO (II): CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS

2.1 - Contextualizando os sujeitos – os movimentos globais

Os anos 1990 foram pródigos em acontecimentos que levaram à percepção de que grandes transformações estavam em curso. No plano econômico, a década trouxe consigo processos globalizados em que o capital, impulsionado pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, reorganizou suas bases e rompeu vários limites antes tão determinados por Estados nacionais. As principais funções produtivas de consumo e circulação passaram a se realizar em escala global, levando a uma expansão do capital há muito não conhecida e o papel do Estado passou a ser considerado mínimo em relação à autonomia imputada ao mercado. Essa década trouxe à baila debates teóricos pertinentes. Expressões como ‘redes’, ‘sociedade informacional’ (Castells, 2005a), ‘capitalismo flexível’ (Harvey, 2005), ‘globalização de mercados’, ‘reestruturação produtiva’, entre outras, passaram a expressar mudanças ocorridas na economia e na sociedade. Concomitantemente, os efeitos na vida social também se fizeram sentir: a globalização e seus impactos passaram a ser amplamente discutidos (Harvey, 2005; Bauman, 1998, 1999; Dowbor, 2002), tanto quanto suas manifestações de fragmentação social, cultural e política (Castells, 2005a e b; Ribeiro, 2000; Ortiz, 1994; Sklair, 1991; Canclini, 2006[1997]; entre muitos outros). Ao lado desses debates, também se instalou uma disputa centrada no questionamento referente a se de fato ocorreu um processo de ruptura histórico, econômico e sócio-cultural, atingindo a totalidade do planeta ou se, ao contrário, o que se deu foi a continuidade de um projeto capitalista global que fez uso da ideologia da globalização e de uma bem orquestrada

campanha midiática – com amplas ressonâncias na produção acadêmica – para legitimar a expansão dos mercados globais e atender aos anseios de consolidação planetária do capitalismo anglo-americano que estaria alcançando seu momento de ápice global (Held e McGrew, 2001; Hirst e Thompson, 2002).

Não é possível esquecer que, por um lado, a década de 90 proporcionou um aprofundamento das diferenças econômico-sociais entre países, regiões e continentes, ampliando dramaticamente a distância entre ricos e pobres. Por outro lado, presenciou-se, nesse período, toda uma rearticulação política planetária que, após o colapso da União Soviética e dos regimes socialistas, resultou na supremacia do poder dos mercados e das ideologias neoliberais. Em contraposição, o período também se caracterizou pela consolidação de novos atores políticos – as organizações não governamentais e a sociedade civil organizada – e por um propalado novo estilo de exercer a política. O decorrer da década de 90 foi marcado, assim, pela predominância de um associativismo baseado em processos de mobilizações pontuais e fragmentados, com uma característica mais operativa, estratégica e fundada na participação cidadã (Gohn, 2004; Scherer-Warren, 2005; Dagnino, 2004[1996]), assim como na formação de uma ‘cidadania planetária’ baseada especialmente na atuação de ONGs (Ribeiro, 2000; Keane, 2003; Gohn, 2004). Mas foi também em meados dessa década, precisamente em 1º de janeiro de 1994, que ocorreu o que viria a se tornar o símbolo e paradigma das insurgências contemporâneas: o levante zapatista.

O zapatismo inaugura o calendário de insurreições da década de 1990, eclodindo no México – nas montanhas Chiapanecas, habitadas por indígenas – não por acaso na mesma data em que entrava em vigor naquele país o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). A partir de sua história peculiar – a insurgência de indígenas acompanhados de alguns poucos guerrilheiros ‘brancos’ armados com velhas espingardas e tomando de assalto seis cidades simultaneamente, em luta contra o Estado nacional mexicano –, o movimento zapatista passou a representar uma nova forma de pensar e fazer política. Aliando ao caráter pluriétnico uma postura que desafiava a arrogância dos movimentos políticos vanguardistas, os zapatistas souberam enxergar a inexequibilidade do projeto inicial de tomada do Estado Mexicano, ao tempo em que iniciaram outro caminho – forjado pelo diálogo com as comunidades indígenas locais – no qual o apoio da sociedade civil mexicana e planetária tornou-se imprescindível para sua sobrevivência como movimento social insurgente (Di Felice e Moñoz, 1998; Gennari, 2002). Vários elementos passaram a agregar-se a esse paradigma com grande

força simbólica: o poder de expressão poético e performático de um de seus insurgentes mais reconhecidos – que se assume como um ‘subcomandante’, ‘que manda, obedecendo’ – associado às ferramentas oferecidas pela comunicação por internet, causou grande impacto no imaginário rebelde do planeta e provocou inúmeras ondas de apoio que asseguraram sua permanência como movimento revolucionário autônomo nas terras mexicanas. Em suma, ao desconstruir velhos arquétipos da ação política ocidental, mesmo que algumas vezes no plano literário e simbólico, o zapatismo tornou-se a nova face da rebelião e insurgência contemporâneas: a propriedade da verdade, a liderança, a hierarquização do movimento e a superioridade dos conhecimentos (científicos) eurocêntricos dão lugar a uma organização com características horizontais baseadas no consenso e ‘no ritmo do mais lento’, na qual a visão de mundo e os conhecimentos indígenas tradicionais passam a ter grande importância. O zapatismo, enfim, ao fazer uso da poderosa arma do lirismo, contaminou a todos que com ele se depararam:

“Este é um movimento profundamente consciente do poder das palavras e dos símbolos”, diz a jornalista e ativista canadense Naomi Klein (2003:275). Para os movimentos que passaram a se espelhar no levante zapatista, seu poder se traduziu nos inúmeros lemas e palavras de ordem constituídos sob sua inspiração: “Por um mundo onde caibam todos os mundos”; “Para todos tudo, para nós nada”; “Abaixo e à esquerda, onde está o coração”; “Caminhar perguntando”; “*Ya basta!*” Esses são alguns dos muitos exemplos produzidos por essa revolução, também das palavras e do imaginário ativista.

Os anos de transição entre os milênios (1999-2002) representaram o ápice de movimentos sociais globais que surpreenderam por seu caráter massivo, inundando as ruas e trazendo, à cena planetária, um repertório de ações diretas com o objetivo de impedir reuniões de organizações multilaterais. Foi então que se difundiu mundialmente a idéia de uma “globalização vinda de baixo” – ‘*globalization from bellow*’ (Appadurai, 2003; Day, 2005; Yuen, Katsiaficas e Burton Rose, 2001).

Esse movimento, que passou a ser conhecido midiaticamente por “Movimento Anti-Globalização”⁶, foi inaugurado simbolicamente em Seattle, em novembro de 1999,

⁶ O termo “anti-globalização” sempre foi questionado pelos ativistas desse movimento, na medida em que, de acordo com eles, não está em jogo uma luta contra a ‘globalização’ mas, contra a ‘globalização’ neo-liberal em curso. Por outro lado, Ribeiro (2006) observa que seria mais apropriado chamar tais movimentos de ‘anti-alter-globalização’, na medida em que tais manifestações reuniriam tanto grupos contra a globalização como aqueles que desejam uma ‘outra globalização’, como seria o caso da ATTAC.

mas tem suas origens, como bem ressalta Ortelado (2008), em diversos países e ações promovidas por diferentes grupos ao longo de várias décadas. Podem-se apontar, de um lado, as ações contra o Acordo Multilateral de Investimento (AMI) promovidas por algumas ONGs e pela ATTAC⁷, na França. Do ponto de vista das ONGs, essa história pode ser traçada a partir do encontro do Rio-92. Nos Estados Unidos, o ativismo ocorrido nos *campi* americanos, nos anos 90, contra as más condições de trabalho, personificadas nas *sweat shops*⁸, bem como o movimento ecológico e antinuclear da década de 80, além dos movimentos contraculturais da década de 60 também podem ser mencionados como antecessores. Na Itália e Alemanha, um conjunto de correntes e práticas desenvolvidas nos anos 70 e 80 – o Autonomia – surgidas a partir do movimento estudantil radical e apartidário (extraparlamentar, na tradição alemã), do movimento feminista e do movimento de ocupações urbanas de jovens e do movimento operário também fazem parte das raízes deste movimento (Katsiaficas, 2006). E, finalmente, na Inglaterra, onde se desenvolveu um movimento autônomo e de ação direta que inclui ocupações urbanas de jovens e o movimento ecológico, com uma participação particularmente importante dos grupos de defesa dos direitos animais, dos quais é exemplo o *Reclaim the Streets*⁹, nos anos 90.

A Ação Global dos Povos, uma rede global contra o livre comércio formada durante o Segundo Encontro Interplanetário contra o Neoliberalismo, promovida pelos zapatistas em Barcelona, em 1997, tem também um lugar de destaque nas origens do Movimento Antiglobalização. Foi em sua primeira reunião, na Suíça, que se optou por uma nova forma de atuação, a realização dos ‘Dias de Ação Global’, descentralizados e distribuídos nos mais variados rincões do planeta. E, para não deixar de mencionar a América do Sul, Hortelão cita os movimentos autônomos de jovens independentes na Argentina e no Brasil que vieram a se consolidar nos anos 90, fruto da politização do movimento *punk* ao final dos anos 80 e das práticas autogestionárias que foram difundindo-se no movimento estudantil, também nesse período. Na Argentina, em 1999, um movimento de jovens “desafiou os tabus da política institucional, promovendo o absenteísmo em massa [nas eleições], num movimento que ficou conhecido como 501” (Ortelado, op.cit: 10). Tratava-se de caravanas de jovens que, utilizando o mote “existe

⁷ Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens ("Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos")

⁸ Que visavam à substituição ou cancelamento dos contratos das universidades com empresas do setor de vestuário cujos produtos eram fabricados no terceiro mundo.

⁹ Movimento de perspectiva anticapitalista que promove, entre outras coisas, raves de rua, com a finalidade de retomar os espaços da cidade para os cidadãos.

política além do voto”, viajavam 501 km, de forma a atender a legislação do país que permitia a não votação justificada a partir de uma distância de 500 km do domicílio eleitoral do votante. Ainda de acordo com Ortelado, foram esses jovens que iniciaram o ‘movimento antiglobalização’ na Argentina, no ano 2000. Quanto ao Brasil, foi também uma coalizão de *punks*, anarquistas e estudantes independentes que promoveu as primeiras manifestações desse tipo no país.

Na opinião de muitos estudiosos e participantes do dito ‘Movimento Antiglobalização’, este se caracterizou muito mais como uma organização simultânea de protestos do que como uma verdadeira articulação entre ONGs, grupos de ação direta e sindicatos. Segundo Ortelado (op. cit.), cada um desses segmentos foi responsável por ações que contribuíram para a realização do megaevento de Seattle:¹⁰

ONGs como *Public Citizen* e *Global Exchange* iniciaram uma campanha mais ou menos articulada contra as políticas da OMC. Da mesma forma, os sindicatos, principalmente aqueles vinculados a AFL-CIO, a federação sindical ‘liberal’ (liberal, no sentido americano, de ‘esquerda’), também prepararam com antecedência uma série de ações de *lobby* e protestos – inclusive em escala internacional. Finalmente, também os grupos de ação direta de jovens, que atuavam em diversas frentes, mas, sobretudo no movimento ecológico, começaram a se reunir numa rede que chamaram DAN (*Direct Action Network*). Um pouco como dissidência das táticas de ação direta da DAN (bloqueios estritamente não violentos) um outro grupo de ação direta foi formado, o *Black Block*, voltado para destruição de propriedades de grandes empresas. Mas, após um longo e desgastante debate, essas duas vertentes dos grupos de ação direta aprenderam a coexistir pela idéia da ‘diversidade de táticas’ (2008:6).

A simultaneidade dessas iniciativas deu o caráter de força do movimento e, sob a alcunha de ‘movimento de movimentos’, gerou manifestações em cadeia por todo o globo, onde quer que ocorressem reuniões ou fóruns de organismos multilaterais.

Os acontecimentos de impacto global que se sucederam – os ataques terroristas de 2001 e as guerras posteriormente declaradas pelos Estados Unidos ao Afeganistão e ao Iraque, além do fortalecimento da repressão aos próprios eventos ‘anti-alter-globalização’ – alteraram drasticamente o cenário de movimentação global, levando-o à redução e quase extinção nos Estados Unidos. Neste país, bem como em vários países do norte global, as manifestações posteriores a setembro de 2001 que conseguiram furar os bloqueios organizados pelos ostensivos e crescentemente agressivos aparatos policiais estatais foram se tornando mais rarefeitas, e os movimentos sociais passaram a centrar suas ações em seus locais de origem, refletindo sobre novas formas de atuação e o enfrentamento dos ‘novos’/velhos inimigos do cenário: as guerras, o combate estatal ao terrorismo e a conquista dos direitos cidadãos (Day, 2005; Epstein, 2004).

¹⁰ Embora, de acordo com o mesmo autor, a divisão em segmentos não seja tão precisa assim, já que se interpenetram com frequência.

O sul global, por sua vez, foi palco de inúmeros desdobramentos sociais e políticos. Mesmo com uma tendência ao refluxo das grandes manifestações verificadas em muitos países do norte global, os fóruns sociais mundiais continuaram a ocorrer – reunindo, posteriormente, de forma descentralizada, em vários países, milhares de ativistas, movimentos sociais e organizações de esquerda – e constituindo-se, na percepção de Ribeiro (2006), em um dos polos construtores de perspectivas mais consistentes ‘de um outro mundo possível’. Por outro lado, inúmeros movimentos sociais convulsionaram o continente sul-americano. As guerras da Água e do Gás, na Bolívia (2000 e 2003), a insurgência popular na Argentina (2001) – com destaque para a atuação de piqueteiros e assembleístas – e as insurgências indígenas no Equador são todos exemplos desses episódios. No Brasil, a proliferação de vários movimentos sociais urbanos e a continuidade das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – fundado em 1984, constituiu, durante a década de 1990, um dos mais fortes, combativos e conhecidos movimentos sociais do país – também marcaram presença ao construir uma crítica e uma prática vigorosas contra o neoliberalismo, principalmente por meio de seu protagonismo no âmbito da *Via Campesina*.¹¹ Essas mobilizações/movimentos sociais, embora tenham ocorrido em um patamar local-nacional apresentavam articulações globais realizadas por meio de sua atuação no âmbito da Ação Global dos Povos (AGP) (em especial no caso do MST e dos cocaleiros da Bolívia) e da atuação do *Indymedia* (CMI), repercutindo seus feitos e inspirando inúmeros ativistas por todo o planeta.

No que toca a uma perspectiva institucional, a chegada ao poder de governantes considerados de diferentes graus/correntes da esquerda, muitos deles lá alçados graças à ação continuada e persistente de movimentos sociais locais/nacionais¹², contribuiu para formar, em países como Argentina, Venezuela, Brasil, Equador, Uruguai e Bolívia, um quadro de diferentes níveis de alterações/permanências políticas e institucionais, com diferentes extensões e significados, inclusive no que concerne aos movimentos sociais,

¹¹ Trata-se de um movimento internacional constituído em 1992, a partir da reunião de vários camponeses da América Central, América do Norte e Europa, cujo objetivo é coordenar organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. De acordo com a Wikipédia, o movimento Via Campesina tem um caráter autônomo e pluralista.

¹² Entre os quais, o emblemático caso da Bolívia, em que o atual presidente, Evo Morales, além de pertencente ao sindicato dos cocaleiros bolivianos, foi participante ativo do Dias de Ação Global dos Povos (AGP).

que passaram a enfrentar novos dilemas no que respeita à sua ação e autonomia.¹³ O México, por sua vez, cenário de lutas autonomistas, desde a eclosão do levante zapatista, no início da década de 1990, também testemunhou a ‘Comuna de Oaxaca’, em 2006/7, que viria a se juntar ao zapatismo como símbolo global da resistência contemporânea.

Por outro lado, o repertório de ações e concepções das mobilizações antiglobalização continuou pairando e servindo de inspiração para variados segmentos de movimentos sociais. As insurgências no continente latino-americano, como as ocorridas em Chiapas e Oaxaca, no México, ou na Argentina, também são exemplos para muitos desses movimentos. O *Indymedia* ou Centro de Mídia Independente (CMI)¹⁴ continuou funcionando em boa parte de seus 150 coletivos formados na primeira metade da década de 2000, ao redor do mundo. E permaneceu fornecendo a visão dos militantes sobre os acontecimentos mundiais. Outros e inúmeros sítios e/ou grupos de ação política que fomentam a produção comunitária e autogestionada da informação vieram se juntar ao *Indymedia*/CMI no cenário do ativismo social.¹⁵ Inúmeros filmes sobre as manifestações (sua organização e a crescente repressão perpetrada pelos aparatos estatais) circularam sob a forma de DVDs ou foram divulgados pela internet. Além disso, muitos jovens que estiveram nessas manifestações continuaram se articulando em grupos, repassando informações e fomentando ações, chegando a provocar, no ponto de vista de Day (2005), uma reprodução quase ‘virótica’ desses movimentos.

Em meados de 2008, instala-se, na economia global, um drástico período de crise econômica e recessão. A economia mundial entra em convulsão, tendo levado as principais potências ao cerne do ‘Katrina financeiro’.¹⁶ Nos Estados Unidos, essa recessão se fez sentir, fortemente, na produção industrial e no sistema de crédito, especialmente o habitacional, provocando uma alta taxa de desemprego no país. A crise também gera uma grande leva de despejos, vindo a atingir especialmente as ‘pessoas de

¹³ Exemplos disso são as relações dos cocaleiros com o governo Evo Morales, na Bolívia, ou do MST com o governo Lula, no Brasil.

¹⁴ Rede de circulação de informações dos ativistas, surgida em 1999, em plena manifestação de Seattle.

¹⁵ Como exemplo, os sítios *Left Turn* e o *Media Mobilizing Project*, nos Estados Unidos. Este último, um autêntico exemplo de como a noção do ‘faça você mesmo’ avança em termos da comunicação no âmbito dos movimentos sociais, na medida em que o grupo se propõe a trabalhar a produção e divulgação dessa informação a partir da própria comunidade, sem qualquer especialização/divisão entre ‘repórteres’ e ‘reportados’.

¹⁶ De acordo com David Harvey, no Fórum Social Mundial de 2008, em Manaus, assim tem sido chamada a crise nos Estados Unidos, devido à sua forte repercussão sobre as camadas pobres e ‘de cor’ do país.

cor' (negros e latinos), mas sem deixar imunes as camadas mais altas da população. Tal situação fez proliferar/fortalecer, por todo território americano, a ação de movimentos que buscavam assegurar ou retomar as habitações para a população, tais como *Take back the land*, *City Life (Vida Urbana)* ou *Movement for Justice in el Barrio (Movimento por Justicia del Barrio)*, grupos de ativistas que buscam evitar o despejo ou reaver as habitações para a população despejada, respectivamente, de Miami, Boston e Harlem - Nova York).

Em Brasília, todo o processo aqui relatado produziu repercussões específicas no Movimento Passe Livre. Desde o início de sua criação/atuação, foi possível perceber a influência do movimento anti-alter-globalização em suas manifestações, idéias, táticas, gestuais, enfim, inspirações. Atualmente, entretanto, o que vem sendo considerado no âmbito do movimento brasiliense é definir quais movimentos constituem, de fato, as referências/influências nessa recente genealogia do movimento autônomo global: se os protestos de Seattle ou a insurgência de Chiapas, sem esquecer o Movimento Piqueteiro argentino.¹⁷ Esse debate pode representar a forma como os ativistas veem a si mesmos neste momento, concedendo-lhes um caráter mais enraizado no local, comunitário e nativo – reforçando a idéia de uma identidade indígena, negra e periférica nos movimentos do sul global.

No que concerne ao *Algebra Project*, de Baltimore – programa político criado por um ex-ativista negro da década de 60, voltado para a educação –, os movimentos antiglobalização não foram citados em nenhum momento das entrevistas coletivas ou conversas travadas individualmente, quando se procurava detectar as inspirações do movimento. Ao contrário, as referências estavam sempre centradas nos movimentos de direito civil estadunidense, nas figuras de Martin Luther King, Malcolm X ou Ângela Davis, entre outros, na atuação dos *Black Panthers*, enfim, na tradição de luta dos negros norte-americanos. Isso, em certa medida, vem reforçar o ponto de vista exposto em alguns depoimentos/análises desenvolvidas por militantes antiglobalização, posteriormente aos eventos, quando foi observada uma grande ausência de pessoas negras (Martinez, 2001; Rajah, 2001). Isso também dirá respeito às afinidades e diferenças encontradas entre essas duas expressões de radicalidade juvenil, constituídas em locais e sobre experiências tão díspares como as aqui comparadas. Ambas, como se

¹⁷ Além destes, também o *Autonomia* italiano, os *Black Panthers* americanos, bem como uma vasta gama de concepções vinculadas aos movimentos/manifestações de 'maio de 68' são também arrolados como fontes de inspiração política.

poderá perceber, trazem distintos arranjos, com ênfase em diferentes elementos que surgem e se diluem ao longo da história dos movimentos sociais. Esse aspecto será devidamente explorado na análise do *Algebra Project*, quando se tratará, em maior profundidade, das fontes inspiradoras e referências que constituem sua identidade política e social, bem como no capítulo em que serão apresentadas as similitudes e diferenças dos dois movimentos.

2.2- Um Pouco Mais de Referências Históricas: Um olhar sobre o Anarquismo

Não é possível compreender os movimentos sociais da atualidade sem se reportar ao anarquismo como um dos vetores essenciais que compõem o seu perfil político-ideológico. Como Richard Day e inúmeros outros autores que reconhecem a presença marcante dessa ideologia nos movimentos sociais contemporâneos, Castells (2005), em seu artigo intitulado Neanarquismo, observa que o anarquismo:

parece gozar de excelente saúde entre os movimentos sociais que brotam por aqui, das profundidades da resistência a uma desordem global cada vez mais destrutiva. Basta seguir os debates, presenciais ou por internet, no movimento contra a globalização capitalista, para constatar a presença dominante dos temas anarquistas de auto-organização e de oposição a qualquer forma de Estado ("¡que se vayan todos!"). E, mesmo que os intelectuais da velha esquerda, sobretudo na América Latina, ainda se coloquem no pódio das arengas midiáticas do movimento, as simpatias majoritárias vão para formas apenas organizadas e geralmente autogestionadas da mobilização e do debate, como era evidente no último Fórum Social Mundial em Porto Alegre. (<http://www.edicionessimbioticas.info/spip.php?article969>, acessado em 8/5/2008)

Da mesma forma, o antropólogo americano David Graeber (2002), em seu artigo *The New Anarchist*, chama a atenção para o fato de que:

a maior parte da energia criativa da política radical vem agora do anarquismo – uma tradição que vinha sendo até há pouco ignorada – (...) considerar seriamente este movimento, também significará, necessariamente, um engajamento com respeito ao tema (...). A noção de ação direta - com sua consequente rejeição de uma política que apela a governantes para modificar seus comportamentos, em favor de uma intervenção física contra o poder de estado, em uma forma que, nela mesma, prefigure uma alternativa – tudo isso emerge diretamente da tradição libertária. O anarquismo é o coração do movimento, sua alma; a fonte de tudo o que é novo e que traz esperança a esse respeito (<http://www.newleftreview.org/?getpdf=NLR24704&pdflang=en>, acessado em 8/5/2008).

Ainda de acordo com Graeber e Grubacic¹⁸:

Está ficando cada vez mais claro que a era da revolução não acabou. Está ficando igualmente claro que o movimento global revolucionário do século XXI será um que tem sua origem muito menos na tradição do marxismo, ou mesmo do socialismo estritamente definido, e sim, no anarquismo.

¹⁸ Andrej Grubacic, sociólogo e historiador, é teórico e ativista anarquista.

Em qualquer lugar, do Leste Europeu à Argentina, de Seattle a Bombaim, os princípios e idéias anarquistas, estão gerando novos sonhos e visões. Frequentemente, seus expoentes não se chamam anarquistas. Há uma infinidade de outros termos: autonomismo, anti-autoritarismo, horizontalismo, Zapatismo, Democracia Direta (...) Da mesma forma, em todos os lugares, encontram-se os mesmos princípios essenciais: descentralização, associação voluntária, apoio mútua, o modelo de rede, e acima de tudo, a total rejeição a qualquer idéia de que os fins justificam os meios, deixando de lado a noção de que o empreendimento revolucionário é a conquista do poder de estado e a posterior imposição de uma visão específica, sob a pontaria de uma arma (Graeber e Grubacic, <http://www.zcommunications.org/anarchism-or-the-revolutionary-movement-of-the-twenty-first-century-by-david-graeber>, acessado em 8/5/2008).

Ou seja, os ativistas da contemporaneidade, compartilhando grande parte das idéias e práticas anarquistas, podem se autodefinir como autonomistas, antiautoritários, ou mesmo *Small A anarchists*, como Graeber (no prelo), define a ampla gama de ativistas que não se identifica particularmente com nenhuma das correntes tradicionais do anarquismo, segundo suas fontes não estritamente contabilizadas, eles constituiriam em torno de 90% dos anarquistas americanos. Mesmo considerando que a classificação de ‘anarquista’ ou ‘small A’ não dê, necessariamente, conta dos diversificados matizes que as ações e concepções dos ativistas/movimentos contemporâneos assumem, não se pode ignorar, de forma geral, que importantes traços dessa filosofia/ideologia política marcam o repertório desses movimentos. Dessa forma, torna-se imprescindível fazer uma breve recapitulação das idéias e princípios que caracterizam essa concepção política.

Não é fácil falar do anarquismo no singular. Essa ideologia – ou filosofia política, como preferem alguns – é constituída por uma ampla gama de vertentes, com variadas tendências que lhe dão diferentes cores e tons e podem ir, como afirma Castells (2005), do irreduzível individualismo de Stirner ao cooperativismo social de Proudhon, passando pelo coletivismo libertário de Bakunin e pelo anarco-comunismo de Kropotkin e Malatesta. Outras correntes do anarquismo podem ser aqui acrescentadas, tais como anarco-sindicalismo, anarco-primitivismo, pós-esquerdismo, pós-anarquismo, anarquismo verde, anarquismo social, anarcopunk, anarco-queer e plataformistas, entre outras. Dada a grande diversidade de temas e vertentes, optou-se por fazer uma breve contextualização histórica e definição dessa ideologia, destacando algumas noções e conceitos do pensamento anarquista que venham a interferir, direta ou marginalmente, na condução deste estudo, correndo o risco de simplificar (com definições às vezes um tanto superficiais) para sintetizar.

No que se refere ao desdobramento dos ideais anarquistas, verifica-se uma série de debates concernentes à forma de alcançá-los e de manter uma sociedade anárquica.

São exemplos desses debates a necessidade ou não de uma ‘moral anarquista’, de uma plataforma organizacional, questões referentes ao determinismo da natureza humana, a modelos educacionais, com implicações técnicas, científicas, sociais e políticas da ‘sociedade pós-revolução’. Nesse sentido, como é ressaltado no Portal da Anarquia, na Wikipédia¹⁹:

cada vertente do Anarquismo tem uma linha de compreensão, análise, ação e edificação política específica, embora todas vinculadas pelos ideais-base do Anarquismo. O que realmente varia, segundo os teóricos, são as ênfases operacionais (Portal da Anarquia, Wikipédia, verbete Anarquismo, acessado em 11/10/2009).

As origens do anarquismo, comum filosofia ácrata, remontam a épocas tão longínquas como a Grécia Antiga, ou mesmo aos escritos do pensador taoísta Lao Tzu, 600 AC.²⁰ Há também experiências de vivências comunitárias religiosas e autogestionadas, durante a Idade Média²¹, bem como as comunidades experimentais de Robert Owen, Saint Simon ou os falanstérios de Charles Fourier, ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. Em termos do pensamento anarquista, pode-se também reportar a William Godwin (1773-1836), autor da obra *Inquérito acerca da Justiça Política*, de 1793. Richard Day (2005), a seu respeito, observa que, ao rejeitar o Estado e os contratos sociais que atam os indivíduos a ele, Godwin mereceu de Kropotkin o reconhecimento de ser “o primeiro teórico do socialismo sem governo – o que significa dizer, do Anarquismo” (Kropotkin, 1912:13, apud Day, 2005:96).

A obra de Godwin recebeu diferentes olhares quanto ao seu caráter mais individualista ou socialista, mas Day afirma que, para esse pensador, o princípio de justiça consistentemente invocado como árbitro final de todas as suas deliberações estava pautado por um princípio coletivo. Assim, para Godwin, “se a justiça tem algum significado, é o fato de que eu deveria contribuir com o que estivesse ao meu alcance para o benefício do todo” (Godwin, apud Day, 2005:97).

¹⁹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anarquismo>

²⁰ De acordo com o Portal da Anarquia, os Cínicos Diógenes de Sínope e Crates de Tebas advogaram formas anárquicas de sociedade, mas pouco restaria de seus escritos na atualidade. Também Cappeletti (1991:57) confirma essa informação, baseando-se em Woodcock (s/d); Cohn, 1972 e Garcia, 1971.

²¹ A esse respeito, o Portal da Anarquia menciona a Irmandade do Espírito Livre, os Klompdraggers, os Hussitas, Adamitas e os primeiros Anabaptistas, sobre os quais Bertrand Russell afirmaria, em sua *História da Filosofia Ocidental*, que "repudiaram todas as leis, desde que consideravam que o bom homem seria guiado a todo instante pelo Espírito Santo... por essa premissa eles chegaram ao comunismo..." (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anarquismo>).

Godwin, que defendeu a abolição do governo através de um processo de reforma e esclarecimento, é considerado por muitos como um dos fundadores do anarquismo filosófico, embora Day (2005) ressalte o caráter aristocrático de muitas de suas posições. Quem, entretanto, primeiro se autoproclamou anarquista foi o francês Pierre-Joseph Proudhon, que, em 1840, publicou o seu antológico *O que é a propriedade?*, pergunta à qual deu a seguinte resposta: a propriedade é um roubo!

A obra de Proudhon, basilar para o anarquismo, é responsável por conceitos como o *do princípio federativo* (título de outra de suas obras) e pelo delineamento de alternativas atenuantes ao poder de Estado e ao capitalismo feroz.²² Proudhon procede, em *Do Princípio Federativo*, a uma crítica ao estado centralizado, opondo-lhe não mais a sua destruição, mas a sua limitação em um sistema federal. O federalismo propõe a unificação entre o sistema econômico e político no qual os múltiplos grupos seriam livres criadores de suas relações econômicas e políticas. De acordo com o anarquista contemporâneo, Francisco Trindade (2001:11):

No federalismo, a comuna, grupo local e natural, readquire a sua soberania; ela tem o direito de governar-se, administrar-se, dispor de suas prioridades, fixar impostos, organizar a educação, fazer sua própria polícia. Deve reconstituir uma verdadeira vida coletiva, o que implica que os problemas sejam debatidos, que os interesses se pronunciem, que os regulamentos internos sejam discutidos e escolhidos.

Ainda de acordo com esse autor, adotando o princípio da limitação do poder central pelos poderes particulares e os agrupamentos locais, Proudhon busca quebrar o dogma da ‘razão de Estado’ e a tendência comum dos Estados à centralização.

Já Richard Day (op.cit.) observa que Proudhon ostenta várias ambiguidades em sua obra. Embora seja, ele mesmo, descendente de uma família anarquista, o objetivo de Day é realizar uma análise sociológica comparativa de autores anarquistas e marxistas, bem como de seus sucessores, principalmente no que concerne ao processo de transformação da sociedade. Assim, em sua perspectiva, se, de um lado, Proudhon reproduziu acriticamente o racionalismo cientificista e iluminista que dominou os pensadores de sua época, foi também um dos primeiros anarquistas a admitir, mesmo que instavelmente, a impossibilidade de eliminar inteiramente a dominação nas relações

²² Day (2005:111) afirma que, da mesma forma que Proudhon procurou minimizar os poderes do Estado, no nível econômico, buscou limitar a exploração capitalista. Um exemplo disso seria o caso dos três tipos de organização de trabalhadores que formula: o primeiro, para camponeses, prevê a livre associação na terra, incluindo o direito de alienação da propriedade; o segundo, para empreendimentos complexos, de larga escala, que seriam controlados por trabalhadores; no terceiro, envolvendo pequenos empreendimentos comerciais e manufatureiros, ele não via necessidade de associação. Day conclui daí que o objetivo de Proudhon não era a eliminação do capitalismo, mas uma limitação do excesso de individualismo e busca do lucro que o sistema promove.

humanas. Mesmo sendo sensível ao apelo do progresso universal, noção claramente compatível com a concepção de história hegeliana – o que, como destaca Day, foi ‘rápida e alegremente constatado por Marx e Engels’ – também foi capaz de perceber ‘a fecundidade do inesperado’ (Proudhon, 1969:104 apud Day, 2005:109), o que viria a se tornar, muitas décadas depois, no jargão pós-estruturalista, a *contingência* ou o *evento*. Chomsky (2004), por sua vez, constata que, nas raízes do socialismo libertário, entre outros, está o liberalismo clássico de Humboldt, oposto à intervenção do Estado na vida social, como consequência de profundas suposições sobre a necessidade humana de liberdade, diversidade e livre associação. Para ele, o autor de *Limites da Ação do Estado* deve ser entendido como profundamente anticapitalista em seu momento histórico, para além do fato de suas ideias terem se convertido numa ideologia do capitalismo industrial. Chomsky cita o historiador anarco-sindicalista Rudolf Rocker, que descreve o anarquismo moderno como “a confluência das duas grandes correntes que, durante e desde a Revolução Francesa, encontraram certa expressão característica na vida intelectual da Europa: o Socialismo e o Liberalismo.” (Rudolf Rocker, apud Chomsky, 2004:31)

Vindo daí, o anarquismo tomou diferentes tonalidades que tiveram nos russos Bakunin e Kropotkin, no italiano Malatesta, no ucraniano Nestor Makhno, nos irmãos mexicanos Ricardo e Henrique Flores Magon, em Emma Goldman, Alexandre Berkman e Mollie Steimer, nos Estados Unidos, e em Gustav Landauer, na Alemanha – só para citar poucos, mais ou menos conhecidos – expoentes do anarquismo durante o século XIX e início do século XX. Na realidade, durante esse período, a força majoritária presente nos sindicatos ou em quaisquer outros movimentos revolucionários espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil, tinha caráter eminentemente anarquista, o que amplia, em muito, o contingente de pensadores, artistas e militantes que compartilhavam essa ideologia política ou simpatizavam com ela, muitos dos quais se perderam na história, em intensos combates e lutas por justiça social.

Em que pese à dificuldade de definir o anarquismo, cita-se aquele conceito presente no Portal da Anarquia, de acordo com a qual se trata de:

uma filosofia política que engloba teorias, métodos e ações que objetivam a eliminação total de todas as formas de governo compulsório. De um modo geral, anarquistas são contra qualquer tipo de ordem hierárquica que não seja livremente aceita e, assim, preconizam os tipos de organizações libertárias.

Ainda de acordo com essa fonte, o termo “anarquia” significa ausência de coerção e não ausência de ordem. A noção de que anarquia é sinônimo de caos teria se

popularizado entre o fim do século XIX e o início do XX, por meio da ação de meios de comunicação mantidos por instituições políticas e religiosas. Nesse período, em função do grande número de organizações operárias de cunho libertário, surgiram inúmeras campanhas antianarquistas. O Portal também chama a atenção para o frequente equívoco de considerar anarquia como a ausência de laços de solidariedade entre as pessoas. Assim, por sua própria definição, o anarquismo é um sistema aberto e, como vários autores ressaltam (Walter, 2000; Cappelletti, 1991 e Chomsky, 2004, por exemplo) existem tantos estilos e vertentes dessa ideologia, que “fica difícil expor suas doutrinas com precisão, como uma teoria específica e determinada da sociedade e da mudança social” (Chomsky, 2004:23)

Chomsky (op.cit) cita mais uma vez Rudolf Rocker para definir o anarquismo como:

(...) uma tendência definida no desenvolvimento histórico humano, que, em contraste com a proteção intelectual de todas as instituições governamentais e clericais, luta para o livre desenvolvimento, sem qualquer bloqueio, de todas as forças individuais e sociais da vida. Mesmo a liberdade é apenas um conceito relativo, não absoluto, visto que tende, constantemente, a se tornar mais ampla e a afetar círculos cada vez mais extensos, das mais variadas maneiras. Para o anarquista, a liberdade não é um conceito abstrato e filosófico, mas a possibilidade concreta essencial para todo ser humano levar ao completo desenvolvimento todas as faculdades, capacidades e talentos com os quais a natureza o dotou, e convertê-los em valor social. Quanto menos esse valor natural do homem for influenciado pela proteção política ou eclesiástica, mais eficiente e harmoniosa se tornará a personalidade humana, mais ela se tornará a extensão da cultura intelectual da sociedade que foi desenvolvida (Rocker, apud Chomsky, 2004:23-24).

O anarquista estadunidense também observa que, embora muitos críticos do anarquismo o considerem utópico, primitivo ou incompatível com a realidade de uma sociedade complexa,

em todo estágio da história, nossa preocupação deve ser desmantelar as formas de autoridade e opressão, que sobrevivem de uma época em que podem ter sido justificadas pelas necessidades de segurança, sobrevivência ou desenvolvimento econômico, mas que agora contribuem – ao invés de aliviar – para a deficiência cultural e material (Chomsky, 2004:24).

Já para Cappelletti (1991:13), desde Proudhon, os anarquistas teriam oposto a idéia de uma ordem transcendente, externa e imposta de fora àquela imanente, surgida da própria sociedade, da atividade humana e do trabalho. O que seria essencial nessa ordem seria a ausência de hierarquia e de mandatos de representatividade. A segunda ordem, assim, suporia a supressão da primeira. Para esse autor:

O anarquismo não quer dizer, tampouco, a negação de todo poder e de toda autoridade: quer dizer, unicamente a negação do poder permanente e da autoridade instituída, ou, noutras palavras, a negação do Estado. (...) Numa palavra, os anarquistas não negam o poder, senão esse coágulo que se denomina Estado. Tratam de que o governo, como poder político transcendente, faça-se imanente, dissolvendo-se na sociedade (op.cit. 13-14).

Por outro lado, Walter (2000) observa que os anarquistas querem se desembaraçar do Estado por julgar o seguinte:

quase todos os homens são sociáveis, iguais e capazes de viver a própria vida. Muitas pessoas dizem que o governo é necessário porque há pessoas que não sabem comportar-se, mas os anarquistas dizem que o governo é nocivo porque não se pode confiar em ninguém para conduzir os demais. Se todos os homens são de tal maneira maus que devam ser governados por outros, dizem eles, quem é, então, bastante bom para governar os demais? (op.cit: 16-17).

Dessa forma, de acordo com esse último, essa ideologia pode ser vista como um modelo ideal em que liberdade e igualdade são colocadas em um mesmo patamar e uma não existiria sem a outra:

A liberdade sem igualdade significa que os pobres e os fracos são menos livres do que os ricos e os fortes; e a igualdade sem liberdade, significa que somos escravos, todos juntos. A liberdade e a igualdade são complementares (Walter, op.cit.:17).

Ao que Rocker acrescenta:

O anarquismo é necessariamente anti-capitalista e se opõe à ‘exploração do homem pelo homem (sic)’. Mas o anarquismo também se opõe à ‘dominação do homem pelo homem (sic)’. Ele insiste que o socialismo será livre ou nunca será. No reconhecimento disso, sustenta-se a justificativa profunda e genuína para a existência do anarquismo (Rocker, s/d:28, apud Chomsky, 2001: 31).

Já para Graeber (no prelo), embora seja usual empregar o termo “anarquismo” para levantes libertários ocorridos ao longo da história ou em relação a comunidades religiosas na Europa medieval, com doutrinas que rejeitam a autoridade governamental e a hierarquia ou, até mesmo, para sociedades indígenas, cujas instituições, hábitos e práticas têm caráter antiautoritário e não hierárquico, o anarquismo seria melhor compreendido como um movimento permanente entre visão, atitude e prática:

Assim, o anarquismo não é, em nenhum sentido, uma doutrina. É um movimento, uma relação, um processo de purificação, inspiração e um experimento. Esta é sua substância. E o que mudou no século XIX foi o fato de que algumas pessoas começaram a dar um nome a isto (op.cit.: 150).

Todos os anarquistas aspiram, como assevera Cappelletti (op.cit.), a uma sociedade sem classes, embora diverjam quanto ao regime de propriedade que deve se estabelecer para que tal meta seja atingida. A par disso, como chama a atenção esse autor, se há uma convergência absoluta no que toca a algum tema ou termo entre os anarquistas, esta se refere ao termo *autogestão*.²³ Cappelletti aponta três vertentes

²³ Há uma disputa concernente ao termo autogestão: alguns atribuem seu uso inicial ao marxismo dissidente da União Soviética, ou conselhistas - do qual Rosa de Luxemburgo é um de seus expoentes - que estaria na base da revisão feita por Marx de suas teses acerca da ‘primeira fase do comunismo’. Após observar a Comuna de Paris, Marx substituiu o estado de transição previsto inicialmente, no qual ocorreria a ‘estatização dos meios de produção’, pelo surgimento imediato do ‘autogoverno dos produtores’, o que, como destaca Nildo Viana (2008), entre outros, significa autogestão; do lado anarquista, por sua vez, Cappelletti (op.cit.), por exemplo, observa que, ainda que não sob o mesmo termo,

principais do pensamento anarquista quanto à questão econômica que também podem ser vistas como momentos históricos consecutivos. Mais uma vez, correndo o risco da simplificação, sintetizam-se as vertentes a seguir:

i) A mutualista, proposta por Proudhon: seu pressuposto é a negação da propriedade, sem negar a posse, mesmo individual, da terra. Proudhon rejeita o comunismo por considerá-lo vinculado ao autoritarismo jacobino. Sua proposta baseia-se na idéia de que, sendo o trabalho a única fonte de riqueza, cada um tem direito ao que produziu. Para os mutualistas, o direito de ocupar a terra deve ser igual para todos, variando, assim, o número de possuidores, sem deixar que o direito de posse se estabeleça. Como todo trabalho humano resulta de uma força coletiva e indivisível, o trabalho, na perspectiva mutualista, destruiria a propriedade. Por outro lado, como o valor dos produtos resultaria do tempo e trabalho empregados em sua confecção, os trabalhadores teriam direito a salários iguais, e só poderiam trocar seus produtos por outros, dentro do princípio de equivalência. Esse princípio não daria espaço para a realização de lucro e tampouco da ganância. Por fim, a livre-associação – que se traduz na igualdade dos instrumentos de produção e na equivalência dos intercâmbios – seria a única forma justa de organizar economicamente a sociedade, conduzindo ao desaparecimento do governo. Para ajudar a promover essa associação de produtores e consumidores, com base na troca mútua e na supressão do lucro, Proudhon propôs a criação de um banco do povo, cuja função seria fomentar o crédito gratuito e mútuo, bem como o intercâmbio de produtos equivalentes entre trabalhadores;

ii) A segunda vertente é a do coletivismo, sustentada por Bakunin e seguida pelos socialistas antiautoritários, ou federalistas, no âmbito da Primeira Internacional. O princípio que vigora aqui é ”de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo seus méritos”. Segundo essa fórmula, a terra e os instrumentos de produção seriam comuns, mas o fruto do trabalho deveria ser repartido na proporção do esforço e da qualidade do trabalho realizado. Dessa forma, a modalidade de salário

o conceito de autogestão sempre esteve presente nas concepções anarquistas no âmbito do movimento socialista dos trabalhadores.

seria ainda preservada. Para Cappelletti, foi algo semelhante a essa fórmula que foi adotado no Estado Bolchevique, embora, de um lado, não houvesse correspondência entre esforço, mérito e trabalho e, de outro, sem haver a verdadeira propriedade social dos meios de produção;

iii) A terceira vertente é aquela adotada por Kropotkin: trata-se do anarco-comunismo. Essa perspectiva, cuja máxima seria “de cada um segundo sua capacidade, e a cada um segundo suas necessidades”, findou sendo aceita majoritariamente por toda a França, a partir de 1880; na Itália, desde 1890; enquanto, na Espanha, só depois de 1900. Nessa vertente, os salários seriam inteiramente suprimidos, passando a ser de propriedade da sociedade a terra, os meios de produção e os próprios produtos do trabalho. O critério de distribuição se daria a partir das necessidades reais de cada membro. Ao rejeitar a idéia coletivista, os anarco-comunistas consideram que o produto ou bem econômico é, na realidade, fruto da cooperação de todos os trabalhadores do país e do mundo, do passado e do presente. Kropotkin questiona: como seria possível medir e separar, na grande massa de riqueza social, a parte que corresponde ao esforço e inteligência de cada um? Ou, acaso a maior inteligência e o maior esforço poderiam criar sós e sem nenhum auxílio uma parte daquela riqueza social?

No cerne da concepção de Kropotkin está o conceito de *apoio mútuo* por ele desenvolvido a partir de suas observações de sociedades de insetos, grupos de animais, e, principalmente, das pequenas comunidades autônomas da Sibéria, de camponeses ucranianos (adeptos de uma seita religiosa, os dukhobor), de tribos nativas e comunidades fabricantes de relógios, no Jura suíço. Descendente de príncipes medievais russos, Kropotkin fez, antes dos trinta anos, importantes descobertas no que concerne à cartografia do sudeste da Ásia. A partir de suas observações na região, percebeu, como relata Avrich (1988), que “as linhas estruturais da Ásia [...] não corriam no sentido Norte – Sul e Leste – Oeste, como Humboldt e outros haviam representado, mas do Nordeste para o Sudeste. Em suas memórias, Kropotkin descreve o imenso prazer que sentiu no momento da descoberta científica, em que todos os dados se encaixaram em seus lugares” (op.cit:54). Em decorrência desse feito, foi-lhe oferecida a posição de secretário da Sociedade Geográfica Imperial, em São Petersburgo, posição de que Kropotkin declinou devido a seus projetos pessoais anarquistas.

Kropotkin elaborou esse preceito essencial do anarquismo no contexto de reflexões sobre a ‘luta pela existência’, proposta por Darwin poucos anos antes. Impressionado com o que lera em “A Origem das Espécies” e com as interpretações subsequentes feitas por seus seguidores, o geógrafo anarquista contrapôs o que viria a concluir com base em suas próprias observações de comunidades de animais e humanas: o conflito entre os membros de uma mesma espécie (competição) correspondia a poucos momentos da vida coletiva, enquanto o apoio mútuo “era praticado em uma extensão que me fez suspeitar ser ele um padrão de muito maior importância para a manutenção da vida, a preservação de cada espécie e a posterior evolução” (Kropotkin, apud Avrich, 1988:56).

Para o anarquista russo, o capitalismo, baseado na noção de competição, seria o responsável pela má distribuição de recursos e a conseqüente escassez.

Como resultado dessas três concepções, surgiram posições menos rígidas, a exemplo da adotada por Malatesta, que, sem deixar de considerar o comunismo como a forma ideal de organização de uma sociedade sem Estado, adota uma atitude mais aberta em relação às outras vertentes, admitindo experimentos nesse terreno.

Ainda segundo Cappelletti (op. cit.), os três sistemas econômicos sofreram graves críticas e objeções que não foram inteiramente resolvidas. Os comunistas, por exemplo, consideram que, no mutualismo e no coletivismo, haveria ainda resíduos do individualismo burguês, vendo, na manutenção do salário, uma forma de preservar a hierarquia socioeconômica e a sociedade de classes. Os coletivistas, por sua vez, consideram que o regime comunista tira todo o incentivo ao trabalhador, e sua implantação só poderá ocorrer mediante férreo controle estatal. O autor ressalta, por sua vez, que a alternativa comunista, independentemente de quaisquer outras questões, foi concebida pelos anarquistas em um cenário que supunha uma abundância quase irrestrita de bens e serviços.

Um dos elementos de grande importância que integra a concepção anarquista é a noção e utilização da *ação direta (AD)*. Alvo de inúmeros debates no seio da comunidade libertária, essa noção está diretamente implicada na perspectiva anarquista, na medida em que pressupõe as pessoas tomando para si o poder de realizar seus próprios objetivos, sem recorrer a intermediários.

A noção prática e teórica da ação direta foi desenvolvida pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo e, no final do século XIX, quando a expressão foi criada, significava o contrário da ‘ação política’, sendo esta concebida

como a ação parlamentar ou institucional. Dessa forma, seriam excluídas do âmbito da ação direta as instâncias políticas, burocráticas, aparatos estatais e ações como votação, *lobby*, tentativas de exercer pressão política por meio de ações industriais ou da mídia.

Para Sparrow,

a ação direta repudia a aceitação da ordem existente e sugere que temos tanto o direito como o poder de mudar o mundo. A ação direta demonstra isto fazendo isto. Exemplos de AD incluem bloqueios, piquetes, sabotagem, ocupações (*squats*), *lockouts*, greves, operações tartaruga, a revolucionária greve geral. Na comunidade, isso envolve, entre outras coisas, estabelecer nossas próprias organizações, tais como cooperativas de alimento e acesso comunitário à TV. (...) A Ação Direta não é só um método de protesto, mas é também uma forma de 'construir o futuro agora'. Qualquer situação na qual as pessoas se organizem para ter controle sobre suas próprias circunstâncias, sem recorrer ao capital ou ao Estado constitui uma AD. Onde ocorre, a AD mostra que as pessoas podem controlar suas próprias vidas – e que, de fato, uma sociedade anarquista é possível (Rob Sparrow²⁴, apud Graeber, no prelo).

Já para Emma Goldman,

Na França, na Espanha, Itália, Rússia e na Inglaterra (...), a ação direta econômica e revolucionária tornou-se uma potente força na batalha pela liberdade industrial para fazer o mundo perceber a tremenda importância do poder do trabalho. (...) A ação direta, tendo provado sua efetividade em termos econômicos, é igualmente potente no âmbito do indivíduo. Há uma centena de forças que violam sua existência e apenas com uma persistente resistência a elas, o indivíduo poderá, finalmente, ser conduzido à liberdade. Ação direta contra a autoridade nas compras, ação direta contra a autoridade da lei, ação direta contra a invasiva autoridade de nosso código moral, é o método lógico e consistente do Anarquismo (1998:76-77).

Em seu livro *Ação Direta: uma etnografia* (no prelo), Graeber afirma que é fácil ver por que os anarquistas são favoráveis à idéia de ação direta. O autor argumenta que, se um dos pilares centrais do anarquismo é a rejeição do Estado e de todas as formas sistemáticas de desigualdade por ele produzidas e se os anarquistas não procuram pressionar os governos para reformar instituições e tampouco conquistar o poder do Estado, é possível perceber que a ação direta faz todo o sentido para os adeptos dessa ideologia, na medida em que, com sua adoção, não recorrem ao Estado para pedir justiça, mas procedem como se este não existisse.

A utilização de ação direta é alvo, como observado inicialmente, de um amplo debate tanto no passado quanto no presente e impacta diretamente a vida dos ativistas/militantes e dos próprios movimentos sociais. A ela se voltará, em maior profundidade, no capítulo VII, quando serão abordadas as ações diretas praticadas pelos movimentos sujeitos deste estudo.

Por outro lado, há também, como modalidade alternativa de resistência e oposição, a desobediência civil, que, na visão de Graeber, estaria um passo atrás da ação direta, embora, na prática, acabem muitas vezes por se sobrepor. O autor exemplifica a

²⁴ *Anarchist Politics and Direct Action*: <http://www.spunk.org/library/intro/sp001641.html>.

diferença entre as duas modalidades: enquanto a primeira se daria pela recusa de pagar taxas escolares de um sistema educacional militarizado, a segunda buscaria criar um sistema escolar que operasse por diferentes princípios. A desobediência civil como método de oposição ao poder opressor foi desenvolvida por Henry David Thoreau, em 1849, por ocasião da guerra dos Estados Unidos contra o México, quando o primeiro acabou anexando vários territórios mexicanos às suas próprias fronteiras. Thoreau, posicionando-se contra a guerra, recusou-se a pagar os impostos como forma de protesto. Embora não tenha compartilhado plenamente do ideário anarquista, Thoreau deixou sua marca ao dar contornos a essa tática de oposição na qual o enfrentamento físico ao Estado não é necessário: seria suficiente não apoiá-lo ou não deixar que ele o apoie. Essa estratégia foi amplamente utilizada como forma de resistência em processos de independência de estados-nações e tornou-se especialmente conhecida quando Mahatma Gandhi a aplicou no processo de independência da Índia e do Paquistão.

Outra noção relacionada à prática de ações diretas é a formação de *grupos de afinidades*. Tais grupos constituem, na atualidade, uma espécie de unidade fundamental da ação direta e configuram ‘um sistema auto-suficiente de suporte’, que pode conduzir autonomamente uma ação. Podem, também, agir em parcerias com outros grupos, visando a um objetivo comum, em meio a uma ação mais ampla. Os grupos de afinidade costumam ter entre cinco e quinze membros e, com o tempo, costumam diminuir.

Eles diferem de um simples grupo de amigos, no sentido de que os participantes precisam ter mais em comum, há uma ausência de hierarquias, e, com o tempo, uma profunda confiança na inteligência do grupo pode se desenvolver, permitindo-nos ir além de nossos próprios preconceitos, e considerar o que é melhor para o grupo (*We are every where*, 2003: p. 88).

De acordo com a publicação acima citada, para ingressar ou formar um desses grupos, é necessário verificar o grau de compartilhamento entre os seus componentes quanto a propósitos, crenças, ideais, táticas e estratégias que pretendem adotar, nível de risco que pretendem correr, enfim, o nível de ‘afinidade’ existente no grupo. “A organização em grupos de afinidade permite tomadas de decisão bem mais rápidas e igualitárias. (...) e, deste modo, facilmente, as mudanças e evoluções instantâneas desorientam a polícia” (Ludd, 2002 p. 82).

O conceito de *grupos de afinidade* remonta, na prática, à Guerra Civil espanhola (1936), quando anarquistas, ladeados por comunistas e outros libertários, lutaram, principalmente na Catalunha e em Aragão, contra o General Franco e a supremacia

fascista.²⁵ Em termos teóricos, esse conceito também remonta à abordagem desenvolvida pelo anarquista alemão Gustav Landauer (1870-1919), da qual se tratará adiante. Vale, contudo, voltar agora – mesmo que de forma breve – ao conceito de ‘revolução’ entre os anarquistas.

São bastante conhecidas – ao menos nos meios anarquistas – as grandes disputas que envolveram a concepção e prática da revolução entre marxistas e anarquistas. Woodcock (2002 [1984]) expõe, com riqueza de detalhes, os embates ocorridos entre esses grupos, figurativamente representados muitas vezes por Marx de um lado e Bakunin do outro. Tais confrontos envolveram uma variedade de temas e principalmente de práticas adotadas pelos grupos que, do ponto de vista dos anarquistas, passou a distingui-los como autoritários e libertários respectivamente.

No que diz respeito à noção de revolução – e, mais uma vez, ressaltando a variedade de interpretações e abordagens constituídas entre os adeptos do anarquismo –, pode-se afirmar, em síntese, em linhas gerais, que os anarquistas cultivavam um projeto radical de transformação da sociedade fundado em uma ácida crítica à sociedade capitalista e ao Estado burguês e buscavam, em seu lugar, uma sociedade livre e igualitária. Entre as singularidades que caracterizam o projeto de revolução social dos libertários – especialmente pelo pensamento de Bakunin –, está o fato de não aceitarem a ‘revolução política’, tampouco a formação de um governo revolucionário. De um modo geral, na concepção anarquista, o modelo intermediário e autoritário – a formação do Estado Proletário – proposto pelos marxistas manteria a opressão, cristalizando a divisão entre a elite dirigente (que desfrutaria de todas as benesses) e a massa de dirigidos, à qual só restaria ser obediente aos autointitulados ‘iluminados’. Além disso, os anarquistas consideravam que a revolução, cujo caráter é eminentemente social, excede os interesses de uma classe específica, motivo pelo qual não alijavam do movimento os camponeses, pequenos proprietários rurais ou artesãos e manufatureiros. Assim, a revolução anarquista seria feita com base na ação contínua das massas, não podendo ser decretada, nem organizada, de cima para baixo, o que levou marxistas a tachar os anarquistas de ‘espontaneístas’.

O programa da Internacional é felizmente muito explícito sob esse aspecto: a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores. (...) Não é surpreendente que o Senhor Marx tenha acreditado poder introduzir nesta declaração, todavia tão precisa, tão clara, e, que provavelmente, ele próprio redigiu, seu socialismo científico, quer dizer, a organização e o

²⁵ Outros exemplos mais recentes de sua atuação são o bloqueio não violento da Estação Nuclear de Ruhr, na Alemanha (1969) e a ocupação da Estação Nuclear de Seabrook (EUA), 1972

governo da nova sociedade pelos doutos socialistas, o pior de todos os governos despóticos (Bakunin, 2001:62).

É assim que a luta revolucionária anarquista se realizaria na esfera das relações de produção, cujos agentes seriam a própria massa explorada, sem vínculos institucionais, além de suas próprias associações. Com a vitória da revolução social, o Estado seria substituído por uma federação livre de associações autônomas que desfrutariam de ampla liberdade de atuação e total garantia de liberdade individual. As bases da sociedade proposta por anarquistas como Proudhon, Kropotkin e Landauer estavam assentadas na solidariedade, cooperação e apoio mútuo e na ênfase na produção cooperativa descentralizada. Para Bakunin:

A revolução social, tal como é representada, desejada e esperada pelos trabalhadores latinos e eslavos, é infinitamente mais ampla do que a que lhes promete o programa alemão ou marxista. Para eles não se trata, em absoluto, de uma emancipação parcimoniosamente medida, só realizável a prazos muitos longos. [...] A primeira palavra dessa emancipação só pode ser *liberdade*, não essa liberdade política burguesa, tão preconizada e recomendada como objeto de conquista prévia pelo senhor Marx e seus adeptos, mas a grande liberdade humana, que, [...] devolverá a todos, coletivamente tanto quanto indivíduos, a plena autonomia de seus movimentos e de seu desenvolvimento. [...] A segunda palavra dessa emancipação é solidariedade, não a solidariedade marxista, organizada de cima para baixo por um governo qualquer e imposta seja pela astúcia, seja pela força, às massas populares; não essa solidariedade de todos, que é a negação da liberdade de cada um... Ela tem por bases essenciais a igualdade, o trabalho coletivo, tornado obrigatório para cada um, não pela força das leis, mas pela força das coisas, e a propriedade coletiva... (op. cit.: p.43 e 44).

Vale aqui destacar a análise realizada por Richard Day (2005), quando ele problematiza a noção de revolução defendida por alguns dos mais conhecidos anarquistas. O autor identifica em Proudhon, como visto, um caráter reformista, na medida em que este defende um aperfeiçoamento das instituições existentes – incluindo o próprio Estado, que passaria a ser controlado em sua ânsia invasiva – muito mais do que substituí-las por modos alternativos de organização. Em Bakunin, por outro lado, o ímpeto revolucionário é claro. Day observa, contudo, que este notável anarquista compartilhava a noção milenarista e apocalíptica de revolução de seus predecessores ‘utópicos’ – Saint-Simon, Owen e Fourier – (bem como de seus contemporâneos ‘marxistas’) ao tempo em que, ao preconizar a divisão conceitual entre *revolução política* e *revolução social* e defender a segunda, também estabeleceu a noção de ‘estilhaçar o poder’, em vez de conquistá-lo. Mesmo pressupondo a ruptura total, Bakunin identificava nesse processo dois estágios: no primeiro, as instituições existentes seriam destruídas, principalmente aquelas vinculadas ao Estado e à Igreja; no segundo, a nova sociedade seria construída. Day chama a atenção para o fato de que, em sua teoria da transformação social, Bakunin

inclui um período após a revolução, no qual a reforma se torna viável, conduzindo finalmente a um momento no qual nem a revolução nem a reforma sejam necessárias. Assim Bakunin, simultaneamente, emprega e confunde a dicotomia reforma/revolução, abrindo caminho – talvez pela primeira vez – para a possibilidade teórica de se dispor das duas alternativas conjuntamente (Day, op.cit. 114).

A despeito de seu compromisso básico com a razão ocidental e o projeto cartesiano, o revolucionário russo tinha uma concepção bem diferente da usual em sua época, da relação entre ciências sociais e mudança social. Enquanto acreditava que ‘a ciência é o compasso da vida’, também professava que esta ‘não cria nada, apenas estabelece e reconhece as criações da vida’. Assim, para Bakunin, eram as experiências da vida diária, as paixões, necessidades e aspirações que precisavam ser os guias, muito mais do que as abstrações científicas. Dessa forma, a fé no desejo espontâneo das massas era também um dos pilares sobre o qual Bakunin constituía sua concepção de revolução. Tal postura justificaria sua relutância em propor um plano específico para a revolução, na medida em que a organização social ideal não poderia ser deduzida, mas seria imanente ao próprio povo: seriam as livres associações populares que compreenderiam os níveis mais altos da hierarquia mundial, na nova ordem social. Entretanto, Day aponta uma contradição básica na concepção da revolução popular bakuninista, na qual o anarquista via a si mesmo como existindo ‘abaixo do nível das ruas’, trabalhando através de sociedades secretas, para constituir ‘um poder coletivo invisível’ que iria guiar a revolução vindoura: “O povo por si só, por sua ignorância (...) é incapaz de formular e guiar a si próprio para um sistema e unir-se em seu nome. Eis porque necessita de ajudantes” (Bakunin, *A Organização Revolucionária e a Sociedade Secreta*, apud Day, op.cit: 116).

Voltando-se para Kropotkin, Day observa que este desposava uma concepção mista de transformação social que se pautava por Proudhon, ao creditar à revolução social o objetivo de criar uma sociedade na qual as funções pertencentes ao governo seriam substituídas por acordos livres emergidos das relações diretas entre grupos livres de produtores e consumidores. Como Bakunin, por outro lado, Kropotkin esperava que tais mudanças viessem por meio da ação direta das massas, “nas quais as pessoas se lançariam às propriedades e as usariam para satisfazer suas próprias necessidades, sem mediação do Estado ou de formas corporativas” (Kropotkin, 1990/1892: 71, apud Day, op.cit: 118).

Descartando meias medidas, o ‘príncipe anarquista’²⁶ acreditava, como expõe em seu “A Conquista do Pão”, que a realização da revolução deve ser feita por meio de insurgências espontâneas e violentas, mediante a expropriação de tudo que se refere à velha ordem, antes que se comece qualquer coisa nova. Mas, ao lado dessa concepção, Kropotkin também admitia a coexistência das cidades revolucionárias com comunidades rurais que ainda ‘vivessem sob o sistema individualista’. Também em termos internacionais, o anarquista imaginava que, mesmo sendo completamente bem sucedida, a revolução tomaria aspectos diferentes em cada país. Day ainda chama a atenção para o fato de que esse autor divisava a revolução como um evento que poria fim à exploração, mas que, como ressalta em suas *Memórias de um Revolucionário*, ‘não se cristalizaria em formas fixas, ao contrário, estariam continuamente modificando seu aspecto’ (Kropotkin, 1942/1899: 144, apud Day, 2005:122).

Finalmente, Day identifica em Landauer aquele que lançou as bases para o delineamento concreto da *lógica da afinidade*. Esse anarquista alemão, que se distinguiu por fortes laços com a atividade cultural em seu país, foi tradutor para o alemão de inúmeras obras literárias de Oscar Wilde, entre outros, além de contar, entre seus amigos e companheiros de atividades nos círculos anarquistas, com figuras como Martin Bubber. Landauer insistia, em sua obra *For Socialism* (1978/1911), que uma transformação radical das sociedades estatais capitalistas poderiam não ser alcançadas por uma destruição repentina das instituições existentes ou por sua vagarosa reforma, ou até mesmo pela combinação das duas. Mais do que isso, novas instituições precisavam ser criadas, fora ou ao lado das atualmente existentes. Assim, Landauer argumentava que a revolução social deveria ser criada aqui e agora, por e para aqueles que desejassem estabelecer novas relações não mediadas pelo Estado ou pelas formas corporativas.

A estratégia do anarquista alemão, do ponto de vista de Day, está longe de ser reformista, embora não aposte suas fichas numa revolução milenarista. Ao buscar a constituição de novas instituições paralelas (o que se poderia chamar agora de ‘sociedade alternativa’), não se estaria reforçando aquelas já existentes. Assim, como observa Day:

A noção de *renovação estrutural* aparece simultaneamente como uma força negativa contra a colonização da vida diária pelo Estado e corporações, e como uma força positiva, atuando para reverter o processo via apoio mútuo. Assim como o Estado e o capitalismo avançam, colando-se

²⁶ Epíteto que recebeu devido à sua origem nobre, mas que sempre rejeitou.

nas relações cotidianas, a renovação estrutural procederia, por meio de sua própria dispersão de regularidades, sua própria ‘infecção viral’ e suas sutis transformações’(Day, op.cit.: 124, itálico meu).

Influenciado por Nietzsche e sua crítica à modernidade, Landauer chama a atenção para o fato de que as teorias anarquistas revolucionárias modernas pouco se dedicaram à ‘construção do novo mundo’ e de que as alternativas para tal deveriam ser seriamente consideradas, tomando a forma de um processo em andamento, pautado pelo ‘amor, trabalho e silêncio’. Dessa forma, para Landauer, o Estado, assim como o capitalismo (ou o socialismo), consistiria em uma condição, um tipo de relacionamento estabelecido entre indivíduos e grupos. Seriam modos de coexistência humana. E mudar essas macroestruturas seria também uma questão de mudar as microrrelações, possibilitando que novas formas se tornassem realidade apenas pelo fato de existir. Nesse ponto, Day insiste que Landauer nunca procurou definir como a nova realidade seria constituída, ou que a renovação estrutural estabeleceria coisas ou instituições. Ao contrário, o anarquista alemão assegurava que a construção do socialismo iria requerer um espírito de criatividade e improvisação.

Por fim, Day destaca que Landauer enfrenta um dilema crucial na teoria da transformação social anarquista, quando observa que, “se o Estado está em todos nós, na forma que vivemos nossas vidas, então viver fora da forma estatal significa viver nossas vidas diferentemente, como indivíduos e membros de diversas comunidades” (op.cit. 125-6).

É importante ressaltar que também a perspectiva defendida por Landauer foi alvo de inúmeros questionamentos no âmbito do anarquismo, tendo em Malatesta um dos seus principais críticos. O italiano defendia que o anarquismo não deveria se isolar do restante da sociedade, motivo pelo qual veio a criticar a Colônia Cecília, comunidade formada por anarquistas no Brasil, no interior do Paraná, em 1890. Essas noções, com suas diversificadas nuances, servirão de base para que se tente compreender em que ponto do espectro podem ser situados – e se de fato podem ser – os movimentos sujeito deste estudo.

Cabe, finalmente, referir-se, a título de esclarecimento, à relação do anarquismo com a produção acadêmica em geral. Essa questão torna-se importante na medida em que foi constatada a dificuldade de analisar movimentos que se pautam por uma lógica anarquista a partir de um conceitual teórico que geralmente o ignora. Torna-se difícil até mesmo compreender determinadas lógicas de pensar e agir se não houver um mínimo

conhecimento do pensamento anarquista. Assim, constatou-se ser possível encontrar na academia, como ressalta Graeber, redutos pautados pelo pensamento marxista/marxiano, bem como por inúmeras outras vertentes teóricas. Mas raramente é feita menção ao pensamento anarquista, exceção feita aos autores pós-estruturalistas (Foucault, Guatarri ou Deleuze), que não constituem, nem sintetizam propriamente, o pensamento anarquista.

Graeber (2004) observa que, enquanto crescem os movimentos sociais pautados por preceitos de há muito reconhecidos como anarquistas (autonomia, associação voluntária, auto-organização, apoio mútuo, entre outros), nota-se na academia uma quase absoluta ausência de debates ou ‘especialistas’ na teoria anarquista:

A maior parte dos acadêmicos parece ter apenas uma vaga idéia do que é o anarquismo, ou o desconhece completamente a partir de estereótipos elementares (“Organização anarquista! Mas isso não é uma contradição de termos?”). Nos Estados Unidos há milhares de marxistas de um tipo ou de outro, mas dificilmente uma dúzia de acadêmicos que abertamente se assumem como anarquistas (2004:2).

Essa questão leva a algumas observações sobre certas características do anarquismo e seus reflexos tendenciais sobre a produção teórico-acadêmica. Muitas e variadas razões podem ser apontadas para a quase absoluta ausência de produção anarquista nesse meio.²⁷ Uma delas seria certo desprezo existente no meio anarquista em relação à figura do intelectual (e da academia em geral), visto como alguém que dispõe de um poder assimétrico para ditar regras ao restante da sociedade, abrindo espaço para mais uma hierarquização baseada em uma ‘autoridade intelectual’. Outra seria o fato de que os defensores do anarquismo estiveram, ao contrário dos marxistas, muito mais voltados para uma prática organizacional da luta revolucionária. Graeber (2004) argumenta:

Os fundadores [do Anarquismo] do século XIX não se concebiam como tendo inventado qualquer coisa nova. Os princípios básicos do Anarquismo - a auto-organização, a associação voluntária, o apoio mútuo – referiam-se a formas de comportamento humano que acreditavam existir desde o início da humanidade. O mesmo se dava com a rejeição do Estado e de todas as formas de violência estrutural, desigualdade ou dominação, até mesmo a concepção de que todas essas formas estavam interligadas de alguma forma e se reforçavam mutuamente. (2004:3)

Esse autor também chama a atenção para o fato de que, ao comparar as escolas marxistas e anarquistas em seu percurso histórico, podem-se perceber diferenças fundamentais em seus projetos: enquanto as escolas marxistas estão baseadas em seus autores (marxismo, leninismo, gramscianos, maoístas, trotskistas etc.), o que teria muito

²⁷ É bom ressaltar que, em algumas áreas, como Educação, alguns autores anarquistas são considerados, como é o caso de Martin Bubber.

a ver com a lógica acadêmica; as escolas anarquistas se distinguiriam por estarem focadas sobre uma prática ou princípio organizacional.²⁸ Tal seria o caso dos anarcosindicalistas, cooperativistas, anarco-comunistas, plataformistas e inúmeras outras vertentes. Para o antropólogo americano, mesmo correndo o risco de se tornar um tanto caricato, poder-se-ia afirmar que os anarquistas nunca estiveram muito interessados em amplas estratégias ou questões filosóficas gerais, como faziam os marxistas:

são os camponeses uma classe potencialmente revolucionária? (para os anarquistas essa seria uma questão a ser considerada pelos próprios camponeses). Qual a natureza da forma de *commodities*? Ao contrário, eles tendem a discutir entre si questões como: qual é a mais democrática forma de se conduzir uma reunião? Até que ponto as organizações param de empoderar e passam a limitar a liberdade individual? [...] ou, o que é Ação Direta?" (op. cit. 6)

A despeito de certa caricatura das produções anarquistas, que Richard Day, em sua análise contribui para desmistificar, Graeber propõe um contraste interessante entre marxismo e anarquismo. Segundo sua perspectiva, o marxismo tenderia a ser um discurso analítico sobre uma estratégia revolucionária, enquanto o anarquismo tenderia a ser um discurso ético sobre a prática revolucionária. Para esse autor, coerente com sua característica de abertura, bem como a prática de consenso e aceitação da diversidade, o anarquismo conviveria bem com uma multiplicidade de teorias de amplo alcance. Além disso, “muito mais do que uma teoria de longo alcance, o que o Anarquismo precisaria seria uma Teoria de curto alcance, uma forma de lidar com aquelas questões imediatas e reais, que emergem de um projeto de transformação” (op.cit. 9).

²⁸ Graeber cita a observação de Bourdieu concernente ao fato de que, se o campo acadêmico é jogo no qual cada autor busca dominância, sabe-se que se ganhou o jogo quando outros acadêmicos começam a se preocupar ‘em como tornar seu nome um adjetivo’.

III - O MOVIMENTO PASSE LIVRE – “POR UMA VIDA SEM CATRACAS!”

3.1- Breve Contextualização das Lutas Sociais Urbanas no Brasil pós-década de 1960

O Brasil, historicamente, caracterizou-se por traços provenientes de sua herança colonial – aliás, como o restante do continente latino-americano – permeada por relações de dependência, uma acentuada e crescente desigualdade (cf. Furtado, 1991; Prado Jr, 1969) marcada por uma cultura de clientelismo, paternalismo e troca de favores entre líderes carismáticos e as ‘massas populares’ (Leal, 1949; Wefort, 1989). Do ponto de vista de sua composição social, a existência de reduzidas parcelas das classes médias, uma diminuta e rica elite, sempre subordinada econômica e culturalmente aos ditos ‘países centrais’/ colonizadores, e um vasto contingente da população desprovido de direitos e condições básicos de sobrevivência (Quijano, 2003; Freire, 1933) foram também algumas de suas características históricas que se prolongaram ao longo do tempo. A cidadania aqui adquiriu tons próprios: as relações estabelecidas entre uma incipiente sociedade civil e o Estado foram marcadas por inúmeros períodos de autoritarismo, o que, como ressalta Gohn (2006), confere-lhe traços particulares, “pois nos períodos de transição para a democracia o problema não era apenas a reapropriação do Estado pela sociedade civil, mas também a regulamentação das regras de civilidade e cidadania dentro da própria sociedade” (op.cit.: 324). Essas características, de acordo com a autora, dificultarão a criação de

espaços livres, democráticos ou a consolidação e aprofundamento de períodos de democratização.

No decorrer dos anos 60, em face das alterações no modelo econômico mundial, à crescente pressão da Guerra Fria e aos cenários de conflitos internos, dá-se uma onda de golpes militares em vários países da região latino-americana, com o consequente estabelecimento de regimes autoritários que perduraram por cerca de duas décadas. Por outro lado, entre as décadas de 1970 e 80, ocorreu o que se convencionou chamar ‘período de redemocratização’, que, ainda de acordo com Gohn, promoveu uma transformação da cultura política do continente em que os direitos sociais coletivos passaram a ter lugar.

Em termos dos movimentos sociais urbanos ocorridos no Brasil, é possível dizer, de forma bastante ampla, que, até a década de 1970, estes se constituíram de ‘sociedades de amigos de bairros’ ou associações de moradores, situação em que, como ressalta Gohn, imperavam práticas clientelistas. A partir de 1970 surgiram os ‘novos movimentos sociais brasileiros’ que consistiam em:

movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da igreja católica, na ala da Teologia da Libertação. A denominação (de Novos Movimentos Sociais) buscava contrapor esses movimentos aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades de amigos de bairros ou associações de moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram as práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta (Gohn, 2006:281).

Tais movimentos estavam voltados para a luta pela terra, casa, comida e pela aquisição de equipamentos coletivos em geral (movimento do custo de vida, de moradia, contra o desemprego, movimento da saúde, do transporte coletivo etc.). Distinguiam-se dos anteriores por apresentar práticas autônomas em relação ao Estado autoritário de um lado e, de outro, diferenciadas daquelas presentes nas associações de moradores, marcadas pelo populismo e clientelismo. Ou seja, suas lutas, de caráter amplo e popular, voltavam-se para a satisfação de necessidades básicas elementares, bem como pelos direitos sociais elementares, de que as camadas mais populares foram sempre tão carentes. A essas lutas e movimentos não se poderia apontar nada que se assemelhasse aos novos movimentos sociais europeus ou norte-americanos.

Embora a autonomia em relação ao Estado autoritário e aos partidos políticos fosse uma de suas marcas, esses movimentos foram usualmente analisados sob o prisma de teorias marxistas, que enfatizavam seu caráter extra-institucional. A relação com a Igreja, por sua vez, era tratada apenas como apoio ou ‘matriz formadora’ (Sader, 1988, apud, Gohn, 2006). Merece destaque o estudo realizado por Doimo (1995) sobre os

movimentos populares dessa década, no qual é pontuada a organicidade deles como movimento social de luta por bens materiais – em contraposição à idéia de que constituiriam um conjunto diversificado e fragmentado de ações diretas – e a constituição de um coletivo “que não se deixa cooptar ou manipular”, formados por sujeitos autônomos e independentes, na luta pela construção de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (1995:124).

Nos anos 80, mudanças na conjuntura política levaram, sob o prisma teórico, ao questionamento do caráter do ‘novo’ nos movimentos sociais brasileiros (Gohn, op. cit: 283). Movimentos feministas, ecológicos, de negros, índios etc. passaram a ter expressão e a chamar a atenção dos pesquisadores. Em algumas situações, esses ‘novos movimentos’ estiveram articulados às lutas populares, como no caso de algumas alas do movimento feminista que atuaram no movimento de luta pelas creches. A relação estabelecida com partidos políticos, em especial com o Partido dos Trabalhadores (PT), também marcou o desenvolvimento desses movimentos durante parte da década de 80, entrando pela década seguinte.

Com a emergência desses movimentos, houve uma reconceitualização do novo, bem como uma nova divisão de paradigmas. Esses movimentos não apenas demandavam bens e serviços necessários à sobrevivência, mas passavam agora a reivindicar direitos sociais modernos que apelavam para igualdade e liberdade, em termos de relações de raça, gênero e sexo, aproximando-se, por fim, da concepção dos NMS do hemisfério norte (cf. Gohn, 2006). Além disso, os movimentos de desempregados e pela redemocratização, especialmente as ‘Diretas Já’, deram contornos particulares ao cenário brasileiro nesse período. Também no decorrer dessa década, os movimentos e as análises que se fazem deles passam por uma fase de perplexidade, seguida de um sentimento de descrença. Entre os fatores apontados como causa dessa nova conformação, estão, como sugere Gohn (op. cit.), o desgaste das práticas participativas, o crescimento do associativismo institucional, o surgimento das grandes centrais sindicais e o aparecimento de unidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares.

A década de 90 trouxe consigo, como já abordado anteriormente, uma série de modificações no cenário econômico que também repercutiram nas estruturas sócio-econômicas e culturais do planeta: uma nova divisão internacional de trabalho; uma relativa perda de importância de fronteiras nacionais, especialmente no que toca à

circulação financeira e de mercadorias; a fragmentação dos processos produtivos, com a acumulação de vantagens fiscais e econômicas; o declínio da economia formal, com o conseqüente crescimento da informal; a perda de poder dos sindicatos; o crescimento do desemprego, tanto no sul como no norte globais; além de inúmeras reengenharias (no trabalho, na economia de mercado etc.). No Brasil, ainda de acordo com Gohn (op. cit.), o modelo de movimento-organização vigente nos Estados Unidos acaba por se instalar por meio de organizações não governamentais (ONGs) internacionais. Esse modelo supõe uma autoestruturação a partir de uma política interna de captação de recursos, a constituição de bases de adeptos e militantes, uma articulação com a sociedade civil e política de parcerias, bem como o envolvimento em projetos sociais operacionais e a formação de /qualificação de quadros. Ele traz para o cenário social brasileiro um novo tipo de atuação profissional na ação política. Por outro lado, os fundos de apoio financeiro e de pessoal para trabalho de base, articulados à Igreja, voltam-se para a redemocratização do leste europeu, fazendo com que movimentos e ONGs da América Latina passem a viver a mais grave crise econômica desde sua criação (cf. Gohn, 2006). Nesse cenário prenhe de mudanças, os movimentos fixados em demandas de serviços coletivos territorializados, não articulados em redes regionais ou nacionais se enfraqueceram, enquanto os movimentos locais que trabalham com demandas globais como reivindicações culturais dos indígenas, ecologia, paz, direitos humanos etc. se fortaleceram.

Do ponto de vista dos movimentos juvenis, foi durante a década de 60 – especialmente ao final desta – que o movimento estudantil brasileiro teve um de seus momentos mais fortes, com a radicalização da luta contra a ditadura instalada no país desde 1964. Como em diversas partes do mundo, o Brasil também conheceu as mobilizações juvenis dessa década, embora, como ressalta Martins, seja “evidente que a simultaneidade dos movimentos não foi uma coincidência, revelou o esgotamento do modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra. No entanto, as manifestações obedeceram em cada país a fenômenos diferentes” (2008: 36).

Iniciando com ações a favor da educação e contra o regime militar, o movimento estudantil dos anos 60 vê as condições políticas se agravarem à medida que a ditadura recrudesce suas práticas repressoras, os estudantes também se voltam para formas extremas de luta, provocando o enfrentamento dos policiais nas ruas e, posteriormente, realizando assaltos a bancos, sequestrando embaixadores e atuando em guerrilhas armadas, organizadas a partir de células partidárias de esquerda.

As ações dos estudantes brasileiros nessa década foram marcadas, em parte, pela lógica da nova esquerda, existente à época na Europa e nos Estados Unidos, embora o enfrentamento à ditadura tenha lhe concedido feições particulares em relação àquelas vigentes entre os estudantes europeus. Ventura (1988) e Martins (2008) chamam a atenção para o fato de que as formas tradicionais de fazer política estavam bastante desgastadas entre uma boa parte dos jovens brasileiros politizados de 68. Também ressaltam a existência de conflitos insuperáveis com o ‘Partidão’ (Partido Comunista Brasileiro), que, embora clandestino, era conciliador e burocratizado. Além disso, havia certa cisão entre aqueles que julgavam que o envolvimento deveria ocorrer a partir do universo estudantil, passando em seguida para a discussão da questão política de forma mais ampla, e aqueles que consideravam que a questão política deveria prevalecer sobre quaisquer outras.

Algumas características desse movimento podem ser depreendidas dos relatos de alguns de seus participantes/ testemunhas, como é o caso de Ventura: o gosto pela palavra argumentativa e as grandes discussões (que fizeram o filósofo José Augusto Pessanha considerar ser essa a “última geração loquaz” (cf. Ventura, 1988:51); certa compulsão doutrinária mesclada por uma visão maniqueísta da vida – articulada com a divisão do mundo característica do período da Guerra Fria – que tendia a uma ideologização de tudo segundo essa perspectiva –; um apreço por noções como ‘vanguarda’, ‘liderança’, ‘luta armada’ e inúmeras disputas entre ‘correntes’ e ‘linhas’ (concorrentes) partidárias de luta, em sua maioria, matizes variados do marxismo – ideologia que imperou entre os jovens brasileiros dessa geração –, também um viés autoritário eram traços comuns no repertório desses atores. Acima de tudo, essa juventude tinha uma inabalável certeza do que fazia e da ‘revolução’ que estava por acontecer:

Talvez, mais até do que argumentos, havia uma certeza que dava sentido a tudo, ainda segundo Cesinha²⁹:

- O que se sentia, se dizia, o que se achava é que era possível fazer a revolução. Essa certeza dava sentido a tudo. Fora dessa idéia radical não tinha sentido jogar a sua vida. Ninguém joga a vida para virar deputado (Ventura, 1988:66).

Por outro lado, uma politização da vida, característica dos NMS e da nova esquerda, também ocorreu com suas nuances próprias:

²⁹ César Queiroz Benjamim, na época militante secundarista desde os quatorze anos, ficou preso por cinco anos, durante o regime militar. Hoje é economista e escritor.

Os que viveram intensamente aqueles tempos guardam a impressão de que não faziam outra coisa além de política: mais do que fazer amor, mais do que trabalhar, mais do que ler, fazia-se política. Ou melhor, fazia-se tudo achando que se estava fazendo política. A moda era politizar – do sexo às orações, passando pela própria moda, que, durante pelo menos uma estação de 68 foi ‘militar’: as roupas mimetizaram a cor e o corte das fardas e das túnicas dos guerrilheiros (Ventura, op.cit. 83).

Assim, embora a politização da vida tenha atingido, de alguma forma, as relações pessoais, como Ventura descreve coloquialmente em seu livro, provocando uma revolução de costumes e o delineamento de novas posições relativas à mulher, ao casamento, à família etc., não se desarticulou o machismo/patriarcalismo ou o preconceito contra o homossexualismo (entre outros), que permaneceram entranhados nas concepções e práticas dos militantes. Isso talvez tenha sido consequência do fato de que a noção de hierarquização das lutas era hegemônica entre os militantes dessa geração, noção segundo a qual a luta de classes se sobrepunha a todas as demais, muito comum entre os adeptos da esquerda marxista (e de alguns anarquistas clássicos). Além disso, a forma como foram impelidos à confrontação com o autoritarismo e a violência da ditadura militar findou por conduzir a uma militância baseada em células partidárias de esquerda. Isso pode ser, mais uma vez, observado a partir do relato de Ventura:

Mas mesmo as organizações mais revolucionárias, aquelas que queriam mudar radicalmente a sociedade, surpreendiam pela rigidez calvinista de seu código moral. Emiliano José e Oldack Miranda contam, em seu livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, as dificuldades que o líder guerrilheiro enfrentou dentro da organização, em plena luta armada dos anos 70, para assumir o grande amor de sua vida, a guerrilheira Iara. Iara não tinha muito a ver com suas colegas de militância. (...) ‘Não se enquadrava exatamente no que chamavam de moral proletária’, contam Emiliano e Oldack. (...) Dentro da VPR era uma mulher ‘comentada’, vaidosa e transeira, segundo os ortodoxos padrões predominantes. (...) A retrógrada moral da organização chegava ao ponto de se preocupar ‘com o que a repressão vai dizer’... (op. cit. 38).

Portanto, como afirma Gohn (2008), os movimentos juvenis que ocorreram no Brasil em meados da década de 60 tiveram uma característica distinta em relação aos que ocorreram na Europa, especialmente na França, que passaram à história como os movimentos de ‘maio de 68’:

Isso porque o movimento francês naquela época teve um forte conteúdo cultural, queria mudar o mundo e a universidade – sua rigidez, seus procedimentos, sua burocracia. O Maio estudantil de 68 no Brasil foi uma luta política de oposição ao regime militar, com íntima conexão entre estudantes e partidos políticos.

A situação ocorrida entre os militantes brasileiros dessa época, entretanto, repete, de alguma forma, o padrão ocorrido entre os ativistas autonomistas na Itália, no final da década de 70 (cf. Katsiaficas, 2006) e também entre os adeptos da nova esquerda norte-americana, quando passaram a ser duramente reprimidos, como será visto no capítulo V desta tese.

O recrudescimento da repressão e a consequente passagem de muitos dos jovens à ação clandestina só fez aprofundar um ambiente em que a paranóia e o autoritarismo se abateram sobre as práticas políticas revolucionárias, levando, de um lado, ao desbaratamento dos grupos de guerrilha pelo Estado autoritário; e, de outro, a uma progressiva desmobilização por parte dos estudantes. Entre os anos 80 e 90, uma desarticulação e fragmentação dominou os movimentos estudantis, embora, nos meados da década de 80, tenham ocorrido grandes mobilizações estudantis no transcurso da campanha Diretas Já.

Paralelamente, entidades representativas como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – fechada pelo regime militar e reconstruída entre os anos de 1976/79 – não conseguiram restabelecer o espaço que tinham anteriormente entre os estudantes e permaneceram cada vez mais atadas às determinações da lógica dos partidos políticos ao qual se vinculavam. No cenário que então veio a se delinear, as entidades representativas estudantis se situaram em posições distantes do contingente que representavam, fato que imputavam como consequência de uma alienação e individualismo crescentes entre os jovens universitários brasileiros (cf. Barbosa, 2008).

No início dos anos 90, uma nova safra de mobilizações tomou forma entre os jovens que lutaram pelo *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Naquele momento, ocorreram grandes mobilizações, formadas por jovens não filiados e distanciados das entidades estudantis ou dos partidos políticos, que vieram a ser conhecidos genericamente como os ‘caras pintadas’ (Groppo, 2008).

A saída dos militares do governo e a consequente ascensão dos partidos políticos ao poder, ocupando postos de comando /representativos por meio de eleições, levaram o país a ingressar em um longo percurso de redemocratização de suas instituições. Paradoxalmente, também contribuíram para um desgaste da atividade político-partidária, a partir dos percalços políticos, sociais e econômicos do período e de crescentes denúncias de corrupção contra a classe política. De acordo com Moisés (1995):

Entretanto, passada a fase do festival de democracia, os verdadeiros problemas aparecem (Pasquini, 1990). Por mais desejáveis que sejam, as ‘novas democracias’ revelam-se profundamente marcadas por uma distribuição desigual, não só dos bens materiais, mas também dos bens simbólicos e dos recursos de poder através dos quais enfrentam os conflitos societários básicos (Therborn, 1977). Preferíveis às alternativas autoritária e totalitária, porque asseguram a disputa pacífica por bens disponíveis, elas convivem com enormes desigualdades sociais, sexuais, raciais, etc. E com a não menos importante divisão entre governados e governantes. Longe de desaparecer, tal realidade torna-se mais visível quando a ordem democrática começa a se instalar. Em consequência, o entusiasmo democrático dos primeiros tempos dá lugar ao desencanto, à apatia e até à hostilidade em face das distorções que, muitas vezes envolvem políticos e instituições democráticas. (op.cit: 83)

Todo esse processo tende a se aprofundar com os acontecimentos globais do final da década de 80, quando se dá a paradigmática ‘queda do muro de Berlim’ e a corrosão final do regime socialista na União Soviética, com consequências marcantes para a esquerda mundial, bem como para a brasileira.

3.2- Brasília e os Movimentos Sociais

Em seus cinquenta anos de existência, Brasília já conheceu inúmeras manifestações/mobilizações e diversos movimentos sociais. Talvez pelo fato de ser a capital do país, muitos dos momentos/eventos que se desenrolavam no cenário nacional ressoavam de um modo especial. Assim ocorreu com episódios como as manifestações estudantis do final da década de 70/início da década de 80, quando o movimento estudantil já estava mais desarticulado no resto do país; as mobilizações pelas *Diretas Já!*, organizadas durante o estado de emergência decretado na cidade por ocasião da votação da emenda que previa o retorno das eleições diretas para presidente; ou o ‘*badernaço*’, momento em que a população ocupou as ruas da cidade, quebrando vitrines e virando carros em protesto contra o aumento nas tarifas públicas, no chamado ‘Plano Cruzado II’, durante o governo de José Sarney, em 1986.

Outro momento incorporado à história política da cidade, embora constituindo apenas uma manifestação popular e não um movimento social, foi o enterro de Juscelino Kubitschek, em 1976. Nesse episódio, transcorrido em plena ditadura militar, a população acorreu em massa às ruas brasilienses para acompanhar o cortejo do corpo do criador da cidade, a despeito das restrições impostas pelos militares. O enterro do ex-presidente transformou-se em um ato de protesto contra a ditadura, reunindo milhares de pessoas nas ruas em homenagem ao ex-presidente, perseguido pelo regime militar.

Por outro lado, várias associações de moradores e/ou inquilinos – como é o caso dos Incansáveis da Ceilândia e da União e Luta do Setor P – ou o Movimento contra a Carestia tiveram atuação na luta pela obtenção de melhorias de condições de vida e/ou na regularização dos lotes das classes menos abastadas na cidade. Tais movimentos estavam dentro do que Gohn denominou de movimentos populares voltados para a luta pela terra, casa, comida e obtenção de equipamentos coletivos em geral. Aliados a

sindicatos (dos professores, dos bancários), à Associação Comercial e a militantes de partidos políticos de oposição, também constituíram uma frente ampla que empreendeu vários embates pela redemocratização do país e pela autonomia política do DF. É desse período a Frente Intersindical do DF e o Centro Brasil Democrático (Cebrad), que serviam como fóruns de articulação entre setores e correntes da sociedade civil local.

Os estudantes universitários, por sua vez, também tiveram presença marcante nesse cenário. A Universidade de Brasília, cujo projeto já trazia elementos que pretendiam revolucionar a educação universitária no país, foi, continuadas vezes, alvo do autoritarismo e violência do regime militar. Sofreu numerosas baixas de professores ao longo de sua curta história, vários demitidos em função de perseguição política, bem como múltiplas invasões policiais no campus, entre as quais se pode citar a de 1968 e 1977, com a prisão de inúmeros estudantes (ver Cerqueira, 2009). Em 1985, por ocasião da campanha pelas eleições diretas (no âmbito do *Movimento Diretas Já!*), a cidade quedou sob estado de emergência, quando eram proibidas manifestações ou passeatas em seu território. Apesar das medidas repressoras, os estudantes universitários quebraram a proteção que a autonomia do campus oferecia, projetando suas passeatas para além de seus limites. A ação desencadeou uma repressão que levou alguns jovens estudantes à cadeia por mais de uma semana.

Do ponto de vista do movimento autônomo brasileiro, embora tenham existido estudantes autônomos engajados em manifestações estudantis desde a década de 80, eles constituíam uma minoria e costumavam ficar isolados nas assembleias estudantis. Já ao final da década de 1990, pôde-se observar alguma movimentação autônoma mais organizada. De acordo com informações obtidas por ativistas autônomos, são exemplos disso o coletivo feminista Nada Frágil, formado por estudantes da UnB, também envolvido com o *hardcore*³⁰, ou a manifestação relativamente espontânea da queima do ‘relógio dos 500 anos’ instalado próximo à Rodoviária. A partir de 2002, um coletivo Pró-CMI foi formado na cidade, conglomerando vários ativistas que depois viriam a se reunir na Convergência dos Grupos Autônomos (CGA), em 2004.³¹

Uma manifestação que também foi marcante para esses grupos e ativistas foi a que se denominou de *Apagão contra a Corrupção*, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, motivada pela crise da energia que acometeu o país em razão da

³⁰ Estilo musical que pode ser de diversas tendências, do *punk* ao *hip-hop*.

³¹ O coletivo Pró-CMI consiste em um projeto de formação de um novo coletivo que integrará a rede Centro de Mídia Independente - CMI, mantido como Pró-CMI enquanto é avaliado e ajustado à rede.

falta de investimentos chave no setor elétrico após sua privatização. Essa manifestação também serviu como ponto de encontro para vários ativistas autônomos que se conheceram nessa oportunidade. Mencione-se também o evento anual *La Carniça* – quando ocorriam apresentações de bandas *hardcore*, também responsável por uma publicação que discutia temas relativos à sexualidade feminina, do qual surgiria, em maio de 2005, o coletivo de gênero *Korpus Krisis* também integrante da CGA.

Da perspectiva da vertente *punk*, pode-se mencionar a Movimentação *Punk* Anarquista e alguns ativistas punks que atuavam de forma dispersa na cidade. A partir de 2005, já em meio à articulação da CGA, a Movimentação *Punk*, juntamente com esses ativistas, converge para a formação do Coletivo Anarco-Punk (KRAP), outro coletivo constituinte da rede CGA. Já nesse período, é possível observar a multimilitância de vários ativistas autônomos que costumavam atuar em dois ou mais coletivos simultaneamente.

3.3 - O Movimento Passe Livre – MPL: histórico

Desde os primeiros anos deste milênio, presencia-se, em várias cidades brasileiras, a eclosão de movimentos sociais formados majoritariamente por jovens cuja forma de atuação peculiar tem, periodicamente, ocupado a atenção da mídia e da sociedade em geral. Um deles vem a ser o Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social que luta pela reestruturação dos transportes públicos urbanos. A forma surpreendente com que o MPL tomou as ruas de várias cidades, interrompendo o trânsito e enfrentando a polícia, gritando, dançando e cantando novas palavras e músicas pelo passe estudantil e contra os aumentos das passagens de ônibus, ou denunciando as péssimas condições de transporte, produziu um ar de novidade, contrastando com as padronizadas manifestações capitaneadas por partidos políticos e/ou sindicatos. Como característica marcante, seu tom, sempre despojado, beirando o jocoso. Também o estilo de decidir os próximos atos do movimento, com os militantes sentados nas ruas, em assembléias instantâneas nas quais todos contribuem para as decisões tomadas; as formas de expressar-se nessas assembléias, em que militantes, com o rosto coberto por *paliacates*³², não usam microfones, mas têm suas falas repetidas pelo restante da

³² Paliacates são bandanas (lenços) atadas ao rosto e usadas pelos zapatistas.

assembleia; o estabelecimento de uma relação diferenciada com a imprensa, partidos políticos e ‘autoridades’ institucionais/ estatais, tudo isso chamou a atenção naqueles anos que já entravam firmes na década 2000.

Em Florianópolis, densas massas de jovens ocuparam as ruas, em um cenário que mais lembrava um ato de guerra, pelotões de policiais fortemente armados deixavam o ar coberto pelas bombas de gás lacrimogêneo. Em Brasília, no auge do movimento, vias inteiras foram interrompidas, pneus foram queimados, ônibus foram depredados pela população. A revolta popular parecia ter tomado novamente as ruas (cf. Vinícios, 2005).

Em termos imediatos, a constituição desse movimento se inspirou nas manifestações espontâneas ocorridas em 2003, na cidade de Salvador, no episódio que se tornou conhecido como a “Revolta do Buzu”. Como destaca Mendes (2007), revoltas como essa já ocorreram diversas vezes na história do país, sendo inúmeros os registros encontrados sobre o tema.³³ A autora também destaca que a de Salvador – talvez pelo período de tempo durante o qual persistiu e certamente pelo fato de contar com divulgação por meio do sítio do Centro de Mídia Independente (CMI) – teve a particularidade de inspirar a Campanha pelo Passe Livre, já existente em Florianópolis, além de certo número de pessoas que pertenciam a uma rede anticapitalista e autônoma conectada com lutas de resistência global (2007:18).

A ‘Revolta do Buzu’ teve seu início no dia 28 de agosto de 2003, quando foi anunciado o aumento das tarifas dos ônibus locais, perdurando até o mês de outubro. Indignados com o aumento, estudantes saíram às ruas, impedindo a circulação dos ônibus e paralisando Salvador por muitos dias. Um dos elementos que mais chamou a atenção nessa revolta foi seu ‘espontaneísmo’: sem serem convocadas por quaisquer entidades representativas ou partidos políticos, estudantes acorriam de toda parte, e as manifestações, em múltiplos lugares, aconteciam em meio a uma aparente desordem. De acordo com relatos obtidos no sítio do CMI, logo começaram a aparecer líderes partidários ou de entidades representativas dos estudantes para se fazerem representantes do movimento. No final desse episódio, os representantes das entidades estudantis oficiais – no caso a União da Juventude Socialista (UJS) – fizeram um acordo com a prefeitura local e contribuíram para a desmobilização do movimento, sem a consecução do objetivo de baixar as tarifas. Nas palavras de um manifestante:

³³ Mendes cita ‘quebra-quebra de ônibus e bondes’ ocorrido, por exemplo, em 1880, no Rio de Janeiro; em 1947, em São Paulo e, em 1930 e 1981, na cidade de Salvador. (2007:18)

O pessoal que fechou o acordo com o governo pelo fim dos protestos caiu de "para-quedas" no meio do movimento e queria assumir sua liderança, já que são os representantes das entidades estudantis oficiais e geralmente ligados a partidos políticos. Então eles simplesmente tomaram a frente nas negociações e assinaram um acordo que satisfazia já antigas e importantes (diga-se de passagem) reivindicações deles, o que os fortaleceria politicamente e facilitaria para o governo em não ceder em relação às tarifas. Só que essa comissão não tinha representatividade nenhuma dos estudantes, o movimento surpreendentemente cresceu com uma espontaneidade que chega a provocar admiração e espanto a quem está acostumado com isso e está acompanhando de perto, pois não dá pra ver a dimensão disso só pelos jornais e pela janela dos ônibus presos nos engarrafamentos. O movimento não tem líder e está havendo uma total aversão ao oportunismo dos partidos políticos, não estão permitindo bandeiras e não estão ouvindo quem quer discursar com broches ou camisas de partidos, estão pedindo também para as pessoas com bebida alcoólica se afastarem para não "queimar" o movimento (depoimento de um participante da Revolta do Buzu, no CMI, em 7/9/2003).

Como se pode ver nesse depoimento, características como *não liderança* e *não vinculação a partidos* (para não repetir o termo "aversão") estavam bem presentes nos repertórios dos participantes. Por outro lado, esse episódio também viria a ser usado por ativistas do MPL posteriormente como exemplo de como a falta de organização e a consequente condução final das negociações por parte de entidades representativas levaram o movimento à derrota.

O outro vetor do Movimento Passe Livre foi a 'Campanha pelo Passe Livre Estudantil' existente em Florianópolis desde 2000. Campanhas ou comitês pelo passe livre já existiam em outros locais do país, como São Paulo. Na realidade, a luta pelo passe livre constitui uma demanda histórica de partidos políticos ou entidades representativas de estudantes, embora, há muito, não estivesse no centro das atenções dessas organizações. Essa campanha correspondia a uma articulação promovida por um grupo juvenil atrelado à corrente 'O Trabalho' do Partido dos Trabalhadores. A partir de 2003, após uma cisão com o partido, inspirados pela 'Revolta do Buzu', o grupo que conduzia a campanha pelo passe livre assumiu o que viria a ser uma das marcas do movimento – a independência partidária. Tal fato viria a contribuir – na leitura do próprio movimento – para a significativa ampliação de suas dimensões ocorrida desde então.

Grandes manifestações de rua, seguidas de intensa repressão policial, caracterizaram o movimento em Florianópolis, no período entre 2004 e 2005, quando milhares de jovens tomaram as ruas, protestando contra dois aumentos consecutivos do preço das passagens de ônibus. O movimento então configurado ganhou visibilidade nacional e resultou na aprovação na Câmara dos Vereadores de uma lei que implantou o passe livre, posteriormente considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça catarinense. Mesmo tendo perdido a batalha legal pelo passe livre no local, essas lutas,

também divulgadas pelo CMI, estimularam o aparecimento de núcleos de luta pelo passe livre em cidades como Brasília, São Paulo, Recife, Fortaleza, Salvador, além de outras, sempre com um caráter de intermitência em suas manifestações de massa.

No Distrito Federal, a origem desse movimento se dá no seio da Convergência dos Grupos Autônomos (CGA), ao final de 2004, ainda sob a forma do Comitê Autônomo de Luta pelo Passe Livre. A Convergência, por sua vez, constituiu-se a partir da realização do I Encontro de Grupos Autônomos de Brasília, em setembro de 2004, com o objetivo de organizar/estimular a ação de grupos vinculados à comunidade e voltados para uma perspectiva de mudança radical. Esse propósito se articulava com a nova orientação adotada pelos movimentos de resistência global ou anti-alter-globalização, segundo a qual os movimentos sociais deveriam se voltar para uma atuação mais enraizada no local, após um refluxo nas mobilizações globais. Nesse período, encontros de diversos grupos autônomos ocorreram em diferentes lugares do mundo, entre eles, em São Paulo, no Brasil, e em Cochabamba, na Bolívia.³⁴ As organizações participantes desses eventos estariam procurando atuar de uma forma mais sintonizada com o local (dentro da máxima “pense globalmente, aja localmente”), sem depender de qualquer financiamento privado ou estatal, o que, de acordo com uma matéria veiculada pelo CMI, teria se convertido em uma espécie de “metodologia de atuação do movimento autônomo” a partir de então.

Em Brasília, o Encontro de Grupos Autônomos ocorreu devido à ação de alguns ativistas locais participantes dos eventos brasileiros que tentavam estimular a incipiente cultura de movimentos autônomos na cidade.³⁵ Na configuração final da CGA, formaram-se coletivos com diferentes especificidades, genealogias, pautas e estruturas de organização: 1) o coletivo Korpus Krisis, que trabalha com campanhas que transpassam os poderes institucionais, desconstruindo opressões de gênero e sexualidade; 2) o Coletivo Revolucionário Anarcopunk (KRAP), cujas diferenças estão pautadas por questões identitárias e ações próprias do grupo (entre as quais as ‘okupas’); 3) o MADU, com ações vinculadas aos grupos que trabalham pela libertação

³⁴ São exemplos desses encontros na América do Sul os ocorridos na Argentina, Bolívia e Brasil, em que foram discutidas as experiências dos movimentos sociais autônomos e libertários. Em uma fábrica ocupada de um subúrbio de Buenos Aires, aconteceu o ‘Janeiro Autônomo’; enquanto em São Paulo e Cochabamba, realizaram-se dois eventos quase simultâneos, com a mesma preocupação: discutir as organizações populares autônomas. No Uruguai também ocorreu um evento similar.

³⁵ De acordo com Mendes (2007), dado o pequeno número de grupos autônomos existentes, o EGA foi constituído por alguns grupos e muitos indivíduos (muitos dos quais viriam, posteriormente, a se conectar com algum grupo), o que gerou o nome alternativo e jocoso para o evento de “Encontro de Indivíduos Autônomos”.

animal; 4) o Centro de Mídia Independente (CMI), coletivo que integra a rede de mesmo nome, constituído na manifestação anti-alter-globalização, responsável pela divulgação de matérias de interesse dos ativistas em movimentos sociais; e 5) a Escola Livre da Estrutural, iniciativa conjunta com moradores locais que luta por ensino público de qualidade.

Foi no I Encontro de Grupos Autônomos brasilienses, elencado entre três outras frentes de ação, que o Comitê Autônomo de Luta pelo Passe Livre surgiu.³⁶ Como inspiração, pairavam a “Revolta do Buzu” e os movimentos ocorridos em Florianópolis. Concretamente, o grupo constatou que o transporte público na cidade estava em péssimas condições e era historicamente explorado por empresários cuja riqueza é conhecida por crescer exponencialmente.

A partir do início de 2005, durante o I Encontro Nacional do MPL, ocorrido no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o MPL passa a se definir coletivamente como movimento social, estabelecendo claramente seus princípios de atuação e vindo a se chamar Movimento Passe Livre. O ‘pelo’ foi retirado, com a idéia de que não se queria lutar apenas pelo passe livre estudantil, mas usar o termo ‘passe livre’ para se referir a uma liberdade mais ampla (Mendes, 2007:17, 18). Enquanto a CGA se organizava em moldes bastante fluidos, os militantes do já Movimento Passe Livre iniciaram, durante o primeiro semestre de 2005, um trabalho de base nas escolas secundárias do DF, com o propósito de chamar a atenção para a questão do transporte. Esse trabalho constitui um ponto fulcral da ação do MPL em Brasília e nos demais estados onde atua e consiste em estabelecer contato nas escolas públicas do DF, realizando oficinas previamente preparadas. Ao final desse primeiro semestre, os ativistas depararam o anúncio do aumento das tarifas de ônibus em junho de 2005. Nesse momento a militância dos grupos autônomos convergiu para o Movimento Passe Livre, e o movimento explodiu na cidade.

O MPL-DF surge, assim, já pautado por princípios como autonomia, independência, apartidarismo e horizontalidade, apresentando um variado estoque de ações diretas que animou manifestantes e surpreendeu policiais, mídia e instituições governamentais. Entre suas estratégias de luta, encontram-se ações diretas como marchas realizadas sem autorização governamental e com ocupação das vias e interrupção do trânsito, ocupações de instituições responsáveis por atividades

³⁶ As três outras frentes de ação eram: 1) edição do jornal ‘Autonomia DF’; 2) ações contra a violência policial no DF; 3) ações contra a Alca.

vinculadas aos transportes³⁷, atos públicos na rodoviária com batuques e músicas, *performance* do Exército Revolucionário de Palhaços (ERIP), para enfrentar policiais ou para descontraír tensões vividas em variadas situações.³⁸

A organização do movimento se deu, inicialmente, em torno da reestruturação do sistema de transporte cujo ponto de partida era a reivindicação do *Passe Livre Estudantil*. Trata-se do transporte público e gratuito, partindo do princípio de que a gratuidade é fundamental para que a população estudantil não só frequente a escola, mas também tenha acesso ao lazer, à saúde e ao trabalho. As lutas contra os aumentos das passagens de ônibus constituíram a grande oportunidade de ação do grupo. No período compreendido entre 2005 e início de 2006, chegou ao ápice a movimentação de massa do MPL-DF. A luta contra o aumento das passagens saiu vitoriosa e o governo local recuou, retrocedendo no intento de aumentar a passagem em meados de 2005. Pode-se dizer que o Movimento Passe Livre nasceu grande: com pouco tempo de vida, já protagonizava grandes assembléias e atos públicos, tendo suas reuniões cotidianas frequentadas por cinquenta a sessenta pessoas em média. As manchetes de jornais descreviam suas ações na cidade. Com frequência, os telefones dos militantes tocavam com pedidos de entrevistas e/ou informações das principais emissoras de TV ou jornais. Esse, aliás, seria um aspecto que logo seria tratado pelo grupo: quem faria e como fazer contato com a *mídia corporativa*, já que o movimento procura evitar que seus ativistas ganhem projeção individual. Nesse sentido, combinou-se identificar os integrantes que estabelecessem contato com a mídia com nomes cujas iniciais formassem a sigla do MPL, como Maria Paiva Lins ou Mandela Pereira Lourenço.

Como consequência de suas lutas, um projeto que concede passe gratuito aos estudantes do DF (exclusivamente destinado ao transporte às instituições de ensino) foi apresentado e aprovado na Câmara Distrital local, em 2006, tendo sido posteriormente vetado pelo governador do Distrito Federal Joaquim Roriz. No início de 2007, o veto foi derrubado pelos deputados distritais, gerando um novo impasse. Com a posse de José Roberto Arruda como novo governador do DF em 2007, o MPL se articulou para participar das audiências públicas que o governo realizou com o intuito de apresentar soluções para o deficiente setor de transportes da capital federal. Não é possível deixar de notar a ênfase dada pelo governo à reforma do sistema de transportes da capital por

³⁷ Ocupação da ouvidoria da DF-Trans, na Rodoviária de Brasília e da sede da ANTT, agência que decretou o aumento das passagens de ônibus interestaduais.

meio do projeto ‘Brasília Integrada’. Outrossim, a bandeira do ‘passe livre’ adquiriu tal ressonância entre os jovens que foi seguidamente (re)apropriada e enfatizada por candidatos de partidos políticos durante as eleições de 2006, bem como por entidades do movimento estudantil, como a UNE, UJS e a Conlute.³⁹

Após ser obrigado a suspender o aumento das tarifas de ônibus em meados de 2005, o governo Roriz, finalmente, consegue aumentá-las em 1º de janeiro de 2006. A estratégia foi clara: aproveitar as férias escolares, quando grande parte dos estudantes estava fora da cidade ou desmobilizada, e conceder o pretendido aumento. Mas a reação do movimento surpreendeu uma vez mais: no dia 6 de janeiro de 2006, todas as televisões e jornais reportaram a agitação ocorrida na rodoviária de Brasília, com grande concentração de pessoas, embate com policiais a cavalo, ônibus apedrejados. Enfim, o cenário de uma grande luta social.

A jornada de lutas contra o aumento das passagens durou cerca de três meses, quando tornaram-se bordões conhecidos lemas como “Por uma vida sem catracas!”, “Vem! Vem! Vem pra luta vem, contra o aumento!” ou “Passe Livre Já!” Nesse período, atos públicos em várias cidades do Distrito Federal marcados por violento confronto com policiais, queima de pneus, as já tradicionais assembléias instantâneas com ativistas de rosto coberto por paliacates tornaram-se fatos quase corriqueiros, sempre reportados pela grande imprensa. Ao cabo desse período, já em meados de maio de 2006, a ação encaminhada pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DFT) para anular o aumento devido à sua irregularidade recebeu parecer negativo sob o argumento de que, a essa altura, as famílias já haviam se ajustado a ele. Aliado a isso, o grande desgaste ocasionado pelo intenso período de mobilização e a crescente repressão policial sofrida pelo grupo acabaram pondo termo à luta. A partir desse momento, o movimento ingressou em um denso, e muitas vezes tenso, processo de reflexão, procurando entender por que teria ‘falhado’ na luta contra o aumento das tarifas.

Nos meses que se seguiram, o MPL se envolveu na realização do evento nacional do movimento, bem como no de dois outros eventos locais: ‘O Ei! Encontro Intergalático DF’ e a ‘Flor Punk – Flor da Palavra e Jornadas Anarcopunk’. Os dois

³⁸ O ERIP tem sua inspiração em estratégia similar ocorrida nas manifestações ‘antiglobalização’ em várias cidades do mundo, entre 1999 e 2001.

³⁹ UNE: União Nacional dos Estudantes, UJS: União da Juventude Socialista, vinculada ao PC do B, e Conlute: ala de oposição à UNE e ao governo formada pela juventude do PSTU, setores do PSOL, Fórum do Anarquismo Organizado e União para o Anarquismo.

últimos foram organizados em parceria com coletivos próximos ou integrantes da CGA, visando estreitar as redes de comunicação e solidariedade existentes na cidade (Mendes, 2007: 22). No Encontro Intergaláctico se decidiu reativar a CGA – cuja ação, de alguma forma, havia se deslocado para o âmbito do MPL – e realizar uma caravana pelas cidades do DF quando se discutiriam formas alternativas de política. A caravana, intitulada “Nossos sonhos não cabem nas urnas: existe política além do voto”, foi realizada em cidades como Paranoá, Estrutural e Brazlândia e consistiu em uma rodada de atividades com oficinas e debates, chamando a população para a auto-organização:

Política é muito mais que apertar um botão nas urnas eletrônicas a cada quatro anos. Na verdade, tudo que fazemos em nossas vidas tem um pouco de política: desde a maneira como você trata seus amigos e sua família, até a maneira como você se relaciona com seu trabalho e suas contas. (...)

Não existe uma fórmula para isso que queremos, então estamos experimentando, como podemos, a rica experiência da organização popular. Somos de grupos apartidários (pensamos outras formas de coletividades) autônomos (decidimos desde baixo para cima), horizontais (sem hierarquias). Queremos construir um mundo onde caibam diferentes mundos que não sejam excludentes e estamos tentando fazer isso pela organização popular. Organizemo-nos para a luta! (trecho do panfleto que apresentava a Caravana).

Também durante esses encontros, refletiu-se acerca dos desdobramentos da luta contra o aumento das tarifas, o que resultou em três posições bastante divergentes: a) uma fração do grupo considerou que o objetivo de baixar as passagens não foi alcançado pelo fato de não terem sido utilizadas ações diretas de maior violência; b) outro segmento apontou o fato de o movimento não ter se organizado em torno dos ‘corretos princípios anarquistas’ como fator preponderante da derrota; c) finalmente, a maioria do grupo decidiu aceitar o fato de que havia perdido aquela batalha – ao tempo em que também haviam feito outras conquistas, como a própria expansão e conhecimento do movimento no nível local – e continuar a aprofundar as discussões e as ações do movimento.

Logo após as primeiras crises, ainda no decorrer de 2006, os integrantes do MPL-DF mergulharam em uma profunda reflexão. Durante o período de eleições, no final desse mesmo ano, os ativistas perceberam a importância que as bandeiras do movimento haviam adquirido na agenda política local, surgindo nas promessas (ou referências à questão dos transportes e ao passe estudantil) lançadas por candidatos de todos os partidos. Isso, aliado ao fato de identificar no governador recém-eleito uma postura distinta da que mantinha o governo anterior, levou os ativistas a se concentrar na análise da conjuntura, de forma a poderem atuar concretamente sobre ela:

“A gente percebeu a nossa influência no processo político local: na campanha eleitoral todo candidato falava alguma coisa sobre os transportes. Então a gente viu que precisava compreender

mais a conjuntura e a realidade, pra ela não nos pegar desprevenidos” (depoimento de um ativista do MPL).

Assim, nem bem o novo governador tomou posse em 2008, os ativistas concluíram que a lógica do transporte local mudaria. José Roberto Arruda vinha com uma proposta modernizadora do setor concretizada no projeto ‘Brasília Integrada’, para o qual articulou vultosos empréstimos no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Mundial. Os estudos, então, voltaram-se não só para o aprofundamento do conhecimento sobre a proposta do governo, mas também para a constituição de uma perspectiva própria e ampla sobre o tema. Foi dessa forma que o MPL-DF iniciou, em princípios de 2007, a elaboração de sua proposta de ‘Direito à Cidade’. Para isso, o coletivo buscou textos, realizou seminários com a colaboração de alguns professores da Universidade de Brasília e, posteriormente, entrou em contato com o ex-secretário de transporte do governo Luíza Erundina (SP), Lúcio Gregori.

O contato com Lúcio Gregori foi feito, inicialmente, pelo MPL de São Paulo, abrindo espaço para que os demais coletivos (de Salvador, Florianópolis, Curitiba e do DF) iniciassem atividades de intercâmbio com o ex-secretário. De acordo com um ativista do DF, os coletivos em todo país deparavam, naquele momento, os limites que a luta focada no passe livre impunha ao movimento diante da perspectiva de sua obtenção, a partir da aprovação de projetos que o concediam em Brasília e Florianópolis. Assim, não foi coincidência o fato de que, também nesse período, o coletivo de Florianópolis estivesse trabalhando a perspectiva da tarifa zero para a cidade, que veio a ser reforçada como orientação geral no II Encontro Nacional do Movimento. No tocante à proposta de “direito à cidade”, entretanto, a idéia parece ter emergido do processo reflexivo do coletivo brasiliense, embora tenha se propagado rapidamente pelos demais coletivos.

De 2007 para cá, alguns episódios marcaram a vida do movimento. Um deles foi uma ocupação promovida pela CGA, a ocupação ‘Casa das Pombas’, em setembro de 2007, cujo objetivo era construir um centro social autônomo em Brasília. O outro foi a ocupação da reitoria da UnB em abril de 2008 como forma de pressionar para a saída do reitor Timothy Mulholand, acusado de corrupção e malversação de recursos públicos. Um terceiro momento foi o envolvimento dos integrantes do MPL na luta pela libertação de Cesare Battisti, ativista italiano pertencente a um movimento autônomo da década de 70/80 na Itália, que, acusado do assassinato de quatro pessoas em seu país de origem, foi preso no Brasil e ficou aguardando decisão quanto à sua extradição para a

Itália. O quarto evento, o Curso de Pensamento Heterodoxo, foi resultado da iniciativa da Convergência dos Grupos Autônomos (CGA) com o objetivo de promover a formação dos ativistas. Dois módulos temáticos foram desenvolvidos: um concentrado em temas relativos à insurgência nas Américas e às lutas de resistência global, o outro focado na questão do racismo na sociedade brasileira. O quinto evento, cujo efeito foi impactante sobre o movimento, foi a aprovação do passe livre estudantil pelo governo José Roberto Arruda, em junho de 2009. Tal acontecimento contribuiu para o surgimento de novos questionamentos e reflexões no seio do movimento. Por fim, cabe destacar um último episódio que ilustra a crescente força adquirida na política local pelos movimentos autônomos e sua relação com as forças políticas tradicionais da cidade: o Movimento Fora Arruda e toda Máfia, no bojo do qual se deu a ocupação da Câmara Legislativa do DF, em dezembro de 2009.

Cinco desses eventos podem ser observados pelo prisma da multimilitância, que caracteriza a atuação de boa parte dos integrantes dos movimentos da atualidade e que, junto com a constituição de uma ampla visão do direito à cidade, contribui para a desconstrução da noção de fragilidade ou de concepção restrita quando se pensa em movimentos que lutam por ‘causas pontuais’. Essas iniciativas serão descritas e analisadas quando se tratar da multimilitância entre os integrantes dos movimentos autônomos contemporâneos em geral. Antes disso, entretanto, tratar-se-á de princípios e inspirações que fundam a prática e os ideais do MPL.

3.4 - Características e Princípios do MPL

O MPL se constituiu como movimento social, rejeitando, de antemão, a definição de movimento estudantil. Por muito tempo, também resistiu a ser enquadrado como ‘movimento de jovens’, por considerar que o principal aspecto a ser levado em conta seria o fato de o movimento estar voltado para a questão dos transportes, o que lhe abriria um vasto leque de interessados afetados diretamente pelo problema. Gradativamente, entretanto, o movimento vem se conformando em aceitar a qualificação de juvenil, por ser essa uma característica dominante de seus integrantes, o que justifica que Liberato (2006), ao tratar do MPL de Florianópolis, considere a condição de jovem como essencial à conformação tomada pelo MPL:

Podemos dizer que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude estão sendo constituintes não só de manifestações significativas em torno da questão social do transporte urbano, mas de um movimento social organizado que tem tido destaque no quadro de lutas sociais urbanas nos últimos anos. Ou seja, a potência política que brota dessa independência, autonomia e rebeldia constituintes, tem tido no MPL sua expressão mais elaborada. (op. cit : 223-4)

A autodefinição como movimento social feita pelos ativistas diz respeito ao fato de que seus objetivos de luta vão além do atendimento às necessidades meramente estudantis – o que a proposta de direito à cidade traduz muito bem –, além de expressar a resistência aberta e ostensiva ao modelo de movimento estudantil tal qual este se configura atualmente, a saber, hierarquizado e com vinculações partidárias. Vale também ressaltar que Jeffrey Juris (2006), em posição divergente da adotada por Liberato, aponta como o que seria valorizado por parte dos ativistas contemporâneos uma clivagem que considera a lógica da ação política desenvolvida em detrimento da classificação por idade. Assim, segundo essa perspectiva, a clivagem preponderante no MPL seria a que divide aqueles que trabalham em rede daqueles que atuam sob a lógica do comando. Isso, entretanto, não inviabiliza o eventual estabelecimento de algumas parcerias com aqueles que se pautam pela lógica do comando, como se verá adiante.

Seguindo essa linha divisória, os ativistas do MPL costumam, em geral, classificar os atores sociais com quem contracenam no cenário político (compreendidos por setores da esquerda) em dois grupos distintos: aqueles que pertencem à ‘esquerda institucional’ e os que se vinculam a uma ‘esquerda social’. No primeiro caso, estão incluídos partidos políticos, alguns sindicatos, ONGs, centrais e entidades representativas de estudantes (como UNE, UJS, Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs). São setores vinculados a uma institucionalidade que trabalham com foco no Estado. A relação costuma ser marcada por variados contrastes e conflitos. Uma das principais críticas feitas até-se ao fato de que essas organizações usam as pessoas como ‘massa de manobra’ para atingir seus próprios fins. Além disso, essas organizações hierarquizadas e com foco na ‘luta de classes’ não conviveriam com facilidade com a multiplicidade de sujeitos e de lutas em seu interior.

Na esquerda social, estariam os movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Catadores de Material Reciclável (MNCMR), Grito dos Excluídos e a Assembléia Popular (AP), entre outros. Esses últimos, apesar de muitas vezes se

estruturarem sobre princípios hierarquizantes – o que também dá margem a conflitos, discrepâncias e até relações jocosas entre as partes –, mantêm uma relação diferenciada com as estruturas estatais e têm em comum com o MPL o fato de atuar na lógica dos movimentos sociais, facilitando o estabelecimento de ações conjuntas.

Além dessas duas categorias de atores/parceiros, há também uma terceira, composta pelos militantes em movimentos autônomos, em relativa expansão no Distrito Federal. Essa, como é fácil deduzir, constitui um grupo bem mais homogêneo em termos dos princípios de atuação. Em vários momentos desta tese, será feita referência aos militantes/ativistas autônomos em contraposição/complementação aos militantes institucionais.

Os ativistas do MPL compartilham princípios – adotados, em geral, por movimentos autônomos – considerados essenciais à caracterização de sua identidade como movimento social. De acordo com Mendes (2007), tais princípios são fundadores e guias do movimento e foram eleitos a partir de longas discussões em reuniões e assembléias. Também de acordo com a autora, os princípios revelam a influência de concepções autonomistas, anarquistas, zapatistas e altermundistas, mescladas a uma desilusão no que toca ao funcionamento de partidos e instituições políticas em geral:

A experiência de rompimento com os partidos – principalmente em Salvador e Florianópolis – despertou o interesse de outra juventude, grande parte anarquista e autonomista, que se identificou prontamente com os princípios. Isso trouxe vantagens para o movimento, que possui hoje uma composição mais diversa nas orientações ideológicas (op.cit.: 32).

E, na perspectiva de Liberato:

Constantemente os princípios autonomistas que deram origem à teoria política e ao movimento político que ficou historicamente conhecido como anarquismo são revisitados e re-utilizados, frequentemente como se constituíssem um novo paradigma de organização (2006:223).

Por outro lado, vale mencionar o que Gohn (2008) observa quanto ao caráter dos movimentos juvenis brasileiros da atualidade, refletindo sobre as manifestações ocorridas em 2008, em diversas universidades brasileiras. Em seu ponto de vista, as ações promovidas por esses movimentos estão muito mais próximas do ‘maio de 68’ francês do que estavam seus contemporâneos nacionais, ou seja, expressam-se no plano político-cultural, e não no político-partidário como seus antecessores.

A partir da análise dos princípios essenciais que pautam a organização do MPL, foi possível agrupá-los em três núcleos distintos, mas intercambiáveis, cujos significados poderiam ser, em alguns casos, até passíveis de confusão: i) o primeiro diz respeito, essencialmente, à relação travada com os atores/coletivos externos com quem

o movimento se relaciona: autonomia, independência, apartidarismo e federalismo; ii) o segundo expressa as relações estabelecidas entre os ativistas no bojo do movimento: horizontalidade, não liderança e decisão por consenso; iii) o terceiro aponta para características gerais do movimento, tais como: anticapitalismo, prefigurativismo e não hierarquização das lutas.

No que concerne ao primeiro núcleo, pode-se afirmar que autonomia, apartidarismo e independência mantêm uma relação de aproximação de significados, como já observado por Mendes. De acordo com um depoimento citado pela autora:

Autonomia é um norte mais geral, de que podemos tomar o controle e fazer o rumo de nossas próprias vidas, autogestão. Independência é insubordinação financeira, política e moral a qualquer outra entidade, principalmente no caso das instituições do sistema capitalista, empresas, Estado(s). Autonomia tem a ver com a verticalização burocrática de vários grupos estudantis tradicionais, tipo UNE ou Juventude de partidos com quem, inclusive, o MPL rompeu e se formou, nasceu. Mas ambas estão muito ligadas, isso sim. Ah, e ‘apartidário’, por não ser composto por partidos (...) por isso mesmo, não é ‘suprapartidário’, é ‘apartidário’ (militante do MPL, pelo MSN).

A autonomia como princípio, tem um espectro mais amplo de significados, ao qual deve ser também anexado o sentido da iniciativa e responsabilidade pessoal na ação, entre outros, o que também o conecta com o segundo núcleo de preceitos. Uma abordagem mais aprofundada sobre o tema que o termo suscita será empreendida no capítulo VII, quando se procederá à comparação entre o movimento brasileiro e o estadunidense.

Vale ainda notar o pontuado por Mendes quando se refere ao fato de que, embora os princípios sejam inegociáveis no âmbito do MPL, a sua interpretação pode ser feita de modos bastante distintos em cada coletivo, o que pode gerar diferenças significativas em suas práticas locais. Tal seria o caso do coletivo de Florianópolis, que, por ter uma ligação histórica com alguns parlamentares, aceitou verbas para a realização de eventos, ou teve alguns de seus ativistas de destaque apoiando a eleição de candidatos partidários. Para um militante de Brasília, isso é decorrente deste fato:

as pessoas têm práticas diferentes porque a história local dos movimentos é diferente. Acho que podemos afirmar que estamos constantemente reafirmando e construindo nossos princípios, esta prática é cotidiana e difícil, porque a sociedade nos impõe um modelo personalista, hierárquico, hétero-gestor. Acredito que dentro do MPL resistimos cotidianamente a esse modelo (ativista do MPL, apud Mendes, op.cit: 34).

Ainda nesse primeiro grupo de princípios, o federalismo diria respeito à forma como os coletivos locais se relacionam entre si em nível nacional, assegurando sua autonomia, como exemplificado no episódio citado acima.

O segundo núcleo de princípios diz respeito às relações estabelecidas no interior do movimento. Assim, a horizontalidade, não liderança e decisão por consenso são princípios – transfigurados em mecanismos – que orientam a relação entre os ativistas, induzindo-os a praticar um padrão de desconcentração e fluidez do poder. Quando postulam esses princípios, os ativistas do MPL não negam a existência do poder, ao contrário, ressaltam a necessidade de diluição deste nas relações entre as pessoas. Sendo assim, a horizontalidade aponta a não divisão entre uma ‘diretoria’ e uma ‘base’ no funcionamento do movimento, ainda que se reconheça a existência de um grupo de ativistas mais orgânicos e atuantes, diferentemente daqueles que se aproximam por ocasião de atos públicos e/ou manifestações. Mesmo dispondo desse núcleo, os ativistas que o integram tendem a variar – pelo menos em parte – ao longo do tempo, como será observado na seção sobre fluidez e multimilitância entre os grupos autônomos. Uma das diferenças que a horizontalidade provê encontra-se no fato de que também os ativistas eventuais podem participar das decisões tomadas em assembléias sem obedecer a quaisquer critérios hierárquicos de posição/participação no grupo. Essa medida de horizontalidade é possibilitada, em parte, pelo fato de o movimento atuar de acordo com o princípio da decisão por consenso. Tal princípio nivela a participação e direciona os esforços do grupo a um amplo entendimento, esteja ele na dimensão em que estiver.

A não liderança é o outro princípio que compõe a tríade e busca dispersar o poder que tende muitas vezes a se concentrar em pessoas com aptidões específicas. Nesse sentido, vale notar que, mesmo admitindo a existência, em qualquer ação social, de posições com diferentes perfis e quantidade de poder envolvido, os ativistas do MPL consideram que deve haver um espaço de mobilidade no qual todos possam exercitar essas posições em algum momento de seu ativismo.

Um dos aspectos que chama a atenção no que toca à distribuição/concentração de poder é uma tendência à concentração (do poder de expressão, de execução de tarefas como elaboração de textos etc.) entre os ativistas mais antigos/experientes, em detrimento daqueles que estão iniciando a atuação no movimento. Esse tema, em conjunto com o funcionamento de outros princípios, será abordado no capítulo VII, em que se empreenderá a comparação entre os movimentos alvo deste estudo.

O último núcleo de princípios envolve algumas características importantes do movimento. O anticapitalismo traduz o projeto de desmercantilização dos transportes, considerando o seu papel de bem e direito público essencial (não podendo ser tratados, assim, como mercadoria). Esse princípio também dimensionaria uma diferença

fundamental entre o MPL e outros movimentos considerados de cunho exclusivamente expressivo/identitário, uma vez que contempla o desejo de transformação das estruturas socioeconômicas que seus membros compartilham, situando-o em uma perspectiva de luta de classes. O prefigurativismo, por sua vez, é um conceito de origem anarquista – empregado pela primeira vez pelo anarco-sindicalista Rudolf Rocker e muito utilizado pelo feminismo e zapatismo – que anula a distância entre os meios e os fins, criando a noção de revolução como um processo cotidiano. Um pequeno trecho de panfleto produzido por vários coletivos autônomos, entre eles o MPL, pode traduzir bem esse preceito:

este mundo pelo qual lutamos não estará pronto amanhã ou após um grande momento de êxtase coletivo, mas sim presente nas relações que realizamos agora. Nossos objetivos passam por um completo mundo novo futuro, mas nossos meios passam por um completo mundo novo agora. A autogestão, a democracia direta e a horizontalidade são simultaneamente nossos meios e nossos fins (Trecho da Carta Aberta à Sociedade: Nossa dignidade nos leva à Rebelião, distribuída por ocasião da ocupação de uma lanchonete McDonald's, durante visita do Presidente dos Estados Unidos à Brasília).

Por fim, o princípio da não hierarquização das lutas que se configurou como uma conquista dos movimentos e teorias feministas e de negros a partir dos anos 70 atribui a todas as lutas (de gênero, raça, sexualidade, classe social, meio ambiente, especismo⁴⁰ etc.) o mesmo patamar de importância – ao contrário da perspectiva marxista, ou mesmo a de alguns anarquistas clássicos no Brasil (cf. Liberato, 2006) que subalternizam as demais lutas à questão de classe. Essa perspectiva, como poderá ser constatado no decorrer deste capítulo, tem fundamental importância nos desdobramentos das lutas dos movimentos sociais contemporâneos.

Cumprindo ainda reforçar, nesta seção, um aspecto que também distingue o movimento: a diversidade ideológica de seus integrantes. Desde a formação da Campanha pelo Passe Livre, em Florianópolis – SC, essa já era uma característica observável. Ao se desvincular da corrente O Trabalho, do PT, a então emergente Campanha passou a agregar inúmeros ativistas/ militantes sem concepções ideológicas e/ou partidárias definidas ou marcadamente libertárias/anarquistas. O MPL, assim, a partir de seus princípios de independência e autonomia, tornou-se um espaço de convergência e convivência de múltiplas concepções ideológicas de esquerda, apresentando traços sincréticos e diversificados de várias ideologias políticas de esquerda que incluem concepções e práticas autonomistas, comunistas, socialistas, libertárias e anarquistas. Nas palavras de um de seus integrantes:

⁴⁰ Hierarquização da importância das espécies sob um ponto de vista antropocêntrico.

“Isso tem um pouco relação com a forma como nós fizemos nossa construção política, em especial no MPL. Sempre falávamos que não partiríamos da ideologia pro movimento, mas sim do movimento pra ideologia. Ou seja, não seríamos marxistas-leninistas-trotskistas-posadistas antes de sermos contra os transportes. Era a partir de nossa crítica à precariedade dos transportes que partiríamos a uma análise de por que eles eram assim, e depois de por que a sociedade queria eles assim e depois de por quais caminhos mudaríamos essa sociedade, aí chegando a formulações políticas amplas” (ativista do MPL).

Assim, a amplitude do perfil ideológico que compõe o grupo, embora marcada pela adoção de vários princípios de origem anarquista, como se expôs, é uma das características defendidas por seus integrantes como essenciais à identificação do MPL como movimento social autônomo.

3.5- A Identidade dos ativistas do MPL

Mendes (2007) descreve o MPL como um movimento social contemporâneo cuja ação se dá em duas principais vertentes baseadas no esquema conceitual proposto por Touraine: a) uma crítica da sociedade, com o respectivo projeto⁴¹ de sua reconstrução; e b) a defesa do sujeito. Em outros termos, seria um projeto social vinculado a um projeto cultural. O primeiro propósito, o social, poderia ser bem demonstrado pela proposta de direito à cidade formulada pelo movimento, na qual se dissecou a lógica da constituição urbana capitalista e são apontadas medidas para iniciar um projeto de uma cidade mais subordinada aos interesses da sociedade.⁴²

Esse projeto, conduzido por uma perspectiva de justiça social, associa questões inerentemente vinculadas à concepção de classes sociais – o direito de todas as pessoas de transitar e usufruir de sua cidade – com aquelas referentes a gênero, raça e meio-ambiente. Por sua própria experiência, os ativistas do MPL destacam que o direito à cidade se restringe na mesma proporção do escurecimento da população e também se limita quando se trata de mulheres, gays ou transexuais. Em sua perspectiva, o direito à cidade destes últimos é ameaçado sob a forma de cerceamento, perseguições, estupros ou mesmo pela repressão policial.⁴³ Essa percepção distingue-se da adotada por

⁴¹ Projeto aqui tem o sentido concedido por Touraine, expressando a permanente possibilidade de o ator dar sentido às suas próprias condutas, em oposição ao sentido dado no sistema social.

⁴² A esse tópico se voltará em maior profundidade, quando se abordar a construção do direito à cidade formulada pelo movimento

⁴³ Como a que ocorreu no início do governo Arruda (2007-2010), quando prostitutas, transexuais e meninos de rua, bem como camelôs foram retirados do centro da cidade, numa aplicação de uma política higienizadora na capital da República.

movimentos sociais fundados exclusivamente na lógica de classe, bem como diverge daquela delineada por Touraine em que predomina a defesa da identidade, uma vez que mescla aos aspectos culturais questões relativas às classes sociais.

A questão da identidade – e os movimentos que ela enseja – é percebida de diferentes formas quanto ao seu potencial de transformação da sociedade e encerra grandes e diversificadas polêmicas em sua abordagem. De um lado, há autores que vêem nos movimentos sociais baseados nessas questões, ao menos em parte deles, a luta pela ampliação de direitos e espaços individuais e coletivos. Touraine é um exemplo dos que adotam tal concepção. O autor, embora não desconsidere o perigo do surgimento de novos tipos de ‘comunitarismo’ – ou da *desmodernização*, que para ele se daria a partir da transformação da cultura particular em uma mobilização política, com o conseqüente ‘rechaço’ pelo outro – também observa que a luta por justiça social “ganhou dois sentidos diferentes: um ficou encarregado de pertença comunitária, e, portanto, de vontade de exclusão; o outro ampliou o terreno das liberdades” (Touraine, 1999:246).

Do outro lado do espectro, há os que, como Bauman, enxergam na identidade a base para a formação de políticas particularistas, autoritárias e excludentes, precursoras do fascismo. Nessa segunda vertente, compartilhada por marxistas em geral, incluindo os autonomistas ou conselhistas (como o português João Bernardo), a identidade é vista exclusivamente como um caminho célere para um cenário de fragmentação e desagregação social e uma permanente batalha intergrupos baseada em aspectos banais e particulares na qual o ressentimento impera:

Como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social. Gênero, raça, heranças coloniais comuns parecem ser os mais seguros e promissores. Cada um deles, porém, tinha uma luta para rivalizar com os poderes integradores da classe que um dia aspirou a status da metaidentidade [...] (Bauman, 2004:42).

Já Katsiaficas (2006) percebe a política de identidade como uma formação contraditória na qual estão presentes tanto uma universalidade potencial (dentro das formas particulares das políticas identitárias) quanto limites que podem se converter em novas lacunas no âmbito desta universalidade. Ou seja, se, para muitos marxistas, o surgimento da política identitária significa uma ameaça à promessa de um proletariado universal, para o autor, a construção identitária pode ser uma forma de exercer a liberdade para determinar as condições de existência e a criação de novas categorias de vida, realizando, assim, um retrabalho no significado da existência humana. Apesar de algumas dimensões dessa dinâmica serem fragmentárias, cada forma de política identitária conteria em si uma universalidade latente, na medida em que contribuiria para o delineamento de uma identidade universal dos seres humanos como espécie – não como nação, gênero ou raça –, uma percepção que só poderia ser atingida quando a

existência de tais categorias não fosse ignorada ou tratada como secundária. Enfim, para o autor:

A política de identidade começa com um processo de desbloqueamento das estruturas de dominação, um processo que precisa eventualmente resultar na completa desconstrução de identidades e na nossa própria reformulação como seres humanos autônomos, essencialmente livres de externalidades impostas (op.cit. 250).

Nesta tese, segue-se uma perspectiva próxima à de Katsiaficas (2006) e Gohn (2006), entre outros, concordando com eles quanto ao fato de que um dos papéis dos movimentos sociais é, justamente, obrigar teóricos e estudiosos a repensar categorias definidas como ‘universais’. Para isso, é imprescindível examinar a realidade empírica na qual esses movimentos transitam, a partir do que se poderia visualizar melhor o que, de fato, significam tais categorias. É nesse sentido que se examina a construção da identidade dos ativistas do MPL, buscando identificar os processos de elaboração do sujeito e a relação que este estabelece com as características identitárias apresentadas por seus integrantes. No ponto de vista adotado neste trabalho, o projeto de defesa da identidade do MPL assume contornos da construção de um sujeito incluyente, com traços sincréticos, marcados por uma perspectiva libertária e aberta (em oposição ao caráter autoritário, uniformizador e fascista atribuído por Bauman), em ampla relação com o projeto social, ou seja, com uma vinculação a noções como *luta de classes* e *anticapitalismo*, como ficará evidenciado a seguir.

Para essa finalidade, tomar-se-á como base o que Stewart Hall (2006 [1992]) sugere ao se referir à formação da identidade na pós-modernidade. Ele aponta três concepções distintas do sujeito – vistas como figuras essencialmente discursivas – de acordo com o momento histórico em que estão inseridas: i) o sujeito do iluminismo; ii) o sujeito sociológico; e iii) o sujeito pós-moderno. Veja em que consistem esses sujeitos.

No Iluminismo, o sujeito, de caráter essencialmente masculino, estava baseado em:

uma concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo (...) ao longo da existência do indivíduo (Hall, 2006 [1992]: 10,11).

Essa concepção de indivíduo liberto de seus apoios estáveis na tradição e na divindade teria surgido entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representando uma ruptura com o passado. Concebido

como sujeito indivisível e singular, o sujeito iluminista, também conhecido como cartesiano, definiu-se como “racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento” (Hall, op.cit.: 27).

Autores como Descartes e John Locke, bem como movimentos como a Reforma Protestante teriam contribuído para a consolidação desse sujeito soberano, estável e sem mediadores.

O sujeito sociológico, por sua vez, refletiria a crescente complexidade assumida pelas sociedades modernas em um intenso processo de aglomeração em grandes centros urbanos. Nesse momento, teria emergido uma concepção mais social do sujeito, na qual seu núcleo interior seria formado na relação interativa com outras pessoas, que,

mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (...) A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados, e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (op.cit. 12).

Em suma, na concepção sociológica, a identidade costura o sujeito à estrutura, estabilizando tantos os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam. Para Hall, esse sujeito sociológico teria sido conformado por dois eventos importantes: i) a noção biologizante promovida pelo darwinismo⁴⁴ e ii) o surgimento das Ciências Sociais, que, por sua vez, teriam atuado sobre a noção de sujeito de duas formas distintas: uma, confirmando seus atributos de ‘indivíduo soberano’, principalmente no que diz respeito à Economia Moderna e à Psicologia; a outra, fornecendo uma crítica do individualismo racional, advinda especialmente da Sociologia.

Já no arcabouço da pós-modernidade, situado temporalmente a partir da segunda metade do século XX, o sujeito perde seu caráter fixo e estável e torna-se fragmentado:

composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. [...] A identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente (op.cit: 12-13).

Esse processo seria resultante de mudanças estruturais e institucionais ocorridas na pós-modernidade, forjadas, particularmente, pela globalização. A extensão e intensidade com que a globalização se constitui não apresentariam precedentes (Guiddens, 1991), especialmente no que diz respeito às transformações no tempo e

⁴⁴ “A razão tinha uma base na Natureza e a mente um fundamento no desenvolvimento físico do cérebro” (Hall: 1992:30).

espaço. Seja como *desalojamento do sistema social* (Giddens, op.cit.), ou *deslocamento/pluralização de centros de poder* (Laclau, 1990) ou mesmo *compressão de tempo e espaço* (Harvey, 2005[1989]), essas mudanças foram tratadas à exaustão durante a última década.

Hall, entretanto, chama a atenção para cinco processos de descentramento que teriam produzido um deslocamento, contribuindo para os contornos finais do sujeito pós-moderno. O primeiro refere-se ao deslocamento da noção de agência individual, propiciado pelo pensamento marxista e por seus intérpretes. O segundo, a descoberta do inconsciente, feita por Freud, e a subsequente noção lacaniana de que a formação do sujeito está relacionada a complexas negociações psíquicas inconscientes (a ‘fase do espelho’), ocorridas principalmente durante a infância.⁴⁵ O terceiro descentramento teria sido produzido a partir das noções linguísticas de Saussure, que defendeu ser a língua um sistema social, e não individual. Esse autor ressaltou que, para falar uma língua, é necessário ativar uma imensa gama de significados já embutidos nela, sendo o significado das palavras instável e transitório. Ou seja: o significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código linguístico. Hall afirma que autores como Derrida, influenciados por Saussure e pela ‘virada linguística’, argumentam que as palavras são multimoduladas e nunca podem fixar seu significado de uma forma final. De acordo com Derrida, o significado procura o fechamento (identidade), mas é constantemente perturbado (pela diferença) (Derrida, 1981, apud Hall op.cit.). O quarto descentramento apontado pelo sociólogo caribenho refere-se à noção de poder disciplinar, elaborada por Michel Foucault, que consiste em manter as vidas, atividades, trabalho, prazeres e infelicidades do indivíduo sob rígido controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e das *disciplinas* das Ciências Sociais. Também a saúde física e moral, bem como as práticas sexuais e a vida familiar do indivíduo estariam subjugadas a esse controle. Por fim, o quinto vetor deste processo estaria relacionado em especial ao feminismo, entre os inúmeros ‘novos movimentos sociais’. Para esse autor, como para muitos outros, algumas singularidades do feminismo teriam contribuído para o descentramento do sujeito, na medida em que esse movimento questionou a separação entre o público e o privado (“o pessoal também é

⁴⁵ Como destaca Hall, a formação do eu no olhar do outro constituiria o início da relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e propiciaria sua entrada nos vários sistemas simbólicos – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual.

político”), politizando a subjetividade, a identidade e o processo de identificação e abalou a noção de que homens e mulheres eram parte de uma mesma identidade, a ‘Humanidade’, colocando em seu lugar a ‘questão da diferença sexual’.

Hall desenvolve seu argumento em direção às diversas possibilidades de formação de identidades globais e locais, junto às nacionais, mas o que interessa é pensar a relação entre os descentramentos produzidos na pós-modernidade e as características que o ‘sujeito pós-moderno’ passa a ter e, em vez de este trabalho concentrar-se na fragmentação e efemeridade que a pós-modernidade sempre evoca, ele foca a mobilidade e abertura dessa concepção de sujeito. Com essa intenção, veja-se um maior detalhamento do Movimento Passe Livre.

Inicialmente, é importante destacar que, dada a fluidez da participação no movimento, é difícil detectar precisamente sua composição. Os militantes do MPL são jovens oriundos das classes média e média baixa, estudantes universitários e secundaristas de escolas públicas e privadas. As proporções entre participantes femininos e masculinos parecem ser equivalentes (cf. Mendes, 2007). Quanto à participação de negros no movimento, Mendes menciona que esse índice é bastante inferior ao de brancos, embora, no período desta observação, notou-se que essa relação aumentou, principalmente levando em conta os participantes que trabalham cotidianamente no coletivo. É possível perceber, mesmo nas suas inúmeras ondas, que, especialmente após a ocupação da Reitoria da UnB, em 2008, vários ativistas negros vieram somar-se ao movimento. O mesmo pode ser observado quanto a jovens oriundos das cidades em torno de Brasília que passaram a frequentar o movimento com maior intensidade nos últimos dois anos. Ao contrário dos anos iniciais, quando boa parte dos ativistas se concentrava no Plano Piloto, o MPL hoje conta entre seus integrantes mais assíduos com moradores do Guará, São Sebastião, Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, além do Plano Piloto. Pode-se também afirmar que boa parte de seus atuais integrantes vêm de famílias de origem mais humilde, tendo vários pais ou mães migrado para Brasília, mantendo, atualmente, seus filhos na universidade federal local ou em faculdades particulares. Esse cenário aponta um quadro de certa ascensão socioeconômica, ainda que não conduza a uma inserção dessas famílias nas classes médias mais abastadas do Distrito Federal. Além disso, é importante notar que vários integrantes do MPL têm em comum o fato de serem originados de famílias com um pensamento social de esquerda, seja mais voltado para uma atuação partidária, sindical seja simplesmente de participação e cidadania.

Uma das explicações para o maior afluxo de jovens negros no movimento é o fato de que, a partir da aplicação das quotas destinadas a estudantes negros na Universidade de Brasília, houve uma alteração do ambiente local não só no que se refere à maior recepção desses estudantes pela instituição, mas também no que toca à instauração do debate e à possibilidade de (re)definição pessoal da cor da pele de cada indivíduo.⁴⁶ Assim, a politização da cor levaria ao realce do negro, conduzindo muitas pessoas a ostentar as inúmeras nuances que o negro assume em nosso país – incluindo as pessoas de pele reconhecidamente negra que passam a assumir sua identidade a partir desse processo – como uma bandeira contra a opressão. Isso seria especialmente verdadeiro para pessoas ligadas a movimentos sociais/culturais. O contingente negro, dessa forma, passou a se mostrar mais numeroso na universidade e, a partir da ocupação da Reitoria (em 2008), também no movimento, alterando, de forma sensível, a composição do grupo.

Ainda, como também menciona Mendes, a origem dos ativistas do MPL pode ser de três ordens: i) jovens que romperam com espaços institucionais como ONGs, partidos políticos etc.; ii) pessoas já vinculadas a iniciativas antiglobais no Brasil⁴⁷; iii) pessoas que começaram a militar no próprio MPL. É bom notar, também, que, atualmente, encontra-se um fluxo oposto: alguns jovens que se formaram inicialmente no MPL agora atuam em outros movimentos (que não sejam propriamente autônomos), como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ou mesmo em partidos políticos como o PSTU ou até o PT, o que, de certa forma, tem contribuído para a disseminação sutil de uma cultura autônoma no DF. Mas, o ponto central a esta altura é sobre o que leva/levou um jovem a se tornar militante/ativista desse movimento específico ou de movimentos autônomos em geral.

Pode-se afirmar que houve uma turma inicial, saída de colégios secundaristas, em especial do Sigma e do Elefante Branco, que já vinha se envolvendo com os grêmios estudantis de seus colégios numa perspectiva desvinculada da ação partidária, ou já estavam atentos/ligados a movimentos culturais. Várias dessas pessoas tiveram contato com os movimentos anti-alter-globalização, o Centro de Mídia Independente (CMI) e os zapatistas pela internet, pela mídia, ou já vinham atuando nessas lutas, como visto acima. Nesse início de atividade autônoma em Brasília, o CMI teve um papel de

⁴⁶ Essa redefinição se torna possível em um ambiente em que as identidades se encontram ‘inacabadas e abertas’.

destaque, na medida em que congregava muitos ativistas, servindo, simultaneamente, de espaço para divulgação e articulação dos movimentos incipientes, o que, por sua vez, aponta uma inspiração originária nos movimentos anti-alter-globalização. Também, em alguns casos, integrantes do MPL já tinham tido contato com leituras anarquistas, geralmente por meio da internet.

Então, em 2003, eu entrei no CMI... e a gente foi tentando construir o CMI na cidade... só que no que a gente foi tentando construir, isso lendo Baderna⁴⁸, lendo livros de outros autores... tinha uma coisa que todos nós tínhamos: nenhum de nós tinha se constituído por meio das lutas dos trabalhadores ou por meio de partidos (políticos)... e todos nós tínhamos essa discussão dos direitos humanos... a gente tinha essa discussão, (...) tinha toda essa discussão das várias lutas, da não centralidade da classe operária... só que todos nós tínhamos a necessidade de construir espaços radicais de luta. .. (depoimento de um antigo ativista do MPL).

O acesso a temas políticos a partir da música, por outro lado, é bastante ressaltado por diversos ativistas, tanto pelos mais antigos como pelos que se juntaram ao movimento mais recentemente. Muitos desses ativistas participavam e/ou continuam participando de movimentos culturais e se dedicam a tocar em bandas de músicas (*hardcore*, *rock* etc.), maracatu, capoeira, grupos *undergrounds* etc, além de participar de outros movimentos autônomos, conforme será detalhado na próxima sessão. Há também uma vertente que vem do movimento *punk* e anarco-punk, que, como já observado, convergiu para o movimento, integrando-o como coletivo da Convergência de Grupos Autônomos.

Todos esses movimentos culturais e ativistas individuais confluíram para uma rede de contatos na qual a internet desempenhou um papel central, possibilitando a troca de experiências a curta e longa distância, como é o caso do contato de ativistas do DF com pessoas de Salvador que haviam participado da ‘Revolta do Buzu’, ou de Florianópolis, na ‘Revolta da Catraca’. A partir de um *chat*, as experiências diárias eram relatadas e, posteriormente, divulgadas pelo sítio do CMI.

De modo geral, são as próprias características e princípios de funcionamento do movimento que atraem os ativistas. Ao serem entrevistados sobre essa questão, eles ressaltam sempre a horizontalidade, a não hierarquização de funções e das lutas, o fato de todos terem voz na sua condução (embora ‘alguns acabem falando mais do que outros’), o fato de “todos poderem combinar e tentar direcionar para um pensamento coletivo”. Também a característica de se dedicarem à luta e ao estudo relacionados a temas revolucionários é apontada por seus integrantes:

⁴⁷ Ação Global dos Povos (AGP), Grito dos Excluídos (que abriga diversos movimentos sociais), Forum Social Mundial, entre outros.

O MPL é um grupo libertário cara de pau e foi disso que gostei e que me criou expectativas. Militantes geniais que estudam e refletem sua cultura revolucionária com uma inversão de perspectiva difícilíssima de achar no Brasil, (depoimento de um membro mais recente do coletivo).

Para militantes oriundos de outros movimentos, geralmente culturais, um dos aspectos que mais chama a atenção é a constante utilização de ações diretas, “uma intervenção direta na realidade” ou o “fato de não se prenderem à legalidade”. Entre os membros mais recentemente agregados ao coletivo (mas também alguns mais antigos), foram as manifestações massivas de rua, as ações radicais que despertaram interesse para o movimento:

Eu lembro esse protesto como o meu primeiro beijo (o primeiro beijo eu nem lembro, pra dizer a verdade). Foi lindo, emocionante, empolgante! A sensação de estar em meio a multidão de jovens enfurecidos é inexplicável, todo mundo devia ter esta sensação pelo menos uma vez na vida (depoimento de um novo integrante do MPL, referindo-se à primeira manifestação de que participou, um tanto ‘espontânea’, contra o aumento dos salários dos parlamentares, em que encontrou, pela primeira vez, alguns militantes do MPL).

Por outro lado, se as características de horizontalidade, consenso e prática de ações diretas contribuem para a atração ao movimento, as críticas a ele se concentram, muitas vezes, na excessiva informalidade e ‘falta de compromisso de alguns de seus membros’ (‘certo oba oba’), nas ‘panelinhas’ formadas de amigos (‘amizades unibísticas’ ou ‘grupo de amigos’), numa atual postura de ‘maior burocratização’ e menos ações de ruas, o que desvitalizaria o movimento.⁴⁹ Há que se observar também que, em sua curta história, o movimento já foi palco de alguns conflitos sérios ocorridos entre grupos de ativistas, o que desaguou em uma ruptura permeada de ressentimentos e acusações de ambas as partes. As pessoas discordantes acabaram formando outro grupo, a União Popular Anarquista (Unipa) com formas de ação e concepções distintas do MPL.

Ainda no tocante à identidade do ativista militante do MPL, vale averiguar a forma como esta se constitui no processo da luta do movimento. No seu início, como relata Mendes, ocorriam intensas discussões sobre seus princípios de atuação, a ponto da autora e ativista observar que, “[...] em muitas discussões, os princípios acabaram sendo mais importantes do que o próprio tema dos transportes” (op.cit.: 33).

Nesse período inicial, questões relativas à não hierarquia, não liderança, decisão por consenso e outras eram exaustivamente tratadas de forma a possibilitar o

⁴⁸ Coleção especializada em literatura contracultural, incluindo os movimentos antiglobalização.

⁴⁹ Importante notar que, quando foram realizadas as entrevistas em questão, o movimento encontrava-se entre a ocupação da UnB (2008) e a ocupação da Câmara Legislativa do DF e todos os demais atos da campanha ‘Fora Arruda e toda máfia’, em 2009/10, o que configurava uma característica especialmente ‘morna’ em sua atuação.

estabelecimento de um patamar mínimo de atuação do grupo. Era como se o coletivo se submetesse a uma espécie de nivelamento em que os valores tradicionalmente ligados à prática política da democracia representativa e partidária fossem desconstruídos e substituídos por novos valores e práticas adotados por consenso no grupo. Esse mesmo processo ainda se verifica, aliás, nos momentos em que os militantes autônomos se reúnem com os de outras agremiações institucionais (como os partidos políticos PSTU e PSOL, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados ou Movimento dos Sem Terra (MST), ou mesmo o DCE da UNB), para iniciativas conjuntas, como a ocupação da Reitoria da UnB ou a ocupação da Câmara Legislativa do DF, ou ainda o ‘Movimento Fora Arruda e toda Máfia’. Nessas ocasiões, como se reforçará adiante, os ‘princípios da ação’ em pauta são novamente alvo de longos debates.

Pode-se dizer, dessa forma, que alguns dos princípios adotados pelo MPL – e os movimentos autônomos, em geral – refletem-se claramente em traços identitários. Por exemplo: ao adotar o princípio do consenso, da horizontalidade e não liderança, os ativistas desenvolvem uma forma peculiar de se manifestar em assembléia: procuram falar, e não discursar e ouvir o que o outro tem a dizer. Isso implica o uso de um tom mais baixo da voz e, em geral, em um falar mais casual e mais compreensível para o outro que ouve. O contraste fica claro quando interagem com pessoas de outras agremiações, habituadas ao discurso efusivo e enfático e ao ‘convencimento das massas’ por seus líderes. O tom de voz, as palavras usadas e a disposição de ouvir o outro sem manifestações prévias/concomitantes (como palmas, vaias ou simplesmente não ouvir) distinguem, em geral, o militante autônomo do militante partidário ou sindical. De acordo com uma ativista:

Não adianta. Se a gente for disputar com eles [dos partidos, centrais sindicais etc.] no discurso, a gente perde. Porque eles são treinados pra isso, já têm um discurso e uma forma pronta de se expressar. Nós não falamos com palavras bonitas para impressionar/convencer as pessoas. Nós conversamos (depoimento de uma militante do MPL).

Outro aspecto que contribui para a conformação da identidade do ativista do MPL-DF é consequência direta da *des-hierarquização* das lutas que o movimento propõe e em que acredita em consonância com uma grande gama de movimentos sociais da atualidade, principalmente aqueles categorizados como novos movimentos sociais ou os que compunham os movimentos antiglobalização. Assim, na medida em que preconizam a igual importância entre lutas de gênero e sexualidade, meio ambiente, raça, cultura, especismo etc. e adotam uma perspectiva da política do cotidiano, muito

própria dos movimentos culturais/identitários, os integrantes do MPL-DF tendem a constituir uma identidade que pode ser definida como libertária e aberta. Em maior ou menor medida, essa identidade se caracteriza por uma prática que procura explicitar o combate às diversas opressões como: a) a preferência de um bom número dos militantes autônomos por dietas vegetarianas ou veganas⁵⁰; b) a utilização de linguagem inclusiva em suas comunicações faladas ou escritas, bem como não utilização de termos ou vocábulos que denotem preconceito de algum tipo; c) a constante preocupação com o tratamento do lixo (separação entre orgânico, reciclável etc.); d) a busca de divisão equitativa das tarefas em eventos ou ocupações (entre homens e mulheres, entre todos que participam de um evento de forma a não propiciar a divisão entre os que ‘trabalham para o grupo’ e os que ‘trabalham no grupo’); e) a menção, contraposição e acréscimo de outros tipos de discriminação entre suas frentes de luta. Essa característica é adequadamente descrita por Mouffe, quando afirma que “essa identidade de sujeito se define por um princípio articulador, que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social [...] ao mesmo tempo que permite uma pluralidade de compromissos e o respeito pela liberdade individual” (Mouffe, 1993:96, apud Scherer-Warren, 1998:21).

Para exemplificar o processo de acréscimo coletivo ao repertório de opressões contra as quais o MPL se posiciona e luta, é interessante relatar dois episódios referentes à luta antirracista ocorridos no âmbito dos coletivos da CGA. Em 2007, uma ativista do MPL entrevistada sobre os princípios que adotava em sua prática política, afirmava:

“Na verdade, eu acho que é um pouco seguir aquilo que você acredita e dentro disso eu sou vegetariana, e todas essas coisas que a gente é: feminista, autonomista, acredito no consenso, apartidarismo, horizontalidade (...) eu acho que o que a gente, do movimento, tem são princípios (e não uma ideologia): como solidariedade, respeito, autonomia, luta contra todos os tipos de opressão, contra mulheres, animais, ciclistas (risos)...” (ativista do MPL, em 2007).

Essa mesma militante, dois anos depois, ao comentar suas próprias afirmações de então, reparou:

“Nossa, naquela época eu nem falava no racismo como opressão, era como se não existisse... falei em feminismo, especismo, até em ciclismo... Mas não mencionei nem uma vez o racismo...” (mesma ativista dois anos depois).

Essa observação revela o andamento desse processo, a partir do qual foi acrescentado com destaque, no decorrer dos últimos dois anos, o racismo como opressão a ser combatida pelo movimento. Não que alguns membros do MPL não se

⁵⁰ Enquanto a dieta vegetariana corta a carne da alimentação, a vegana elimina todos os produtos de origem animal.

posicionassem marcadamente contra tal preconceito antes – e até o vissem na pele –, mas essa não era uma opressão assumida coletivamente como importante.

O processo de acréscimo do racismo ao repertório do MPL ocorreu, em grande medida, a partir da realização de um módulo do Curso de Pensamento Heterodoxo (CPH), formado em colaboração com a Universidade de Brasília, a partir das demandas surgidas no seio da Convergência dos Grupos Autônomos.

No módulo sobre racismo, constituído de quatro reuniões, nas quais foram apresentados filmes sobre o tema, uma palestra sobre os *Black Panthers* nos Estados Unidos e se desenrolaram vários debates e dinâmicas de grupos, a grande tônica foi fazer as pessoas que não eram consideradas negras perceberem que eram racistas. Pode-se ter uma idéia disso pela forma como o módulo foi iniciado:

Esta é a terceira vez que a CGA se reúne e fala sobre racismo. A primeira aconteceu devido a uma frase minha; a segunda na Flor Da Palavra⁵¹ em Brazlândia; essa é a terceira vez. Desde então, nenhum movimento da CGA incorporou a questão racial como uma de suas lutas. Temos lutas que envolvem classe (MPL), questão de gênero (Korpus Krisis), assim como o [combate ao] especismo (Madu)... Algumas pessoas, em alguns grupos pequenos, estão fazendo isso. (...) Só temos como fazer esse debate partindo do pressuposto de que somos racistas, (ativista apresentando o módulo sobre racismo do CPH).

É de supor o impacto que essas palavras causaram no grupo. De fato, assumir que se é racista em um movimento que se pauta pela luta contra as diversas opressões é algo desafiador e desconcertante, especialmente quando se trata de um movimento social no Brasil, ou seja, em um país que já se jactou de ter uma ‘democracia racial’ e onde ninguém assume que é racista, embora comportamentos velados (e às vezes nem tanto) declarem o preconceito existente. Poucos anos antes, o debate sobre o racismo havia concentrado as atenções do país, quando a proposta de quotas de vagas para estudantes negros começou a ser aplicada em universidades brasileiras. Como um país essencialmente mestiço, as pessoas se dividiam entre diversos matizes de posições que iam de achar necessária a reparação aos negros a considerar impossível distinguir entre negros e brancos, julgando mais apropriada uma política de reparação social em geral, para negros e brancos pobres. Não cabe neste trabalho aprofundar o mérito dessas questões e posições, que implicam uma controvérsia ampla e cheia de nuances, também compartilhada pela academia, com diferenças muitas vezes irreconciliáveis. O foco será o processo ocorrido no movimento autônomo brasileiro.

⁵¹ A Flor da Palavra é uma rede de inspiração zapatista que pretende facilitar a criação de laços de comunicação e solidariedade entre povos, movimentos, grupos e indivíduos, tecendo assim "um mundo onde caibam muitos mundos" e o combate ao capitalismo. No caso em questão, o evento foi montado em Brasília em conjunto com as ‘Jornadas Anarcopunks’.

No que concerne ao processo iniciado nos coletivos da CGA, a grande resistência inicial – a exemplo do que costuma ocorrer na sociedade brasileira em geral – foi o reconhecimento do próprio racismo. Um dos filmes projetados, inclusive, começava com a seguinte afirmação: “Todo brasileiro é uma ilha de democracia racial cercada de racistas por todos os lados.” Ao que alguns membros do coletivo reforçavam: “Se a gente vive em um país racista e não se revolta nem vê necessidade de lutar contra isso, é porque, no fundo, a gente é racista.” As discussões seguiram noite a dentro e, com uma postura previamente combinada como propositiva, foi geral o reconhecimento de que o assunto não era abordado no movimento autônomo local.

- Por que a gente não discute isso?, perguntou uma ‘ativista branca’ mais nova no grupo.
- Talvez por uma vertente machista e racista de nossa educação – também não discutimos feminismo. Talvez por uma vertente do anarquismo que não aceitava o racismo, dizendo sempre que deveríamos apostar na igualdade e não na discriminação”, respondeu um anarco-punk negro.

Vários comentários se seguiram, reforçando a dificuldade de assumir esse traço tão poderosamente ideologizado em nossa sociedade e a importância de encarar a luta como coisa diária, tendo consciência de seu ‘lugar de fala’, bem como a importância de resgatar a memória negra da ‘galera libertária’. Passou-se, então, a uma definição e diferenciação entre termos como etnia, raça, preconceito, discriminação, racismo e a discutir como enxergar o racismo brasileiro, com seus contornos próprios, borrados, mestiços e relacionais, ambíguos e não ostensivamente assumidos, mas, ainda assim, racismo.

“Racismo pode significar diferentes coisas em cada sociedade. Não adianta comparar com os Estados Unidos ou a África do Sul e dizer que não existe racismo no Brasil,” (declarou uma militante do MPL).

Outro ativista do movimento acrescentou:

“O racismo que o sistema de transporte exprime, com o ‘toque de recolher’⁵² à meia-noite: Brasília, uma cidade branca, cercada de negros...”

Depois desse módulo, os coletivos assumiram o compromisso de acrescentar expressamente a luta antirracista às suas bandeiras e foi possível detectar o efeito dessa inclusão em textos que vieram a produzir posteriormente ou em falas de seus membros em momentos variados.

Outro aspecto que pode demonstrar o constante acréscimo de lutas políticas à prática do grupo é a forma como cada um procura desconstruir preconceitos de gênero.

⁵² Interrupção da circulação do transporte coletivo.

Cite-se mais um exemplo: em eventos realizados no âmbito do MPL ou da CGA, é comum ver, na avaliação final de atividades/debates, o deslocamento da discussão para questões referentes à divisão do trabalho – sempre necessário para a realização de tais eventos. A preocupação é que este não acabe ‘naturalmente’ se concentrando sobre as mulheres (‘na cozinha’), enquanto os homens ‘permanecem na sala, discutindo’. Dessas avaliações sempre decorrem novos pactos relativos à distribuição de tarefas, espera-se dos rapazes, em especial, maior atenção quanto ao tema. Também por esse motivo, já se estabeleceu no grupo uma espécie de metodologia de organização de eventos na qual, a cada dia/ momentos do dia, diferentes grupos formados por rapazes e moças se alternam na realização das tarefas como a preparação de refeições, arrumação do ambiente, limpeza de banheiros e outras. A lógica é a mesma daquela que descrevem com relação ao racismo: só percebe a opressão quem a sente na pele, e é preciso um trabalho de sensibilização do outro para as desigualdades que as diferenças promovem em nossa sociedade, que, de tão habituais, já parecem naturais. Este não é um trabalho fácil e exige uma permanente vigilância e debate dos ativistas, nem sempre alcançando resultados que os membros do grupo consideram satisfatórios. Por outro lado, todo esse processo remete ao que afirma Dias:

A condição de sujeito de um novo modo de fazer política dos Novos Movimentos Sociais tem seu maior emblema na ‘afirmação positiva de suas atividades transparentes, centradas na ‘ação coletiva’. A visibilidade das ações está presente em diferentes espaços: em pequenos grupos descentralizados que escolhem o próprio modo de participação nos espaços públicos e coletivos; em espaços globais, na mídia, e, portanto, fazendo parte de nossas experiências do dia-a-dia. [...] Ao lado dessa onipresença, a eficácia política dos movimentos requer não somente que os seus ativistas mudem o próprio modo de pensar, mas que o êxito da prática resulte da mudança do modo de pensar das pessoas (como se dá, por exemplo, nas relações de gênero e nos movimentos ambientalistas) (2004:93).

Assim, é possível afirmar que a identidade dos militantes do MPL vai sendo moldada por meio do acréscimo de opressões contra as quais o movimento se posiciona. Isso se dá por meio de reflexões e da produção de um conhecimento/perspectiva próprios, em constante diálogo com outras fontes acadêmicas e/ou oriundas de outros movimentos sociais. Desse processo decorre a incorporação de princípios que se traduzem em sua prática política e pessoal, numa dinâmica que reflete a ‘política do cotidiano’, ou a ‘política na primeira pessoa’, ou ainda uma ‘política cultural’, como diriam Alvarez, Dagnino e Escobar (op.cit). Por outro lado, esse processo também ocorre de forma invertida, ou seja, os princípios de atuação política do grupo – como autonomia, não hierarquização ou decisão por consenso – também se manifestam em uma prática específica, propiciando a formação de traços identitários coletivos. Tudo

isso conduz à concepção de Scherer–Warren dos movimentos sociais contemporâneos, a saber:

redes sociais complexas que conectam simbólica, e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização (1998:22).

Assim, como observado, é possível perceber como a inclusão de componentes à identidade do MPL promove um sincretismo no movimento: vários elementos se cruzam e se somam na perspectiva de luta pelo transporte público e coletivo, gerando uma mescla de questões de classe e identitárias, com orientação libertária. Mais uma vez, essa conformação de sujeito vai exatamente ao encontro do que Scherer-Warren observa ao examinar algumas redes de movimentos sociais:

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do self: de gênero, étnica, de classe, regional mas também dimensões de afinidades ou opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais (Scherer-Warren, 2006:115).

Por outro lado, a característica híbrida ou sincrética do MPL-DF – em comparação aos coletivos do movimento em outros locais/estados – também pode ser atribuída ao fato de ele, no Distrito Federal, integrar a rede de movimentos autônomos e ser integrado por ela. Isso pode ser visto como o que Scherer-Warren (1998) chama de ‘possibilidades de interação no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos’. A primeira possibilidade refere-se, segundo a autora, a uma hibridação cultural realizada por meio de sincretismos e/ou ecumenismos, enquanto a segunda diz respeito à complementariedade de lutas verificada nas redes de movimentos e construída a partir do respeito às diferenças. No presente caso, o segundo processo contribuiria para a ocorrência do primeiro.

Dessa forma, os coletivos que trabalham com uma lógica identitária/cultural convergem para a luta social travada pelo MPL, influenciando o estabelecimento de questionamentos relacionados à prática política cotidiana de seus membros. Além disso, o fato de a cidade, dada a sua juventude, não contar com uma tradição consistente em movimentos sociais pode ter contribuído para a configuração criativa, cosmopolita (cf Hannerz, 1999)⁵³ e plural que se verifica no MPL-DF e nos movimentos autônomos

⁵³ De acordo com o autor, o cosmopolitismo mais autêntico é, acima de tudo, uma orientação, uma vontade de se envolver com o outro. É uma posição intelectual e estética de abertura para experiências culturais divergentes, uma busca de contrastes em lugar da uniformidade (1999:253).

locais. Esse fato não se repete necessariamente da mesma forma em outros coletivos do movimento, como o de São Paulo ou de Florianópolis (cf. Liberato, 2008), o que diz muito da lógica local que esses movimentos assumem, dado o grau de autonomia que possuem. A esse respeito, vale notar que, em passagem por Brasília, um ativista do MPL-SP observou que, embora aquele (2008) fosse um momento especialmente ativo do coletivo de São Paulo, o brasiliense estava em um percurso muito mais radical no que concerne à discussão de temas como gênero e racismo no âmbito do movimento. “Nós, nem de longe, fazemos isso”, comentou ele.

Do ponto de vista da identificação dos ativistas do MPL, vale ressaltar a importância que dão às identidades oprimidas. Mesmo sendo oriundos, em boa medida, como observado, de variados segmentos que compõem as classes médias do Distrito Federal, os ativistas procuram ressaltar traços que reportem a uma origem mais pobre, negra, feminina, excluída e sem acesso aos transportes e aos ‘recursos’ da cidade. Notavelmente, como já mencionado, vários de seus membros que, usualmente, na sociedade brasileira poderiam se definir como ‘brancos’ ou ‘morenos’ costumam se assumir como negros. O mesmo ocorre com alguns de seus integrantes que ocupam uma posição mais estável na escala socioeconômica, morando, por exemplo, em regiões centrais da cidade, como a Asa Norte ou Asa Sul. Nesse caso, também é comum ressaltar o eventual vínculo com uma pobreza originária, a luta contra dificuldades econômicas e preconceito, ao contrário do que costuma ocorrer em situações similares em que seriam destacados os vínculos atuais com classes sociais mais abastadas. Para alguns membros do grupo, esse fato se relaciona a ‘uma culpa de classe’, ou seja, em relação à expectativa de que ativistas de movimentos sociais estejam sempre situados em escalas sociais da base da pirâmide e à rejeição a um movimento de ‘jovens de classe média’. Esses ativistas, ao contrário, acham que o lugar de origem dos militantes deve ser encarado e explicitado. Contudo, o fato de eventualmente se definirem, quanto a essa questão, como originários “de uma família da *high left society*”⁵⁴, por exemplo, denota o teor negativo que origens não consideradas como da base da pirâmide social assumem, não sendo apreciadas pelo grupo.

Por outro lado, a atitude de reforçar os traços relacionados a lutas contra opressões reporta à forma como a identidade pode ser construída a partir da seleção e realce de diferentes aspectos em lugar de outros. Acentua também como a opção por

⁵⁴ Uma ativista relatando como costuma se apresentar em algumas ocasiões, dentro do movimento.

aqueles que se vinculam aos mais excluídos reflete e incrementa uma tendência do MPL, deixando-o mais próximo de um modelo ‘banguela, sujo e impuro’⁵⁵ de movimento social e afastando-o do ‘estigma’ de ser composto por jovens das classes médias, composição, por sinal, que caracteriza os novos movimentos sociais, como destaca Gohn (2006). Aliás, no que tange a esse estigma, é interessante observar que, em situação de atuação conjunta com membros de partidos de esquerda e/ou entidades sindicais, quando há divergências de posições entre militantes autônomos e institucionais⁵⁶, não é incomum os últimos se referirem aos primeiros como ‘filhinhos de papai’. Isso se dá, mesmo que os militantes institucionais tenham as mesmas origens sociais dos autônomos.

Esse tipo de episódio faz lembrar aquele relatado por Katsiaficas (op.cit.) sobre os *Indiani Metropolitanani*, na Itália, que costumavam ser acusados nos mesmos termos: ‘filhinhos de papai’ ou ‘crianças mimadas’. É como se a dificuldade de enquadrar as práticas de grupos que não se pautam por métodos já conhecidos – sejam da democracia representativa e partidária ou da esquerda tradicional, fundada no ‘centralismo democrático’ – levasse a uma rejeição e a uma necessidade de desqualificar tais grupos, da mesma forma preconceituosa com que se tratam ‘os diferentes’ em uma sociedade desigual/hierarquizada.

Outrossim, pode-se observar que, à primeira vista, essa necessidade de identificação com os oprimidos poderia reportar a uma concepção mais marxista, que atribui o caráter revolucionário a uma determinada classe – o proletariado – muito embora as opressões aqui sejam consideradas de uma forma bem mais ampla do que a estritamente relacionada à classe social e sua valorização não se atenha a uma concepção de processo histórico e ao conseqüente ‘poder revolucionário/transformador’ que o proletariado assumiria no capitalismo. A esse respeito, Bakunin, apesar de considerar central a noção de luta de classes e do proletariado e de achar que “a revolução só é sincera, honesta e real nas massas” (Bakunin, 2001:17), teria uma concepção mais aberta, que não identifica no proletariado industrial o sujeito revolucionário por natureza. Para o anarquista, ao contrário, a idéia de uma aliança entre oprimidos e dominados em geral está mais presente (Norte, 1988, apud Liberato, 2006). Sua perspectiva se revela, por exemplo, quando afirma, em seu Manifesto Anarquista,

⁵⁵ Definição utilizada por um dos integrantes do MPL.

⁵⁶ Como são chamados os militantes de partidos políticos, centrais sindicais e entidades representativas pelos ativistas do movimento autônomo.

de 1865, que um dos elementos presentes na revolução social seria “aquela excelente e inteligente parte da juventude, que apesar de pertencer, pelo nascimento, às classes privilegiadas, em suas generosas convicções e suas ardentes aspirações adota a causa do povo” (Bakunin, 1865, apud Chomsky, 2004).

Volte-se à forma como os ativistas do MPL percebem essa questão. A percepção dos ativistas deste movimento estaria mais próxima daquilo que Richard Day (2005.) denomina de relações pautadas por uma ‘solidariedade irrestrita e uma infinita responsabilidade’. Esse autor parte da crítica desenvolvida por Spivak, em sua já conhecida resposta a Foucault e Deleuze, intitulada “Os intelectuais e o Poder”. Para Spivak, os autores franceses, ao expressarem suas críticas na forma em que o fizeram – mesmo sendo estas direcionadas aos intelectuais e desvendando relações importantes entre teoria, prática e poder – revelaram, inconscientemente, sua localização privilegiada de fala na condição de professores da academia francesa e a falta de solidariedade deles para com aqueles que tiveram sua existência e habilidade de falar e agir obscurecidas pelo colonialismo (Spivak, 1988). Day acentua que estaria em questão o posicionamento de cada um com respeito a algum aspecto particular e a criação de trocas entre tradições e identidades diversificadas. Transpondo-se tal perspectiva para os termos mais amplos da sociedade, ter-se-ia que todos aqueles que desfrutam de uma posição privilegiada devem buscar identificar esse privilégio e trabalhar contra ele, se desejam estabelecer relações de solidariedade com os que não compartilham das mesmas situações. O autor canadense, por fim, sugere, baseado na idéia da “Comming Community”, proposta por Agamben (1993, apud Day, 2005):

é preciso pensar ‘comunidades vindouras’ no plural, não como postulado pelo pluralismo liberal, mas como relações estabelecidas com outras comunidades, de acordo com uma troca de compromissos ético-políticos, baseados em solidariedade irrestrita e responsabilidade infinita. [...] Solidariedade irrestrita significa ver seu próprio privilégio e opressão no contexto do privilégio e opressão do outro, como tão vinculados, que nenhuma forma particular de desigualdade seja ela de classe, raça, gênero, sexualidade ou habilidade – possa ser colocada como uma questão central na luta. [...] O segundo princípio significa sempre estar disponível ao convite e desafio do *outro* (op.cit.: 17-18, grifo meu).

De acordo com Day, essa perspectiva foi desenvolvida mais intensivamente por teóricos e teóricas feministas, antirracistas, pós-modernos e pós-colonialistas, mas também tem sido apropriada e desenvolvida por outros discursos e disciplinas, bem como se tornado corrente entre os ativistas contemporâneos.

Também na perspectiva de Scherer-Warren (op.cit.), são os mesmos princípios – responsabilidade e solidariedade – que constituiriam a dimensão ética sobre a qual, juntamente com a dimensão política (pautada, por sua vez, por noções como

reconhecimento, inclusão, participação e a conseqüente reconstituição da esfera pública), fundamentar-se-ia a construção de uma cidadania plena, também baseada no princípio da justiça universal.

O corolário da responsabilidade é a solidariedade. É por meio dela que se efetiva a responsabilidade pelo outro, em uma comunidade local ou global. Nos movimentos sociais a solidariedade tem sido utilizada amplamente como interpelação aos indivíduos ou grupos para a ação comunitária ou de responsabilidade cidadã (Scherer-Warren, op.cit: 26).

Voltando ao MPL, as questões relacionadas à sua própria identidade foram tratadas à exaustão em infindáveis debates internos. Sua opção por uma identidade que entrelaça as inúmeras faces da opressão ecoa, justamente, seu posicionamento em um cenário global, contemporâneo, iluminado pelas inúmeras contribuições e reflexões que movimentos sociais e membros da academia têm desenvolvido na atualidade. Entretanto, o movimento não busca o desenvolvimento de uma cidadania mais ampla, como sugerida por Scherer-Warren, já que o objetivo explícito de suas ações se pauta por uma perspectiva de revolução e transformação das estruturas socioeconômicas capitalistas. Aliado a isso, é possível encontrar uma forte influência das concepções do marxismo e do anarquismo mais clássico no que se refere à luta de classes. Observe-se o que afirma um militante do movimento quanto à percepção das lutas que o MPL e outros movimentos autônomos travam:

O que nossos movimentos buscam não é negar a luta de classes, mas redimensioná-la. Não é porque outras questões surgem que a luta de classes é abandonada. Não se trata de trocar a leitura da constituição do capitalismo desde a exploração de trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas por outras formas de opressão, mas de compreendê-las conjuntamente. Os nossos movimentos, em boa parte, fazem a leitura da sociedade de classes também, e sem nenhum drama. O que não se pode confundir é nossa crítica aos sindicatos e aos partidos e a crítica à própria compreensão de luta de classes.

Essa é, portanto, uma característica que disitngue um movimento social como o MPL daqueles pautados exclusivamente por uma questão identitária ou cultural que diz muito da lógica de uma vasta gama de movimentos sociais que se inspiraram nos movimentos anti-alter-globalização.

Finalmente, em decorrência da reivindicação de se constituir como movimento social que não busca a conquista do Estado nem um espaço ou perspectiva hegemônica da/na sociedade, o MPL parece se ajustar bem à definição proposta por Day dos novíssimos movimentos sociais, cuja ação não está orientada hegemonicamente, ou, em sua versão afirmativa, cuja atuação se dá pela lógica da afinidade.

3.5 - O Direito à Cidade: de quem é a cidade?

A luta pelo passe livre estudantil e contra o aumento das tarifas conduziu o MPL-DF a refletir sobre a lógica do transporte. Nas palavras de uma militante:

O passe livre se coloca como o primeiro ponto de fazer as pessoas repensarem essa lógica. É uma medida simples que faz todo o sentido se você pensar que os estudantes não têm renda própria, que os pais pagam várias coisas e o estudo é um direito básico. Por si só, o passe livre já tem o seu argumento. Mas, o mais importante é que, a partir do momento que se coloca em pauta que um grupo da sociedade não deve pagar o transporte, pode-se abrir uma discussão do porquê qualquer grupo teria que pagar. Essa tem que ser a questão.

Desconstruindo essa lógica a partir da pergunta enunciada, as reflexões prosseguem:

... e porque mudar a lógica do transporte faz sentido? Simplesmente, porque é uma lógica que reproduz a lógica da sociedade capitalista completamente: faz as pessoas pagarem por um serviço essencial – que não é só essencial pras pessoas – sem ele a sociedade não funciona. Não é ‘a minha vida não funciona’, nenhuma vida funciona. Esse serviço é colocado como responsabilidade das pessoas. Elas pagam pra trabalhar, pra colocar o mundo em ordem, pra fazer as engrenagens funcionar, elas pagam todos os dias.

Esse raciocínio inverte a lógica dos transportes. Na cidade capitalista, o transporte assume uma centralidade essencial para o seu funcionamento. Ele define como serão feitas as conexões entre os espaços, em que horário e com que finalidade, bem como quem tem acesso e ao quê da cidade. Também será o sistema de transporte que permitirá algo essencial para a concretização do processo econômico capitalista: a circulação das mercadorias.

É pensando o transporte como meio de acesso a outros bens da cidade que surge a noção de *mobilidade urbana* proposta pelo movimento. Os ativistas consideram que a cidade não se constitui apenas de serviços. A mobilidade, assim, refere-se a qualquer objetivo ou finalidade que tenha caráter afetivo, lúdico, de puro lazer. É também o meio de acesso a direitos já consagrados como sendo ‘do cidadão’, como saúde e educação. O transporte adquire, portanto, outra importância e passa a ser meio de acesso à cidade e usufruto dela. Nessa abordagem, o transporte não é independente: influencia uma gama de interesses e necessidades de muitas ordens e é influenciado por eles. Visto sob esse ângulo, o transporte urbano – além de central para o funcionamento da cidade –, devido a todas as deficiências que apresenta, também promove a *imobilidade urbana*.

A idéia da segregação espacial da cidade se verifica de duas formas: uma, mantendo as pessoas nos serviços que a elite precisa; a outra, mantendo as pessoas longe da cidade, quando a elite se diverte (exposição de um ativista durante a ocupação da Câmara Legislativa do DF, ouvida pela Rádio – Ocupação, via internet).

Não sem razão, um dos lemas mais usados pelo movimento clama “pelo direito de ir e vir!” Amparado na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e posteriormente incorporado à Constituição brasileira, esse direito transfigura-se na noção de mobilidade urbana construída pelo MPL.

De fato, um sistema deficiente de transporte coletivo opera várias lógicas simultaneamente: está direcionado essencialmente para o atendimento de uma premissa básica da sociedade capitalista, ou seja, a condução do trabalhador para seu emprego; com a diminuição progressiva, até a interrupção, dos ônibus/metrô etc. À medida que a noite avança, promove uma espécie de ‘toque de recolher’ na cidade, que atinge aqueles que dependem de transporte coletivo. Esse fato também se reflete numa segregação racial com ressonância espacial, na medida em que a periferia, as cidades em torno de Brasília, apresenta uma concentração de pessoas negras muito maior do que o Plano Piloto, principalmente quanto mais distantes dele estiverem (cf. Santana, 2006).

Tudo isso leva a identificar um processo simbiótico vigente na definição/determinação da mobilidade urbana no qual as diferentes lógicas se combinam à questão econômica e reforçam-se mutuamente. A formulação do direito à cidade pelo MPL, portanto, vai em direção à ótica enunciada por Day (2005), entre outros, pela qual a combinação de diferentes opressões estabelece e mantém o *status quo*.

Por outro lado, é também possível identificar a supremacia do carro na cidade capitalista: veículo destinado ao transporte individual, bem ajustado a uma concepção individualista de sociedade. Símbolo de *status* do seu proprietário, contribui para a hierarquia entre as pessoas. Como consumidor de combustível e matérias-primas para sua produção e manutenção, é grande ator no cenário do crescente esgotamento ambiental. Como transporte ‘guloso’, que toma conta dos espaços públicos e para o qual nenhuma rodovia é suficiente, não deixa espaço para veículos alternativos como bicicletas ou até mesmo para que se pratique a mobilidade a pé. Finalmente, constitui um símbolo da produção industrial de uma fase do desenvolvimento capitalista. Eis uma crítica realizada pelo MPL-Florianópolis ao carro:

Os automóveis são os maiores responsáveis pela poluição do ar, mortes por acidente e problemas respiratórios, e, além da destruição do meio ambiente, uma mísera parte do dinheiro que a indústria automobilística movimenta é direcionado a melhoria de vida da nossa população. É assim aqui e em todo o mundo. O carro manda e a gente obedece. (...) Queremos uma cidade mais justa, onde possamos circular sem correr o risco de ser atropelad@s, sem o stress das buzinas, da fumaça e dos engarrafamentos, onde as pessoas tenham direito ao transporte coletivo gratuito. Queremos uma cidade mais limpa. (Veja em <http://www.mplfloripa.blogspot.com/>, acessado em 15 /1/2010).

Ampliando o foco, é curioso notar que boa parte dos movimentos sociais da atualidade estão concentrados em questões que ressaltam a apropriação indébita do tempo e do espaço das pessoas pelo capitalismo. Esse é o caso de um sem número deles, mas pode-se citar, para ilustrar, o *Reclaim the Streets*, originado na Inglaterra; *Critical Mass*⁵⁷, na Europa e nos Estados Unidos e também no Brasil sob o nome de Massa Crítica; os *Black Block*⁵⁸ (*Europa e Estados Unidos, principalmente*), os Piqueteiros⁵⁹, na Argentina; inúmeros movimentos de ocupação urbana como *squats* ou *Okupas*⁶⁰, os *Black Panthers* (como se verá a seguir), além de muitos outros. Nesse sentido, David Harvey (1989) esclarece, com propriedade, a importância que toma o espaço na estruturação das relações de poder:

Em primeiro lugar, quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social. [...] Contudo a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as manifestações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político (Harvey, 1989, p. 207).

Assim, o MPL vai construindo sua abordagem do direito à cidade, procurando repensar seus usos, ampliando significados do espaço urbano e desvinculando-os da mera expressão das relações comerciais. A perspectiva anticapitalista do projeto do MPL se expressa quando o movimento propõe a desmercantilização do transporte. Nas palavras de uma militante: “Transformar o transporte de uma mercadoria para um direito só é possível se você tem um caráter anticapitalista.”

Foi seguindo esse percurso que o Movimento chegou à proposta formulada pelo ex-secretário de Transporte na gestão da prefeita Luíza Erundina, em São Paulo, nos idos de 1989-93. A proposta, encaminhada sob a forma de um projeto de lei à Câmara

⁵⁷ Consiste em grupos de ciclistas que se reúnem, geralmente, às últimas sextas feiras de cada mês, tomando as ruas em massa. Com organização autônoma, variam de local para local, mas buscam promover formas alternativas de transporte aos veículos motorizados.

⁵⁸ Mais do que os *Reclaim The Streets* (RTS - grupo inicialmente inglês), os Black Block são considerados uma tática de formação por excelência, e não um grupo ou movimento. A Wikipédia os define como um grupo de afinidades que se caracteriza visualmente por usar roupas e máscaras pretas e por realizar intervenções em manifestações, nas quais costumam quebrar vitrines de lojas ou bancos de grandes marcas, montar barricadas para defender manifestantes da polícia ou resgatar outros manifestantes de eventuais cercos policiais (http://pt.wikipedia.org/wiki/Black_block, acesso em 12/12/2009).

⁵⁹ Consistem em uma multiplicidade de movimentos surgidos na Argentina, principalmente a partir da grande crise econômica que atingiu o país em 2001, articulando-se em torno da distribuição dos *planes* – espécie de seguro desemprego desde o governo Menen. Sem outra forma de pressionar, já que desempregados, os piquetes que interrompem a circulação de pessoas e mercadorias surgiram como forma de expressão do movimento.

⁶⁰ Trata-se desse tipo de tática/estratégia/movimento na próxima seção.

Municipal da cidade consistia na “Tarifa Zero”, ou seja, na ausência de cobrança de tarifas em todo sistema de transportes da cidade. De acordo com Mendes:

Concretamente, a idéia é transformar os transportes urbanos em um sistema público, como todos os demais serviços públicos (como escolas, postos de saúde e hospitais, construção de ruas e avenidas, entre outros). A diferença entre o sistema de transportes e os outros serviços públicos é que para estes últimos não é necessário pagamento no ato de utilização; todos são pagos por impostos (2007:46).

O projeto de Lúcio Gregori propunha que os transportes coletivos passassem a ser financiados com recursos oriundos de impostos, o que pressupunha a sua municipalização. A municipalização dos transportes, por sua vez, promove uma transformação na lógica dos transportes, uma vez que implica na contratação dos ônibus de empresas privadas, como uma espécie de fretamento. Ou seja, os ônibus assim ‘fretados’, são postos para circular em variadas linhas⁶¹. A tarifa, dessa forma, não estaria mais vinculada ao contrato de fretamento, posto que sua arrecadação pertenceria à prefeitura e não às empresas que fretam os ônibus. A Municipalização, em suma, trata de separar o custo - pago pelos fretamentos - da tarifa - cobrada dos usuários, o que não ocorre no sistema de concessões, no qual custo e tarifa são interdependentes, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A prefeitura, no sistema municipalizado, pode cobrar a tarifa que desejar, o que lhe abriria a possibilidade de não cobrar nada diretamente dos usuários, mas, ao contrário, fazê-lo indiretamente, por meio de impostos, taxas e outras receitas. Nesse caso, dar-se-ia precisamente a tarifa zero.

O projeto da tarifa zero promoveria, na ótica de Gregori, uma ‘verdadeira reforma tributária na cidade’, na qual os mais ricos seriam responsáveis pelo pagamento da maior parcela necessitada. Segundo ele:

Nessa reforma, partia-se do conceito de que os principais beneficiários do transporte público são os proprietários das atividades econômicas da cidade e não, como difundido pela ideologia vigente, os passageiros. Portanto, o projeto era, também, um projeto de reforma tributária pra valer e, portanto, um projeto de reformulação de políticas públicas (entrevista a Lúcio Gregori, em <http://www.brasildefato.com.br:8080/v01/agencia/entrevistas/lucio-gregori-o-direito-ao-transporte-publico-e-gratuito>, acessado em 15/10/2009).

O projeto sequer foi votado, alvo do boicote dos partidos de oposição à prefeita. A municipalização, por sua vez, foi aprovada um ano depois. Mas, ainda assim, a proposta de tarifa zero foi implementada parcialmente, como um teste, em Tiradentes, um bairro periférico da cidade. Nessa localidade, havia vários conjuntos habitacionais

distantes entre si e cada um, praticamente, era servido por uma linha de ônibus que conduzia os passageiros até o centro. Para racionalizar e melhorar o serviço, fez-se um terminal, para o qual se dirigiam as várias linhas curtas, que partiam dos conjuntos habitacionais. De lá, uma única linha seguia para o centro. As linhas alimentadoras do terminal passaram a circular com tarifa zero e sequer dispunham de cobrador. Esse processo ocorreu em 1992, quando o sistema de transportes da cidade já se encontrava municipalizado.

A partir dos estudos realizados e de inúmeros debates travados nos coletivos, a proposta da tarifa zero passou a ser vista pelo MPL como um meio de subverter a ordem dos transportes, bem como de toda a estrutura da cidade. Há questões ainda não resolvidas totalmente, como a que diz respeito à municipalização do serviço ou à forma exata pela qual a sociedade adquirirá maior poder de gestão sobre ele. Outras relações também ainda não foram consideradas, mas a proposta como um todo já é consenso no movimento. Aliás, o fato de não apresentar um projeto absolutamente fechado para os transportes diz muito de um dos princípios de funcionamento do MPL: ‘caminhar perguntando’, como recomendam os zapatistas, do alto das montanhas de Chiapas. Sem tantas certezas, como um sujeito pós-moderno parece preferir.

⁶¹ Quantos e em que linhas a ser determinado pelo padrão de serviço desejado e pelas disponibilidades

IV- O MOVIMENTO AUTÔNOMO SAI ÀS RUAS BRASILIENSES – “EU PULO A CATRACA SIM!”

4.1 - Fluidez, Multimilitância e Multiforma, Rede de Movimentos

Ao longo desta pesquisa, o grupo que se reunia cotidianamente no âmbito do MPL sofreu várias modificações de tamanho. No período das grandes manifestações de rua, entre 2005/ 2006, o coletivo realizava reuniões/assembléias com grandes audiências, variando de sessenta a oitenta pessoas. De acordo com a avaliação de uma militante, essa audiência tinha uma relação direta com a *performance* de rua: “Tanto que simplesmente era regra geral que, depois de um bom ato, as assembléias têm 80 pessoas.”

Quando se iniciou o trabalho mais estrito de observação participante, já no decorrer de 2007 e início de 2008, o movimento foi passando por um processo drástico de redução, chegando a se reunir, por vezes a fio, com três ou quatro participantes. Nessa ocasião, era possível suspeitar que o coletivo fosse se extinguir. Uma das razões para isso era o fato, apontado por vários ativistas, de que naquele momento, o MPL-DF ainda lidava com a sensação de ‘derrota’ ocasionada pela concessão do aumento de tarifas em 2006 e com a exaustão sofrida por seus membros após três meses de luta, na tentativa de fazer retroceder o aumento. Foi também então que se iniciou o aprofundamento das reflexões e estudos sobre os transportes e o direito à cidade.

Já durante o ano de 2008, principalmente após a ocupação da Reitoria da UnB, nos meses de abril e maio, o movimento voltou a inflar, passando a ter reuniões com cerca de quinze ou mais pessoas, em média. No período de 2007/09, ocorreram várias manifestações de rua, de caráter mais esporádico, entre elas uma ‘festa junina fora de época’, em 26 de outubro de 2007, que consistia em ato de repúdio “ao desalojo e prisão ilegais da Okupa Casa das Pombas”, e um ‘Carnaval de Rua’, também fora de época, em 27 de outubro de 2008, quando se fez o lançamento da proposta da ‘tarifa zero’ em

Taguatinga. Os dois eventos ocorreram por ocasião do Dia Nacional de Luta do MPL, festejado pelos ativistas todos os anos, com atos de rua. Também houve, em agosto e novembro de 2008, dois módulos do Curso de Pensamento Heterodoxo, realizados pelo MPL em parceria com o Departamento de Filosofia da UnB e com o apoio da Reitoria da mesma universidade. Nessas ocasiões, ativistas de vários grupos autônomos se reuniram para as atividades previstas, chegando a números que variavam entre quarenta a oitenta pessoas. Entretanto, no que se refere à participação em reuniões cotidianas – em que se discutem os próximos passos ou o planejamento estratégico do movimento –, a frequência estava restrita a um número doze a quinze pessoas.

A fluidez é, como aponta Katsiaficas (2006), uma característica reconhecida dos movimentos autônomos. Para representar a estruturação/participação dos ativistas nesses movimentos, o autor reproduz um diagrama formado por círculos concêntricos em que o nível de pertença e comprometimento pode ser visualizado. No núcleo central, estariam os coletivos, comitês de ação, coalizões, *squats*, comunas de ativistas ou similares. Junto com ‘indivíduos autônomos’ (não filiados a qualquer movimento em especial), constituiriam a base a partir da qual as ações e ímpetus programáticos seriam iniciados no movimento. Esse núcleo central se apoiaria no próximo círculo, a ‘cena’, constituído por espaços ou instituições alternativas, sem um conteúdo político explícito, tal como cafês, parques, clubes de música etc. A ‘cena’ forneceria um apoio ou sustentação às atividades políticas e culturais cotidianas. No círculo seguinte se encontrariam os simpatizantes ativos, incluindo aí pessoas que participam de mobilizações ou, eventualmente, de reuniões do movimento. O último círculo seria integrado por simpatizantes passivos, em que se encontrariam os colaboradores financeiros, leitores da imprensa alternativa, professores que discutem idéias e ações desses grupos, trabalhadores etc. O autor observa que “o caráter fluido desses movimentos pode ser verificado no fato de que as pessoas frequentemente se movem de um nível para outro, ou mesmo participam, simultaneamente, em diferentes pontos do diagrama” (Op. cit: 192).

De fato, é possível perceber esse tipo de movimento quando se trata da participação no MPL. A fluidez muitas vezes é tal que alguns membros muito assíduos do coletivo no início da pesquisa já não o eram mais, um ano depois. Para o movimento, essa característica se reflete em um problema: como avançar nos conteúdos discutidos pelo grupo, sem que as pessoas ‘flutuantes’ fiquem de fora? Também como exemplo de fluidez, citam-se certos momentos do movimento em que vários de seus mais ativos

componentes se afastaram definitiva ou temporariamente. Vários deles mudaram para outros locais do Brasil, alguns se afastaram temporariamente do país, e outra parcela se afastou devido a uma mudança de estilo de vida provocada pelo ingresso no universo do trabalho ou mesmo em outras organizações.⁶² Isso, aliado a eventuais conflitos internos que vez por outra ocorrem, promoveu uma diminuição significativa do coletivo. Esse foi um dos momentos que, coincidindo com o ‘período de reflexão’, deu a sensação para os que observavam de fora (e mesmo para os que estavam dentro) de que o movimento havia acabado.

Essa fluidez, portanto, também se relaciona com a mobilidade de que os jovens de classe média dispõem atualmente, em um momento da vida em que é comum passarem períodos no exterior ou realizarem sua formação universitária em outros estados. Do outro lado do espectro social, é também nesse período que os jovens iniciam suas atividades profissionais, realizadas concomitantemente aos estudos. Assim, essa fluidez também diz respeito à noção de *moratória social*, tal como Margulis e Urresti (1996) formularam, ou seja, um período de tempo em que, a depender do estrato social a que pertençam, os jovens podem desfrutar de mobilidade para estudos ou passeios, o que configuraria um privilégio de classe, na medida em que só as classes médias e/ou mais abastadas costumam ter acesso às facilidades de deslocamento pelo mundo, ou iniciar sua jornada de trabalhador, fazendo face aos custos de sua vida de estudante.

Por outro lado, a característica de multimilitância faz com que vários ativistas alternem uma atuação mais sistemática com períodos de afastamento, quando intensificam sua participação em outros movimentos. Há também aqueles que se afastam definitivamente, por se ajustarem melhor a outra forma de atuação, diferente do movimento autônomo, ou aqueles que simplesmente só se aproximam em período de grandes manifestações. No caso do MPL, há os militantes orgânicos – nesse momento em torno de quinze pessoas – que se encontrariam no cerne do círculo. Num círculo mais amplo, há os militantes autônomos dos vários coletivos/movimentos brasilienses que, somados aos orgânicos, constituiriam um grupo de sessenta a oitenta pessoas e, mais do que simpatizantes, poderiam ser chamados de ‘militantes/ativistas circulantes’ ou ‘multiativistas’. Em uma posição mais distante, encontra-se um número de

⁶² Curiosamente, nesse período, três ativistas foram estudar em Florianópolis, local onde o MPL surgiu como movimento, e dois outros foram morar no exterior, sendo um deles em Chiapas, desenvolvendo um trabalho com os zapatistas.

simpatizantes (mais ‘passivos’) que incluiriam alguns professores universitários, advogados, alguns sindicalistas que atuam em favor do movimento ou são solidários a ele quando necessário. A ‘cena’ na qual o MPL se apoia apresenta-se ainda um tanto reduzida no Distrito Federal, limitando-se a alguns espaços públicos como “Espaço Cultural Renato Russo”, salas, auditórios ou o ‘Ceubinho’ da UnB ou ainda espaços pertencentes a outras associações ou sindicatos próximos ao grupo. Nesse sentido, há uma preocupação do coletivo em conseguir um local mais apropriado e central onde o movimento possa se reunir com frequência e sem dificuldades.

A multimilitância é o outro lado da fluidez que costuma caracterizar o Movimento Passe Livre-DF e demais movimentos autônomos. Os integrantes do MPL costumam circular por diversos movimentos autônomos, raciais, étnicos, punks, de apoio aos zapatistas, de gênero, Centro de Mídia Independente, Madu, Bicicleta Livre ou o Movimento Santuário dos Pajés.⁶³ Boa parte desses ativistas se mantém ligada a dois ou mais coletivos simultaneamente. Mas também ocorrem situações em que alguns deles se desligam de coletivos nos quais costumavam militar para se concentrar apenas em um. Os motivos que levam a tais fluxos podem ser variados: conflitos internos no coletivo de origem, pouca disponibilidade de tempo para atuar em muitas frentes ou maior afinidade com determinado foco de luta. Na maior parte das vezes, os ativistas voltam a se reunir quando o momento exige maior concentração de forças, seja por uma conjuntura favorável seja por uma pauta específica. Esse é o caso, por exemplo, de inúmeras manifestações de rua do MPL, alguns episódios da ação pela preservação do Santuário dos Pajés ou das ocupações da UnB (em 2008) e da Câmara Legislativa do DF (2009), bem como da luta pelo *impeachment* do governador do Distrito Federal José Roberto Arruda. A declaração feita por uma ex-assídua ativista do MPL-DF pode ilustrar uma dessas situações:

“A bandeira do MPL é uma bandeira eterna, mas faz muito tempo que não participo de nenhum ato ou das reuniões. Eu sou uma militante autônoma, milito em várias causas que acho importantes. Atualmente estou militando contra o Noroeste” (depoimento de uma ‘militante autônoma’).

⁶³ Movimento com características étnicas e ambientais marcantes, bem como com uma perspectiva de direito à cidade. Propõe-se a lutar pela preservação de uma área tida anteriormente como de proteção ambiental onde habitam grupos indígenas (quando se dirigem à capital federal) e destinada pelo governo Arruda a um projeto de habitação para as classes mais abastadas da cidade – o Setor Noroeste.

Mas é bom lembrar que foi essa mesma ativista, ao visitar a Grécia, no auge dos conflitos de rua, em 2008⁶⁴, quem escreveu nas ruas de Atenas: “Por uma vida sem catracas!”

A multimilitância dos membros do MPL-DF é algo que contribui para a estruturação da rede de movimentos autônomos local. Esse aspecto também foi notado por Tejerina *et al* (2006). Ao examinarem o Movimento de Justiça Global na Espanha, perceberam que a maior parte dos ativistas está envolvida, simultaneamente, com mais de um coletivo. No caso do MPL, a multimilitância concede, muitas vezes, uma maior maleabilidade aos contornos do movimento, já que, mesmo quando estão envolvidos em outras ações, os ativistas também costumam identificar-se como integrantes do MPL. Esse tipo de participação é comum entre agremiações político-sociais de esquerda, mesmo as mais tradicionais, que costumam solidarizar-se com outras causas e lutas sociais em determinados momentos. No caso do MPL, além da multimilitância, há também o fato de que o movimento se envolve com questões relacionadas ao direito à cidade e participa, muitas vezes, como *especialista* em transporte, como passou a ser reconhecido entre os vários segmentos de militância social de esquerda. Enfim, dar-se-ia uma espécie de síntese entre as formas de atuação tradicionais e uma forma mais maleável, advinda do caráter multimilitante dos ativistas autônomos.

O ponto de confluência do MPL com os demais grupos autônomos é, como já observado, a Convergência de Grupos de Autônomos, embora vários dos coletivos e/ou movimentos autônomos da cidade se coloquem apenas como próximos ou parceiros em vez de membros da CGA. Esse é o caso da Bicicleta Livre, Santuário dos Pajés, Coturno de Vênus, entre outros.

Ainda no que se refere à CGA, é visível o seu caráter fluido e a forma como é afetada pela multimilitância. Tendo sido criada no momento inicial de articulação do movimento autônomo em Brasília – que, de tão incipiente, motivou uma brincadeira por parte dos que formavam o coletivo, denominando-o ‘convergência de indivíduos autônomos’ –, a CGA teve uma constituição mutável desde o início, variando entre formas mais próximas de um federalismo no qual os grupos constituintes se faziam representar por delegados rotativos e estes faziam o vínculo com a CGA funcionar ou formas mais fluidas em que indivíduos autônomos, participantes ou não dos grupos em convergência, frequentavam livremente as reuniões, sem necessidade da

⁶⁴ No final de 2008, após o assassinato de um jovem anarquista pela polícia, Atenas viveu dois meses em meio a grandes manifestações de jovens nas ruas da cidade.

representatividade autorizada pelo grupo de origem. A situação da CGA, em termos de sua fluidez, lembra aquela que caracterizou a Ação Global dos Povos, cujo objetivo era ser, de acordo com as definições de seus ativistas reproduzidas por Liberato:

“um instrumento de coordenação, não uma organização”. Ela “não possui membros”, “nenhuma organização ou pessoa representa a AGP, nem a AGP representa qualquer organização ou pessoa”. Ela “não tem e não terá uma personalidade jurídica”, ela “não será legalizada ou registrada em nenhum país”. Uma vez que sua filosofia é baseada na descentralização e autonomia, “estruturas centralizadas são mínimas” e, “seguindo a mesma idéia, os movimentos e organizações participantes de cada região decidirão como se organizar localmente”. No entanto, “há necessidade de um ponto de contato e de coordenação para cada uma dessas regiões, decidido em nível regional e trazido ao conhecimento de todos os movimentos e organizações participantes da rede”. Enfim, a AGP não possui escritório, por princípio organizacional não possui finanças e, teoricamente, possui um secretariado rotativo a cada ano” (Liberato, 2006:117).

Tome-se agora o que um militante do MPL escreveu sobre a CGA, no jornal *Autonomia DF*, em janeiro de 2005:

Mas, se não pretende tomar a liderança da transformação, o caminho encontrado é o de construir uma atuação em rede com outros movimentos sociais. A idéia de mobilização de base da população passa então pelas influências que os diferentes grupos exercem em seus espaços de atuação. Uma junção de círculos de influência ocasiona uma mobilização ao mesmo tempo fluida, descentralizada e em constante atividade. Se não estão todas mobilizadas por uma causa só, cada grupo está mobilizado, em sua área, por sua demanda específica.

E, no que diz respeito às demandas, chegamos em um outro ponto importante: o da livre associação entre grupos. Pois, se não temos uma planificação detalhadamente acertada que afirme claramente como a sociedade deve ser no futuro e nos propomos ao diálogo, obviamente existirão, em alguns momentos, divergências insuperáveis. Nesses casos os grupos podem atuar de maneira diferenciada - ou separada - mas isso não impede que eles mantenham relações solidárias em outras ocasiões.

Troca-se então o racha partidário pela livre dissociação em casos de divergências pontuais. Troca-se também a planificação definida da organização social por princípios gerais e comuns a todos/todas. Troca-se a busca desesperada pelos fins por uma discussão que pré-anuncie esses fins nos meios. Troca-se, por fim, a competitividade na tomada do poder único pela descentralização dos poderes para o usufruto da coletividade (Jornal Autonomia DF).

A idéia é, portanto, que a fluidez, em sua dimensão organizacional, funcione como um mecanismo de articulação, possibilitando a junção de grupos com características mais diversificadas, sem aprisioná-los em uma rigidez formal/institucional. Por outro lado, é também em decorrência da fluidez que surgem situações nas quais a CGA parece se dissolver no bojo das ações conduzidas pelos grupos, como são exemplos a ocasião em que o MPL tomou as ruas da cidade na luta contra os aumentos da passagem ou o momento quando muitas pessoas de seu âmbito se deslocaram para a luta do Santuário dos Pajés. A eclosão de eventuais conflitos internos também contribuiu para isso. Em vários momentos, portanto, os ativistas autônomos têm a impressão de que a CGA se desintegrou, existindo apenas na cabeça das pessoas. Esse trecho de conversa entre militantes do MPL pode dar uma idéia do fato:

“Mas não é um problema a CGA se esfacelar. A prova disso são os atos que aconteceram. A CGA é o fruto da luta dos grupos, de como os grupos estão organizados. Se os grupos não se organizarem, a CGA cai. Ela depende dessa estrutura” (observa um membro do MPL/ CGA.).
“Exatamente... Ou então, até quando os grupos estão se organizando a CGA pode cair” (retrua outra militante).
“Claro, foi o que aconteceu no início desse ano (2008). (...) tá todo mundo trabalhando e tal, as pessoas estão se esforçando (em várias lutas)... Isso não é um problema...” (volta a falar o primeiro militante).

Uma consequência dessa forma de articulação é a passagem da ênfase na estrutura para a ênfase no sujeito e nos princípios de organização. Em um ambiente em que as estruturas organizacionais adquirem tal fluidez e maleabilidade, os múltiplos coletivos e/ou movimentos se articulam muito mais em função i) de seus integrantes; ii) das responsabilidades pessoais/coletivas que assumem para a continuidade das lutas; e iii) dos princípios sobre os quais pautam suas atuações. A fluidez concebida dessa forma contribuiria para a não formalização das instituições e a conseqüente não cristalização do poder, mas não significaria uma individualização absoluta da ação, na medida em que se pauta por princípios de atuação e por responsabilidades coletivamente definidos.

É preciso fazer uma ressalva: embora seja um traço marcante do movimento, o MPL não se caracteriza exclusivamente pela fluidez. Na realidade, sua organização tem alternado momentos mais estruturados e momentos mais fluidos. Em seus primeiros anos, quando havia um grande número de ativistas atuando como orgânicos, o movimento costumava estruturar-se de forma mais consistente, com a divisão em grupos de trabalho (GT), entre os quais se distribuíam tarefas específicas decididas em assembléias. De acordo com uma militante, essa era uma forma de não concentrar a responsabilidade/poder em uns poucos membros do grupo. Nos momentos posteriores, quando o movimento teve o seu funcionamento reduzido ao formato de um coletivo ou grupo de afinidade, suas ações ficaram muito mais a cargo dos indivíduos que as assumem em determinados momentos, acentuando a fluidez da organização.

Essa relação estrutura/fluidez encontra um equivalente na situação relatada por Liberato (2006) quando compara o núcleo da Ação Global dos Povos formado no Brasil (São Paulo) com seu correlato europeu. Como se viu, Liberato observa que a AGP européia se distinguia por uma grande e desejada fluidez, “saudada como um espaço comum para as pessoas que estão agindo conversarem, compartilharem informação e coordenarem suas lutas, em oposição a uma organização que tenta construir a si própria” (op.cit.: 123).

Essa situação em que a estrutura destinada a coordenar a ação não deve se sobrepor à própria ação – que Liberato conecta a uma tendência do próprio anarquismo – encontra um exemplo áureo no Movimento de Resistência Global (MRG). Esse movimento, surgido em Barcelona, em 2000, foi responsável pela convocação da II Conferência Global da AGP:

Em janeiro de 2003 seus membros anunciam a morte do MRG, com felicidade e entusiasmo. O MRG havia se dissolvido por consenso. O motivo? Segundo eles o MRG “havia nascido como uma rede, um espaço de comunicação entre coletivos e iniciativas” e, na ocasião, “no entanto, começava a se converter em uma identidade, em uma estrutura estática”. Perceberam assim que “era necessário destruí-la”. Sem que pudessem compreender, o MRG havia se transformado, segundo eles, em uma referência internacional, tanto é que, sem sequer serem consultados, o MRG havia sido posto como membro permanente do conselho do Fórum Social Mundial (op.cit: 123).

Em contrapartida a essa absoluta fluidez de organização, o equivalente nacional da AGP no Brasil apresentava uma situação bastante distinta, transformado em uma coalizão de grupos sob cuja responsabilidade se encontrava a organização das manifestações de rua inspiradas nos Dias de Ação Global. Várias vezes foram atribuídas à AGP brasileira ações de restrição à participação de outros grupos/ativistas não pertencentes à coalizão. Essa comparação faz pensar em como pode haver inúmeras combinações/gradações da relação entre fluidez e estrutura que podem estar associadas em seus casos extremos, de um lado do espectro – a fluidez – à ausência de continuidade/aprofundamento das lutas; do outro lado – a estrutura – ao fechamento à participação, à rigidez e ao estabelecimento de posições/identidades fixas de poder na condução das lutas. Por outro lado, como mostra o caso do MPL em seus momentos iniciais, a fluidez mesclada à estrutura pode também contribuir para uma divisão mais equitativa de tarefas, sem excessiva concentração (desde que seja esse o objetivo), em grupos de maiores dimensões.

Tampouco é possível esquecer que são as características de fluidez e fragmentação que conferem, muitas vezes, uma sensação de instabilidade e fragilidade aos ativistas, principalmente quando o movimento esvazia, deixa de se reunir temporariamente, ou mesmo se extingue.⁶⁵ Esse fato gera uma permanente tensão e reflexão no interior do grupo.

Mas, se a fluidez conduz, muitas vezes, a uma sensação de virtualidade, a multimilitância reduz, de certa forma, as características de fragmentação e

⁶⁵ Como foi o caso do coletivo Ação Rebelde e Dignidade Candanga (ARDC), que durou cerca de dois anos e sucumbiu em meio a conflitos internos de diferentes ordens.

transitoriedade imputadas às lutas contemporâneas, na medida em que gera um fluxo que perpassa várias lutas num mesmo período e ao longo do tempo, gerando algo semelhante ao que Scherer-Warren (2006) denomina *transversalidade de lutas por direitos*. Além disso, ao delinear redes de movimentos em ação, a multimilitância também possibilita, como observa a autora (2005), partir para uma compreensão do movimento real que ocorre na articulação/fluidez das organizações ou movimentos.

Como aspectos negativos, a multimilitância, em seu caso extremo, teria como consequência a necessidade de disponibilização de uma grande quantidade de tempo, o que, certamente, acabaria por exaurir os ativistas. Essa dinâmica de circulação entre movimentos também provoca a crítica de que tal procedimento dificulta o processo de sua construção em momentos de crise, já que o fluxo geralmente se dirige para os movimentos que estão em maior evidência. Além disso, também contribui para gerar insegurança nos ativistas; pois, quando os movimentos se concentram em uma causa específica, dá a impressão de que os demais – ou parte deles – não existem mais. De acordo com uma militante: “Nem sei mais quantos ativistas o MPL tem atualmente, nunca mais a gente se reuniu...” (observação de militante do MPL, durante o Movimento Fora Arruda e Toda Máfia).

É importante ressaltar que é justamente no fluxo e na articulação que reside, muitas vezes, uma das forças dos movimentos autônomos brasileiros. Aliado ao fato de exibirem uma organização e expressão política que confrontam os valores atribuídos à ação política tradicional, os movimentos sociais autônomos também convidam a outra reflexão: a fluidez, a fragmentação e a atuação pontual podem constituir um dos lados da moeda que, em seu verso, apresenta uma agilidade e uma capacidade de manifestar-se sobre muitos fatos simultâneos da sociedade contemporânea que geram indignação e ação política. Tais atuações, como já mencionado, seriam marcadas por um núcleo básico de noções relativamente homogêneas e compartilhadas pelos grupos/ativistas que dizem respeito a uma concepção de mundo libertária, solidária e permeada por uma vontade de distribuição equitativa de direitos sociais, mescladas a um desejo de autonomia – ou seja, uma perspectiva anticapitalista autônoma. Além disso, é importante notar uma conexão entre a multimilitância – ou a troca permanente ou eventual entre diferentes movimentos, voltados para diferentes causas – e uma sociabilidade gerada em uma sociedade pautada por um capitalismo tardio, com ofertas múltiplas e alternativas de consumo, em que, como assevera Liberato, os jovens seriam

‘sobredeterminados por motivações imateriais, participação, expressão e controle sobre a vida, entre outras’ (2006:232).

Foi possível observar a força e coesão dos movimentos autônomos brasileiros em alguns momentos importantes, entre os quais se destaca a ocupação “Casa das Pombas” (setembro de 2007), a defesa de Cesare Battisti, a ocupação da Reitoria da UnB (abril/maio de 2008) e a ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (dezembro de 2009) no âmbito do ‘Movimento Fora Arruda e toda Máfia’. No primeiro caso, trata-se de uma atuação autenticamente autônoma, embora tenha ocorrido, coincidentemente, no mesmo período em que se desenrolava a programação do ‘Grito dos Excluídos do DF’, a partir do dia 7 de setembro de 2008. Os últimos três episódios envolvem uma atuação conjunta, em diferentes níveis, com outros movimentos e organizações (sindicais, partidárias etc.) não pautados pela autonomia. O exame de algumas dessas situações permite compreender alguns aspectos das diferentes dinâmicas presentes nas diversas organizações/coletivos e como se dá o inter-relacionamento entre eles.

4.2- “Ocupa, Ocupa , Ocupa e Resiste!” – relações intra e inter organizações de diferentes perfis

As ocupações urbanas ocorrem sob múltiplas formas em todo o mundo. *Squats* (ou suas formas equivalentes: *squatters*, *squatting* ou *squattedes*), Okupas, Krakkers (termo equivalente em holandês) ou mesmo a sigla CSOA (Centros Sociais Ocupados e Autogestionados) são termos utilizados para se referir à prática de ocupar espaços vazios na cidade e ali instalar formas de vida cultural e comunitária. Como ressalta Castelo (2008), em cada país ou região onde ocorrem, as okupas evidenciam diferentes aspectos da realidade circundante, apresentando grandes variações entre aquelas estabelecidas em regiões como a Europa Ocidental ou as que surgem na América Latina. As ocupações realizadas pelos autônomos, na Alemanha, como exposto por Katsiaficas (2006), inscrevem-se nesse tipo de resistência cultural e política, assim como inúmeras outras existentes na Espanha, Holanda, Dinamarca⁶⁶, Inglaterra e outros

⁶⁶ A exemplo da cidade libertária de Cristiania em Copenhague, que se iniciou em 1971, a partir da ocupação de uma base militar abandonada pelo governo dinamarquês, desde o final da década de 1960. Constituída de 22 acres de área e 150 prédios, passou a abrigar uma sociedade inteira baseada na idéia da

países. Há, também, ocupações ocasionadas pelo grande déficit habitacional existente, especialmente nos países do sul global, ou aquelas decorrentes de grandes crises econômicas, como as ocupações de fábricas falidas ocorridas na Argentina pós-2001.

As okupas/ocupações exprimem uma forma de resistência ao capitalismo associadas à constituição de uma contracultura, ou uma cultura divergente e contrária à cultura capitalista circundante baseada em autogestão e apoio mútuo. Conceitualmente, encontram-se no cerne de amplos debates teóricos e políticos. Liberato (2006) afirma que, de acordo com uma das perspectivas, a contracultura – mesmo tendo surgido como uma forma de oposição ao capitalismo feita por jovens a partir da década de 60 – teria se transformado em um mero signo de consumo inserido na lógica social do consumismo, uma lógica de permanente produção e manipulação de significantes sociais (Baudrillard, 1995^a). A rebeldia juvenil e a resistência contracultural, dessa forma, ainda que originariamente contra a sociedade de consumo, findariam por se colocar a serviço do valor na sociedade capitalista, transformando a cultura em mercadoria e promovendo a absorção da contracultura pelo empreendimento capitalista e vice-versa (Heath e Potter, 2005, apud Liberato, 2006).

Do lado da perspectiva traçada pelos movimentos contraculturais, Liberato destaca a crítica à conformidade implícita na sociedade de massas não só em relação à produção, mas ao consumo e à educação. Assim, como observa o autor:

“a luta passaria a não ser simplesmente contra uma classe ou grupo, mas contra um sistema que imporia conformidade a todos os aspectos da vida. É a cultura inteira que precisaria ser rejeitada, seria necessário escapar antes de tudo da própria conformidade do indivíduo” (2006:93).

Ainda para os adeptos de uma abordagem marxista mais ortodoxa, essa seria uma postura individualista de liberdade, em detrimento das lutas e formação de organizações políticas tradicionais (Heath e Potter, 2005), o que teria levado, especialmente nos Estados Unidos, a um ‘ativismo de consumo individual’.

Liberato, por sua vez, destaca que foram os *squattings*, praticados pelo movimento Autonomia na Itália (a partir do final da década de 60 e durante a década de 70) e pelos autônomos na Alemanha e norte da Europa (no decorrer da década de 80), que sobrepuseram a idéia de autonomia como ação relativamente marginal à luta de classes. Inicialmente, essas ações eram parte de uma estratégia revolucionária que, com o tempo, teriam se transformado em um fim em si mesmas. Nos anos 1980, essas ações teriam sobrevivido como ‘colônias neotribais’, sendo ‘repolitizadas’ a partir do sucesso

dos zapatistas (Bull, 2001, apud Liberato, 2006). A criação da rede *Ya Basta*, na Itália, seria um exemplo desse processo.

Já para Katsiaficas (2006), a base dos movimentos autônomos formados a partir de dúzias de *squatted* espalhados pela Europa refletiria uma ruptura com as normas estabelecidas da classe média proprietária em suas vidas diárias: comunas em vez das famílias tradicionais; restaurantes e bares onde a ‘cena’ tem seu próprio espaço, e não a cultura de massa comercializada; uma comunidade internacional definida por suas ações radicais, em contraste com os espetáculos patrióticos tão admirados na Europa de então. Nesse contexto, argumenta o autor, grupos como os *autonomen*, da Alemanha, representariam uma mudança de paradigma na política que começa com a nova esquerda, mas se torna crescentemente definida. Diferentemente de outros movimentos do século XX que se preocupavam com a conquista do poder nacional, os *autonomen* procuraram dissolvê-lo em todas as suas formas. Katsiaficas observa que a subversão da política realizada por esses grupos conduz à completa reorientação da compreensão do papel dos Estados Nações e à obediência individual às suas leis. Em lugar de sistemas de massa baseados na democracia representativa e em regras majoritárias, eles viveram de acordo com o princípio da democracia direta e do autogoverno. Não buscaram criar estruturas gigantescas de poder, nem estavam interessados em participar das que existiam. Embora seu número não tenha sido tão grande, suas ações frequentemente têm um significado além das análises quantitativas que indicariam.

Os movimentos autônomos vêm sendo chamados de pós-políticos por não darem importância a eleições e partidos políticos. Prefiro pensar que esses movimentos estão subvertendo a política, transformando a participação pública em algo completamente diferente do que normalmente é compreendido como política (2006:06).

No Brasil, um dos primeiros casos de *squatter* de que se tem notícia transcorreu em 1990, quando um grupo de cerca de dez anarco-punks ocupou um prédio de quinze cômodos em Florianópolis – SC, com o objetivo de ali instalar um espaço alternativo destinado à produção cultural. De acordo com Rudy (op.cit. 8-9):

o movimento anarco-punk, nascido das imbricações do *punk* dos anos 80, assimilaria as doutrinas anarquistas, dando às suas manifestações um conteúdo mais político [...] Sobre a ocupação o jornal local *O Estado* publica:

‘Eles querem transformar a casa em um espaço alternativo para a cultura e dizem que só saem de lá depois que a prefeitura arranjar um outro lugar para eles abrirem à manifestação da arte, da música, da pintura e do teatro locais. Caso contrário, a casa vai virar um grande centro cultural. Elenice Gouvêa, 17 anos, integrante do movimento, garante que existem vários prédios públicos abandonados na cidade e que poderiam ser transformados em espaços alternativos para a cultura. Grande parte, segundo ela, fica na avenida Mauro Ramos, uma das mais movimentadas da

(espíritual, psicodélica, ética, musical).” (Rudy: 5)

cidade. [...] Eles são anarquistas, mas frisam que não são desordeiros. Prova disso é a tentativa de recuperar o local abandonado desde o incêndio que aconteceu no ano passado. Sonham com um mundo onde não existam governantes, apenas respeito entre as pessoas⁷.

Nos casos examinados no âmbito desta tese, percebem-se dois tipos distintos da estratégia de ocupação. O primeiro deles, a ocupação Casa das Pombas/Ocupação Pombal, *de caráter político cultural*, cuja finalidade era a instalação de um espaço permanente onde fosse possível estabelecer estilos de vida diferentes daqueles vigentes na sociedade capitalista contemporânea, com formas mais coletivas e comunitárias de relacionamento entre as pessoas. A Casa das Pombas também tinha, como pano de fundo, o propósito de desenvolver uma luta pelo direito das pessoas à cidade e contra a crescente apropriação desta pelos interesses do capital, ou seja, em detrimento dos interesses coletivos. Concretamente, buscava estabelecer uma espécie de ponto de encontro onde os jovens pudessem conversar e decidir suas ações nos grupos aos quais pertencessem. Assim, movido por esses propósitos, um grupo de cerca de quinze jovens da Convergência de Grupos Autônomos ocupou um prédio de propriedade do extinto Banco Banerj, falido desde 1994 e incorporado ao grupo Itaú, em 1997. O prédio permanecia abandonado há cerca de doze anos, com suas portas e janelas lacradas, em pleno centro da cidade, na W3 Sul, quadra 504.

A ocupação transcorreu como de praxe, tendo os jovens, após penetrar no recinto, iniciado um processo de faxina, arrumação e pintura do local, onde passaram a conviver intensamente. Entretanto, passados trinta dias da entrada do grupo e após uma suposta denúncia de um vizinho, a Casa das Pombas foi desocupada com violência pela polícia, culminando com a condução, no mesmo dia, das moças para o Centro de Detenção Feminina e dos rapazes para o Departamento de Polícia Especializada (DPE). O grupo permaneceu preso por cerca de uma semana e foi alvo de vários processos judiciais. Enquanto isso, a imprensa, quando tratava do episódio, falava de ato praticado por marginais desocupados. Toda essa situação se mostrou bastante traumatizante à época, o que veio a causar, nos vários coletivos envolvidos, certa tensão e dispersão posteriores. Houve, também, uma entrevista coletiva à mídia no intuito de explicar a motivação e os objetivos da ação e questionar o uso/apropriação da cidade pelo capital.

Neste trecho do panfleto do MPL distribuído por ocasião do Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre, em 27 de outubro de 2007, poucos dias após o ‘desalojo’ da Casa das Pombas, pode-se compreender melhor a posição do movimento em relação à ocupação:

PELO DIREITO DE IR E VIR, MAS TAMBÉM DE PERMANECER E CONSTRUIR: A cidade deve ser das pessoas, e não dos empresários do transporte e da especulação imobiliária. Seu uso não deve ser restrito a trabalho e estudo, mas também ao lazer, à diversão, às mobilizações políticas e culturais. O MPL participou do processo de ocupação por crer que a luta pela cidade não se limita a exigir melhorias no sistema de transportes, mas é também uma luta à cidade por inteira: pelo poder de decidir por onde vamos transitar e o que queremos fazer desses espaços (panfleto em comemoração ao Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre).

A ocupação em questão conduz exemplarmente ao que Feixa (2006) descreve como a centralidade que o território assume para os grupos juvenis, na medida em que, a partir de sua ação, redescobrem espaços urbanos esquecidos, dotando-os de novos significados, humanizando-os e conferindo-lhes usos imprevistos. A ironia do caso em pauta se amplia, quando se constata que o local escolhido para ‘descolonizar a vida diária’ pelo grupo foi justamente uma propriedade pertencente a um dos símbolos do capital privado na sociedade brasileira, o Banco Itaú, que havia comprado o Banerj. Não por acaso, a reação do governo local foi tão imediata e agressiva, com amplo respaldo da mídia local.

As duas outras ocupações constituem outro tipo de ação. Trata-se da ocupação como ação direta, realizada de forma a obter algo reivindicado pelo grupo/coletivo, sem recorrer a instituições intermediárias. A inauguração dessa tática, que consiste na ocupação de espaços públicos, é atribuída à ação da nova esquerda e teria sido, posteriormente, difundida internacionalmente (Katsiaficas, 1987). Outros movimentos também considerados radicais que não funcionam necessariamente com base nos princípios da horizontalidade e do consenso fazem uso, igualmente, dessa estratégia, como o MST e a Via Campesina. Tratando-se dos movimentos em foco, a ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília foi um exemplo da utilização dessa estratégia de luta. Essa ocupação perdurou por dezesseis dias, com grande repercussão na mídia, que, por sua vez, especialmente na de circulação local, já tornava públicas as denúncias de malversação de recursos públicos por parte do reitor e do grupo acadêmico que com ele administrava a universidade naquele momento.

Esse episódio, iniciado com a entrada na Reitoria de integrantes do Diretório Central dos Estudantes (composto à época por integrantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partidos Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e do grupo independente Instinto Coletivo) e uma parcela majoritária de militantes autônomos, foi ampliado com a adesão de outros grupos políticos e grande número de estudantes independentes. Militantes de partidos como PSTU, PSOL, Partido Comunista Operário (PCO) e de entidades estudantis como União Nacional dos

Estudantes (UNE) e União da Juventude Socialista (UJS) se integraram ao movimento, juntamente com os ativistas dos movimentos autônomos, que incluíam coletivos como o MPL, Bicicleta Livre, Escola Livre e Madu. Os dezesseis dias passados na Reitoria da Universidade foram marcados, no início, pela incerteza e confronto com a polícia e, após um período de tensão e impasse, pelo afastamento consecutivo do vice-reitor, reitor, vários decanos e, finalmente, houve a nomeação de um reitor *pro-tempore* até que se realizassem novas eleições para o cargo desocupado. A pauta do movimento era extensa e ultrapassava a mera queda do reitor e o clamor pela ética, pressionando também pela volta da paridade nas votações universitárias (vista pelos ativistas como um retorno e aprofundamento das relações democráticas na instituição) e mais uma série de reivindicações que incluíam questões relacionadas ao transporte no campus e entre este e os demais locais da cidade.⁶⁷

Um dos aspectos que chamam a atenção foi a forma como o próprio movimento se apresentou: “Este é um movimento horizontal, sem líderes. Tudo aqui é decidido em assembléia” (participante do movimento para uma câmera do CMI). Essa é uma fala de apresentação expressa de uma participante em um dos filmes postados no blog do movimento.⁶⁸ Além disso, em vários momentos dos inúmeros filmes sobre o evento da ocupação, é exaltada a ação direta então praticada pelos estudantes. Por outro lado, a inter-relação entre entidades institucionais (partidos, entidades estudantis) e ativistas autônomos foi também alvo de algumas tensões. Embora sejam perceptíveis diferentes graus de entendimento entre integrantes de movimentos autônomos e militantes ‘institucionais’, foi frequente a reclamação dos primeiros de que era comum que integrantes de partidos e entidades estudantis chegassem com decisões prontas, tomadas no seio de suas organizações, querendo impô-las nas assembléias. Outra das críticas formuladas referia-se à forma como vários membros desses partidos/entidades se colocavam em posições estratégicas nas comissões formadas pelo grupo.

De fato, uma das primeiras atividades realizadas após uma ocupação consiste na divisão do grupo em comissões, ficando cada uma delas responsável por diferentes aspectos da ação no coletivo. Assim, geralmente ocorre a formação de comissões de logística, segurança, comunicação e mobilização. Curiosamente, havia, muitas vezes,

⁶⁷ Em outro contexto, a constituição dessas pautas ‘mistas’, que incluem demandas amplas e pontuais, já havia merecido comentários e estranhamento por parte de intelectuais (Folha de S. Paulo de 24/6/2007), quando da ocupação da Universidade de São Paulo (USP). O caráter dessas pautas se deve justamente à des-hierarquização das lutas, quando questões de ordem prática e imediata adquirem tanta importância quanto questões mais amplas, uma vez que a vida cotidiana está na base da experiência política.

uma concentração de integrantes de partidos e entidades representativas na comissão de comunicação. Dessa forma, a imprensa costumava atribuir a ocupação aos partidos de esquerda, ignorando, no mais das vezes, a participação autônoma no movimento. Mas foi também possível perceber, em meio às tensões usuais, que os militantes partidários, antes maioria absoluta em eventos políticos dessa natureza, passaram a ter que conviver com a crescente presença dos ativistas autônomos e a respeitá-la. Em alguns casos, estabeleceram-se ligações fortes entre eles, formando-se uma espécie de ‘frente radical’, ativistas autônomos e de alguns partidos mais radicais interagem mais intensamente, embora nunca isentos de estranhamento ou discordância. Importante notar, mais uma vez, que alguns desses militantes partidários tiveram origem na atuação do MPL ou foram inspirados inicialmente por ela, o que facilita um entrosamento entre ativistas de diferentes perfis organizacionais.

Outro aspecto que merece destaque é o uso da internet como veículo de comunicação, organização e divulgação do movimento. Os ocupantes passaram a contar com um sítio (ou blog) e uma rádio via internet, por meio dos quais disseminavam as notícias, apelos e lembretes relativos à ocupação. Os filmes realizados por eles próprios, muitas vezes atuando simultaneamente como integrantes do Centro de Mídia Independente (CMI), também abundaram. Um detalhe importante foi a grande proximidade com o que se convencionou chamar o ‘espírito de maio de 68’.

Às vésperas de completar quarenta anos, as massivas manifestações de jovens que tomaram conta de muitos países do mundo – embora tenham borbilhado muito menos no Brasil da ditadura militar, como observado em seção anterior – pareciam reverberar nas atitudes, discursos e cartazes criados pelo movimento. Frases como “sejamos realistas, peçamos o impossível” ou ‘se precisar, a gente volta’ podiam ser vistas em muitos dos cartazes expostos por todo o prédio da Reitoria. Da mesma forma, a preocupação com o armazenamento do lixo e a limpeza do local era bastante explícita: diversos depósitos, com especificação quanto ao tipo de lixo que deviam conter (orgânicos, recicláveis etc.) foram espalhados pelos andares do prédio, e a limpeza do ambiente era parte integrante da rotina dos ocupantes. Assim, quando a desocupação do espaço foi, enfim, negociada, os estudantes se encarregaram de deixar o local na melhor condição possível, varrendo e limpando os espaços ocupados. Muitos espectadores atribuíram a esse fato o caráter de ‘encenação realizada para a mídia’, mas, mesmo

⁶⁸ É possível ver vários filmetes postados no endereço unb: <http://www.ocupacaounb.blogspot.com/>

admitindo esse componente, é importante mencionar que a preocupação relacionada à limpeza e aos afazeres ligados à sobrevivência diária é uma constante nas atividades coletivas da CGA e está sempre pautada pelo propósito de realizar uma distribuição equitativa de tarefas entre os integrantes do grupo, homens e mulheres, como relatado anteriormente.

A reação daqueles (não estudantes) que assistiam a tais manifestações variou entre franco apoio e certo descrédito ou estranhamento da estratégia. Era comum ouvir, inicialmente, comentários sobre ser difícil conseguir o afastamento do reitor por essa via. Muitas críticas eram feitas à ‘radicalidade do movimento’, que ‘não cumpria os ritos legais requeridos’. Ao fim e ao cabo, o movimento saiu vitorioso em uma conjuntura na qual o clamor da mídia contra a corrupção e, de forma mais discreta, alguns segmentos dos docentes da UnB também se faziam notar. O texto postado no blog do MPL-DF a esse respeito dá o tom de sua participação nesse evento:

O Movimento Passe Livre DF apóia e participa da ocupação estudantil na reitoria. Entendemos que só na luta e na ação direta é possível desbancar os interesses de quem está no poder. Ao contrário das invasões do Timothy, das fundações e da polícia, @s student@s estão ocupando um espaço que por direito é del@s. Também concordamos com todas as pautas de reivindicação do movimento de ocupação, em especial com as que se referem ao acesso e mobilidade na UnB. Fora Reitor! Por uma vida sem catracas, sem corrupção, pelo trânsito livre! (MPL-DF).

Ainda vale mencionar, quanto à ocupação da Reitoria da UnB, que esta ofereceu um *locus* singular onde se realizaram múltiplos eventos, desde aulas patrocinadas por professores apoiadores do movimento até aulas de yoga, tai-chi-chuan, funk, autonomia e autogestão, discussão sobre o caso Cesare Battisti e resistência pacífica, além de festas que aglutinavam grande número de estudantes. Um comentário feito por um dos ocupantes, militante do MPL, em um momento nostálgico posterior à ocupação ilustra o sentimento que prevalecia entre os estudantes:

“No dia do churrasco vegetariano, uma parte do pessoal ficou fazendo o churrasco de batatas e frutas, enquanto, em um nível acima [no mezanino da Reitoria] outra turma fazia aula de funk com o Lagarto... Foi massa véi!...” (depoimento de ativista anarcopunk do MPL).

A partir da ocupação da Reitoria da UnB, ocorreu um significativo aumento de participantes nas reuniões do MPL, o que se pode atribuir à visibilidade que o movimento autônomo adquiriu na oportunidade. Muitos deles viriam a se afastar posteriormente, mas alguns permaneceram como ativistas orgânicos não só do MPL, mas também de outros movimentos autônomos.

O outro episódio de ocupação como ‘estratégia de resistência política’ refere-se à ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal realizada no âmbito do

Movimento Fora Arruda e Toda Máfia, no final do ano de 2009. Vale a pena descrevê-lo em maior detalhe, para apreender as várias lógicas de ação e o comportamento dos atores envolvidos.

No final do mês de novembro de 2009, os habitantes do Distrito Federal foram surpreendidos pelas denúncias feitas contra o governador José Roberto Arruda, o vice-governador Paulo Otávio e vários membros da Câmara Legislativa do DF, entre eles, o então presidente da instituição. As acusações eram feitas por um colaborador do alto escalão do governo Arruda, ex-aliado do governador anterior, que, sob acordo de delação premiada, entregou à Polícia Federal inúmeros vídeos comprometedores por ele produzidos, envolvendo as principais personagens do governo local em recebimento de propina. Várias articulações começaram a ser feitas para a realização do *impeachment* do governador, mas, de antemão, todos sabiam que se tratava de tarefa árdua, visto que ele tinha maioria absoluta na Câmara e as denúncias abundavam contra inúmeros deputados distritais.

A partir de um ato de protesto no dia 2 de dezembro e aparentemente de forma espontânea, um grupo de pessoas ocupou o plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Encabeçado inicialmente por militantes da CUT, PT, UJS, UNE, vários ativistas autônomos e estudantes secundaristas, o grupo forçou a entrada no prédio passando a ocupar o Plenário sob a resistência dos seguranças do órgão. Dentro do Plenário, iniciou-se a formação das comissões de praxe (logística, segurança, comunicação e mobilização). Mas havia certa confusão sobre os rumos que a ocupação deveria tomar.

Com a alegação de que era necessário desocupar o plenário para que fossem lidos os pedidos de *impeachment*, houve, na perspectiva dos integrantes autonomistas, uma manobra por parte dos militantes do PT, PC do B, CUT, UNE e UJS, para que todos saíssem do local, propondo que, após a referida leitura, voltar-se-ia a ocupar o espaço. Nesse momento, a queixa dos autonomistas é que esses partidos/organizações ‘tratoraram’ a votação para a desocupação, atrapalhando a fala e a votação das propostas divergentes. Com a desocupação e a leitura do pedido por parte dos deputados distritais, os integrantes do PT, PC do B, CUT, UNE e UJS se retiraram da Câmara, enquanto alguns deles gritavam para os que permaneciam: ‘O que vocês vão ficar fazendo aí? Bando de filhinhos de papai! Vão pra rua, convencer as massas!’

Os ativistas autônomos, por sua vez, quando desocuparam o plenário pela primeira vez, resolveram reunir-se em um canto para discutir o que fazer. Nas palavras de uma ativista do MPL:

“Quando todo mundo saiu (do plenário), uma galera mais autônoma começou a conversar. Aí a gente foi combinando tudo: aqui é pra conversar; não é pra fazer discurso, nem falar com raiva ou ganhar no grito. Vamos conversar como a gente acha que deve ser a ocupação” (militante do MPL).

De acordo com outro ativista do MPL, esse foi o momento de ‘quebra’, quando os autonomistas passaram a dar o tom da ação. Na medida em que alguns integrantes de partidos e entidades representativas foram novamente se aproximando, o grupo já estava formado, as regras do debate já haviam se estabelecido e os que quiseram se juntar ao grupo tiveram que respeitá-las. Assim, o grupo decidiu, mais uma vez, adentrar o Plenário, voltando a forçar a porta do recinto. Nesse momento, junto com os ativistas autônomos, encontravam-se alguns militantes do PSOL, PSTU e da Assembléia Popular. A partir daí, transcorreu-se uma semana de ocupação, noticiada todos os dias pela imprensa e acompanhada por um grande contingente da população.

Na primeira noite e dia da ocupação da Câmara Legislativa do DF, os ativistas se concentraram inteiramente no estabelecimento das regras de funcionamento da ocupação. Esse é um momento crucial, pois os princípios devem ficar muito claros para os ocupantes, principalmente por se tratar de pessoas com culturas políticas bem diferenciadas. Esse esforço costuma ser tão acentuado que uma das integrantes da ocupação, sem formação autonomista, comentou, ao sugerir atividades a serem realizadas, quando já decorriam quase 24 horas da ocupação: “A gente poderia fazer umas discussões no âmbito do direito à cidade, passar uns filmes e discutir temas referentes à Assembléia Popular e ao MPL... e não ficar só discutindo as regras da ocupação...” (militante da Assembléia Popular).

Diante da repercussão causada na sociedade, que considera, em geral, a ocupação um ato estranho e radical, os ocupantes lançaram notas explicativas. Em uma delas, afirmavam:

‘Queríamos acompanhar pacificamente a entrega de um dos pedidos de *impeachment* contra o governador. No entanto, fomos barrados em plena ‘Casa do Povo’. A mesma que abriga corruptos/as que governam para o grande empresariado, contrária ao interesse da maioria da população.

Não estamos aqui para invadir ou depredar o patrimônio público, como tem sido divulgado pela mídia, em mais uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais. Ocupamos para garantir que o patrimônio e os recursos públicos sejam de fato revertidos à população. Exigimos que a Câmara aprove o impeachment de Arruda, Paulo Otávio e a cassação dos /as deputados/as envolvidos/as.”

Em outra nota, convocando a população para uma vigília na CLDF, argumentam:

“Deflagrada uma onda de mobilizações contra os escândalos de corrupção no DF, um grupo de cidadãos indignados resolveu dar um basta: ocupou a câmara legislativa exigindo o impeachment de Arruda e Paulo Otávio. Acreditamos na não violência e somos cidadãos comuns, assim como você. Junte-se a nós na vigília que ocorrerá hoje...”

De fato, a ocupação da Câmara Legislativa foi palco de inúmeras discussões sobre variados temas, com projeção de filmes sobre a ação de movimentos sociais como o MTD e o MPL. Os cartazes confeccionados também davam o tom da ação. Os dizeres podiam ser agrupados entre i) aqueles que se manifestavam contra a corrupção⁶⁹; ii) aqueles que davam o contorno político mais amplo da manifestação, incluindo reivindicações concretas⁷⁰; e iii) aqueles que tratavam das questões logísticas cotidianas.⁷¹ Além disso, os múltiplos debates e a ação dos seus participantes (autonomistas ou não) forneceram um panorama do funcionamento das diferentes perspectivas de ação política. Alguns comentários sobre uma assembleia realizada no plenário da CLDF, em 4 de dezembro de 2009, com a participação de mais de cem pessoas podem ser úteis à visualização desses estilos.

Tratava-se de uma assembléia importante na qual seria decidido o destino da ocupação diante da informação de que o então presidente interino do órgão, Cabo Patrício, do Partido dos Trabalhadores (PT), havia entrado na Justiça com pedido de reintegração de posse do local. Havia certa tensão no ar e os diferentes grupos se concentravam em espaços específicos da sala. Além dos ativistas autônomos, havia militantes do grupo Zumbi dos Palmares, PSTU, PSOL, alguns professores da rede pública do DF, sindicalistas, representantes das associações de moradores (Estrutural), enfim, o espaço havia se tornado um autêntico comitê anti-Arruda. Depois de um grande intervalo de tempo durante o qual os diferentes grupos se reuniram, a assembleia se inicia. À frente está um dos militantes autônomos que insiste em falar sem microfone. Apesar dos clamores de alguns participantes para que se utilizasse o

⁶⁹ “Nem todo patife é ladrão, mas todo ladrão é político. Fora Arruda!”; “Sou planaltinense e tenho vergonha desses políticos!”; “OH, senhor, somos falhos!!! Não explodimos a CLDF!”; “Por que só pobre vai pra cadeia? Coincidência???”

⁷⁰ “Mais fortes são os poderes do povo!!! Paz entre nós, Guerra aos senhores!”; “Participação popular autônoma. Mudar o mundo sem tomar o poder. Morte ao estado burguês!” “Horizontalidade!”, “Assembleia Popular! Autonomia! Participe!”; “Fora o Noroeste! Viva o bananal!” ; “Anulação do PDOT!”

⁷¹ Reutilize seu copo. Lave e traga de volta. Use sua caneca, se tiver.” Ou “Reutilize seu copo. Traga sua caneca.”

equipamento, o ativista fala em tom baixo: “É preciso que a gente se acalme e se ouça...” e continua pedindo que as pessoas parem de falar e escutem.

Havendo silêncio, inicia-se a composição da mesa. À medida que vão sendo escolhidos os membros da mesa, grupos políticos adversários se manifestam contrariamente a um ou outro. Nesse momento, outro militante autônomo intervém: “Vamos atuar sem querer privilegiar nenhum grupo político. Não é isso que está em jogo aqui.”

A assembléia tem início, não sem antes ser combinado que não seriam batidas palmas ou feitas expressões barulhentas de apoio ou desagrado a quem estivesse falando. Em vez disso, o apoio seria transmitido mediante o erguimento das mãos e sua agitação no ar, em manifestação totalmente silenciosa. Além disso, um dos militantes da Assembléia Popular (e também do PSOL) destacou que a ‘mesa’ deveria sentar-se no mesmo plano da assembléia, como já havia sido acertado em assembléia anterior. A reunião então transcorreu, de modo geral, calmamente. Em alguns momentos, era nítida a diferença de expressão entre autonomistas e militantes ‘institucionais’: enquanto os primeiros tendiam a falar em tom de conversa, os últimos se expressavam mais como oradores, com entonações e palavras de efeito. Em alguns momentos, foi possível perceber também que, enquanto os últimos tendiam a projetar o acréscimo de grande número de pessoas nas ações empreendidas na Câmara, imaginando a adesão das massas de trabalhadores e da população em geral, os autônomos alertavam para o fato de que não era fácil envolver tantas pessoas assim. Esse episódio pareceu repetir alguns outros, como as reuniões preparatórias do Grito do Excluídos para o 7 de setembro de 2008, quando militantes de centrais sindicais (CUT e CONLUTAS) prometeram a integração de um grande número de pessoas ao ato e os autonomistas fizeram uma pequena projeção de sua participação. Na hora do evento, os autonomistas compareceram em número igual ou ligeiramente superior ao estimado, enquanto os demais vieram com número de participantes muito inferior. Quando questionados por que as centrais haviam levado tão poucas pessoas em face do que haviam prometido, uma ativista autônoma comentou: “Pra variar... Eles sempre fazem isso...”

Cabem aqui algumas reflexões concernentes a essa assembléia realizada na ocupação da CLDF. A mudança no comportamento de seus participantes parece bastante notável. O fato de o microfone não ser utilizado por escolha dos participantes, obrigando as pessoas a se acalmar e permanecer em silêncio para ouvir o outro, o fato de se sentarem todos, deliberadamente, no mesmo plano (quando havia a alternativa de

ocupar a mesa da Presidência da CLDF, em um plano superior), a decisão de realizar manifestações silenciosas de apoio – que não desrespeitam ou atrapalham quem fala – são mecanismos, entre outros, que parecem apontar uma forma de comunicação em que se busca a horizontalidade, o respeito ao ponto de vista do outro e o consenso. O evento tende a transformar-se, assim, em um momento em que a conversa dá o tom, em que todos procuram falar e ouvir o outro, embora o conflito e a divergência de posições continuem a existir. Quando o consenso não é encontrado, procede-se à votação dos pontos divergentes, com defesas específicas para cada tópico, como é de praxe nas reuniões dessa natureza entre militantes institucionais. Entretanto, a votação é um procedimento adotado nessas circunstâncias, quando se encontram posições muito diferentes e grupos de concepções diversificadas. No caso de reuniões exclusivas de ativistas do MPL-DF, o consenso é buscado de forma peremptória e, não sendo possível obtê-lo, deixa-se a questão em ‘banho-maria’, adotando-se uma posição intermediária e de consenso, à espera de que se consiga chegar a uma decisão unânime posteriormente.⁷² É importante observar que a busca por consenso não implica que não ocorram debates acalorados e divergências às vezes difíceis de conciliar. A esse respeito haverá discussão em seção posterior, quando será comparada a noção de consenso do MPL e do *Baltimore Algebra Project*.

É perceptível a perda, muitas vezes, de grandes intervalos de tempo no estabelecimento dos encaminhamentos, no esclarecimento de pontos de vistas com o objetivo de chegar a uma posição de ampla concordância do grupo ou, em último caso, de impedir manobras ou mal-entendidos na votação. É claro que as relações no interior do grupo – principalmente quando se trata de eventos como as ocupações da UnB e da Câmara Legislativa do DF – não são tão pacíficas: especialmente os militantes institucionais tendem a compor grupos e a manifestar-se em bloco. Da mesma forma, ativistas autônomos se reconhecem e muitas vezes reforçam-se mutuamente em pontos já acordados para o movimento autônomo, embora a discordância individual dentro desses coletivos seja mais frequente. Nota-se, contudo, que, no episódio da ocupação da CLDF, ocorreu, como mencionado, um espaço prévio de discussão dos grupos em que os ativistas autônomos, como os demais grupos, discutiram seus pontos de vistas antes de integrar a assembleia.

⁷² Embora, conforme depoimento de um integrante mais antigo do MPL, já tenham ocorrido votações no âmbito do movimento quando da realização de um evento nacional.

No que se refere a esse episódio, vale observar que, quando inquiridos sobre a realização de tal reunião – momento em que se alegou que os movimentos autônomos estavam justamente reproduzindo o que criticavam nos militantes institucionais, ou seja, vir com as decisões tomadas no interior de cada grupo –, dois ativistas autônomos assim argumentaram:

“Isso se faz de forma muito diferente. Uma coisa é a gente se reunir para analisar e entender a conjuntura e pensar junto, em situações de *stress*. Nessas reuniões nunca se determina o que qualquer pessoa vai fazer, é pra gente pensar junto. A outra é chegar com um *script* pronto, onde (se você prestar bem atenção vai perceber) cada um tem uma posição já demarcada, uma estratégia montada: um fala, outro grita... cada um sabe o que vai falar; ou então, no final, se inscrevem uns cinco do mesmo grupo, com a mesma posição e acabam com o debate” (depoimento de uma ativista autonomista).

“Tem outra diferença. Eu sempre falo que a gente (autonomista) chega muitas vezes com uma idéia pronta, um ponto de vista formado. Mas a gente muda de idéia. Já com o militante institucional, isso nunca acontece... Além disso, isso [a reunião prévia] ocorreu na CLDF porque a gente já tinha levado muita porrada dos militantes da CUT, UJS e dos partidos, no início da ocupação [quando eles queriam que o plenário fosse desocupado e a ocupação acabasse ali, com a leitura dos pedidos de *impeachment*]. Foi também uma estratégia de sobrevivência...” (acrescenta outro ativista do MPL).

Poder-se-ia afirmar que o ‘discurso’, como modalidade de fala (em assembleias/reuniões etc.) diz respeito a uma concepção de política que se relaciona com noções como ‘liderança carismática’, ‘condução de massas’ e ‘vitória por votação’, pressupondo um sentido de competição entre diferentes pontos de vistas e diferentes grupos em que vence aquele que ganha a votação. A “conversa” como forma de comunicação, por outro lado, estaria mais ajustada a uma ação baseada em noções como horizontalidade, consenso e não liderança, dizendo respeito ao estabelecimento de relações de cooperação entre as diferentes visões e grupos, no qual, citando as palavras de um ativista, “todos podem combinar e tentar direcionar seu pensamento para um pensamento coletivo”. São, portanto, procedimentos bem diferentes entre si, com resultados também bastante distintos.

Vale, ainda, observar que foi possível perceber, durante a ocupação, o estranhamento ou não compreensão de militantes institucionais mais velhos que lá estiveram para apoiar o movimento quanto ao fato de o movimento se entrincheirar nas dependências da Câmara Legislativa, um local – sintomaticamente, no que se refere à setorialização da cidade – de difícil acesso à população em geral, especialmente para aqueles que não dispõem de carro. Várias pessoas (se) perguntavam por que o movimento não deixava a Câmara Legislativa e procurava atingir ‘as massas’, que estavam nas ruas (?) de Brasília. Para elas, o movimento deveria ganhar as ruas; pois, na

forma em que se apresentava, era um típico movimento de ‘vanguarda’, sem a participação popular.

Para os ativistas ocupantes, a questão se apresenta em outros termos: numa situação como essa, não se trata de um movimento de vanguarda – posição que os ativistas veementemente recusam e se preocupam em não assumir em várias circunstâncias de sua atuação –, mas de um movimento radical que faz uso de ações diretas e de uma radicalidade à qual os segmentos institucionais da política tornaram-se menos afeitos, com a acomodação das forças políticas tradicionais na democracia representativa. Em estratégias como essa, percebe-se uma lógica distinta em funcionamento que diz muito da lógica da ação direta: embora a ampla participação da sociedade seja sempre desejada, outros aspectos são também levados em consideração. Ao ocuparem pela segunda vez a CLDF⁷³, os ativistas agiram a partir do que se poderia chamar de um ‘grupo de afinidade’ que, nesse caso, formou-se como um grupo de ativistas autônomos, logo após a primeira saída do plenário quando da leitura dos pedidos de *impeachment*. Os autonomistas iniciaram um diálogo à porta do plenário cujo resultado levaria à segunda entrada na CLDF, momento em que se configurou um grupo de afinidades. Os ativistas ali reunidos partilhavam concepções similares relativas à ação política, apartidarismo, horizontalidade, consenso e à prática de ações diretas. Quando, posteriormente, outros militantes partidários/ institucionais/ não autônomos se juntaram ao grupo, mesmo sem partilhar da totalidade de seus princípios, formou-se um novo grupo cuja maior convergência consistia em acreditar na ocupação como uma estratégia válida de luta. A esse grupo, ativistas ‘anti-alter-globalização’ chamariam de *cluster*, como definido pelo ativista e sociólogo Felipe Corrêa (2004):

Um *cluster* é uma associação de grupos de afinidades que é formada para fazer uma ação específica ou tomar parte numa ação maior. Geralmente os clusters são formados quando uma tarefa precisa ser feita, como por exemplo bloquear uma rua, e um grupo de afinidade é insuficiente para efetuar-la. Faz-se então um cluster com o objetivo de cumprir essa tarefa, que o grupo não teria como fazer (2004:52).

Evidentemente, um *cluster*, na qualidade de grupo de ação mais amplo e heterogêneo, implica uma tendência a mais e maiores conflitos internos no decorrer da ação programada, o que em si pode descaracterizar a definição do ‘grupo de afinidades’.

⁷³ A primeira entrada no plenário da CLDF foi feita, como já relatado, de forma relativamente ‘espontânea’, em conjunção com os partidos políticos e centrais sindicais e teve como objetivo forçar a leitura dos processos de *impeachment*. Essa ação se enquadra melhor na ação teatral e consentida, típica das relações existentes entre os poderes, partidos e entidades sindicais na democracia representativa. A reentrada no plenário, uma meia hora mais tarde, como já relatado, constitui a reocupação ou a segunda ocupação, a que se fez referência.

O fato de constituírem um conjunto de pessoas que, a par de suas diferenças, compartilham da ‘crença’ e prática de uma mesma estratégia de luta em um determinado momento sugere a formação de um conjunto de ‘grupos de afinidades’ que se configuram diferentemente em diversos contextos da ação política, a depender do que se considere como compartilhado. O importante seria a habilidade coletiva de estabelecer um entendimento sobre as questões básicas da ação, permitindo que esta venha a se desenrolar a contento, dentro de seus pressupostos, a despeito das diferenças intergrupos. Por outro lado, a noção de *cluster* se distingue da de ‘frente ampla’, na medida em que está voltada para a realização de uma determinada ação.

Ainda no que concerne à questão dos grupos de afinidades, é interessante pensar que, no âmbito da Convergência de Grupos Autônomos, o conjunto de coletivos que a integram pode ser visto como grupos de afinidades, ou seja, como pessoas que compartilham vários princípios reunidas em torno de uma causa ou ação. O único coletivo que destoaria dessa configuração seria o MPL, que, desde seu início, propôs-se a ser um movimento social, ou seja, sua ação envolveria segmentos mais amplos da sociedade. Entretanto, o MPL alterna momentos em que toma a configuração de grupo de afinidade – no qual sua constituição se resume a pouco mais ou menos de uma dezena de integrantes – e outros em que assume proporções de movimento social em que os membros dos diversos coletivos, tanto da CGA, quanto demais grupos autônomos, tendem a atuar conjuntamente com outros segmentos da sociedade.

Existem, portanto, várias noções envolvidas. A de *grupos de afinidades*, como já observado, refere-se a um conjunto de pessoas que compartilham vários princípios e certo nível de intimidade reunidas em torno de uma causa ou ação. O *cluster* seria o conjunto desses *grupos de afinidades* voltados para a realização de determinada ação. O *coletivo* seria a forma como os ativistas autônomos denominam sua forma de organização, pautada por seus princípios organizacionais descentralizados e não hierarquizados. Um *movimento social*, em contraste com os termos aqui abordados, seria uma organização que se volta para uma causa com amplitude social, reunindo amplos segmentos da sociedade e rompendo, portanto, os limites do *grupo de afinidades*. Por fim, a *frente ampla* teria um sentido mais amplo que o *cluster*, na medida em que pretende uma aliança de caráter mais duradouro, voltada para a luta por uma causa. A *frente ampla* pode se tornar um *grupo de afinidade ampliado*, na medida em que as ações vão avançando e o grupo vai criando vínculos mais profundos entre seus integrantes, baseados no conhecimento e companheirismo que o exercício do

ativismo continuado produz. A definição de *rede*, por sua vez, constituindo uma construção conceitual que assume diferentes formas, poderia perpassar a noção de *cluster*, a de *frente ampla* ou a de uma conglomeração de movimentos/coletivos de caráter mais permanente, como é o caso da própria CGA. As redes, como afirma Barnes (1987), também articulam relações abertas e momentâneas entre diversos atores, o que lhes concede diferentes conformações não estritamente definidas ao longo do tempo.

Importa notar que, ainda que o *cluster* represente uma comunalidade (de ações e procedimentos) entre diferentes grupos/organizações políticas construída a partir da prática de determinada ação e para ela, é curioso perceber as características de cada universo político, quando um(s) dos grupos de ativistas está(o) à frente das manifestações. Tome-se como exemplo uma passeata conduzida pelo conjunto dos militantes do coletivo Fora Arruda e toda Máfia em que militantes dos partidos, DCE e outras entidades similares preponderavam: a manifestação saiu da Praça Zumbi dos Palmares⁷⁴, encaminhou-se em compridas filas – à semelhança de uma procissão e sempre respeitando um espaço previamente negociado com a polícia – em direção à rodoviária, tendo como seu ponto final a área externa do Congresso Nacional. No caso daquela conduzida pelo movimento autônomo, realizada como um Carnaval fora de época, a manifestação saiu como um bloco carnavalesco, com ativistas fantasiados e um amplificador de som carregado em um carrinho de mão, circundou a área em torno da plataforma superior da rodoviária e teve seu momento de auge no andar de baixo da rodoviária, envolvida pelas pessoas em trânsito na capital federal.

De certa forma, os trajetos e a forma como foram percorridos revelam o que é mais valorizado pelos dois conjuntos de militantes/ativistas: enquanto os institucionais continuam a pontuar o Congresso Nacional como instância de diálogo no fazer político, os autônomos procuram estabelecer ligações com a população da cidade, no local que concentra e simboliza seu ir e vir cotidiano⁷⁵; enquanto os institucionais seguem em forma ordeira para o local previamente definido, em acordo com a polícia – denotando o caráter mais formal das ações dessas organizações, os autônomos carnalizam as vias, desafiando em vários momentos as determinações policiais, e interrompendo o tráfego,

⁷⁴ Próxima à rodoviária.

⁷⁵ É bom mencionar que a rodoviária do Plano Piloto tornou-se um ponto de convergência para manifestações de sindicatos e partidos a partir da atuação do MPL, que sempre valorizou o local para essa finalidade. Há, inclusive, um vídeo do grupo em que um dos ativistas, em meio a uma manifestação, reflete sobre por que escolher a rodoviária – local onde estão as pessoas, em vez do Congresso Nacional – onde estão os políticos. Em períodos anteriores, de acordo com o depoimento de vários militantes mais

o que, além de exprimir uma delimitação da importância do carro frente às pessoas que habitam a cidade, também traduz o apreço do grupo pelo sentido ‘não autorizado’ das ações diretas.

Assim, é possível concluir que vários dos conflitos presentes inicialmente entre as diferentes formas de organização continuam a se manifestar no *cluster* ou na *frente ampla* e, mesmo amenizados pela construção conjunta da experiência, persistem em vários momentos dessa atuação, o que pode levar, eventualmente, à atenuação ou até à dissolução do grupo. Entretanto, é bom ressaltar, a persistência em ações conjuntas com um determinado fim nas quais as decisões dentro do grupo tendem a ser tomadas de forma horizontal e baseadas no consenso – mais uma vez, pode ser exemplo a Frente Fora Arruda e toda Máfia, que tem atuado há mais de quatro meses no Distrito Federal – pode conduzir a um processo de reforço dos laços entre seus integrantes, por mais díspares que sejam os ativistas entre si, gerando o que seria mais apropriado chamar, como já observado, um *grupo de afinidades ampliado*.

Voltando à questão da ação de vanguarda, sempre alegada pelos que observam atuações como a ocupação da Câmara Legislativa do DF – mesmo constituindo-se em tema que envolve um amplo debate teórico –, pode ser tratada de uma forma diferente. Do ponto de vista dos militantes autônomos, tal noção estaria associada à postura que as pessoas de um determinado grupo assumem em relação a todos os demais que não fazem parte dele ou ao restante da sociedade – as ‘massas’. Assim, dentro do ‘segundo grupo de afinidade’ formado para realizar a ocupação da Câmara Distrital do DF, havia pessoas, geralmente pertencentes aos partidos ou a entidades representativas que se viam e agiam como vanguarda, reportando-se aos que não estavam ali como pessoas que deveriam ser ‘despertadas’, ter a atenção chamada ou serem ‘conduzidas’ a se juntar àquela ação. Não raro, consideravam que poderiam trazê-las à ação de uma forma simples e/ou rápida. Os ativistas autonomistas, por sua vez, consideravam que ali estava um grupo de pessoas reunidas que acreditavam em um determinado propósito e, por isso, dispunham-se a praticar uma determinada ação direta. A adesão das outras pessoas é considerada, nesse ambiente, algo mais complicado, embora seja também o desejo do grupo. Assim, em uma mesma ação, podem-se encontrar pessoas que se veem e agem como vanguarda (geralmente militantes institucionais) e outras que não se pautam por tais posturas.

antigos da cidade, as manifestações políticas da cidade se concentravam ou em frente ao Congresso Nacional ou na Praça do Povo, no Setor Comercial Sul.

A ocupação de resistência, portanto, em vez de se constituir como ato de vanguarda, é concebida pelo movimento autônomo como a prática de uma ação direta. Seus efeitos são percebidos como ocorrendo em duas dimensões distintas. A primeira atém-se aos efeitos diretos que a ação desencadeia em relação à causa ou pauta reivindicada. A segunda diz respeito à própria experiência que a ocupação propicia. Volte-se à ocupação da Câmara Legislativa para proceder à análise dessas dimensões.

Ao ocuparem a Câmara Legislativa, os integrantes do Movimento Fora Arruda e toda Máfia reforçaram a atenção da mídia e da sociedade em geral para as grandes contradições nas quais a política local havia se encerrado. A instituição, que deveria dar prosseguimento ao pedido de *impeachment*, estava igualmente eivada por denúncias de recebimento de propina e tráfico de influência. Assim, a resistência por uma semana nas trincheiras da Câmara Legislativa gerou um evento que provocou os olhares locais e nacionais sobre o espaço que simbolizava – e detinha – o poder de encaminhamento da solução e, ao mesmo tempo, a sua negação. Foi também por se manterem instalados à força na ‘Casa do Povo’ que a Câmara Legislativa se converteu, por um breve período, em um autêntico Comitê Anti-Arruda, no qual as diversas forças sociais puderam se encontrar e se reforçar mutuamente, espelhando para a sociedade uma reação de protesto. O foco diário na ocupação lembrava à sociedade – e aos políticos em particular – que algo deveria ser feito para que a ‘normalidade’ fosse restaurada, sob pena de tornar todo o sistema, de tão desmoralizado, insustentável. Uma das questões que deve ter surgido então para o próprio Executivo local foi como desocupar o espaço sem deixar tão gritante a grande diferença com que são tratados os que integram as lutas sociais (e a população em geral) e os políticos, os ricos e os poderosos; ou como justificar uma retirada violenta dos ‘estudantes infratores da ordem’, para reconstituir uma normalidade em que os envolvidos em flagrante em ostensivas cenas delituosas sairiam completamente ilesos.

A ocupação da CLDF possibilitou à sociedade, enfim, ainda que por breves dias e de forma desigual, refletir sobre as contradições e o desgaste em que a política, como instituição, havia se lançado, impulsionando e/ou fortalecendo as ações de outros segmentos, como a OAB, partidos de oposição, sindicatos e dos cidadãos em geral. Mas há também outro papel, não explorado pela mídia, mas de igual importância para os que realizaram essa ação direta, que diz respeito à própria experiência diária vivenciada pelos ocupantes.

Ao tempo em que criam fatos políticos na sociedade, as ocupações são um espaço privilegiado onde também se gera uma dinâmica interna peculiar. Nesse espaço, como já descrito, estabelecem-se novas regras de relacionamento e convivência no grupo, procurou-se construir o dia a dia da ocupação segundo a concepção de que o pessoal (e cotidiano) também é político. De modo geral, os participantes autônomos procuram pautar suas ações, em ocasiões como essa, por princípios como “não há prática revolucionária sem forma revolucionária” ou por visões semelhantes à exposta por João Bernardo (marxista autonomista português), em seu texto “Auto-gestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas”:

Em qualquer luta importa mais a forma de organização das/os participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A tomada de consciência faz-se através da possibilidade que cada pessoa tiver de colaborar na condução prática da luta, sem se limitar a ouvir doutrinas ensinadas por outras/os. [...] É a luta o fundamento e o principal motor dessa pedagogia, e a autonomia ou se aprende a partir de uma base prática ou não se aprende. Estes são critérios totalmente opostos ao do estado capitalista (Bernardo, 2008: 42-3).

Mais uma vez, há dificuldades de várias ordens a serem enfrentadas quando se juntam pessoas e grupos com culturas políticas tão distintas como partidos políticos e movimentos sociais autônomos, mas isso acaba por ser uma experiência em que são construídas várias pontes entre esses movimentos/grupos. É preciso ressaltar a existência de variados graus de resistência dentro do movimento autônomo no que toca à relação com partidos e entidades sindicais/representativas (como CUT, UNE, CONLUTE, etc.). Essas posições vão da franca impaciência a uma atitude mais tolerante e articuladora. Este integrante do MPL representa uma dessas últimas posições:

“Existe uma ideologia anti-partidária no MPL-DF, ideologia equivocada e falsa, que faz a gente se perder no debate. Os partidos têm realmente um histórico de manipulações, aparelhamento, canalização de lutas, traições políticas, burocratização etc.... Mas esses são os pontos negativos da organização partidária desde sua raiz. Para além disso, os partidos realizam outras atividades, nem todas malélicas. (...) aí faz-se uma crítica infundada e tola dos partidos. O problema dos partidos não está em suas ações pontuais, mas em suas estruturas e processos de longo prazo. Não se pode criar uma paranóia anti-partidária, isso é arrogante e antiproducente” (depoimento de um ativista do MPL pelo MSN).

Por outro lado, os ativistas que não compartilham esse ponto de vista consideram ser difícil combinar ações quando as lógicas que as pautam são muito distintas. Seria o caso da diferença entre a lógica partidária ou de movimentos sociais que trabalham em uma estrutura hierárquica ou mesmo daqueles que partilham uma perspectiva marxista mais ortodoxa (focada exclusivamente na luta de classes) em relação à lógica autônoma. A esse respeito, os ativistas comentam:

“a única coisa que nos une, em qualquer frente mais ampla de ação (com militantes partidários ou de movimentos sociais hierarquizados) é o anti-capitalismo. No mais, divergimos em quase tudo, especialmente no que se refere à forma de ação. Assim, o máximo que podemos fazer é uma rede de solidariedade pautada por esse objetivo comum.” (depoimento de uma ativista do MPL).

A forma de ação a que essa ativista se refere diz respeito, entre outras, à noção de que ‘os fins justificam os meios’, prática adotada historicamente por uma parcela significativa dos militantes institucionais de esquerda em contraposição ao prefigurativismo que costuma pautar as ações dos movimentos autônomos. A forma, portanto, converte-se em aspecto essencial da ação política, pois ela diz respeito aos princípios que constituem a base da ação dos movimentos autônomos.

Seja como for, a experiência da ocupação repercute, fundamentalmente, em seus participantes e nas relações que estabelecem entre si, constituindo-se, como estratégia de resistência, em uma oportunidade privilegiada para a ampliação e divulgação da perspectiva dos movimentos autônomos, por meio da intensa experiência cotidiana dos princípios de atuação dos integrantes do ato.

É bem verdade que, também nesses momentos, surgem conflitos algumas vezes difíceis de contornar. Foram várias as queixas, principalmente das moças vinculadas ao movimento autônomo, quanto ao tratamento ‘machista’ que receberam por parte de alguns militantes não autônomos (institucionais ou independentes). As queixas incluíram desde um constrangimento dos homens em ter uma mulher integrando a Comissão de Segurança a abordagens inconvenientes quando as moças dormiam na ocupação. Nesses casos, é possível perceber que muitas das atitudes padronizadas adotadas pelo homem em nossa sociedade são vistas de uma forma crítica e negativa pelas moças que integram o movimento autônomo. Isso diz respeito a uma redefinição do comportamento masculino e feminino bastante comum nos novos movimentos sociais, provocando conflitos nas relações de gênero que antes passavam despercebidos. Tais episódios não constituem uma exclusividade da relação autônomos – não autônomos, ou seja, problemas semelhantes ocorrem no meio autônomo.

Outro caso que pode ser mencionado a título de exemplo das relações conflituosas no grupo da ocupação diz respeito a uma ativista anarco-punk que também integrou a ocupação Casa das Pombas. Em uma das assembléias realizadas no plenário da Câmara Legislativa, afastando-se momentaneamente do *laptop* por meio do qual contribuía para a transmissão radiofônica ao vivo da assembléia, ela se manifestou: “Nem sei se acredito em cidadania, democracia... Acredito em auto-gestão, em viver de

uma forma auto-sustentável, em uma comunidade igualitária...” Mais tarde, ao ser perguntada se sentia que havia espaço para o amplo espectro político presente na ocupação, respondeu: “Eles [dos partidos] me boicotam. Manobram para que eu não fale nas reuniões e assembleias.”

Pode-se concluir que alguns conflitos persistem e outros se avolumam (no caso de gênero) talvez justamente pelo fato de o grupo estar ocupando um espaço em que as regras, as posturas e os conflitos são redefinidos. É como se uma lente de aumento fosse colocada sobre os atores da ocupação e seus comportamentos fossem vistos e reavaliados sob a ótica rigorosa dos movimentos autônomos.

4.3 – As Ocupações como Rituais

As ocupações, assim, também poderiam ser vistas como rituais ou algo próximo a um momento de *communitas*, como delineado por Turner (1974), em que as regras relacionadas à estrutura são temporariamente suspensas para um posterior retorno a elas.

De acordo com Turner:

É como se houvesse nesse caso dois ‘modelos’ principais de correlacionamento humano justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com de ‘mais’ ou de ‘menos’. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como ‘comitatus’ não estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais, que se submetem em conjunto, à autoridade geral dos anciãos rituais (1974:119).

As ocupações constituem verdadeiros momentos de ‘*communitas*’. Nessas ocasiões, os valores habituais relacionados à prática política em uma sociedade hierarquizada, com dominação patrimonial, machismo e organização em torno da democracia representativa são temporariamente suspensos, e regras voltadas para o estabelecimento de uma comunidade baseada em relações horizontais, mais igualitárias e consensuais passam a vigorar. Da mesma forma, comportamentos habitualmente vistos como típicos de minorias ou ‘desenquadrados do padrão’ passam a ser considerados dominantes. Isso pode ser percebido claramente a partir de um diálogo travado entre ativistas do MPL, sobre uma festa realizada durante a ocupação da UnB, quando recordavam o movimento:

“Foi super-engraçado. Estávamos deitados [no ‘acampamento’ feito na área da Reitoria], ainda nem tínhamos tomado banho, quando começa a chegar um pessoal, todo arrumado, de salto e maquiagem... e a gente só via eles falando no celular: ‘ Parece que não vai rolar nada aqui... tá

todo mundo desarrumado'..." (uma das participantes da ocupação, que passou a frequentar o MPL),

"Foi muito legal, porque as coisas se inverteram. Normalmente somos nós que nos sentimos excluídos, porque estamos desarrumados. Nesse dia foi o contrário: os arrumados se sentiram excluídos..." (ocupante e participante do MPL).

Na abordagem da análise ritual desenvolvida por Peirano (2003), baseada em autores como Turner, Leach, Tambiah, Peirce, Jacobson e outros, toda ação social que se repete e cujo desenrolar faz notar a presença de fases definidas pode ser tratada como rito social. Atendo-se ao sugerido por Peirano (2003), verifica-se que o retorno dos ocupantes à estrutura se dá de uma forma bem distinta daquela em que se encontravam antes da ocupação. Para essa autora, a passagem ritual, garantida por seu caráter performativo, dar-se-ia por três vias: a primeira, em resposta ao poder performativo das palavras, quando dizer alguma coisa já é fazê-la; a segunda diz respeito à experiência vivenciada por participantes de uma *performance* que faz uso de múltiplos meios de expressão para atingir seu(s) fim(s); e a terceira, referindo-se aos valores e percepções gerados a partir da ação ritual. O ritual, assevera Peirano, é persuasivo e promove uma (re)conceitualização em seus participantes, por meio da expansão dos significados das palavras e das ações. Citando a análise ritual desenvolvida por Christine Chaves sobre a marcha dos sem terra, a antropóloga observa:

Christine Chaves finalmente nos mostra como a eficácia da ação ritual reside no fato de acionar crenças culturais essenciais – crenças que constituem uma cosmologia – mas, ao mesmo tempo, questionar determinadas estruturas sociais. Nesse sentido, rituais podem concorrer para a construção de novas legitimidades, permitindo desvendar mecanismos de diferenciação cultural e realizar a passagem das ideologias para os sistemas de ação (e vice-versa). É na ação que homens e mulheres de carne e osso, para citar mais uma vez a autora, buscam transformar interesses e ideais em realizações concretas. *Rituais são, assim, bons para pensar e bons para viver*. A partir deles tomamos conhecimento de nosso mundo ideal e de nossos projetos e ambições; a partir deles revelam-se trilhas, encruzilhadas e dilemas, e no processo, consegue-se, muitas vezes, encaminhar mudanças e transformações (op.cit. 47, grifo da autora).

Os integrantes de uma ocupação saem, em certo sentido, 'transformados' pelas experiências que lhes permitiram vislumbrar um mundo vivido sob outras regras. A suspensão da vida cotidiana e o ingresso em um momento atípico – poder-se-ia dizer liminar – delineiam-se com clareza: o acampamento em um espaço que não se destina à habitação cercado por inúmeros profissionais da imprensa que mediatizam diariamente suas imagens, colocando suas ações sob um foco contínuo, a constante entoação de cânticos e palavras de ordem, as assembléias (também rituais) diárias para discussão dos próximos passos e a tensão permanente provocada pelas ameaças de confronto com as forças policiais, tudo isso contribui para a geração de um ambiente ritualizado, separado

da vida cotidiana. A própria retirada dos ocupantes do espaço por meio da atuação da Polícia Federal – os ocupantes foram carregados um a um pela rampa da Câmara Legislativa, atravessando uma galeria formada, de um lado, por apoiadores, que aplaudiam e entoavam palavras de ordem; de outro, por opositores⁷⁶, que vaiavam e entoavam palavras de ordem contrárias – constituiu um fechamento exemplar da experiência ritual. Nela é possível vislumbrar, inclusive, o cenário o qual o grupo depararia a partir de então.

De fato, os acontecimentos vividos nos dias e semanas posteriores à desocupação da CLDF mostrariam o crescente confronto entre as forças contrárias ao governador e aquelas que o apoiavam. O melhor exemplo foi a manifestação realizada logo no dia seguinte à desocupação (em 9/12/2009), em frente ao Palácio do Governo, quando um imenso contingente policial montado a cavalo e armado com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo agrediu ostensivamente manifestantes, repórteres e alguns transeuntes eventuais, transformando o evento em uma batalha campal.

Em termos dos efeitos da ‘ocupação-ritual’, pode-se dizer que a experiência afeta as relações interpessoais e intergrupais dos ocupantes que costumam, via de regra, sair fortalecidas. Pode-se também sintetizar, em traços largos, seu efeito sobre cada grupo de ocupante. No que se refere aos militantes institucionais, cria-se uma familiaridade destes com a teoria e prática política autônoma, levando-os a respeitar e tentar partilhar (pelo menos nesses momentos e em alguma medida) esse estilo de ação. No que tange aos ativistas autônomos, pode-se perceber um efeito de maior tolerância e de conjugação de esforços com pessoas e grupos com pontos de vistas distintos dos seus. E, no que diz respeito a participantes não atrelados a outras organizações, inicia-se o contato com uma cultura política diferente, levando muitas vezes os novos ativistas a aderir (ao menos temporariamente) a novas frentes de lutas autônomas. Por fim, é possível constatar a centralidade da ocupação que, ao constituir um universo (momento e local) em que a ideologia é plenamente vivida e um mundo novo é prefigurado, promove o empoderamento de seus integrantes: mesmo sendo eventualmente obrigados a desocupar o local, sentem-se vitoriosos ao sair da empreitada.

Os efeitos da ‘ocupação-ritual’, entretanto, não se restringem apenas a efeitos simbólicos de cunho psicológico, percorrendo o roteiro previsível estrutura – *communitas* – retorno à estrutura. Como pode ser observado no caso sob análise, não é

⁷⁶ Apoiadores que foram enviados pelo então governador Arruda, como se veio a saber posteriormente

possível ignorar que, entre os inúmeros fatores que contribuíram para a queda (prisão e posterior renúncia) do governador José Roberto Arruda e, em seguida, a renúncia do vice-governador Paulo Octávio, a ocupação da Câmara Legislativa e a subsequente formação da frente Fora Arruda e toda Máfia foram eventos decisivos. É bom mencionar o espanto da maioria das pessoas da cidade, quando o governador foi preso às vésperas do carnaval de 2010 e o fato de uma grande parcela dessa população já se considerar satisfeita com a simples substituição deste pelo vice-governador. Tratou-se de um típico ‘embate político’ em que, de um lado, os setores vinculados à estrutura de poder vigente testavam os limites de acomodação dos fatos, na tentativa de causar o menor abalo possível a essas estruturas e, de outro, as forças que exigiam uma reparação maior pressionavam por ações mais consistentes de mudanças.

A insistência do movimento Fora Arruda e toda Máfia em permanecer atuando – realizando atos e passeatas pelas cidades do Distrito Federal, manifestações e pichações em frente às casas dos envolvidos nas denúncias, entre outras ações – certamente contribuiu, junto com sua repercussão na mídia, para que as diversas instâncias institucionais envolvidas considerassem que algo mais efetivo deveria ser feito para que a normalidade institucional fosse recuperada.

Mesmo o retorno à ‘normalidade’, com a posterior eleição indireta do governador Rogério Rosso (em 19/4/2010), não se deu, necessariamente, no mesmo ponto em que se encontrava a estrutura antes da eclosão dos momentos de *communitas* aqui relatados. Os movimentos sociais continuarão disputando – agora fortalecidos pela experiência pregressa – com as demais forças sociais e políticas da sociedade a conformação sócio-política local, cujo resultado não pode ser totalmente previsível. Exemplo disso pode ser a movimentação em torno do passe livre, concedido pelo governador deposto, mas já no epicentro de uma série de denúncias de corrupção e, com seu financiamento interrompido, levando a uma reação de um numeroso contingente de estudantes antes não mobilizados. A manifestação ocorrida em 20 de maio de 2010, quando centenas de estudantes secundaristas e universitários acorreram às dependências da CLDF para se manifestar e participar da audiência pública sobre a matéria (além de inúmeras outras manifestações em andamento na cidade) pode ser um indício de um novo processo de mobilização em torno do MPL.

Assim, concordando com Gohn (2005) e Katsiaficas (2006), as ocupações, da mesma forma que outras estratégias, constituem mecanismos a partir dos quais os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na sociedade: o

desbravamento de horizontes, ou melhor, a configuração de novos imaginários, em que muito do que é convencionalmente considerado impossível ou improvável em uma determinada conjuntura e/ou sociedade passa a tornar-se possível. Ou, nas palavras de Singh (2008), quando reflete sobre os *Black Panthers* nos Estados Unidos:

De fato, pode ser que a revolta das pessoas sem poder seja sempre, inicialmente, ‘teatral’, auto-inflada e bombástica. Sem uma base significativa sobre o ‘real’, eles inevitavelmente parecem não ancorados, auto-referenciados e ininteligíveis para aqueles que testemunham [suas ações] pela primeira vez (2008: 90).

CAPÍTULO V – O ALGEBRA PROJECT: ANTECEDENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO – “O PODER DO POVO VAI FAZER UM MUNDO NOVO!” (Black Panthers)

5.1 –Lutas sociais nos Estados Unidos na década de 1960

Não é possível falar do *Baltimore Algebra Project* (BAP) sem retornar aos anos 1960/70 nos Estados Unidos, especialmente no que se refere à luta pelos direitos civis, à liberação negra e à nova esquerda. Isso se justifica por duas razões: i) o fato de o BAP ser um ‘movimento-programa’ integrado por jovens estudantes negros e voltado para o direito à educação de qualidade nos Estados Unidos; ii) por ser seu criador um ex-ativista do movimento pelos direitos civis atuante durante esse período.

Do ponto de vista geopolítico e econômico, os Estados Unidos desfrutavam, na década de 60, das condições estabelecidas no pós-guerra nas quais sua superioridade econômica, política e bélica associavam-se a um período particularmente favorável em que o Estado do bem-estar social atingira seu ponto máximo, não só no país, como em toda a Europa. Esse momento era também marcado por uma rigorosa, porém estável, divisão do mundo em dois blocos antagônicos: os chamados ‘liberais democráticos’, de um lado – entre os quais a nação norte-americana se arrogava o papel de defensora e modelo – e os comunistas, capitaneados pela União Soviética, do outro (Wallerstein, 2004). Internamente, entretanto, o país estava cindido pelo racismo e pela segregação racial exacerbados e viu avolumar-se, em seu território, durante a década de 1960, ondas de protesto e revolta, assim como ações diretas de inúmeros grupos de ativistas, reivindicando igualdade racial e buscando transformações essenciais em sua política interna e externa. Cabe citar que, na dimensão externa, o fim da Guerra do Vietnã era uma das principais questões sobre a qual se bateram os inúmeros movimentos sociais do período.

O movimento por direitos civis nos Estados Unidos compreende um longo processo de luta que se inicia simbolicamente em 1955, quando a costureira Rosa Parks recusa-se a desocupar um lugar do ônibus destinado a passageiros brancos, e se prolonga até o final da década de 60. A desobediência de Parks à lei segregacionista de Montgomery – Alabama levou-a à prisão, deflagrando uma onda de protestos e revolta, além de um boicote aos transportes coletivos na cidade que durou cerca de 380 dias,

com a adesão massiva da população negra e parte da branca. O boicote, que quase levou à falência o sistema de transportes, só foi encerrado com a mudança da legislação local que separava brancos e negros nos assentos dos ônibus (Wikipédia, acessada em 25/5/2010).

Contada de forma breve, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos envolveu episódios sangrentos – com ferimento, encarceramento e até morte de inúmeros ativistas negros e brancos – e duros embates com segmentos extremamente racistas e violentos da população, como a *Ku Klux Klan*. Seu foco, no entanto, estava voltado para a mudança da legislação segregacionista vigente no país e a consequente conquista de igualdade perante a lei. Suas estratégias incluíram batalhas judiciais pelo acesso dos jovens negros às escolas públicas e universidades reservadas a brancos; ocupação de espaços como lojas, restaurantes, museus e teatros por grupos de jovens que se sentavam no chão, em protesto contra a proibição de negros nesses locais; realização de marchas e campanhas pelo direito do voto dos negros; pois, de acordo com o sistema então vigente em estados do Sul, era necessário o registro dos eleitores e, por sua vez, este só era concedido mediante a realização de vários testes e a comprovação de alfabetização.

Na longa jornada de lutas contra o racismo nos Estados Unidos, duas pessoas tornaram-se paradigmáticas, com suas respectivas abordagens: de um lado, o reverendo Martin Luther King Jr., cuja perspectiva não violenta de resolução do conflito entre negros e brancos inspirava-se na experiência de Gandhi, na Índia (Branch, 1989), o que não impediu seu assassinato, em abril de 1968, quando se preparava para participar de uma marcha; do outro, Malcom X, com uma visão que partiu inicialmente de um islamismo ‘adaptado’ nos Estados Unidos por Elijah Muhammad e, posteriormente, transformou-se em uma perspectiva socialista, admitindo a violência como meio legítimo de conquista histórica (cf. X, Malcom, 1992). Malcom X defendeu, nos últimos anos de sua vida – foi assassinado em 1965, com dezesseis tiros, na sede da Organização da Unidade Afro-Americana, que acabara de fundar –, que a situação do negro envolvia uma questão política, econômica e civil, passando pela própria estrutura do capitalismo. A perspectiva desse ativista negro foi fundamental para a formação da vertente dos movimentos negros que admitia a violência como método de defesa, da qual os *Black Panthers* são o melhor exemplo. Em síntese, de acordo com a Wikipédia (acessada em 25/5/2010), Malcolm teria influenciado o movimento negro das décadas de 50 e 60 em três importantes pontos: i) na adesão ao islamismo; ii) na adoção da

violência como processo de autodefesa; e iii) no delineamento de uma perspectiva socialista na luta contra o racismo.

Na vertente de luta adequada da não violência, podem-se citar, entre as inúmeras organizações que atuaram pela conquista dos direitos civis, duas que desempenharam um importante papel: a *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) e o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC). A primeira consistia em uma entidade fundada entre outros, por King, em 1957, após o boicote de Montgomery. O SCLC era composto por comunidades negras ligadas às Igrejas Batistas e foi liderado por Martin Luther King até sua morte. Seria justamente a liderança incontestável de King que levaria, em abril de 1960, à criação do SNCC. Um grupo de estudantes e ativistas, grande parte deles negros, em conjunto com a já madura ativista negra Ella Baker, ex-atuante na CLCS, participaram de uma série de reuniões na *Shaw University*, na Carolina do Norte, fundando o que viria a ser a ala estudantil dos movimentos pelos direitos civis: o SNCC (cf. Graeber, no prelo; <http://www.ijele.com/vol2.1/morton.html>; <http://www.ibiblio.org/sncc/>; Polletta, 2004).

Quatro desses estudantes – ex-alunos de um missionário negro, de quem haviam aprendido técnicas de ação não violenta – já haviam iniciado, em fevereiro daquele mesmo ano, uma série de manifestações (*sit-ins*) em Greensboro, Carolina do Norte, eles entravam e sentavam-se em recintos onde o atendimento a negros era proibido e lá permaneciam até o horário de encerramento das atividades. Com um crescimento geométrico, em abril do mesmo ano, mais de cinquenta mil pessoas já haviam tomado parte nos *sit-ins* em inúmeras cidades do sul do país. Foi parte desse grupo de jovens manifestantes que se reuniu com Ella Baker, criando a SNCC (Polletta, 2004:44-45).

Um dos objetivos do grupo era criar uma alternativa à estrutura vertical e baseada na liderança carismática de King, como se apresentava a CLCS, buscando construir uma postura mais radical e horizontal de atuação. Como afirma Graeber (no prelo), o SNCC ficou famoso por seus *lunch table sit-ins*⁷⁷, pelas *freedom rides* (ou ‘as caminhadas pela liberdade’) e outras ações diretas realizadas de forma descentralizada, tendo seus coletivos locais funcionando com base na decisão por consenso (Graeber, no prelo: Polletta, 2002).

De acordo com a enciclopédia *online* Encarta (acessado em 26/5/2010), em 1961, o SNCC, em parceria com o *Congress of Racial Equality* (CORE), um grupo de

⁷⁷ Manifestações como a que foi descrita.

Nova York, iniciou uma série de *freedom rides* nas quais, em uma rota que partia de Washington em direção ao Mississippi, os ativistas desafiavam a segregação racial em espaços como banheiros, restaurantes, salas de espera etc. Embora muitos tenham sido ameaçados, atacados, presos, inclusive um de seus ônibus foi incendiado, a caminhada perdurou por toda a primavera de 1961.

Em 1964 o SNCC direcionou seus propósitos para as campanhas de registro de votos em estados mais rurais como Georgia, Alabama e Mississippi, no que passou a ser conhecido como *Freedom Summer* ou o Verão da Liberdade. Cerca de seiscentos jovens, dos quais uma parcela era de brancos, passaram a trabalhar nessas campanhas, sofrendo contínuas ameaças, o que resultou na morte de três ativistas (dois brancos e um negro) provocada por adeptos da Ku Klux Klan (Polletta, op.cit.).

Por volta de 1965, as tensões entre a SNCC e a CLCS começaram a crescer. Muitos ativistas achavam que trabalhavam duramente no planejamento e organização dos protestos e campanhas para que o carismático King chegasse por último e recebesse o crédito. Nesse período, o próprio SNCC já se encontrava, internamente, sob intenso debate quanto à sua estrutura organizacional e à efetividade do postulado da não violência na luta contra a segregação.

Os líderes do SNCC também expressavam dúvidas quanto à efetividade dos protestos não violentos. Muitos jovens ativistas negros dos Direitos Civis criticavam o que eles viam como o desejo do CLCS de se comprometer com os brancos, e afirmavam que os negros precisavam ser mais atuantes no que se refere às suas demandas e lutas, quando confrontados com violência. Além disso, o movimento dos Direitos Civis focava nesse momento o direito de voto para os negros do sul do país, mas ignorava as dificuldades econômicas que os negros enfrentavam nas cidades do norte (<http://uk.encarta.msn.com> © 1997-2009, em 15/10/2009).

Em maio de 1966, a ala do SNCC encabeçada por Stokely Carmichael (que, posteriormente, viria a integrar os *Black Panthers*) tomou a frente da organização. Em um processo minuciosamente descrito por Polletta (2004), o SNCC passou a vivenciar profundas crises que culminaram com várias alterações procedimentais na organização – principalmente no que se referia à centralização de decisões e uma hierarquização interna da organização – e com o afastamento da maioria de seus membros brancos. Nesse momento, Carmichael também iniciava seu chamado pelo *Black Power*, termo utilizado para descrever uma série de novas táticas e metas que incluíam a dignidade racial dos negros e sua autoconfiança, bem como, eventualmente, o uso da violência como legítima defesa. Carmichael e seu sucessor no SNCC, H. ‘Rap’ Brown, tornaram-se símbolo do radicalismo negro, aproximando a organização dos recém-constituídos *Black Panther Party*, a partir da realização de crescentes parcerias. Com a prisão de H.

Rap Brown, então presidente do SNCC, em 1973, a organização tenderia a um processo de desativação.

A história dos *Black Panthers Party (BPP)*, por sua vez, de acordo com Jones e Jeffries (2005[1997]), envolveu aspectos até hoje não devidamente explorados em relação à importância do significado histórico de sua atuação nos Estados Unidos como um movimento de massa voltado para a liberação dos negros no país. Para esses autores, o legado dos BPP tem sido sistematicamente negado a partir de uma ‘mitologia’ criada sobre o movimento na qual sua história é sistematicamente depreciada. Seu surgimento, em Oakland, em 15 de outubro de 1966, ocorreu em meio a um país convulsionado por inúmeros *riots* raciais⁷⁸, em um momento em que se tornava claro para inúmeros ativistas e comunidades de negros que as tradicionais organizações de luta por direitos civis, embora tivessem conseguido alterar o cenário de acesso e direito ao voto e derrubado algumas interdições, pouco haviam feito pela transformação concreta das condições de vida das comunidades negras nos Estados Unidos.

Nesse contexto, ainda de acordo com os autores, a promoção da política *Black Power* teria se tornado central para responder ao impasse então delineado. Várias versões do *Black Power* podem ser identificadas no período compreendido pelas décadas de 1960/70, que vão desde o ‘capitalismo negro’, sob a inspiração de Floyd McKissick, diretor do *Congress of Racial Equality (CORE)* até uma variante do *Black Power* na classe trabalhadora proposta pela *League of Revolutionary Black Workers*, em Detroit, passando pelo modelo de Estado-Nação dos *Republic of New Africa*. Será, portanto, a noção do *Black Power* que inspirará a formação de inúmeros agrupamentos negros dentro de formações políticas e associações de trabalhadores.

Como uma organização revolucionária composta por negros, os *Black Panthers Party* eram comprometidos com a autodefesa e o empoderamento dos negros, tornando-se um modelo de organização de esquerda na luta pela liberação dos *african-americans*. Jones e Jeffries (op.cit.) observam que, embora não seja amplamente reconhecido, o partido/movimento produziu um rico e multifacetado legado que impactou significativamente a luta pela liberação negra nos EUA e cujos principais componentes seriam: i) a importância da resistência armada; ii) a tradição do serviço comunitário; iii) um compromisso com a autodeterminação de todos os povos; e iv) um modelo de ação política para os povos oprimidos.

⁷⁸ De acordo com Jones e Jeffries (op.cit.) o *National Advisory Commission on Civil Disorders* reportava 43 *riots* naquele ano, enquanto no anterior – 1965 – contavam-se apenas quinze.

No que concerne à autodefesa, os autores observam que ela foi baseada na noção proposta por Malcom X, embora destaquem que a defesa armada também esteve vinculada a uma longa tradição da luta negra nos EUA, cujas raízes remontam a 1830, com a publicação do ‘Apelo de David Walker’.⁷⁹ Outras entidades também advogaram a autodefesa armada nos anos 1920, como o *Universal African Legion* e *African Blood Brotherhood*, entre outras.

No que toca aos trabalhos comunitários, os *Black Panthers* desenvolveram programas que proviam medicamentos e café da manhã às crianças negras antes da escola, os quais se tornaram, posteriormente, modelos adotados pelo Estado americano em escolas públicas. Denominados *Survival Programs*, eles, enquanto contribuíam para sanar a precariedade alimentar das comunidades negras, também buscavam constituir ferramentas de organização comunitária a partir das quais seriam expostas as iniquidades da sociedade norte-americana. De acordo com Jones e Jeffries, os integrantes “do BPP adotaram programas desenhados para satisfazer as necessidades imediatas da comunidade, enquanto, simultaneamente, elevavam seu nível de consciência” (2005:29).

Pode-se ter uma idéia da amplitude que tais programas alcançaram por intermédio do que os autores relatam:

Na medida em que o BPP ultrapassou a área da Bahia de Oakland, transformando-se em uma organização nacional, muitos dos afiliados locais do BPP implementaram programas para servir os residentes das respectivas comunidades. Por exemplo, em maio de 1968, o ramo de Seattle começou um programa de habitação; o de Kansas City – Missouri lançou um programa de medicamentos; e o de Richmond – Califórnia estabeleceu uma escola de liberação negra. Em novembro de 1969, o partido formalizou vários serviços comunitários no *Serve the People Program*, disponibilizado nacionalmente. Os afiliados do BPP eram instruídos pelo então presidente Bobby Seale para iniciarem programas de cafés da manhã, clínicas comunitárias, escolas de liberação negra, além de circular petições por um referendo sobre a descentralização da polícia. Nos anos subsequentes, o *Black Panther Party* lançou programas adicionais, incluindo um serviço de acompanhamento para senhores idosos, distribuição de alimentos e um serviço de controle de pestes. (op.cit. 29-30)

No que concerne à autodeterminação dos povos, Jones e Jeffries (op.cit.) observam que os Panthers adotaram uma atitude comprometida com a dignidade individual, independentemente de cor, raça, gênero ou orientação sexual.⁸⁰ Em contraste

⁷⁹ Trata-se de um poderoso ensaio escrito pelo abolicionista negro David Walker, que conclamava os negros a se insurgir e abandonar o jugo da escravidão.

⁸⁰ Por outro lado, a frase pronunciada por Elridge Clever sobre o *pussy power*, durante uma manifestação na Universidade de Stanford, em 1968, bem como inúmeros episódios em que as mulheres foram tratadas de forma discriminatória e machista (especialmente durante a primeira fase de atuação do BP, de 1966-68), legaram ao movimento uma fama de movimento machista, embora, como ressalta Graeber (no prelo), essa característica não fosse uma peculiaridade desse movimento, já que também se encontrava presente entre os movimentos formados por ativistas brancos. Jones e Jeffries, entretanto, observam que os

com organizações culturais nacionalistas *Black Power*, os Panteras participaram ativamente de inúmeros eventos políticos da ‘esquerda branca’, em movimentos como o Dia da Raiva (*Day of Rage*) em Chicago, em 1968, ou manifestações antiguerra, entre outras:

Diferentemente de muitas organizações *Black Power* do período, os *B[lack] P[anther] P[arty]* demonstraram um desejo de realizar alianças funcionais com grupos [formados por] brancos de esquerda. Além do mais, os *Panthers* foram um dos primeiros advogados dos direitos das mulheres e homossexuais, durante o estado embrionário desses movimentos de liberação. Em resumo, os BPP representaram um modelo para um genuíno multiculturalismo (1998: 31).

Com o sucesso de seus programas, a penetração nas comunidades negras e a radicalização de suas ações (que envolviam o enfrentamento armado a policiais), os *Black Panthers* passaram a ser considerados “uma das maiores ameaças à segurança interna do país” pelo FBI. De acordo com Rudd:

No FBI, a campanha de repressão política aos dissidentes já havia se institucionalizado bem antes de Nixon, com o COINTELPRO, o *Counter Intelligence Program*. Ela envolveu o uso de infiltração, provocadores, escuta telefônica, invasões, desinformação e ameaças contra a esquerda e a oposição anti-guerra. Os ativistas e revolucionários dos movimentos pelos Direitos Cívicos, incluindo Martin Luther King Jr, Malcolm X, e os Black Panthers; assim como outras minorias ativistas, como o Movimento dos Índios Americanos. Literalmente centenas de indivíduos e grupos que o diretor do FBI J. Edgar Hoover considerava subversivos eram destruídos, enjaulados ou completamente neutralizados pelas atividades completamente ilegais e clandestinas do COINTELPRO. Fred Hampton (um pantera de 21 anos) [dentre muitos outros] foi assassinado pelos agentes federais que trabalhavam em conjunto com a polícia de Chicago.” (2009: 259)

A perseguição violenta que o FBI precipitou sobre os Panteras Negras conduziu ao desmantelamento do grupo mediante assassinato ou prisão de seus membros. Além disso, uma ampla e bem orquestrada campanha de intrigas realizadas por meio da emissão de falsas correspondências trocadas entre membros do partido, distribuição de panfletos e infiltração de inúmeros agentes promoveu cisões internas no grupo, contribuindo para o seu esfacelamento. Tal estratégia foi especialmente bem sucedida ao reforçar conflitos já existentes no partido, especialmente entre o pantera Bob Seale (então exilado na Argélia) e o recém-liberado da prisão Huwey Newton. Os *Black Panthers* tiveram suas atividades paralisadas ao final da década de 1970, embora formalmente tenham se extinguido em meados dos anos 80.⁸¹

Panthers não permaneceram ‘congelados’ no machismo e, “guiados por sua ideologia socialista e desafiados e inspirados por suas companheiras, o partido pronta e conscientemente buscou desenvolver uma organização não-sexista” (op.cit.: 33)

⁸¹ Dentre as versões sobre os acontecimentos finais que envolveram a desarticulação do *Black Panther Party*, encontra-se a de que o FBI teria infiltrado e induzido o consumo de drogas pesadas nas comunidades negras. A mesma estratégia foi apontada para desarticulação dos movimentos autônomos italianos (cf. Katsiaficas, 2006, Batistti, 2007).

Os *Black Panthers* caíram em um profundo ostracismo histórico e teórico, tornando-se alvo de muitas críticas tanto de autores liberais como daqueles mais conservadores. Os motivos apontados para tais críticas são inúmeros e incluem desde o machismo de seus integrantes ao uso ostensivo de armas e da violência por parte do grupo, bem como suas estreitas relações com o gueto negro. Singh (2005), entretanto, ilumina vários aspectos deste movimento ao realizar sua análise. O autor observa que parte das razões que teriam alçado o grupo a tal obscurantismo relaciona-se ao fato de que:

Frequentemente o que é ocultado sob essas denúncias superficiais, embora características, dos excessos políticos do período [final dos anos 60 e início dos 70] é uma premissa mais básica, nomeadamente, de que as lutas sociais significativas devem necessariamente aspirar a alguma forma de demanda hegemônica. Partindo dessa visão, o argumento específico é aquele discurso político efetivo e amplamente inteligível nos Estados Unidos, radical ou não, conforme uma forma ou outra, que vai em direção ao universalismo, populismo e patriotismo americanos. Esses três [aspectos] são ditos como tendo caracterizado a Nova Esquerda [em seu período inicial] e o movimento por Direitos Civis e, de acordo com vários historiadores e críticos da Nova Esquerda, foram centrais para todos os exemplos conseqüentes do radicalismo americano (2005:59).

Para Singh, os *Black Panthers* se inserem em um contexto que reporta a uma tradição nacionalista fragmentária que caracteriza a América Negra. Em um ambiente no qual a intensificação das lutas pela liberdade (*freedom struggles*) no sul, a crise urbana, os protestos contra a Guerra do Vietnã e as revoluções anticoloniais no terceiro mundo criavam uma conjuntura particular, os *Black Panthers* rapidamente emergiram como um dos movimentos responsáveis pela ‘invenção’ de uma política revolucionária para a América urbana. Ainda em sua concepção,

pode ser impossível compreender a emergência dos *Panthers* e da política de liberação negra fora de questões de transferências interculturais e trocas translocais e transnacionais... (...) pode ser mais revelador vê-los em termos do que Arjun Appadurai define como ‘mediapanoramas, ethnopanoramas e ideopanoramas’ de uma ‘economia cultural global’ propriamente pós-colonial (op.cit.: 64).

É assim que o autor identifica, nesse movimento social, a atitude de trazer para dentro do território estadunidense os conflitos pós-coloniais e a questão anti-imperialista que tinham lugar no chamado terceiro mundo. Inspirados nas concepções descolonizadoras de Franz Fanon, os *Black Panthers* construíram noções que transcendiam aquelas relacionadas ao Estado-Nação e ao nacionalismo (como a noção de intercomunalismo, proposta por Huey Newton), sugerindo que as escalas espaciais do capitalismo haviam desmantelado a organização das nações como um território integral e uma unidade ideológica.

Por outro lado, ao fazerem do gueto negro um dos *locus* onde arregimentavam seus ativistas, os Panteras estavam longe de constituir um ‘movimento de gangues’, como vários de seus críticos contemporâneos costumam considerar. Singh observa que tal atitude coloca o grupo muito mais próximo de Bakunin do que de Marx, ao considerar o *lupen* proletariado um importante contingente (devido à sua ‘habitual coragem’, segundo os ativistas negros), integrante das lutas sociais. Mais do que isso, o autor aponta que, em um meio em que a segregação havia sido desmantelada por decreto, uma estrutura persistente de *apartheid* espacial se consolidava no horizonte urbano. Assim, para Singh:

Essas relações, além do mais, são definidas em termos sócio-espaciais rígidos, porque áreas ‘guetizadas’/colonizadas são excluídas do compartilhamento de benefícios sociais/globais. Ao invés disso, são locais de super-exploração, subemprego, subdesenvolvimento e violência concentrada - oficial e não oficialmente. (...) os panteras engajaram em suas tentativas de hegemonizar as pessoas do gueto, jovens negros integrantes das gangs, os ex-prisioneiros, e os cada vez mais numerosos prisioneiros. Os *Panthers* abordavam esses grupos armados com sua pedagogia contra-nacionalista, evocando e apagando fronteiras nacionais – tanto real quanto conceitualmente – e abertamente perturbando as manobras por meio das quais a nação é constituída como uma comunidade imaginada.” (op.cit: 79).

Dessa forma, Singh aponta o fato de que os *Black Panthers* se apropriaram de uma noção internacionalista e anticolonial, geopolitizando as lutas dos negros americanos, ao mesmo tempo em que, atuando diretamente nas comunidades por meio de seus programas comunitários, desafiavam o discurso dos limites do Estado-Nação. Indo na mesma direção, o autor aborda a questão do uso ostensivo de armamentos pelo movimento. Em sua perspectiva, também as armas foram utilizadas em um sentido cuidadosamente escolhido, para confrontar o monopólio estatal da violência.

Em particular, Newton e Seale compreenderam como a polícia havia se tornado o principal agente de um racismo oficialmente sancionado pelo Estado, que havia recuado amplamente da visão do público, apenas para ser reafirmado nas margens, no policiamento dos guetos negros. Como Erick Erikson sugeriu em sua provocativa discussão com Huey Newton, armando-se com rifles e livros sobre legislação e observando o comportamento dos policiais, os *Panthers* procederam a uma profunda transvaluação do imaginário racista convencional expondo as mais visíveis características da lei e a corréa de transmissão crucial do poder de Estado como símbolos de uma rebeldia uniformizada e armada (op.cit.: 81).

O autor afirma, assim, que, mesmo tendo empregado armas e violência como instrumentos de sua atuação, os BP o fizeram muito mais em um sentido performático, pois era evidente que, com um punhado de armas e algumas centenas de militantes espalhados pelo país, os BP não constituíam uma ameaça real à violência organizada do Estado. Ao contrário, os panteras realizavam, aos olhos de Singh, uma espécie de ‘guerrilha teatral’ conduzida seriamente, por meio de *slogans*, exposições corporais e

ações espetaculares, ‘que simultaneamente significavam seu poder e sua fraqueza’. Sob esse ponto de vista,

[...] o estilo de discursividade política dos *Black Panthers*, não era marxista, nem universalista, mas, ao invés, assentado em uma projeção dialética de uma liberação local/global, narrada em termos de um antagonismo primário contra os princípios da nacionalidade americana e do Estado (op.cit.82).

Os limites entre uma ação de efetivo confronto e a ação performática podem ser embaçados pela complexa articulação que envolve a atuação dos *Black Panthers*. Mas é importante observar sua inserção no bojo de uma nova gama de movimentos, funcionando sob uma lógica diversa da que vulgarmente se tem atribuído a ele.

Há várias intersecções entre o movimento pelos direitos civis, os *Black Panthers* e a nova esquerda americana. De fato, à parte de se considerar que a luta contra o racismo foi uma das causas importantes que mobilizaram os estudantes estadunidenses no âmbito da nova esquerda, é claro o seu entrelaçamento com a luta por direitos civis, especialmente no que se refere ao contato estreito e inspiração dos estudantes universitários em relação à atuação do SNCC, bem como sua atuação conjunta, em alguns momentos, com os *Black Panthers*. Por outro lado, há também percepções que identificam, nessa vertente da esquerda, uma vasta gama de movimentos como seus componentes.

A nova esquerda surgiu como um movimento intelectual dissidente, principalmente na Inglaterra, quando marxistas desiludidos com a resposta do Partido Comunista Inglês à Revolução Húngara de 1956 e às denúncias feitas por Khrushchev quanto às posições adotadas por Stalin nesse episódio, passaram a buscar perspectivas mais democráticas em oposição ao centralismo e autoritarismo presentes no socialismo soviético. Assim, vários deles voltaram-se para abordagens de autores como a Escola de Frankfurt, Gramsci ou Trotsky, entre outros.

Caracterizando-se inicialmente como um movimento de dissidência intelectual, a nova esquerda passou a tomar forma de movimentos sociais nos *campi* norte-americanos e em diversos locais do mundo, durante a década de 1960. Esses movimentos, como já observado, tiveram diferentes conformações, a depender do lugar em que ocorreram. Para Mattick Jr. (1970), a nova esquerda estadunidense se baseia no movimento que surgiu nos *campi* universitários americanos, estando circunscrita à década de 60. Já para Katsiaficas (2006), essa esquerda abrangia a vasta gama de

movimentos que tomou conta do planeta ao final dos anos 60 e na década de 70. Nos Estados Unidos, compreenderia também a luta por direitos civis, os *Black Panthers* e o *Black Power*, movimentos feministas e movimentos de gays que lutaram autonomamente, animados por propósitos de mudanças radicais na sociedade. Para o autor:

Freqüentemente os movimentos de Direitos Civis e a Autonomia (italiana) não são descritos como parte da Nova Esquerda, por mais globalmente que isso seja definido. Eles não eram contidos pelos 60s e foram usualmente pensados como tendo existido independentemente de outros movimentos que foram construídos a partir da Nova Esquerda: movimentos como feminismo, ecologia, anti-intervenção, paz e liberação gay. Em meu ponto de vista, apesar das definições comuns dessas insurgências populares como artigos singulares ou movimentos nacionais, seus discursos e ações eram freqüentemente sistemáticos e universais e foram parte de um movimento social histórico mundial (2006: IX).

Os movimentos da nova esquerda surgiram, portanto, numa posição de contestação às estruturas de poder vigentes nos dois lados da ‘cortina de ferro’ que então se impunha sobre o planeta (Katsiaficas, 1987). Katsiaficas observa que, a despeito da tentativa de alguns autores de rotular tais movimentos como comunistas, é possível perceber, na amplitude de sua atuação global, a constante oposição que a nova esquerda encontrou nos partidos comunistas, sendo até hoje não devidamente compreendida por eles. Os próprios movimentos integrantes dessa nova esquerda, por seu turno, também não se identificavam com as estruturas de poder comunistas, mesmo que, em meio à sua diversidade, abrigassem correntes/ativistas que vieram a se aproximar/vincular a esses partidos em momentos posteriores.

Em seu artigo sobre a nova esquerda americana, Mattick Jr. (1970), por sua vez, aponta como fator que estaria na base de seu surgimento no país o crescimento das estruturas burocráticas que davam suporte ao Estado do bem-estar social. A consequente ampliação do sistema educacional universitário – de forma a sustentar a demanda pelos novos postos (os *white-collars*) – seria um dos fatores essenciais que teriam contribuído para a formação dessa juventude contestadora de então:

As universidades se tornaram um local de produção de massas de trabalhadores ‘de colarinho branco’, demandados pela indústria, governo e as próprias escolas. Os baixos patamares de força de trabalho não – manual foram processados por centenas de milhares de universidades estatais e comunitárias (<http://www.geocities.com/cordobakaf/oldnew.html>, em 2/9/2009).

A esse respeito, Graeber (no prelo) ressalta que, no período do Estado do bem-estar social, os esforços eram feitos no sentido de embaçar as tensões de classe pelo oferecimento de um espectro de mobilidade permanente. Após a Segunda Grande Guerra, o governo americano fez enorme esforço em ampliar os recursos para o sistema educacional universitário, que se expandiu exponencialmente, da mesma forma que o

acesso dos filhos dos trabalhadores ao sistema. O problema, segundo Graeber, é que, considerando os limites que tais estratégias invariavelmente encontram, os Estados Unidos teriam se deparado, nos anos 60, com milhares de estudantes bem preparados, tendo à sua frente a realidade de empregos sem grande criatividade, uma realidade bem comum à sociedade industrial, mas que, naquele momento, resultou em uma reação repentina e exacerbada desses jovens.

Em termos das razões objetivas que teriam levado à mobilização estudantil desse período, Mattick Jr. aponta, entre outras, a perseguição a esquerdistas levada a cabo pelo governo estadunidense, a Guerra do Vietnã, a ameaça de destruição termonuclear e o racismo imperante no país. De fato, como já observado, os Estados Unidos configuravam-se como um país marcado pelo preconceito e pela divisão racial, e a luta contra o racismo foi, certamente, um dos vetores essenciais sobre o qual se mobilizou a nova esquerda americana.

A história da nova esquerda estadunidense não pode ser dissociada da organização estudantil *Student for a Democratic Society* (SDS), que viria a ser formada em 1959, a partir de um núcleo da *Student League for Industrial Democracy* (SLID), a ala jovem da *League for Industrial Democracy* (LID). Em 1962, os então ‘fundadores’ da nova esquerda americana lançariam o *Port Huron Statement*, uma espécie de manifesto que viria a nortear as atividades da SDS, escrito pelo jornalista Tom Hayden (na época, editor do *Michigan Daily*) e posteriormente discutido com os estudantes que compunham o grupo (Polletta, 2004). O manifesto abrangia uma série de temas. Foi nesse documento que surgiu pela primeira vez a noção de ‘democracia participativa’. De acordo com Polletta:

Mas a parte mais excitante do estatuto era a sessão dos ‘valores’, a qual os participantes (da reunião) insistiram que Hayden colocasse na introdução do documento. Foi lá que a SDS introduziu sua visão de democracia participativa: ‘numa democracia participativa, a vida política seria baseada em vários princípios essenciais: que os processos decisórios com consequências básicas sociais seriam conduzidos por agrupamentos públicos; que a política seria vista positivamente, como a arte de criar coletivamente um padrão aceitável de relações sociais; que a política tem a função de trazer as pessoas do isolamento para a comunidade; [...] canais devem ser disponibilizados para relacionar o homem (sic) ao conhecimento e ao poder, de forma que problemas privados – das más condições de recreação até a alienação pessoal – sejam formulados como questões gerais.’ A esfera econômica, o manifesto prossegue, deve também ser caracterizada pela democracia participativa, e o trabalho deve ser educativo e não alienante; criativo e não mecânico; auto-dirigido e não manipulado (2004: 126).

Para Polletta (op. cit.), a noção de democracia participativa, tal como formulada no âmbito da SDS, não se referia a procedimentos organizacionais. Alguns de seus participantes relataram, posteriormente, que essa noção significava então um conceito

de mudança social, e não um conjunto de princípios que guiavam a organização internamente. Por outro lado, a autora observa que foi a participação de Hayden nos movimentos do *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), no sul do país que, segundo as próprias palavras do ativista, teriam moldado o núcleo de componentes que viriam a conformar a noção de democracia participativa.

A SDS constituiu-se num dos principais ícones da nova esquerda nos Estados Unidos e foi uma importante influência no que tange à organização estudantil, inclusive nas décadas que se seguiram a seu colapso. Articulada a partir de uma constituição fluida, a organização chegou a ter mais de quatrocentos coletivos distribuídos em inúmeras escolas do país. De acordo com Rudd⁸²:

A SDS sempre foi uma confederação fluida de coletivos locais, na verdade, mais uma conglomeração do que uma organização unificada e singular. Cada coletivo podia decidir com que questões iria trabalhar e que posições específicas adotaria. Não havia uma constituição para guiá-la, apenas o *Port Huron Statement*, de 1962, que provia um espírito de orientação para a democracia participativa, o que quer que ela fosse. [...] Parte das razões que fazia com que a SDS fosse estruturada de forma tão fluida encontram-se baseadas na grande diversidade verificada entre as escolas – universidades privadas de elite, universidades públicas, universidades comunitárias e escolas secundaristas locais. Além disso, a variada geografia política do país [...] fazia algumas regiões mais radicais do que outras. Mais do que isso, a forte corrente anarquista presente em quase todos os coletivos da SDS levou à rejeição a uma política de ‘linhas’ estabelecidas e à disciplina voltada para um único centro (2009: 141-2).

As questões pelas quais a SDS lutava nos *campi* iam desde a má qualidade da comida, o pouco poder das representações estudantis, o recrutamento dos estudantes para a guerra do Vietnã – então, uma das grandes questões que movimentava a vida nacional – e a cumplicidade das instituições de ensino, que forneciam ao governo o *ranking* dos alunos para alistamento, além de inúmeras manifestações locais. Por essa época, os estudantes em todo o país encontravam-se em enorme agitação e ativismo. A despeito de não contar com um coletivo ativo da SDS, a Universidade de Berkeley, que já havia sido palco do tumultuado e radical ‘Movimento pela Livre Expressão’, em outubro de 1964, voltou a se manifestar com uma massiva greve estudantil. Foi também nesse período que o movimento antiguerra começou a tomar conta dos *campi* universitários.

Durante o ano de 1967, os protestos estudantis ampliaram-se em inúmeras universidades, com manifestações de várias naturezas, o que teria levado o FBI a

⁸² Um dos fundadores da SDS, do coletivo da Colúmbia University que, junto a Karen Ashley, Bernadine Dohrn e Bill Ayers, Terry Robbins, entre outros, fundou, posteriormente, *The Weatherman*, organização que foi para a clandestinidade com o nome *The Weather Underground*. Suas ações, nesse período, incluíam confrontos com a polícia e a explosão de bombas em locais pertencentes ao Estado, sem visar alvos humanos.

introduzir vários espões nas universidades (Rudd, 2009). Por outro lado, de acordo com a Wikipédia⁸³, na convenção de 1967, a SDS eliminou as posições de presidente e vice-presidente, substituindo-as por uma secretaria nacional, em uma postura que buscava prover maior horizontalidade à organização.

Mas foi também em torno de 1965/66, como relata Rudd (op.cit.), que o *Maoist Progressive Labor Party* (PL) iniciou um processo de infiltração na organização, vindo a adquirir o controle de diversos dos mais ativos coletivos (como a Universidade de *Harvard*, o *City College*, em Nova York, o *State College*, em São Francisco) e iniciando a organização da *Worker Student Alliance*. Entre 1968 e 1969, esse partido e sua aliança iriam afetar profundamente a SDS, formando uma bem treinada facção que seguia disciplinadamente a orientação do PL.

Na primavera de 1968, ativistas da SDS nacional conduziram os chamados ‘Dez Dias de Resistência’, com os inúmeros coletivos locais espalhados pelo país, realizando diversos tipos de manifestações de rua, culminando com uma greve geral por um dia, com a participação de um milhão de estudantes em todo o país. A SDS acabou estilhaçando-se em face dos conflitos existentes entre as duas alas então majoritárias: o *Revolutionary Youth Movement* (RYM) e a *Worker Student Alliance* (WSA), comandada pelo PL.

Para Mattick Jr. (op.cit.), havia muito em comum entre o marxista PL e suas facções oponentes na luta pela supremacia interna na SDS. Em sua perspectiva, uma das questões que teria definido os limites da nova esquerda estava ligada ao fato de que os estudantes que inicialmente se envolveram na SDS, fizeram-no como seus equivalentes no sul global: viam a si mesmos como um fragmento rebelde da elite administrativa, algo como *organizadores* do trabalho social:

O que uniu todas as facções da esquerda [no âmbito da Nova Esquerda] foi a concepção de sua relação com as comunidades – reais ou imaginárias – como organizadores (*organizers*) – seguindo o exemplo dos sindicatos e dos trabalhadores sociais – mais do que como companheiros ou trabalhadores, com uma compreensão particular da situação e idéias sobre o que fazer, compartilhadas com outros (<http://www.geocities.com/cordobakaf/oldnew.html>, em 2/9/09).

A implosão da SDS foi concomitante ao surgimento ou fortalecimento de vários grupos com características distintas entre si, como os *diggers*⁸⁴, os *yuppies*, ou mesmo os

⁸³ [http://en.wikipedia.org/wiki/Students_for_a_Democratic_Society_\(1960_organization\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Students_for_a_Democratic_Society_(1960_organization)), em 23/5/2010.

⁸⁴ Os Diggers foram um grupo contracultural surgido em São Francisco, nos meados dos anos 1960, que combinaram, em suas ações, o teatro de rua, a prática de ações diretas e outros eventos artísticos como parte de sua agenda social para criar uma cidade livre. Sua constituição se deu a partir de duas tradições radicais desenvolvidas (também) na baía de São Francisco, quais sejam: o cenário boêmio/*underground*

hippies, constituídos com base em uma perspectiva contracultural, com traços anarquistas. Outra vertente de movimentos, mais focada em um processo de contestação política de guerrilha urbana, mas com algumas características do experimentalismo contracultural, passou a desenvolver ações de rua. Como exemplo, *The Weathermen*, corrente que inicialmente compunha a SDS, passou a se chamar *The Weather Underground* após 1970, iniciando uma atuação clandestina voltada para o ataque a alvos militares ou corporações (sem objetivar danos humanos), com intuito de inspirar a sociedade a um confronto revolucionário. Alguns grupos com características terroristas também se formaram nesse período, como o *Symbionese Liberation Army* (SLA), cuja fama repercutiu mundialmente devido ao sequestro da jovem milionária Patty Hearst.

Em uma avaliação da atuação da nova esquerda americana, Graeber, na mesma linha de Mattick Jr., considera que parte das suas contradições e limitações, bem como dos grupos que lutavam pelos direitos civis, encontrava-se no fato de que “os radicais viam a si mesmos como revolucionários profissionais, uma força que falava de fora da sociedade, organizando-os de dentro, em sua própria causa” (Graeber, no prelo: 159).

Ainda segundo Graeber:

“As contradições dessa situação tornaram-se crescentes com o passar da década. A crise se espalhou primeiro entre grupos como o SNCC, quando demandas dos Direitos Civis deram lugar aos chamados para o *Black Power*. Os ativistas mais radicais do SNCC que eventualmente vieram a inspirar os *Black Panthers* mandaram os brancos parar de tentar organizar as comunidades negras e voltarem-se para as próprias comunidades, especificamente as brancas, contra o racismo” (op.cit.: 160).

Vários aspectos poderiam ser desenvolvidos aqui como a figura do *social organizer* que aparece no contexto americano com uma força especial e, aparentemente, teria um significado diferente daquele atribuído à figura do ativista. Mas essa questão ficará para um trabalho posterior. Seja como for, há outro elemento que parece perpassar vários desses movimentos e os próprios atores neles envolvidos: a certeza inabalável. Uma certeza que em muito lembra aquela sentida pela esquerda brasileira contemporânea desses movimentos. Observações como as que seguem, de Mark Rudd e Bernardine Dohrn (ambos ativistas da SDS e, posteriormente, do *The Weather Underground*), dão uma dimensão da importância desse elemento no contexto de luta da época:

Mas a grande diferença que encontro ao conversar com pessoas jovens (entre o movimento estudantil atual e o da década de 1960) é o que parece ser uma crença dominante de que ‘nada que fazemos faz diferença’. Nos anos 60 jamais ouvi algo parecido. O exemplo do Movimento

pelos Direitos Civis no Sul do país, que tomou a mídia de 1954 a 1965, quando vários de nós éramos apenas crianças, havia provado o contrário: o que um indivíduo faz, em conjunto com outros, pode mudar o mundo. Minha geração foi abençoada com esse conhecimento. (Rudd, 2009: 313)

Claro que eu preferiria que tivéssemos feito as coisas de uma forma melhor, mais bonita. Eu gostaria que nós tivéssemos falado de uma forma mais articulada. Nossa retórica era planejada. Quero dizer, todos achávamos que a revolução era iminente. Pensávamos que o imperialismo norte-americano estava condenado, e que aquele era o *turning point* nos Estados Unidos (<http://www.mindfully.org/Reform/2003/Weather-Underground-21jul03.htm>, em 25/4/2010).

A história dos movimentos pelos direitos civis, do *Black Panther Party* e da nova esquerda americana compõe o cenário a partir do qual, décadas depois, surgiu o *Baltimore Algebra Project* (BAP). Certamente seu legado contribuiu para uma alteração substantiva do cenário sócio-cultural e político dos Estados Unidos, bem como influenciou inúmeras concepções de luta e ação que vieram a ser esboçadas posteriormente, por sua afirmação ou negação. Mas é no seio das atividades desenvolvidas pelo SNCC que a figura de Bob Moses, o fundador do *Algebra Project*, aparece. Vale a pena retornar a alguns dos processos vivenciados no âmago desse movimento, para compreender melhor as raízes do programa de luta pela educação dos jovens negros formulado pelo ativista que, posteriormente, passará a tomar feições de um movimento radical de jovens em Baltimore.

5.2 - Uma breve história de Bob Moses e o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC)

Robert Parris Moses, mais conhecido como Bob Moses, nasceu no Harlem, em Nova York, em 1935. Havia feito o curso de Filosofia na *Harvard University* e lecionava em uma escola da cidade quando se envolveu com o ativismo pelos direitos civis. Seu vínculo se deu inicialmente com o *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), com o qual começou a trabalhar quando se dirigiu, no verão de 1960, ao Mississippi. Mas logo se transferiu para a sala ao lado, onde ficava o escritório do SNCC (cf. Polletta, 2004).

Nesse período, o SNCC se estruturava deliberadamente de uma forma descentralizada e não hierarquizada nos vários locais onde atuava. Segundo Polletta, as manifestações e *sit-ins* haviam mostrado que movimentos autônomos, informalmente organizados e com ações espontâneas funcionavam bem, sendo essa a sua maior força

de realização. Mas, no início de 1961, surge a idéia do registro de eleitores, proposta inicial do governo Kennedy, que ofereceu também suporte econômico oriundo de fundações. O SNCC, que até então se concentrava nas manifestações antissegregação, dividiu-se na avaliação de tal proposta, uma parte não querendo mudar a forma de ação que considerava bastante bem sucedida. Essa diferença de avaliação findou por originar duas alas de ação entre os núcleos da organização.

Nesse ínterim, de acordo com Polletta, a partir de um encontro com experientes ativistas da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), Moses foi convidado para iniciar o trabalho de registro de eleitores negros no Mississippi. Tal atividade foi percebida por esses ativistas como uma estratégia não só de conquista de espaços civis, mas também como forma de mobilizar e conscientizar as comunidades negras da região. Os ativistas da NAACP haviam identificado, nos protestos dos estudantes contra a segregação realizados naquele verão, uma força potente para executar tal tarefa. Moses entusiasmou-se rapidamente com a perspectiva do trabalho e, no outono deste mesmo ano (1961), o SNCC já entrava em campo para realizar o que se tornaria o grande projeto do movimento.

O trabalho desenvolvido pelo SNCC, permeado pelo constante enfrentamento às violentas comunidades de brancos racistas do sul, reforçou a determinação do grupo. Como ressalta Polletta (op.cit.), a contribuição de Ella Baker seria também fundamental para a definição do seu sistema de funcionamento. A experiência da ativista em organização, sua preferência pelo que chamava de ‘liderança baseada no grupo’, sua forma persistente de buscar o entendimento coletivo para as decisões finais, fazendo ver na formulação de perguntas uma forma eficiente de chegar ao consenso fizeram-na ser apontada por analistas como a responsável pelo ethos de democracia participativa observado na organização. Mas, como destaca Polletta:

de forma alguma Baker rejeitava a organização ou a liderança. Ela achava que uma organização devia ter procedimentos regulares, idéias claras sobre quem era responsável pelo quê, em outras palavras, deveria haver uma corrente de comando (op.cit.: 63).

Por outro lado, a própria prática do grupo ia ensinando como proceder em diversos momentos delicados, criando um padrão de atuação bem definido:

incluir os residentes (das comunidades do Mississippi) nos processos decisórios foi uma forma de provar a confiabilidade dos organizadores e mostrar que não havia o desejo de pressioná-los na direção das agendas pessoais dos organizadores. Os trabalhadores do SNCC descobriram que aquele processo decisório conjunto era também uma forma de atenuar a sensibilidade aguda de alguns residentes sobre sua falta de sofisticação política (Polletta, 2004:69).

Além disso, reforça Polletta, havia outro conjunto de percepções políticas de longo prazo que animava os ativistas do Mississippi em relação à sua forma própria de deliberação: as decisões tomadas coletivamente contribuiriam para o desenvolvimento de mecanismos que conduziriam os líderes negros a ser politicamente responsáveis por suas comunidades. Dada a constante cooptação das lideranças negras pelos brancos, a estratégia seria favorecer a formação de líderes, tantos quantos fossem possíveis: “um movimento político que desenvolvesse líderes – muitos líderes – era a forma de prevenir a cooptação à qual todos os movimentos estavam sujeitos” (op.cit.: 73).

Prosseguindo na análise da estrutura de funcionamento da SNCC, Polletta sugere o conceito de uma *‘racionalidade incremental para um processo democrático e participativo de decisão’* para explicar a lógica de funcionamento que teria pautado a ação do SNCC. Em oposição a esse conceito, estaria o que se refere ao prefigurativismo que, segundo ela, alguns autores têm atribuído mais recentemente à organização. Do ponto de vista da autora, há uma grande diferença entre essas duas perspectivas que poderia ser enunciada a partir da forma como cada uma delas percebe o processo de mudança. Enquanto o prefigurativismo o perceberia muito mais como consequência da autotransformação pessoal e da persuasão moral do que da mudança política institucional, na perspectiva da democracia incremental não haveria nenhuma contradição entre seus propósitos e a mudança institucional.

Na realidade, ressalta Polletta, a *‘democracia incremental’* trabalharia exatamente com uma abordagem oposta à do prefigurativismo: seu objetivo seria produzir ativistas e organizações capazes de se tornar poderosos funcionários e agências. Prosseguindo no contraste, Polletta sugere que o projeto prefigurativista suspeita das estruturas organizacionais, uma vez que estas moldam as pessoas, valorizando a conformidade e a eficiência em relação às propostas para as quais as organizações foram criadas, o que levaria a um caráter inerentemente oligárquico das instituições. Já a estratégia organizacional da qual o *‘projeto incremental’* é parte veria a organização como uma das arenas chave para o desenvolvimento da eficácia política, da liderança, da transparência e responsabilidade para assegurar o poder. Assim, na perspectiva desta última,

uma organização estaria condenada a falhar, a não ser que as pessoas estejam voltadas para sua preservação, e a participação no processo decisório asseguraria o senso de pertencimento e o prazer de aprender que sustentam a participação. O relacionamento com um projeto de democracia incremental seria pedagógico. As pessoas aprenderiam a articular concepções e a avaliar opções ao fazerem isso (op.cit.: 74).

Embora a noção de prefigurativismo de Polletta possa ser considerada um tanto limitada, não se pode negar que a experiência de Moses foi forjada no centro das lutas sociais desenvolvidas pelo SNCC, com suas concepções e estratégias pautadas, como é de supor, pela lógica sugerida por Polletta de ‘democracia incremental’. Sua atuação na luta pelo registro de eleitores entre a população negra do Mississippi permitiu-lhe perceber, por exemplo, como os jovens secundaristas preparados pelos integrantes do SNCC na utilização de táticas não violentas tornavam-se audaciosos ativistas na luta por seus propósitos. Este episódio vivenciado por Moses em uma pequena cidade do sul dos Estados Unidos pode dar uma ideia da experiência então acumulada pelo ativista:

Os estudantes da escola secundária de McComb estavam ansiosos por participar. Treinados em táticas de não violência pelos ativistas do SNCC Marion Barry e Charles Sherrod, tentaram dessegregar as estações de Woollworth e Greyhound. Cinco adolescentes foram presos até outubro. Quando a principal escola se recusou a readmitir dois desses alunos, os estudantes mais uma vez tomaram as ruas (Polletta, op.cit.: 59).

Os acontecimentos que levaram a uma mudança na estrutura da SNCC entre 1964 e 1965 merecem uma atenção cuidadosa. Polletta faz uma interessante análise do processo então transcorrido, alertando para o fato de que a mudança estrutural ocorrida na SNCC em direção a uma maior centralização é normalmente atribuída a alguns fatores específicos. De acordo com a autora, analistas tendem a identificar nesse processo um reflexo da oposição entre a orientação utópica e a pragmática, presente no SNCC desde o início. Nessa perspectiva, a mudança se daria em decorrência do fato de que “a democracia participativa era por demais incômoda para um grupo em crescimento, pressionado a responder rapidamente às novas oportunidades nacionais que pleiteavam” (Polletta, op.cit.: 89).

Por outro lado, em uma linha diferente mas complementar, o grupo de ativistas que ainda acreditava nos métodos fluidos e não violentos postulados pelo SNCC se via cada vez mais constrangido pela nova agenda incorporada pelo grupo adepto do *Black Power*: “Ambos os desenvolvimentos – a ideologia *Black Power* e a nova estatura do grupo – exerceram pressão por uma estrutura centralizada e hierarquizada” (Polletta, op.cit.: 89).

Entretanto, a descrição minuciosa do período que antecedeu tal virada mostra que outros fatores teriam contribuído para o processo de centralização organizacional verificado. Polletta observa o crescente acúmulo de tensões entre os membros da organização. Essas tensões teriam se dado principalmente em função do esgotamento da ação voltada para o registro de eleitores e o conseqüente esvaziamento da agenda do

SNCC. A autora relata como se buscou, no interior da organização, sanar a ausência de programa a partir do emprego dos processos decisórios consensuais junto à comunidade, que se sentia sem condições de definir uma questão de tamanha amplitude. Na realidade, como ressalta Polletta, a comunidade estava preparada para discutir e decidir seus problemas locais, mas não se sentia à vontade para definições de amplo alcance ou com perspectiva nacional quanto aos objetivos programáticos do SNCC.

Muitas reuniões foram feitas, muitos conflitos se multiplicaram entre os ativistas, levando a uma crescente impressão de que o grande problema concentrava-se no processo descentralizado de decisões cuja aplicação não conseguia definir, por si só, novas orientações programáticas para a organização:

Uma estrutura firme também parecia ser a solução para as cada vez mais profundas divisões entre o pessoal. [...] o estilo deliberativo do SNCC baseou-se no respeito pelas demandas das organizações locais e nos laços que uniam um ‘bando’ de amigos. Agora, tais vínculos estavam sendo erodidos e os conflitos que tinham origem em qualquer situação eram travados por meio de disputas sobre o processo decisório e a estrutura (Polletta, op.cit.: 102).

Por outro lado, outra linha divisória era redefinida na organização, com o desenrolar dos conflitos: “Conflitos entre nortistas e sulistas, veteranos e novatos e negros e brancos eram gradualmente deslocados para uma clivagem negros-brancos, mas disputados através de posições na estrutura organizacional” (Polletta, op.cit.:103).

A posição de Moses, nesse contexto, era identificada com a vertente que preferia uma estrutura mais fluida, em contrapartida à de outro ativista – Forman – que defendia a centralização. Em meio a esse processo, Moses se desgasta e afasta-se do SNCC. Hoje, o ativista compreende o ocorrido:

Havia uma necessidade real dos negros fecharem as portas e se encontrarem no grupo, e as pessoas se sentiam ameaçadas por isso. Essa era uma necessidade das reuniões do SNCC. Essas reuniões se arrastavam indefinidamente, por que eles nunca poderiam fazer isso. Assim as pessoas nunca podiam dizer o que sentiam (declaração de Bob Moses, in Polletta, op.cit.: 108).

Mas, naquele momento, os desdobramentos do processo em curso, a condução de Carmichael à presidência do SNCC, a adoção da perspectiva mais radical do *Black Power* e as alterações realizadas na estrutura da organização contribuíram para o afastamento de Bob Moses, que, decepcionado, exilou-se no Canadá, fugindo ao recrutamento para a Guerra do Vietnã. Em seu período de autoexílio, Moses mudou-se para a Tanzânia, onde trabalhou como professor, reproduzindo uma atitude muito comum entre os ativistas *african-american* naqueles tempos: a busca das raízes africanas, numa concepção pan-africanista. Retornando, em 1976, aos Estados Unidos,

para completar seu doutoramento em Filosofia, passou a lecionar matemática em escolas secundárias na cidade de Cambridge, Massachussets.

5.3 – Alguns comentários sobre o sistema educacional público nos Estados Unidos

A educação pública nos Estados Unidos é uma matéria de legislação estadual, financiada majoritariamente por recursos obtidos a partir dos impostos urbanos, em uma relação direta com o bairro, ou seja, uma fração do imposto territorial arrecadado em cada bairro é destinada à escola pública da localidade. Além dos recursos advindos desses impostos, a escola também conta com uma parcela de recursos federais oriundos do Departamento de Educação (conduzido por um secretário, cargo equivalente ao de ministro de estado no Brasil, membro do gabinete presidencial) e com uma série de recursos extras obtidos, ocasionalmente, pela ação das geralmente atuantes associações de pais e ex-alunos das escolas.

Essa característica de financiamento provê o sistema de ensino público norte-americano com algumas peculiaridades. Ao mesmo tempo em que concede uma razoável autonomia às escolas e às comunidades onde elas se localizam, além de um vínculo de responsabilidade especial de pais e ex-alunos para com elas – relação, aliás, bastante característica desse país –, geram um crivo de diferenciação entre as escolas diretamente proporcional à maior ou menor riqueza de cada localidade. Assim, é possível encontrar, em um dado bairro, uma escola em condições bastante precárias, provendo a seus alunos uma educação de segunda classe e, a duas milhas dali, em uma região mais abastada – portanto beneficiada por impostos bem superiores – deparar uma rica escola, com piscinas olímpicas, excelentes professores, turmas de ensino avançado etc. Curiosamente, ambas são escolas integrantes do mesmo sistema público.

Existem algumas medidas que visam atenuar as diferenças de acesso às escolas. Uma delas é o programa de transporte por meio do qual alguns alunos dos bairros pobres são conduzidos às escolas de bairros ricos. Outra medida atém-se às *magnet schools*, escolas que focam o aprendizado em áreas específicas (como ciências, humanidades ou artes) cujo acesso pode ser obtido mediante sorteio ou exame para ingresso. Entretanto, tais medidas estão longe de resolver a questão do acesso a

condições de ensino público muito distintas, em relação direta com o poder aquisitivo de cada comunidade.

Além disso, de acordo com o sítio *Public Education*⁸⁵, o sistema educacional estadunidense é constituído de forma que o aluno só poderia deixá-lo tendo cursado o segundo grau completo. Essas escolas podem prover uma preparação direcionada a carreiras técnicas ou comerciais, ou podem voltar-se para a preparação acadêmica, cujo objetivo é conduzir à universidade. O acesso ao sistema universitário, por sua vez, é feito mediante um intrincado conjunto de regras e procedimentos, de forma a garantir a entrada nas melhores universidades, que, além de muito disputadas, são extremamente caras e inacessíveis. Cursar universidades de boa qualidade invariavelmente só pode ser feito mediante a recepção de bolsas escolares (totais ou parciais) ou por meio de empréstimos adquiridos pelo estudante, a serem pagos após sua graduação. A situação do ensino universitário no país é tal que motivou o seguinte comentário do *ex-organizer* da SDS Mark Rudd, a respeito das mudanças ocorridas no cenário atual, em relação ao verificado nos anos 1960:

Acima de tudo, o custo da educação universitária, até mesmo em instituições públicas, é muito mais alto do que era há quarenta anos atrás, quando ninguém se graduava com o nível de dívidas que os estudantes graduados atualmente têm. Altos empréstimos mantêm os jovens tão acorrentados, que nem sequer lhes ocorre desviar do caminho da carreira para um protesto ou reunião (2009: 313).

Não é demais ressaltar que, embora os negros tenham alcançado uma posição de maior igualdade e inserção na sociedade americana e integrem parcelas das classes médias e altas, grande parte dos bairros mais pobres ainda são constituídos por comunidades negras (além das latinas e outros imigrantes), o que, conseqüentemente, determina o tipo de escola em que seus filhos estudarão e a trajetória que perseguirão rumo à sua vida profissional.

5.4 – Alguns comentários sobre a cidade de Baltimore

A cidade surgiu a partir do Porto de Baltimore, criado em 1706, para fazer face às necessidades do comércio de tabaco. Foi fundada em 1729, tendo seu nome decorrido de uma homenagem ao Lord de Baltimore, primeiro governador proprietário da

⁸⁵ (<http://www.pcusa.org/publiceducation/roots.htm>, acessado em 27/4/2010)

Província de Maryland. Seu crescimento se deu rapidamente, tendo se tornado também um centro de importação de açúcar do Caribe. O lucro obtido com o comércio do açúcar também encorajou o plantio de cana e o estabelecimento de uma economia de importação de outros alimentos (cf. Scharf, 1981; Wikipédia, <http://en.wikipedia.org/wiki/Baltimore>, acessado em 20/4/2010).

Seu passado de lutas se estende a 1776, quando algumas pessoas proeminentes conduziram a cidade para a resistência às imposições britânicas quanto à cobrança de taxas e restrições ao comércio externo. Durante alguns meses, a capital dos Estados Unidos funcionou em Baltimore, tendo o Congresso se reunido nessa cidade.

Em 1812, torna-se cenário do que se convencionou chamar de a ‘Batalha de Baltimore’. Após incendiar Washington – DC, os britânicos atacaram a cidade, que foi defendida com sucesso por seus moradores. A partir desse período, cresce com dinamismo, alavancada pela construção de rodovias e de uma ferrovia privada (*Baltimore & Ohio Railroad*), tornando-se um polo portuário e de manufaturas e gerando fluxos entre a cidade e os mercados mais desenvolvidos do meio-oeste.

Baltimore também tem uma história de *riots*. A Wikipedia lista oito *riots* que tiveram importância na vida cidade (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Baltimore_riots e <http://en.wikipedia.org/wiki/Baltimore>, acessados em 5/5/2010). Entre eles, um, em 1835, conhecido como *Baltimore Anti-Bank riot*, quando uma grande crise bancária se abateu sobre a cidade, em decorrência de investimentos indevidos por parte dos diretores do *Union Bank of Maryland*. Tais investimentos teriam sido realizados com as economias dos correntistas, o que provocou enormes danos a eles. Após dezessete meses de espera, sem sucesso na resolução da crise, uma multidão tomou as ruas da cidade e por três dias promoveu estragos e destruição, em especial nas casas dos diretores do banco. O *riot* causou a renúncia do então prefeito e sua substituição por um velho general que, em uma reunião, numa praça da cidade, arregimentou em torno de três mil voluntários armados, com os quais conseguiu conter as manifestações, aprisionando os principais envolvidos.

Um dos mais violentos *riots* ocorridos na ‘era do *Know-Nothing*’, nos Estados Unidos, teve lugar em Baltimore. Esse período se caracterizou por uma grande movimentação no país em torno da questão da imigração irlandesa. Os partidários do *American Party*, também conhecidos por *Know-Nothing*, rivalizavam com os adeptos do *Democratic Party* e defendiam a criação de obstáculos à entrada de irlandeses no país. Em setembro de 1856, ocorreu em Baltimore o primeiro confronto mortal entre as

duas facções, que perdurou por várias semanas. Cinco pessoas teriam morrido nesse combate. Em novembro do mesmo ano, durante as eleições presidenciais, novo confronto se desencadeou, causando mais uma morte. Nesse caso, ressalta a Wikipédia, o caráter das manifestações estaria menos para uma manifestação espontânea do que para uma luta organizada levada a cabo por homens com profundas conexões com a violência de rua na cidade.

Outro episódio similar refere-se ao *riot* de 1861, considerado como o primeiro derramamento de sangue ocorrido na Guerra de Secessão. Embora Baltimore tenha permanecido na União, em luta contra o sul escravagista, havia na cidade um grande contingente de simpatizantes dos confederados. Assim, vários desses simpatizantes atacaram um comboio de soldados que se dirigia a Washington, causando a morte de quatro soldados e doze civis e levando à ocupação da cidade pelas tropas federais, não só para prevenir novos ataques, mas também para manter a unidade do país.

Finalmente, o mais recente *riot* se inscreve no contexto da luta por direitos civis, após o assassinato de Martin Luther King Jr., em 4 de abril de 1968. O *riot* perdurou por uma semana, coincidindo com outros ocorridos em várias cidades norte-americanas. Esse episódio de revolta custou à administração de Baltimore uma cifra em torno de U\$ 63 milhões, e seus efeitos ainda podem ser percebidos em vários locais da cidade.

A cidade tem passado por uma série de reformas urbanas, ao passo que também tem enfrentado altas taxas de criminalidade. De acordo com o sítio www.mcsm.org/crime/crime.ppt (em acessado 11/5/2010), Baltimore apresenta uma tendência crescente de ocorrência de crimes violentos, quando comparada com todo o estado de Maryland. Por outro lado, o sítio <http://baltimore.areacconnect.com/statistics.htm> (acessado em 22/5/2010) informa que a composição da população encontra-se distribuída entre 64,34% de *african-americans* e 31,63% de brancos, além de outros contingentes minoritários de latinos ou asiáticos. Essa configuração populacional pode ter contribuído para que o movimento – programa de educação para negros tenha tomado as feições que tomou na localidade. Vale, ainda, notar que, em janeiro de 2007, foi eleita a primeira mulher como prefeita da cidade. Em dezembro de 2009, entretanto, ela foi condenada por fraude e destituída do cargo.

I- O *ALGEBRA PROJECT*: DE COMO O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES NEGROS SE TRANSFORMA EM MOVIMENTO RADICAL PELA EDUCAÇÃO

6.1 – Criação e estrutura do Programa *Algebra Project*

Em 1982, já morando em Cambridge, Massachussets, Bob Moses recebeu uma bolsa de estudos da Fundação MacArthur. Com o dinheiro recebido, o ativista criou o *Algebra Project*, uma fundação voltada ao melhoramento do ensino de Matemática. O sítio do *Algebra Project* observa que o projeto foi montado como uma organização não lucrativa e usa a matemática como uma ferramenta de organização para assegurar uma educação de qualidade a todas as crianças matriculadas nas escolas públicas do país. A concepção do programa baseia-se, portanto, no fato de que toda criança tem direito a uma educação de qualidade que lhe proporcione uma inserção bem-sucedida na sociedade contemporânea e o exercício da plena cidadania: “Nós conseguimos isso utilizando as melhores práticas e pesquisas educacionais e construindo coalizões para criar mudanças sistêmicas”, completa o sítio (<http://www.algebra.org/howeare.php>, em 27/04/2010).

Já o verbete do *Algebra Project* na Wikipédia conta uma história mais pessoal do surgimento do programa:

O *Algebra Project* surgiu como uma preocupação de um pai com o ensino de matemática de seus filhos na escola pública de Cambridge, Massachussets. Em 1982, Bob Moses foi convidado por Mary Lou Mehrling, professora de sua filha de oito anos, para ajudar vários estudantes no aprendizado de álgebra. [...] seu sucesso em preparar os primeiros estudantes da escola pública Martin Luther King, que passaram no exame geral da cidade e se qualificaram, com honra, para o nono grau de geometria, foi a prova de sua perícia como professor. Isso também revelou um sério problema: a expectativa em relação à maioria dos estudantes do programa aberto [na escola pública] era de que estes não tivessem um bom resultado em matemática (http://en.wikipedia.org/wiki/Algebra_Project, em 27/04/2010).

Foi assim, prossegue o verbete, que Moses resolveu abordar o problema do ensino de matemática nos mesmos termos em que os movimentos pelos direitos civis dos anos 60 fizeram com o registro de votos para negros no sul do país.

Enquanto na superfície o problema da aquisição de poder político parecia uma simples questão de seduzir as pessoas a votarem, na realidade o problema envolvia respostas a uma série de questões: “Para que serve esse voto?” “Por que queremos isso em primeiro lugar?” “O que podemos fazer agora para nos assegurarmos de que, quando obtivermos o voto, será para beneficiar a nós e às nossas comunidades?” Responder a essas perguntas eventualmente resultou

em um importante contexto, no qual se pedia às pessoas para votarem. *Esse contexto foi o Mississippi Freedom Democratic Party, um partido político baseado na comunidade* (http://en.wikipedia.org/wiki/Algebra_Project, em 27/4/2010).

Aplicando esse mesmo olhar, Moses teria delineado os contornos do *Algebra Project*. “Para que serve a Álgebra?” “Por que queremos que nossas crianças a estudem?” “O que fazer para incluir a educação de matemática em todas as escolas médias, provendo cada um dos estudantes com o acesso ao curso preparatório de matemática no currículo da escola de segundo grau?” “Por que é importante ter acesso a esses cursos?” Ao postular sob a forma de questões, Moses reproduziu a mesma metodologia utilizada por Ella Baker e o SNCC, transformando questões cotidianas em uma questão política mais ampla.

A partir dessas questões, emergiu um contexto para se compreender os problemas educacionais relativos ao ensino de matemática, e uma possível solução, baseada na organização comunitária que o *Algebra Project* representa, começou a tomar forma (http://en.wikipedia.org/wiki/Algebra_Project, em 27/4/2010).

Na estrutura de ensino dos Estados Unidos, as escolas de segundo grau têm flexibilidade para organizar seus próprios currículos. Assim, umas têm uma maior concentração em Humanidades, enquanto outras se voltam para o ensino mais aprofundado das Exatas. O que Moses percebeu ao fazer essas perguntas foi o fato de que havia certa expectativa de que estudantes negros não tivessem acesso a bons cursos de Matemática, portanto não aprendessem bem a disciplina. A questão é, então, elaborada da seguinte forma:

O (*Algebra Project*) assume que há um novo padrão de acesso à educação matemática, um padrão de alfabetização matemática. Nesse futuro não tão distante, uma ampla gama de habilidades serão consideradas conjuntamente com as tradicionais habilidades na escrita e na leitura, na definição de alfabetização. Essas habilidades matemáticas não serão apenas importantes para o acesso à universidade e a carreiras relacionadas com matemática e as ciências (exatas), mas também para uma plena participação na vida econômica da sociedade. Nesse contexto, o AP tem como meta que as escolas abracem um padrão de educação matemática que requeira dos estudantes sua alfabetização matemática (Wikipédia, acesso em 27/4/2010).

Assim, o *Algebra Project* foi implantado, iniciando suas atividades em uma escola da cidade de Cambridge, Massachussetts, e hoje conta com projetos em mais de duzentas escolas em cerca de quinze estados dos Estados Unidos. Da primeira turma formada pelo *Algebra Project*, surgiu o *Young People’s Project* (YPP), que, utilizando o aprendizado de matemática e a realização de seminários e eventos comunitários como ferramenta promove a mobilização de jovens em torno de suas próprias demandas, de suas comunidades e do sistema escolar como um todo. Essa organização, gerida pelos próprios jovens, emprega, em cada local, entre trinta e cem estudantes em idade escolar

ou universitária em um trabalho de meio período e serve a mais de mil estudantes do ensino médio ou elementar.

Por outro lado, em 2005, o *Algebra Project* também iniciou uma campanha denominada *Quality Education as a Constitutional Right* (QECR), que, como sugere seu nome, visa estabelecer o direito a uma educação pública de qualidade como uma garantia constitucional. A partir de então, o YPP tem trabalhado com estudantes de Baltimore, Nova Orleans, Los Angeles, Oakland, Miami e outras cidades, organizando conferências e trabalhos conjuntos com várias universidades para a propagação da campanha. Ainda de acordo com a página do *Algebra Project*:

O trabalho pelos Direitos Civis em 1960 culminou com uma resposta nacional de proteção a um direito fundamental: o direito de votar. Nosso trabalho atual procura estabelecer outro direito fundamental: o direito de cada criança a uma educação pública de qualidade (em 28/04/2010).

Aqui, vale a pena notar que a comparação do *Algebra Project* com o movimento por direitos civis tem um duplo objetivo: ao mesmo tempo em que esclarece como foram concebidos o programa e sua lógica de funcionamento, Moses, ao estabelecer tal equivalência, também procede a uma espécie de transferência de capital simbólico de um para o outro, fortalecendo a dimensão política do programa de tutoria de álgebra.

Para realizar o trabalho a que se propõe, o sistema do *Algebra Project* é montado sobre uma estrutura bem definida de posições composta por um *cadre' system*, ou sistema de quadros, definido no manual do programa como “um grupo de pessoas do conjunto de tutoria que trabalham juntas, de forma a fazer com que a experiência tutorial seja mais eficiente, e consiste em dois *cadre leaders* e dois *cadre members* (se possível)”.

O sistema de tutoria está baseado na noção de ensino *peer to peer* (de estudante para estudante, no caso), o que retira do contexto da aprendizagem a noção de hierarquia entre quem ensina e quem aprende. Essa horizontalidade é bastante ressaltada pelos integrantes do AP quando explicam a noção de *peer to peer* e várias vezes conectada aos métodos comunitários desenvolvidos pelos *Black Panthers*. Veja-se, em traços largos, a forma como o programa se estrutura.

De acordo com o manual, o *cadre member* é o estudante que recebe os serviços de tutoria e deve estar ativamente envolvido com sua aprendizagem. Suas responsabilidades incluem ser um ‘ouvinte ativo’, ter todo o material necessário para o aprendizado, seguir as regras do BAP e obter progresso nos tópicos de matemática. O *cadre leader*, por sua vez, é o responsável pela facilitação da aprendizagem dos *cadre*

members. Suas responsabilidades vão de assistir os *cadre members* no decorrer do processo, ‘exibindo liderança e habilidade de facilitador’, e estar sempre preparado para o início da tutoria.

Ainda compondo o sistema de quadros, há o *senior cadre leader*, cuja experiência inclui um intenso treinamento de liderança e tutoria, sendo reconhecido por pelo menos dois *cadre leaders* como dispondendo de excelentes habilidades de liderança e conhecimento em questões técnicas. Suas atribuições incluem o treinamento de novos *cadre leaders*, a utilização do tempo durante a tutoria para assistir novos *cadre leaders*, de forma que se tornem líderes e facilitadores efetivos e a responsabilidade pela vigilância do aprendizado dos *cadre members*. É também sua atribuição a formação de novos líderes e a certificação de que estes realmente assumam seus papéis e responsabilidades.

Por fim, há uma quarta posição no sistema, o *fundi*. O *fundi* é o responsável pela transmissão de habilidades e técnicas nas quais se tornou um *expert*. Deve ter sido submetido a um intensivo treinamento de tutoria e liderança e possuir domínio sobre temas relativos a políticas públicas (*policies*), pedagogia e à história do AP. É também responsável pelo *cadre group*, bem como pela assistência aos *cadre leaders* no cumprimento de suas metas semanais. O *fundi* segue rigorosamente o manual do *Algebra Project* e nunca deve ser um ‘desocupado’.

É curioso notar que a palavra *fundi* vem da língua *swahili*, do Bantu, significando: ‘aquele que detém uma competência ou saber e o transmite de geração a geração’, tendo sido uma das apropriações feita por Moses a partir de sua experiência na Tanzânia e revelando, também, uma característica tentativa de reforço dos vínculos dos *african-americans* com suas origens africanas. Ainda de acordo com o manual do programa, as possibilidades de transmissão de conhecimentos do *fundi* são amplas: desde noções relacionadas a tutoria, *peer to peer*, habilidades em geral, valores, liderança etc. A perspectiva de uma permanente transmissão de conhecimentos de uma pessoa para outra, formando uma corrente de colaboração está presente na atuação do *fundi*. No filme *No Education, No Life* (algo como ‘Sem educação, sem vida!’), realizado pelos integrantes do *Baltimore Algebra Project* e postado no *My Space* (<http://www.myspace.com/batimorealgebraproject>, acessado em 10/10/2009), o *fundi* aparece falando para um estudante: “Você muda a sociedade!”, enquanto o narrador explica: “Essa é uma forma existencial de ensinar aos outros coisas que você já sabe”. E

a seguir: “O que significa especialmente que uma vez que você aprende algo, você será capaz de tomar aquilo que aprendeu e ensinar a outros.”

Finalmente, cabe mencionar que, com exceção da posição do *cadre member*, todas as demais são remuneradas, sendo esse um fator importante que exerce atração entre os jovens negros americanos quando iniciam sua atuação no AP. Assim, em cada escola onde o *Algebra Project* trabalha, há um núcleo ou sítio do programa. Está, também, prevista na estrutura do programa uma série de comissões/comitês responsáveis pela realização de tarefas específicas, tais como o comitê/comissão de *advocacy*, o de pedagogia e tutoria, o de negociação, orçamento e finanças, o de recrutamento e propaganda e o responsável pelo jornal do programa. Tais comitês estão voltados para a elaboração de propostas, que devem ser repassadas por escrito aos *sítios* (nas escolas), onde devem ser discutidas em maior profundidade antes de sua votação em uma ampla reunião. Cada uma dessas comissões deverá contar com a participação de um *fundi*, que atuará junto com o responsável (*chair person*) para as discussões e resultados desejados. Essas comissões devem reunir-se em três sextas feiras por mês, como atividade remunerada pelo AP.

A instância que dá margem ao exercício do ativismo no *Algebra Project* é o *Advocacy Committee*, composto por oito a dez membros rotativos, eleitos periodicamente como representantes dos *sítios* do programa em cada escola. Há também uma diretoria do AP, ou *Executive Board Members*, também eleita, formada por um presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Essa estrutura centra suas forças na luta por uma educação pública de qualidade no país. O filme “*No Education, No Life*” mais uma vez explica:

Na educação política temos basicamente: se você não vê o problema, você não pode consertá-lo. É como a matemática: se você não vê, não entende, não há nada que possa fazer. Você não pode ajudar se você não entende o que está acontecendo (<http://www.myspace.com/batimorealgebraproject>, acessado em 10/10/2009).

Por outro lado, a reunião reservada para a discussão plenária de todas as propostas elaboradas durante as demais reuniões das comissões no mês conta com ampla participação da comunidade de jovens do AP e ocorre uma sexta-feira por mês. Essa reunião é aberta a quaisquer interessados que desejem participar do processo decisório do programa, sejam ou não membros formais do AP. Nessa reunião também ocorrem momentos de descontração e lazer, com o oferecimento de lanche e audição de música.

É interessante observar que toda essa formatação minuciosamente elaborada tenta mesclar a estrutura com alguns mecanismos de flexibilização ou ‘ventilação’ dessa estrutura. Assim, é o caso dos *fundis*, que participam das comissões contribuindo e contrabalanceando a autoridade dos *chair-persons*, responsáveis por elas, ou perpassam, com suas atribuições, as demais posições do programa. É também o caso do direito de qualquer membro do *Algebra Project* – que pode ter ingressado recentemente no sistema – de advertir por escrito outro membro mais experiente e mais bem colocado na estrutura do programa, o que poderá acarretar a suspensão do último. As reuniões promovidas em uma sexta-feira de cada mês têm, por sua vez, o mesmo objetivo, ou seja, a promoção de um fluxo de decisão ampla e democrática, mesmo em meio a uma estrutura tão articulada.

Contudo, mesmo observando tais mecanismos, não se pode afirmar que o *Algebra Project* tenha qualquer coisa parecida a uma estrutura fluida. Por outro lado, é também interessante observar que, a despeito de contar com um processo de aprendizado político realizado paralelamente ao ensino de matemática, foi apenas em Baltimore que o programa assumiu um caráter genuíno de luta social radical, a partir do enfrentamento da situação concreta da crise fiscal que se abateu sobre a educação pública da cidade, o que faz lembrar seu passado de lutas e manifestações sociais.

6.2 – Baltimore Algebra Project - BAP: do programa-movimento ao movimento radical pela educação

O *Baltimore Algebra Project* (BAP) iniciou suas atividades na cidade em 1999, na *Stadium Middle School*, uma escola de ensino médio. O programa consistia, basicamente, em seu tradicional sistema de ensino *peer to peer* e de um ‘comitê de ação política’ (*Advocacy Committee*) como ação opcional. Assim, o que começou como o trabalho de um punhado de alunos da *Stadium School* rapidamente se transformou em um grupo de mais de 120 tutores atendendo a pelo menos duzentos estudantes. Além disso, um fogoso núcleo de ativistas foi também se desenvolvendo em face dos problemas que a educação pública da cidade passou a enfrentar poucos anos depois.

Devido ao caráter eminentemente técnico de tutoria, o BAP firmou uma parceria com o Sistema de Escolas Públicas da Cidade de Baltimore, que, por sua vez, passou a destinar ao programa metade dos recursos voltados para as sextas e sétimas séries do

sistema. Vale reforçar que muitos estudantes são levados ao programa estritamente devido à ajuda recebida em seus deveres de casa, enquanto muitos tutores têm seus interesses pautados pelo salário que passam a perceber. O ativismo pela causa da educação, por sua vez, sendo, como já observado, uma opção dos interessados em participar, não recebe subsídios do Estado.

Durante o ano escolar de 2003/2004, quando o sistema de ensino de Baltimore deparou uma grande crise fiscal, os estudantes do AP iniciaram uma série de mobilizações contra os ajustes então propostos pelo Governo local que previam sérios cortes na educação. Nesse mesmo período, como decorrência de seu processo de mobilização, os ativistas do BAP também se engajaram nos protestos e mobilizações que vinham sendo realizados nos tribunais da cidade, em favor da causa Bradford x Comissão de Educação do Estado de Maryland, iniciando também uma campanha de divulgação da questão entre os alunos das escolas públicas. A causa em pauta diz respeito a uma ação impetrada pela *American Civil Liberties Union*⁸⁶ contra o Estado de Maryland, alegando que este estava falhando em prover financiamento adequado à educação dos estudantes de Baltimore, como requerido pela constituição estadual. As baixas médias obtidas pelos estudantes da cidade, bem como suas taxas de graduação eram apresentadas como motivação do processo. Em 2000, o juiz Joseph H. Kaplan considerou que a educação ministrada nas escolas públicas de Baltimore estava constitucionalmente inadequada e determinou que o governo local deveria suplementá-la com uma quantia aproximada de US\$ 200 milhões a US\$ 260 milhões ao ano, de forma a normalizar a situação. O estado apelou da decisão de Kaplan, mas em seguida retirou o recurso, passando a pagar a dívida lentamente.

Diante do cenário de crise, o *Algebra Project* inicia um processo de mobilização e protestos. Inúmeras passeatas, marchas, greve de fome, atos de desobediência civil e teatros de rua foram desencadeados por um grupo crescente de jovens, cada vez mais aguerridos, durante os dois anos que se seguiram. Elegendo um X vermelho como símbolo de sua luta, os integrantes do *Algebra Project* repetiam, em suas manifestações, o que seriam suas palavras de ordem: *No Education, No Life!* ou ‘Sem educação, sem vida!’

De acordo com a cobertura do Jornal *The Baltimore Sun* (de 17 de março de 2005), em uma das incontáveis manifestações pela educação pública ocorridas no ano

⁸⁶ Associação americana cuja ação está voltada para a defesa dos direitos constitucionais nas cortes e legislação americana.

de 2005, a então presidente do AP, uma garota negra de dezesseis anos, observa como os negros americanos obtêm, em média, duzentas pontos a menos que os americanos brancos nos testes nacionais de educação. Além disso, afirma que “os *african-american* têm menos possibilidades de ser bem sucedidos academicamente do que de terminar seus dias em uma cela de prisão” (fala da presidente do AP em 2005).

Já um artigo do periódico *The Workers World* (de 26 de maio de 2005) relata que, em outra passeata, nesse mesmo ano (na qual se reuniram também professores sindicalizados, representantes do *Service Employees* e do *All People Congress*), os estudantes gritavam pelas ruas da cidade: “Prisão para o governador Elr Lich! Prisão para Nancy Grasmick⁸⁷!”

O jornal prossegue:

Quando os estudantes chegaram ao *State Board of Education*, contingentes policiais haviam formado uma barreira entre os manifestantes e o prédio. Vários estudantes que haviam planejado participar de atos de desobediência civil, acompanhados de professores e representantes comunitários, atravessaram a rua e ‘escorregaram’ por trás da barreira policial. A polícia rapidamente fechou as portas do prédio. O grupo se recusou a deixar o lugar e, ao invés disso, começou a pregar cartazes de “Procura-se” (*‘Wanted’*), com fotos do Governador, do Prefeito da cidade e da Superintendente Escolar. Os posters os acusavam de ‘falhar com o pagamento de apoio às crianças’.

Steven Ceci, um sindicalista e organizador comunitário do *All People Congress*, que também participava junto com os estudantes, falou: ‘os estudantes que estão arriscando-se a serem presos são muito bravos. O mais jovem de nosso grupo tem apenas 13 anos de idade. A razão para essa ação é que as escolas são tão horríveis – classes de aulas superlotadas, com presença de chumbo na água que bebem, os estudantes não têm sequer papel higiênico nos banheiros’ (*The Workers World*, 26/05/2005).

O jornal ainda menciona que a marcha em questão foi convocada aproveitando a data de aniversário de 51 anos do julgamento em que a Corte Suprema americana declarou o fim da segregação nas escolas.

No decorrer dos anos de 2005 e 2006, os estudantes do *Algebra Project* desenvolveram atividades de protestos, seminários de discussão e manifestações com atos de radicalização, cobertos em profusão pela mídia local. Em março de 2005, o sistema escolar cortou o repasse de US\$ 80 mil destinados às atividades de tutoria do *Algebra Project*. Os integrantes do AP iniciaram uma greve geral por três dias, que contou com a participação de novecentos estudantes, clamando pela obediência às ‘ordens de Bradford’ e pela interrupção do processo de fechamento de escolas na cidade. Nesse mesmo mês, o prefeito da cidade finalmente agendou um encontro com os estudantes, concordando com doze pontos de uma pauta de dezessete apresentada pelo grupo, mas rejeitando os que se referiam à moratória da prefeitura, ao

⁸⁷ Superintendente das escolas públicas de Baltimore em 2005.

compromisso com o pagamento integral dos recursos devidos às escolas e à redução do número de alunos nas salas de aula. A partir de então, os estudantes iniciaram um movimento pedindo a moratória da prefeitura até o pagamento dos recursos destinados ao setor.

Um artigo do *Baltimore City Paper* (de 22 de novembro de 2006) relata que, em 14 de outubro de 2006, os ativistas do *Baltimore Algebra Project*, com o suporte do *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) e de outros grupos ativistas, lançaram o *Freedom Fall* (ou o Outono da Liberdade), um movimento por direitos educacionais, em uma clara alusão ao *Freedom Summer*, promovido pelos movimentos dos direitos civis da década de 60. Para isso estabeleceram um *Maryland Freedom Board of Education* (Comitê Livre pela Educação de Maryland), baseado no que identificaram no artigo sexto da Declaração de Direitos da Constituição do Estado de Maryland:

Todas as pessoas investidas com poderes governamentais legislativos ou executivos são administradores dos bens públicos, e, como tais, são responsáveis por suas condutas: em qualquer lugar ou momento em que os fins do governo são pervertidos, e as liberdades públicas manifestamente ameaçadas e todos os meios de retificação são ineficientes, o povo pode, e por direito deve, reformar o velho ou estabelecer um novo governo; a doutrina da não resistência contra poderes arbitrários e a opressão é absurda, escravizante e destrutiva do bem e da felicidade humana.

O comitê, segundo a publicação, embora ainda estivesse trabalhando na própria definição do papel que pretendia desempenhar no desenrolar da crise do sistema educacional público da cidade, obteve rapidamente o reconhecimento do *City Council*⁸⁸, que, em 30 de outubro daquele ano, teria

convidado os membros do *Maryland Freedom Board of Education*, para compartilhar com o *City Council* as informações gerais na gênese da organização, as metas programáticas e de financiamento, para estabelecer a paridade na educação pública de Maryland, um plano de ação para atingir as metas da Secretaria, bem como planos para uma futura agenda de reivindicações para as organizações de base (declaração do *City Council*, segundo o *Baltimore City Paper*).

Em maio de 2008, um grupo de estudantes deflagrou uma greve de fome. O prefeito, então candidato ao cargo de governador naquelas eleições, concordou em apoiar a demanda do grupo no que tangia ao pagamento da dívida da educação. Entretanto, ao ser reeleito, retrocedeu em suas posições, esquecendo o acordo. Em vez disso, determinou que recursos oriundos dos impostos sobre a loteria e as máquinas

⁸⁸ O *City Council* é a unidade legislativa equivalente à câmara de vereadores, existente em várias cidades dos Estados Unidos. Algumas cidades, de acordo com a autonomia legislativa vigente nos estados americanos, adotam o termo *Board of Supervisors* para designar essa instância legislativa, como a cidade de São Francisco, na Califórnia.

caça-níqueis fossem aportados ao setor, mas, de acordo com os ativistas, essa alternativa não conseguiu suprir as demandas da educação.

Os protestos foram reforçados pelos ativistas:

sim, nós tivemos entre 300 e 400 estudantes que vieram participar dessa manifestação. Algumas pessoas promoveram atos de desobediência civil... e... nós fizemos um tipo de tributo a um de nossos amigos, Zachariah... que foi assassinado, você sabe... (...) nós terminamos com uma ação de desobediência civil... pense em umas 25 pessoas sendo presas... sim, depois nos deixaram sair... acho que não pegaria bem para eles [os policiais]... todo mundo lutando por educação pública) (outro ativista entrevistado).

No período em que foi mantido contato com o BAP, entre maio e junho de 2009, os jovens do *Baltimore Algebra Project* permaneciam lutando pelo cumprimento da decisão do juiz Kaplan e, poucos meses antes, haviam conquistado da prefeitura a extensão do transporte gratuito para estudantes até as 20h30, embora ainda reivindicassem uma extensão até as 22h. O então presidente do BAP assim se expressou sobre o assunto:

nós sentimos que aqueles estudantes, para terem uma melhor educação, precisavam ter transporte para depois dos programas escolares... ou mesmo para o trabalho após a escola... algumas crianças não conseguem se concentrar na escola devido a seus problemas econômicos... então, se eles têm transporte para o trabalho... eles podem... você sabe, se acalmar... como eu poderia dizer? Acalmar essa questão em suas mentes.

O movimento também havia estabelecido contatos e alianças com outros grupos de ativistas, tanto de Baltimore como no nível nacional. Por outro lado, está em sua agenda a possibilidade de formação de um partido político, o *X Party*, de forma que os ativistas do AP possam vir a concorrer nas eleições para os centros acadêmicos das escolas, gerando uma atuação mais orgânica nelas. Até a possibilidade de alguns dos membros mais velhos do AP concorrerem para cargos no *City Council* é também vislumbrada em um futuro mais distante.

Atualmente, o BAP está planejando um seminário para comemorar uma das mais amplas manifestações realizadas pelo movimento, com a presença de mais de mil estudantes, em 14 de março de 2010. Nesse encontro, os estudantes pretendem também discutir a necessidade de constituir um movimento nacional de jovens. De acordo com um de seus mais ativos integrantes:

exatamente agora precisamos construir um movimento nacional. Em muitas cidades o ativismo está ocorrendo, mas não está organizado como uma força de massa. Eu acho que o próximo passo é conectar os jovens de diferentes partes do país, de forma que possamos nos mover como uma força. Uma vez que consigamos construir esse tipo de rede, seremos mais fortes e capazes de fazer demandas mais fortes ao governo (depoimento de um ativista, pelo Facebook).

6.3 – Alguns princípios que norteiam o BAP

O *Baltimore Algebra Project* se pauta pela ‘premissa básica da votação democrática sobre tudo’, ou seja, qualquer ação política a ser desenvolvida, qualquer alteração na estrutura organizacional é votada. Nesse sistema, portanto, vence a posição que a maioria deseja em detrimento daquela(s) preferida(s) pelos demais (a minoria). Essa opção de funcionamento contraria, em parte, as origens/inspirações nas quais seu mentor – Bob Moses – formou-se e, em parte, parece às vezes incomodar alguns de seus ativistas. Como observou o presidente do BAP, em 2009:

Eu apenas penso que ninguém deveria ser.. ahmm... limitado naquilo que quer, tendo seus direitos ‘tomados’ em qualquer situação, mesmo que você concorde em ser [parte de] uma organização. Eu preferiria muito mais o consenso em qualquer questão... mas isso levaria muito tempo... você sabe.... para se obter... eu tento obter o consenso o mais que posso, quando estou facilitando qualquer votação.(...) Basicamente o que a gente faz é votar na maioria das questões (...) eu acho que é uma forma bastante eficiente de fazer as coisas rapidamente, já se esta é a melhor forma de fazer isso, é diferente (...) Nós temos que encontrar uma forma de conseguir consenso e conseguir isso rapidamente...sem excluir ninguém, fazendo todo mundo sentir-se confortável (depoimento de Bryant).

Pode-se imaginar que a experiência no *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC) pode ter levado Bob Moses a refletir que, mesmo não tendo sido adepto de tal concepção naquele momento, a busca pelo consenso seria algo complicado e, às vezes, ineficiente. Essa percepção pode ter se refletido na elaboração do programa, reforçada pelo fato de que o *Algebra Project* tem finalidades múltiplas, envolvendo essencialmente a eficiência do sistema de tutoria em matemática. ‘Não deixa de ser *business*’, como observa o presidente do BAP, pautado por critérios de produtividade. Por outro lado, outro ativista aponta a existência de espaços nos quais ocorrem eventuais conflitos entre a estrutura do AP e a experiência cotidiana constituída pelo movimento, mostrando às vezes certa ambiguidade e tensão no que toca a questões como o processo decisório empregado no grupo:

É como uma constituição viva... políticas (policies) vivas... é como um barco... você pode sempre trazê-lo de volta... algumas vezes é chato, mas, nós... permitimos esse espaço para... você sabe, nós realmente nos importamos com o que as pessoas pensam sobre como as coisas estão indo [no BAP]... ou sobre as ações e as regras... tanto que no (treino de) verão, em grande parte fazemos isso: nós voltamos àquelas questões... como podemos mudar o que está no manual [do programa]... como podemos mudar o que é pago [aos ‘bolsistas’ do AP] como... isso é uma organização conduzida por jovens, então os jovens têm que tomar as decisões (Depoimento de Chris).

Já para o presidente do BAP:

No momento em que você tem uma situação que será tratada como democracia... haverá pessoas que sentirão que suas vozes não são ouvidas... Eles têm que consentir em fazer alguma coisa que não querem, (...) eu, pessoalmente... minha visão política... não me permite, você sabe, forçar

alguém a fazer aquilo... mas, pelo bem da organização e da estrutura, do que a gente faz, eu tenho que lidar com isso. De qualquer forma, eu penso que a gente funciona bem como organização.

A questão da liderança, por outro lado, constitui-se em um ponto essencial do *Algebra Project*. Do ponto de vista de seus integrantes, todos na organização devem ser líderes. Para Bryant, “é apenas uma questão de você escolher exercer o poder que você merece.”

Mas trabalhar em um sistema estruturado hierarquicamente que está em constante processo de renovação – já que seus ativistas, quando concluem a escola secundária, também se afastam do programa – faz com que, como ainda observa outro ativista, seja preciso estar constantemente criando novos líderes. Para atender a essa finalidade, o BAP sempre dispôs de vários treinamentos de lideranças:

Você sabe, a tutoria, é [pelo sistema] *peer to peer*: gente jovem ensinando outras pessoas jovens, tentando passar isso de um para o outro, (...) assim como da mesma forma que fazemos com a liderança, treinos de liderança, treinamento de facilitação, a importância do consenso, da votação e coisas assim... Assim, para essa organização continuar a crescer, nós precisamos ter mais pessoas jovens e lideranças, mais jovens do que eu, você sabe, surgindo... E é nossa responsabilidade construir essas relações com os estudantes na organização e ensiná-los as coisas que eu sei. Por que esse é o motivo pelo qual estamos aqui hoje, é porque fomos orientados e cuidados. Vários de nós foram colocados em posição de liderança. Assim nós nos viramos e aprendemos. Agora temos que passar isso para outros, mais jovens, de forma que possam, você sabe, tocar a organização (depoimento do Chris).

Entretanto, não deixava de ser uma limitação o fato de que o ativista/*organizer* tivesse que se desligar do programa no momento em que estava tornando-se mais maduro. Assim, como uma evolução de sua estrutura de trabalho, bem como por um reconhecimento das conquistas obtidas, o programa conseguiu, nos últimos três anos, financiamentos que permitem continuar a contar com organizadores que se mantêm ligados ao programa mesmo quando já se tornaram universitários. Essa nova situação tem a vantagem de manter a experiência acumulada pelos jovens, dando continuidade às ações empreendidas pelo programa, mas apresenta como desvantagem a criação de mais uma instância hierárquica, gerando uma intimidação por parte dos mais inexperientes em relação aos ativistas mais antigos. Esse seria um dos dilemas que o BAP enfrenta atualmente:

Nós sempre encorajamos novas lideranças, mas agora a dinâmica meio que mudou. Você sabe, você tá falando de jovens de 14 a 21, 22 anos... assim, exatamente agora, nós estamos trabalhando em como realmente construir, você sabe, mais lideranças jovens e como não tê-las intimidadas por pessoas como eu e B[ryant] (Chris).

Quanto à relação que o BAP tem com a estrutura partidária estadunidense, esta é marcada por uma autonomia em relação aos partidos, com o intuito de atrair o maior número possível de aliados para a causa da educação:

não posso dizer que somos formalmente afiliados a qualquer partido político. Há alguns políticos que nos apóiam, pelo que estamos fazendo, independentemente de sua afiliação política. (...) nós não dizemos que somos necessariamente democratas ou republicanos. Primeiro, porque não podemos entrar nesse jogo já que somos uma ONG/ entidade sem fins lucrativos; segundo, você perde apoio desta forma, se você se auto-etiqueta e etiquetar qualquer coisa com um nome é criar um divisão. Assim, não podemos dizer que somos comunistas, anarquistas ou capitalistas, não é esse o tipo de coisa em que estamos... (depoimento de Bryant).

Por esse depoimento, é possível perceber uma preocupação em não se vincular a uma perspectiva política/ideológica específica, uma vez que o objetivo da organização é lutar por uma causa definida para a qual qualquer apoio efetivo é bem-vindo. Essa configuração, portanto, está mais próxima da luta por demandas específicas e conduzidas por movimentos baseados em questões culturais/identitárias.

6.4 – Quem são os ativistas do BAP? – breve pincelada

Uma vez que o contato estabelecido com o *Baltimore Algebra Project* não foi tão prolongado como o que foi mantido com o Movimento Passe Livre, considerou-se mais apropriado elaborar breves perfis de alguns dos ativistas entrevistados. Assim, apresentam-se informações sobre alguns dos entrevistados, com o objetivo de delinear um contorno mais geral dos ativistas:

Chris – é um organizador da educação (*education organizer*) e está envolvido com o *Algebra Project* desde os treze anos, quando ainda estava no ensino médio. Foi convidado pelo professor de matemática Dr. Jay Gillard (responsável pela criação do AP em Baltimore) para se preparar como tutor no sistema *peer to peer* devido a seu bom desempenho nessa área. Após um período de participação, em que teve aula com os primeiros tutores formados pela *Stadium School*, Chris foi contratado como tutor naquele mesmo verão.

Um ano e meio depois, quando surgiu toda a questão de o BAP não ser mais financiado pelas escolas (...), você sabe, as reuniões da sexta feira à noite eram reuniões de liderança, eu as frequentava por causa da pizza, e porque alguns de meus amigos estavam lá. Mas, depois de um tempo, comecei a ouvir o que estava acontecendo e o que as pessoas precisavam fazer. Você sabe, as pessoas sugeriam: ‘Chris, por que você não faz isso? Por que não faz aquilo?’ E eu apenas: daqui a pouco eu faço isso.... Então, isso apenas foi crescendo e foi assim que me envolvi com o AP.

Em termos de suas preferências ideológicas, o ativista se coloca entre aqueles que ‘odeiam o capitalismo’. São dele estas palavras, reproduzidas por um artigo de jornal:

Eu apenas quero que as coisas fiquem melhores aqui. Se todo estudante e pai de estudante soubessem pelo que os *Black Panthers* lutaram, a revolução cubana, a luta contra o *apartheid* na África do Sul... ninguém estaria andando por aí cabisbaixo, como se as coisas estivessem fora de suas mãos. Eles entenderiam que vamos ter que lutar para conseguir as coisas que queremos.

Chris, no período da pesquisa, estava com 21 anos e havia acabado de ingressar na *Morgan State University*, mas permanecia atrelado ao AP, graças à recente aquisição do programa de oferecer uma bolsa destinada à manutenção de alguns tutores universitários. Também estava iniciando uma carreira de *rapper*, tendo gravado alguns CDs, com distribuição gratuita pela internet, cujas músicas apresentam conteúdos bastante politizados, algumas delas são bem radicais.

Maggie – única mulher do grupo naquele momento, estava ocupando o cargo de secretária na diretoria do BAP. De acordo com informações recebidas e confirmadas pela leitura de artigos de jornais sobre a atuação do BAP em anos anteriores, o programa foi muitas vezes conduzido por garotas que atualmente se encontram na universidade. Essa seria uma das primeiras vezes em que o BAP conta majoritariamente com rapazes em sua diretoria e comitê.

Antes de ingressar no programa, um ano antes, a ativista era membro de outra agremiação voltada para a promoção de debates e discussões, o *Baltimore Urban Debate League*. Passou a participar do BAP por estar interessada no sistema *peer to peer* e por vislumbrar no programa uma forma de promover uma ação concreta (como greves de fome, passeatas, manifestações) mediante a qual poderia contribuir mais efetivamente para mudar as coisas. Maggie ainda participa de duas organizações: a *Hip-hop Congress of Baltimore* e a *Young Organizing Urban Revelations Systems (YOURS)*.⁸⁹

Ace – Adrian ou Ace, ‘como costuma ser chamado’, foi convidado para o programa justamente por deficiências que apresentava no aprendizado. Foi expulso de algumas escolas devido a questões envolvendo violência ou o próprio rendimento acadêmico. Vivia nas ruas e era considerado iletrado em função das notas que obtinha. De acordo com suas próprias palavras:

⁸⁹ São ambas organizações conduzidas por jovens e voltadas para os jovens. A primeira foca o desenvolvimento da criatividade para expressões culturais, como a música, a dança e a poesia; a segunda apoia iniciativas de trabalho e negócios entre os jovens, como confecção e venda de camisetas, cartões postais etc.

Eu era um garoto problema e precisava sair dos problemas. Assim, esse foi o primeiro motivo que me trouxe ao AP, apenas para, eu acho (...) ficar fora de problemas. Depois, você sabe, comecei com a tutoria. Depois eu conheci o aspecto reivindicativo do *Algebra Project*. E decidi me mover nessa direção. Na verdade, no primeiro ano que estive no AP, eu estava como voluntário (...) e eu estava aqui mais do que muitos dos membros do AP.

Atualmente, Ace foi eleito o *chair* de uma das comissões do BAP e é um ativo integrante do ‘programa – movimento’.

Bryant, o presidente do BAP no momento da pesquisa, tem uma personalidade afirmativa, que ele reconhece como sendo algumas vezes problemática, por gerar a sensação de que intimida os membros mais novos do grupo. Antes do BAP, atuava em uma organização de perfil cultural, *Follow Your Dreams Records*, uma organização, “que ensinava a cantar, como o *Hip-hop Congress* faz com o hip-hop, e a fazer declarações, sejam políticas ou apenas sobre você mesmo ou qualquer questão” (Bryant).

Um dos integrantes mais velhos do programa (22 anos), tinha uma filha pequena, com cerca de dois anos, naquele momento, o que é comum entre os jovens negros no país. Entrou no BAP movido, inicialmente, pela questão econômica: uma possibilidade de conseguir um emprego de tutor e poder contribuir para o sustento da filha. Progressivamente, foi se envolvendo com a ação política.

Você sabe, depois disso, eu progredi na ‘carta de liderança’... Ahhh, na ‘escada de liderança’, estive envolvido com muitas coisas, como participar na *advocacy*, você sabe, fazendo parte de coalizões. (...) uma greve de fome por cinco dias... Você sabe, eu era um dos participantes, não comemos por cinco dias, e tudo isso como um meio de fazer nosso prefeito financiar nossos trabalhos, o que nós também acreditamos como diretamente relacionado com a educação dos jovens e a educação universitária.

Esse rápido olhar sobre alguns dos ativistas do BAP pode ser complementado por um relato de uma das reuniões de grupo, no *Summer Training* do AP. Trata-se de um curso realizado no verão no qual são ministrados treinamentos em tutoria e liderança e que também têm como objetivo abrir novos núcleos/sítios nas escolas onde o programa ainda não funciona. Como se sabe, sua metodologia de ação inspirou-se naquela utilizada pelo *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC) na década de 1960. Os treinos, voltados para o desenvolvimento da competência no ensino de matemática e da capacitação para a liderança, abordam também questões como a história do movimento pelos direitos civis, “de forma que os estudantes possam entender de onde se originaram nossas lutas. E, você sabe, se eles, conscientemente, vão querer fazer parte disso...” (Chris).

A seguir, um trecho do diário de campo escrito em 30 de junho de 2009, no qual relato uma reunião ocorrida após uma plenária em que todos se encontravam juntos, dividindo-se, em seguida, em vários grupos temáticos:

Quando nos dirigimos para os grupos, escolhi aquele em que o Chris e o Ace estavam presentes, além de cerca de 15 estudantes negros. Tratariam do tema ‘Organização’. Claramente, o Chris ocupava uma posição de condutor/ provocador, com suas perguntas e comentários. Ele havia preparado uma dinâmica de grupo que iniciou com uma espécie de ‘jogo’, em que as pessoas iam se levantando e trocando de cadeiras e não podiam ocupar a mesma cadeira em que estavam sentadas antes. Quem ficava em pé tinha que fazer uma nova provocação e ditar uma regra para a próxima troca. Após a brincadeira, que serviu para descontrair os ânimos, iniciaram-se as conversas.

Chris pergunta sobre quais os grandes problemas que cada um enfrenta em suas vidas. Vários foram listados: racismo, falta de dinheiro, falta de trabalho, supremacia branca, prisões, recessão econômica, educação, escolas bem piores em Baltimore do que no resto do estado de Maryland.

Chris observa: até agora vimos os problemas que enfrentamos, vamos agora tentar identificar os responsáveis por eles: quem são os responsáveis por esses problemas? Passaram a falar de educação, os problemas que as escolas locais enfrentam: falta de banheiros, falta de higiene e limpeza, falta de bons professores e inúmeros outros, a maioria deles iniciando com a expressão ‘*don’t care*’.

Chris observa que tudo isso tem a ver com racismo. Uma garota bem baixinha responde:

“Não sei se isso tem a ver com racismo, acho que eles simplesmente ‘*don’t care*’. Continua falando, fazendo um interessante depoimento de como quando era criança e estava em um ônibus, sentada, ao ver uma senhora idosa e branca entrar, cedeu-lhe o lugar. Sua mãe, ao ver sua atitude, brigou com ela, pois a senhora era branca e já esperava por isso. Ela comenta como ficou confusa, pois, em sua cabeça, tratava-se apenas de uma senhora idosa, a quem deveria ceder o lugar por ser uma criança.

O tema sobre o racismo é discutido e um dos garotos fala de como um de seus melhores amigos é branco: “Um cara legal’.

Chris torna a perguntar se o fato das escolas em Baltimore terem menos recursos seria um problema de racismo. Uma garota responde que sim, pois Baltimore é mais segregada e não tem dinheiro. Ace, o outro ativista do AP, fala: ‘quanto mais branca fora a área, melhores são as escolas.’

Nova pergunta do Chris: ‘Quem vocês pensam que são os responsáveis por essas condições das escolas?’ alguém responde: o Estado. Outro: o governo, por não compartilhar igualmente os recursos.

Alguém puxa o assunto das drogas. Chris comenta como o governo colocou drogas para destruir os movimentos e as comunidades negras. ‘Isso faz sentido? Vocês acreditam?’ Um dos garotos reflete: ‘Não me surpreende’, diz ele. Chris continua: ‘Por causa do problema das drogas, eles têm que cortar recursos das escolas para dar à polícia.... é um ciclo vicioso.’

Ace fala algo sobre a qualidade da educação. Chris comenta sobre a Constituição de Maryland e explica que não existe Constituição nacional nos EUA, apenas estaduais. Uma das garotas fala sobre o que aconteceu em certo lugar, cuja vizinhança era perigosa: ‘construíram um playground e as crianças puderam brincar em segurança. Depois disso, um grupo de pessoas da comunidade passou a cuidar do parque’; Chris observa que “muitos dos problemas não são causados por nós, mas podem ser resolvidos por nós. Temos que mudar a idéia de que alguém tem que fazer isso pela gente” e pergunta: “como podemos resolver o problema do racismo?” Um dos rapazes fala de uma rua em que a metade é composta por casas grandes e bonitas – das pessoas brancas – e se você olhar o resto da rua, é de *black people*.

Chris: “como podemos resolver o problema da segregação?” Um garoto de comportamento ostensivamente ‘rebelde’ fala: “*Black Panthers*”. Todos riem. Chris inicia uma perspectiva histórica da luta dos negros nos Estados Unidos: “Que cor tinham as pessoas que lideravam esses movimentos?” “*Black*”, responderam todos. - “Quem eram as pessoas contra as quais estavam lutando e pelo que lutaram?” As causas foram aparecendo uma a uma: Justiça, igualdade, dessegregação, liberdade, vida, passe livre para o ônibus, integração, direito de voto.

Chris: O que a polícia fez com essas pessoas? Respostas: - bateu, colocou os cachorros em cima, assassinou, torturou, prendeu.

- O que a polícia faz à gente? Mais uma vez: - tortura, ameaça... (“Como em Chicago que alguém foi assassinado”, comenta um dos garotos).

Chris retoma: Nós podemos não nos ver assim, mas a polícia pode nos ver como continuidade desses movimentos. O que o *Algebra Project* faz? Alguém responde: são radicais porque ensinam matemática às pessoas negras. As respostas vão se sucedendo: ‘nós reivindicamos nossos direitos’, ‘lutamos por eles’, ‘desafiamos o sistema’, ‘nos tornamos professores’. Chris acrescenta: Nós estamos justamente indo na direção de uma tradição em que ensinamos a nós mesmos. Como os *Black Panther*”;

“Como nos motivamos?”, pergunta Chris. Alguém: “Nos motivamos pelo que está acontecendo.” O rebelde: “Com... o que nos preocupamos?” Chris: “façam seus vídeos. Acho que precisamos encontrar nossas motivações. Começamos há alguns anos atrás e fomos ficando mais e mais radicais. Mas em determinado ponto temos que parar para pensar. No AP nós crescemos. Como vamos protegê-lo para que não seja destruído como o *Black Panther*?”

Chris comenta que George Jackson (ex-ativista dos *Black Panther*) foi preso em 69, acusado de matar um policial. Foi torturado, para assinar a confissão. Cita vários casos de ex-BP que estão presos ou exilados, entre eles, Angela Davis. Chris pergunta de novo: “Como nós podemos ser destruídos pela polícia?” Respostas: ‘drogas, violência, traição’.

O quadro traçado por essas pinceladas dá uma idéia do perfil dos ativistas do *Baltimore Algebra Project* e do ambiente em que atuam. Jovens negros, moradores de uma cidade com perfil industrial, com contingente majoritário de negros, cujos índices de violência têm crescido nos últimos anos. São filhos de famílias de trabalhadores da classe média baixa cujo acesso a boas escolas está longe de ser uma realidade. Sem ter, geralmente, uma ideologia definida quanto ao capitalismo ou anticapitalismo, esses jovens se pautam por uma noção de luta por direitos sociais e econômicos forjada em uma sociedade em que a clivagem racial assumiu, historicamente e de forma explícita, a base de diferenciação do acesso aos bens socioeconômicos. A raça está no cerne das questões sociais, da mesma forma que a igualdade racial no acesso aos bens está no cerne do movimento constituído pelo *Algebra Project*.

Assim, a motivação do AP leva aos contornos de um típico movimento pautado por questões identitárias ou demandas culturais: a luta por uma educação de qualidade para os jovens negros, de forma que possam ter acesso, em condições de igualdade, às mesmas oportunidades dos jovens brancos. Suas características, portanto, estão muito mais próximas de uma *racionalidade incremental para um processo democrático e*

participativo de decisão’, no qual a democratização das instituições, com amplo acesso a elas, é um dos alvos essenciais da luta política.

A percepção do ‘acesso igualitário’, aliás, merece ser dissecada. Se o objetivo do programa é a inserção igualitária dos negros na sociedade americana e se o que move o mundo atualmente é o conhecimento – a sociedade do conhecimento –, então é fundamental aportar às comunidades negras o conhecimento necessário para que tenham oportunidade de alcançar os melhores lugares disponíveis nessa sociedade. Sob esse ponto de vista, questões estruturais relacionadas à sociedade de consumo e ao meio ambiente ou ao fato de não haver ‘boas posições’ para todos no sistema capitalista têm uma importância secundária, sequer sendo abordadas em maior profundidade, como se percebe por estas declarações:

Como uma organização, estou certo de que a organização não... hammm... focaliza essa questão [concernente a se há bons empregos para todos nesse sistema econômico]. Talvez individualmente nós tenhamos pensado a esse respeito... (...) não tenho certeza. (...) Bem, eu não sou exatamente fã da forma como o sistema capitalista funciona, entretanto, penso que se todo mundo tiver oportunidades iguais para acumular riquezas é bom” (depoimento do então presidente do AP).

“A forma que as coisas foram colocadas, em relação à educação e a última questão... se em uma sociedade capitalista... todo mundo seria capaz de ter emprego. Isso poderia ser possível, quero dizer, mas ainda, seria uma daquelas coisas... se você tem escolha, se você pode escolher onde pode trabalhar. (...) Isso diz respeito a se você escolhe realmente o que quer fazer. Com o [sistema] *peer to peer* estamos tentando lutar pelos jovens... mas estamos tentando lutar por eles numa sociedade baseada no conhecimento. Não é no *McDonald*, não é no *Burger King* (Maggie).

A noção de ‘oportunidades iguais’ e de ‘responsabilidade pessoal’ para conseguir um bom desempenho e uma ‘boa posição’ na escala social parece dizer muito da sociedade americana e é possível encontrá-la em meio a um movimento-programa como o *Algebra Project*, cujo objetivo é alterar, pela luta coletiva, o quadro social em que vivem as comunidades negras.

Os ativistas do BAP não deixam de delinear uma crítica ao capitalismo, mas, ao buscar formas de inserção igualitária na sociedade americana, não parecem rejeitar seu modelo de funcionamento. Poder-se-ia objetar que a própria finalidade de propiciar iguais oportunidades de acesso aos recursos sociais da educação para os negros poderia vir a significar, se alcançada, uma mudança significativa nessa sociedade, o que é contemplado pela reflexão de alguns de seus ativistas/organizadores. Mas, de qualquer forma, não implicaria transformações radicais na essência da (re)produção capitalista.

Há ainda outro aspecto que chama a atenção no *Baltimore Algebra Project* (bem como no *Algebra Project*): ao realinhar suas demandas sociais para uma pauta focada na educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens americanos (fato que

ocorreu em 2005, como relatado) e ao buscar uma ampla sustentação na conexão com outros movimentos no país, o programa-movimento ganha um traço essencial que foge ao caráter identitário/cultural, pois passa a organizar-se em torno de uma demanda universal e a buscar sustentação em uma ampla base social.

VII- DISCUTINDO OS MOVIMENTOS: O EXERCÍCIO DA COMPARAÇÃO

7.1 – Como Princípios se Materializam na Prática: visão comparativa dos princípios adotados pelo Movimento Passe Livre e o *Baltimore Algebra Project*

As diferenças existentes entre o *Baltimore Algebra Project* (BAP) e o Movimento Passe Livre (MPL) são bastante evidentes e, pode-se dizer, saltam aos olhos. Trata-se de movimentos formados com militantes de classes diferentes, com pautas, estilos, genealogia, inspirações e formatos, à primeira vista, muito distintos, a ponto de se achar que não há sequer o que ser comparado. Contudo, mesmo em meio a tão gritante diversidade, é possível identificar, logo de início, alguns elementos comuns entre eles. Em primeiro lugar, ambos são expressões de movimentos sociais integrados por jovens que apresentam ações radicais. Como tal, estão sujeitos às moratórias de que falam Margulis e Urresti (1996). É possível afirmar que, no caso da moratória vital, há certa semelhança entre as faixas etárias de experiência: no que se refere ao BAP, os integrantes são, em sua maioria, mais jovens (concentrados em uma idade entre treze e dezoito anos, com exceção dos *organizers*) e, no MPL, embora a faixa etária mais frequente esteja entre os dezoito e 25 anos (uma vez que se constata um ‘envelhecimento’ da primeira geração de ativistas, antes secundaristas), percebe-se, muito recentemente, uma tendência do movimento a uma renovação na faixa etária correspondente ao ensino médio (quinze a dezessete anos).

No que se refere à moratória social, os estudantes do *Algebra Project* tendem a se despedir do programa ao concluir o ensino secundário (a não ser aqueles que conseguem uma bolsa e permanecem como *educational organizers*), enquanto, no MPL, os ativistas tendem a ter maiores impedimentos devido à existência de vários compromissos que incluem o trabalho e o estudo universitário. É importante frisar, ainda no que tange à moratória social, que, enquanto o BAP tende a ter um espectro social mais uniforme, sendo constituído por jovens negros de classe média-baixa, o MPL apresenta um espectro mais diversificado, incluindo jovens de extratos mais pobres e aqueles pertencentes às camadas das classes médias brasilienses.

Além disso, é interessante notar, como mais uma caracterização e diferenciação de perfis dos ativistas, que, enquanto no MPL há uma tendência ao vegetarianismo e veganismo (mesmo havendo ativistas que comem carne, o movimento apoia dietas vegetarianas, a ponto de só realizar lanches vegetarianos/veganos em suas reuniões), no BAP, ao contrário, não há qualquer identificação maior do coletivo com esse tipo de dieta. Essa é uma característica interessante porque, nos Estados Unidos (e demais países, em geral), há uma grande identificação dos ativistas norte-americanos em geral com a adoção de dietas vegetarianas/vegas, sendo notável, inclusive, uma coincidência entre o ativismo radical e as lutas por proteção animal.⁹⁰ Em geral, esses ativistas são brancos, sendo mais difícil identificar pessoas negras envolvidas com tais questões. Por outro lado, ambos os movimentos sociais fazem uso da ação direta e lutam por um serviço que consideram essencial às suas sociedades: a educação e o transporte respectivamente. Além disso, os dois constituem expressões locais específicas de um movimento com amplitude nacional (no caso do *Algebra Project*, também um programa, o que por si só lhe concede feições muito particulares). É interessante comparar, em maior profundidade, alguns aspectos desses movimentos para observar até onde vão suas diferenças e eventuais semelhanças. Inicialmente, faz-se um exame comparativo dos princípios que animam e estruturam cada um dos movimentos.

No que concerne à comparação dos princípios e estrutura de funcionamento dos dois grupos, podem-se perceber diferenças bastante acentuadas. Enquanto o MPL, como visto, atua com estruturas e articulações fluidas, baseado em princípios como horizontalidade, não liderança, prefigurativismo, autonomia e decisão por consenso, o BAP, como programa de tutoria, organiza-se em termos bem mais estruturados, baseado em posições hierarquizadas e em decisões por votação; embora também valorize, e muitas vezes busque, as decisões por consenso, aproxima-se mais de uma noção de ‘*racionalidade incremental para um processo democrático e participativo de decisão*’, como sugerido por Polletta (2004).

⁹⁰ No período em que me encontrava em Washington, foram divulgados inúmeros casos de ativistas em luta por meio ambiente/proteção animal, que foram encarcerados em prisões de segurança máxima,

7.1.1- Liderança X Não-liderança

No que se refere à questão da liderança, constata-se que cada um dos movimentos trabalha com uma noção diferente, embora seja possível encontrar pontos comuns ou até, eventualmente, resultados semelhantes ao final. Com uma estrutura organizacional hierárquica e posições bem definidas como as de presidente, vice-presidente, secretário etc., o BAP se reporta frequentemente à noção de que ‘todos são líderes’ e de que é preciso que ‘cada um busque o poder que merece’. Essa noção é bastante valorizada nos Estados Unidos e diz respeito a uma forma pró-ativa de o sujeito se relacionar com seu meio, suas perspectivas profissionais e financeiras, sua comunidade em geral e sua própria vida privada. Essa mesma noção vigorava entre os ativistas do *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC) e, como relata Polletta (2004), era fundamental para manter a atuação e dinamismo dos grupos em luta por direitos civis. Conforme visto, no SNCC dos anos 1960/5 a permanente formação de muitos líderes era essencial para fazer face à constante tentativa de cooptação sofrida pelo movimento por parte dos brancos. No *Algebra Project* essa necessidade também se mostra premente devido à constante renovação dos ativistas, na medida em que saem do ensino secundário e vão para a universidade. Para o desenvolvimento dessa liderança, são realizados cursos ou treinamentos feitos pelos próprios ativistas, como é o caso do BAP.

No âmbito do MPL, verificam-se diferentes apropriações do princípio da não liderança/horizontalidade. Enquanto em Florianópolis, por exemplo, a noção mais comum é que ‘todos somos líderes’, no MPL-DF há uma divisão entre aqueles que consideram o princípio na forma ‘todos somos líderes’ e os que preferem a forma alternativa de que ‘ninguém é líder’. A noção de que ‘todos somos líderes’, por um lado, confronta uma percepção de passividade e ausência de participação política coletiva que, no cenário brasileiro, costuma estar restrita às organizações partidárias extremamente hierarquizadas. Os ativistas, assim, sentem-se indistintamente responsáveis pelo movimento e suas ações. Todos são líderes. Todos tomam iniciativas. Por outro lado, a noção ‘ninguém é líder’ promove o compartilhamento de responsabilidades pela negação da liderança, o que vai de encontro a uma noção hegemônica que considera esse atributo (a liderança) essencial para a ação política.

especialmente durante o governo Bush. Tais casos geralmente envolviam a invasão de laboratórios de grandes indústrias que realizavam experiências com animais.

Aprofundando o exame das duas possibilidades, a noção de que ‘todos somos líderes’ poderia significar, sob essa concepção, o ápice da ação política em uma sociedade na qual todos se convertem em membros pró-ativos. Já a perspectiva de que ‘ninguém é líder’ assemelhar-se-ia a um paradoxo, principalmente quando se trata de uma sociedade há muito habituada às lideranças carismáticas ou coronelistas e parece carregar um elemento a mais de desconstrução do fazer político hegemônico.

O princípio da não liderança é dos que parecem causar maior estranheza (não só em termos práticos quanto teóricos). As observações nesse sentido costumam se repetir: ‘mas é claro que há líderes!’, “fulano é um dos líderes”, “trata-se de um grupo de líderes!”, (o que recairia na primeira noção). De fato, a questão da não liderança foi longamente tratada e vivenciada pelo MPL-DF. Como relata uma integrante do movimento, no início do MPL em Brasília, as reuniões, que começaram com a participação de sessenta a oitenta pessoas, ocorriam em meio a certa tensão e com o monopólio da palavra por parte de dois ou três ativistas. Esse período inicial, conforme os relatos, foi marcado por disputas entre jovens ‘com egos inflados’, alguns dispostos de uma formação mais consistente sobre autores marxistas e/ou anarquistas, outros, sobre o zapatismo e ainda outros, baseados em noções intuitivas da ação autônoma. A participação contínua em reuniões (em que esses princípios eram exaustivamente tratados) e em atos (nos quais estes eram buscados na prática), com o consequente estabelecimento de crescentes laços de confiança entre os ativistas, constituiu a forma de aprendizado e o estabelecimento da ação horizontal baseada em não liderança e na decisão por consenso.

É bom notar que esse aprendizado não se deu/dá sem a ocorrência de inúmeros conflitos de diferentes proporções entre os ativistas nos quais a preocupação se concentra/va em reafirmar a não liderança quer para a imprensa, quer para militantes institucionais, quer dentro do próprio movimento. A busca por uma permanente rotatividade de funções/responsabilidades é uma das estratégias adotadas para isso, embora também se constate a existência de diferentes aptidões dos integrantes do movimento. Exemplo disso são os ativistas que têm facilidade de falar e concatenar análises ou aqueles que gostam especialmente da emoção das ações diretas arrojadas, contribuindo para que uns e outros atuem mais nas respectivas atividades de preferência. Da mesma forma, a diferença de preferência e atuação entre aqueles que são mais ‘articuladores’ e aqueles menos dispostos a fazer concessões em relação às suas perspectivas horizontais e não institucionais leva a que os primeiros estejam entre

os que fazem contato/articulações com outras instituições políticas/sociais, enquanto os últimos se posicionam mais à retaguarda, muitas vezes pontuando questões e alertando o grupo para diferentes aspectos das relações interorganizações.

Tudo isso reporta a um dos dilemas citados por Freeman (1970) concernente às organizações ‘sem estrutura’. Para a ativista do movimento feminista americano, a ausência de estruturas formais não impede a formação de estruturas informais que muitas vezes mascaram o poder – manifestando-se de forma mais insidiosa porque pouco clara – na existência de grupos de amigos, na separação entre ‘os de fora’ e ‘os de dentro’ e inúmeras outras formas de cisão e estruturação internas de poder. O texto de Freeman costuma circular, ser lido e discutido avidamente por movimentos autônomos em geral, em todo o mundo e é tido como uma espécie de séria advertência àqueles que atuam sob a forma fluida de estruturação.

Retomando a ação no âmbito do MPL, pode-se dizer que, mesmo notando-se diferenças entre os ativistas, com a conseqüente tendência de diferenciação na distribuição de poder, foi possível observar, ao longo do tempo, uma tendência oposta em direção a um nivelamento entre os diferentes perfis de atuação. Tomando como exemplo o caso dos ativistas que preferem ações de rua e daqueles mais voltados para as análises e articulações, é perceptível a ocorrência de um aprendizado, levando ambos os perfis a se ajustar às questões/ações com as quais se sentiam originalmente pouco afeitos. Por outro lado, aqueles com perfil mais articulador/analítico parecem se colocar em posições socialmente mais visíveis, quando se reportam à mídia ou a instituições/militantes institucionais, o que também já gerou grande número de conflitos sob a forma de suspeita de acúmulo de poder ou de uma indesejada ‘representação’. Em alguns casos, especialmente no período inicial de ativismo do movimento, foi possível perceber uma clara disputa por espaços em situações em que o movimento ganhava evidência. Essa disputa muitas vezes foi justificada como uma luta para que o movimento não se cristalizasse na figura de um ou dois ativistas, levando a uma liderança informal, mas constituída na prática. Para esse tipo de situação, o movimento adotou o rodízio de atividades (que levou, por exemplo, ativistas com perfil menos tolerante a se esforçar por estabelecer contato com ‘representantes institucionais’), ou estratégias como não se identificar – em caso de contato com a mídia ou da elaboração de artigos divulgados no jornal ou sítio do MPL, por exemplo – pelo próprio nome, tomando sempre um nome cujas iniciais reportem à sigla do movimento (como Maria/Mário Paiva Lins).

Pode-se dizer que hoje em dia os ativistas têm bastante segurança em atuar em diferentes frentes e quanto ao fato de que ninguém é líder ou, de acordo com a perspectiva alternativa, todos são líderes no movimento. Mesmo quando alguns dos membros se repetem em posições de evidência, nota-se uma certeza em relação à horizontalidade do movimento, baseada na confiança e na amizade construídas coletivamente, ao longo do tempo e, fundamentalmente, no exercício permanente e vigilante do princípio da não liderança. Haveria, portanto, uma introjeção coletiva desse princípio.

Por outro lado, a clivagem ‘membros antigos x membros mais recentes’ implica um desnivelamento permanente de experiências e atribuições – principalmente em face da grande fluidez que o movimento apresenta – fazendo com que ativistas mais antigos tendam a concentrar mais atribuições, como escrever panfletos ou artigos para o jornal do movimento, manter articulações com outros movimentos, tomar a frente de ações etc. Para aliviar tais defasagens que incomodam os ativistas, os militantes do MPL visualizaram, ao longo do tempo, várias alternativas, como: i) colocar um membro mais antigo do grupo responsável por um ou dois novatos, de forma a repassar o máximo de informações; ii) realizar constantes seminários e oficinas para transmissão dos conhecimentos/informações; iii) repassar, o máximo possível, responsabilidades para os novos integrantes. Nem sempre essas estratégias funcionam/ram plenamente, mas é perceptível uma preocupação constante em desmontar a divisão entre ‘novos’ e ‘velhos’ e o intuito de desconstruir essas ‘hierarquias naturais’ no movimento.

As estratégias relatadas lembram o que Pierre Clastres observa sobre a constituição da esfera política nas sociedades indígenas sul-americanas, na qual não se observa a constituição estatal:

Longe, portanto, de nos oferecer a imagem terna de uma incapacidade em resolver a questão do poder político, essas sociedades nos espantam pela sutileza com a qual elas a colocaram e regularam. Elas pressentiram muito cedo que a transcendência do poder encerra para o grupo um risco mortal, que o princípio de uma autoridade exterior e criadora de sua própria legalidade é uma contestação da própria cultura; foi a intuição dessa ameaça que determinou a profundidade de sua filosofia política. (...) De modo que a apresentação do poder, tal como ele é, se oferece a essas sociedades como o próprio meio de anulá-lo (2003[1974]: 61).

A dificuldade em lidar com movimentos que atuam sob o princípio da não liderança é algo que certamente impacta organizações (e concepções) rigidamente estruturadas e hierarquizadas. O comentário feito pelo coronel da Polícia Militar José Belisário de Andrade e Silva em depoimento na Câmara Legislativa sobre as manifestações do (e as violentas repressões policiais ao) movimento Fora Arruda e toda

Máfia, ocorridas no início do ano de 2010, ilustram bem o desconforto: “A polícia não atacou ninguém. Foi atacada (sic). Negociar com grupos com liderança múltipla é sempre difícil. Qualquer manifestação passa a ser uma turba” (Correio Braziliense, em 29/5/2010)

Esse comentário reporta ao que Negri (2004) sugere ao refletir sobre uma ‘genealogia’ das formas de insurgência. Para o autor, as formas de resistência e guerras civis teriam evoluído inicialmente de revoltas e rebeliões desbaratadas de guerrilha para um modelo unificado de exército popular e, posteriormente, de uma estrutura militar centralizada para um exército policêntrico de guerrilha e, finalmente, deste para uma estrutura de rede disseminada de lutas. Nessa perspectiva, o autor aponta três princípios orientadores que ‘estariam engastados na história’, determinando seu movimento. Seriam eles:

- 1) Cada forma de organização deve agarrar a oportunidade e o momento histórico apresentado pelo atual ordenamento de forças para maximizar sua capacidade de resistir;
- 2) A necessidade de correspondência entre a organização política e militar e as atuais formas de produção econômica e social;
- 3) A democracia e a liberdade funcionam permanentemente como princípios orientadores no desenvolvimento de formas organizacionais de resistência.

No percurso histórico de resistência, esses três princípios teriam entrado em conflito por diversas vezes, sacrificando um ou outro, de acordo com a circunstância.

Entretanto, o autor conclui:

Hoje chegamos ao ponto em que os três princípios coincidem. A estrutura disseminada de rede constitui um modelo de uma organização absolutamente democrática que corresponde às formas dominantes de produção econômica e social e também vem a ser a mais poderosa arma contra a estrutura vigente de poder (2004: 127).

No caso do *Baltimore Algebra Project*, o princípio de ‘todos somos líderes’ parece também exigir um aprendizado de seus integrantes. Se, como declara Bryant, ‘todos são líderes na organização, mas devem querer exercer o poder que merecem’, essa ‘liderança coletiva’ não parece ocorrer de uma forma tão natural ou linear. Como observado, existem cursos e treinamentos destinados a desenvolver tal característica nos participantes do AP. As relações no grupo, por sua vez, são complexas, na medida em que associam a hierarquia de uma diretoria com uma expectativa de que ‘todos sejam

líderes'. A divisão entre novos/inexperientes e antigos/experientes também marca as relações, especialmente agora que o BAP dispõe, como visto, de alguns *organizers* universitários atrelados ao programa. A própria posição do *organizer*, como já ressaltaram Mattick Jr. (1970) e Graeber (no prelo), confronta, à primeira vista, o sentido da não liderança com a perspectiva oposta de uma vanguarda que organiza a comunidade. Além disso, como ocorre muitas vezes no MPL, aspectos relacionados às personalidades envolvidas também sobressaem:

Se todo mundo exercitasse seu poder, tudo estaria bem balanceado. Mas você tem pessoas inexperientes sendo intimidadas por pessoas experientes e eu posso ver isso [acontecendo] comigo mesmo. (...) Os estudantes algumas vezes gostam de se revoltar contra mim porque eu tenho uma personalidade dominante (...) Esta é uma coisa sobre mim que venho tentando consertar. (...) Você vem sendo colocado em posições toda a sua vida, onde você teve que ser a pessoa mais forte da sala (...) Isso não é pra dizer que alguns dos mais jovens indivíduos da organização não possam fazer isso. (...) Nós tentamos compartilhar esse conhecimento com os estudantes, mas você só pode compartilhar o conhecimento com aqueles que querem aceitar o conhecimento...

Portanto, a estrutura do AP promove alguns conflitos entre a almejada liderança coletiva e suas formas específicas de se organizar. O alcance de uma situação em que todos sejam líderes passa não só pelo 'treinamento' desses novos líderes, mas também por uma tentativa de desconstrução de velhos hábitos incorporados de concentração de liderança empregados, muitas vezes, pelo programa. O comentário de Chris pode ser ilustrativo a esse respeito:

(...) agora mesmo estamos trabalhando em como podemos construir, você sabe, mais lideranças jovens... e não tê-las intimidadas por pessoas como eu e o B[ryant], Ace... estamos fazendo isso há um longo tempo, ou seja, é uma luta constante...

A fim de contribuir para o estabelecimento de uma relação mais igualitária, existe o método *peer to peer*, que, como observado em capítulo anterior, é muito valorizado pelos integrantes do AP.

Pode-se concluir que as contradições existentes entre a estrutura do programa de tutoria e a ação do grupo como movimento social constituem um entrave ao aprendizado e concretização da noção de que 'todos somos líderes', o que não significa que não haja um processo de formação constante desses líderes por parte do programa-movimento. A permanente tentativa de formação de líderes, por sua vez, contribui para que o poder não se concentre nem se estabeleça apenas nas 'velhas' figuras dos líderes existentes.

7.1.2- O Processo decisório

No que toca aos princípios alternativos de ‘decisão por votação’ e ‘decisão por consenso’ adotados, respectivamente, pelo BAP e pelo MPL, é interessante observar que o primeiro está associado à noção de democracia representativa como uma forma de decisão eficaz para amplas audiências, portanto adequada à sociedade de massas, enquanto o segundo reporta à democracia direta/radical ou participativa, a ‘reuniões intermináveis’ e, muitas vezes, não conclusivas e, principalmente, a um mecanismo ajustado a grupos de pequeno porte. Como afirma Polletta, existe uma idéia pré-estabelecida de que:

a Democracia Participativa é boa para aqueles que têm tempo e gosto por reuniões intermináveis (...). Mas para os menos poderosos ou aqueles convencidos de que a mudança é feita assegurando concessões tangíveis de autoridades intransigentes, isto [a democracia participativa] é certamente uma indulgência que dificilmente podem suportar (2004: viii).

Entretanto, como constata a mesma autora ao analisar vários grupos americanos que utilizaram esse processo decisório, entre eles o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), as formas de decisão participativa podem converter-se em mecanismos eficientes de construção de solidariedade entre ativistas, bem como de promoção de inovações radicais, servindo como alavanca para a formação de opiniões políticas e como um mecanismo de geração de uma persistente responsabilidade política.

De fato, nas incontáveis reuniões do MPL, foi possível observar como esse processo decisório promove uma ampla e rica troca de idéias, geralmente, como já notado, em tom de ‘conversa entre amigos’. Na fase do movimento analisada, as concordâncias, de modo geral, costumavam ocorrer sem muitas discussões e sem clima de disputa, uma vez que parece já existir um nivelamento de opiniões. Mesmo quando as discordâncias acontecem, são colocadas em tom razoavelmente ameno – ou a amenização do tom é buscada mesmo nos momentos mais efervescentes da discussão – e, após debate, chega-se a uma conclusão conjunta. É bom destacar, entretanto, que, segundo relatos, essa não era a situação logo no início do movimento: as discordâncias eram inúmeras, passavam-se horas discutindo o mesmo assunto, muitas vezes, em tom bastante exaltado.

Para chegar aos consensos necessários à elaboração de suas teorias e práticas, o MPL realiza uma espécie de ‘seminário’ no qual seus integrantes vão discutindo, ponto a ponto, suas idéias e dúvidas, que podem dizer respeito desde como estruturam as

propostas do Tarifa Zero até às relações do grupo com os diversos atores do sistema, como partidos políticos, mídia, outros movimentos, sindicatos, governos, empresários etc. Nesses seminários, geralmente são utilizadas várias técnicas e dinâmicas de grupo que estimulam a participação das pessoas presentes. Várias subdivisões em diferentes tamanhos de grupos, nos quais as pessoas se sentem mais à vontade para conversar, seguidas de reuniões plenárias, eventualmente algumas brincadeiras, enfim, uma série de recursos que facilitam a participação, a reflexão conjunta e a definição de conclusões importantes que vão se transformando nos consensos do movimento.

Habitualmente, o exercício dessa prática decisória leva à constituição de raciocínios e argumentos com os quais alguns ativistas tentam demonstrar a outros seus pontos de vista, até que conseguem, finalmente, chegar a um ponto comum. O elemento pedagógico é claro. Aprende-se a raciocinar, argumentar, conversar, expor a própria perspectiva e compreender a do outro – movimento sem o qual o consenso não se concretiza. Mesmo quando não se chega a um denominador comum, a decisão contempla igualmente as partes discordantes. Há, portanto, um aprendizado de construção e respeito aos pontos de vistas diversificados dos ativistas, o que coloca as relações no grupo em outro patamar, gerando condições para uma harmonização (ou, ao menos, tolerância) entre seus integrantes. No que concerne ao quesito (falta de) eficiência/rapidez do processo decisório por consenso, vale acrescentar que, no âmbito do movimento, o processo interno é mais valorizado do que uma resposta imediata à conjuntura.

Voltando ao BAP, o processo decisório do movimento se dá em outro formato, devido, entre outros fatores, à estrutura formalizada do programa. Relatando como se processam as decisões concernentes às ações políticas, Bryant observa que inicialmente "foram as ações que vieram ao encontro do BAP". Ou seja, a necessidade de reagir à determinada questão, como o corte de verbas para as escolas, fez com que os integrantes do programa se reunissem em seu *Advocacy Committee* e tentassem estabelecer os passos para reverter tal situação. Assim, nessas ocasiões, a discussão do problema dá-se, inicialmente, no âmbito do *Advocacy Committee*, no qual são, habitualmente, discutidas questões relativas à educação, em geral e/ou apresentadas propostas formais de ação que posteriormente são submetidas à organização como um todo para deliberação ou, eventualmente, reformulação das propostas.

Como visto, o BAP se pauta pela decisão por votação na qual a praticidade e eficiência do processo são bastante ressaltadas; embora esse processo deixe sempre

resíduos de insatisfação e embaraço daqueles que ‘perdem’ as votações. Isso coloca os dois movimentos – MPL e BAP – mais uma vez, em situações muito diferentes no que tange ao processo decisório. Mas há um aspecto que é interessante ressaltar ainda no que se refere a essa questão em relação ao BAP. Na medida em que os ativistas foram afinando suas decisões em um processo contínuo de radicalização de suas ações, pareceu não haver muita necessidade de discussões ou votações sobre as medidas e ações diretas a serem implementadas pelo grupo.

Assim, observa-se que, enquanto no MPL o processo decisório por consenso e a experiência conjunta voltada para as ações diretas contribuíram para um aprendizado da ação coletiva horizontal e uma crescente coesão ou ‘nivelamento’ do movimento, no âmbito do *Baltimore Algebra Project* foram as ações diretas continuadas que, a despeito de seu processo decisório por votação e de sua constituição inicial hierarquizada, na forma de programa, transformou-os em grupo de afinidade, estreitando seus laços coletivos a ponto de não ser preciso votação para o desenvolvimento das ações. Aqui a dinâmica do grupo de afinidade (que implica a condução contínua de ações diretas pelo grupo) transformou as relações do programa-movimento.

7.1.3- A Ação Direta

Nesta seção, aborda-se a importância da ação direta na atuação do MPL e do BAP e a maneira como a sua prática engendrou dinâmicas específicas em cada movimento.

O *Algebra Project*, como visto, surge como um programa institucionalizado que, partindo de uma concepção de sociedade do conhecimento, centra a importância de sua ação na disseminação desse conhecimento (especialmente a matemática), como forma de inserção igualitária dos *african-americans* na sociedade estadunidense. Embora orientado para uma atuação como programa de tutoria, o AP também visa uma ação política ao despertar nos jovens negros americanos a necessidade de se organizar politicamente e lutar contra as desigualdades de que são alvo, a partir do que considera um mecanismo essencial a essa superação.

Será, entretanto, em função de um motivo concreto (a falta de verbas para o programa, ocasionada pela crise fiscal que se abateu sobre Baltimore) que se desencadearão os protestos promovidos pelo BAP, levando o grupo de tutoria a se

mobilizar e manifestar com o uso de diferentes tipos de ações diretas. Esse processo conduziu o *Baltimore Algebra Project* a se orientar para uma atuação cada vez mais radical, o que lhe concedeu características bastante peculiares em relação aos demais núcleos do programa naquele momento. Ou seja, o BAP parte de um programa e ação política pautados pelo acesso ao conhecimento e, por meio da utilização frequente da ação direta, configura-se como um movimento social com características radicais. Já no Movimento Passe Livre, as mobilizações de rua inspiraram a constituição do movimento, da mesma forma que a utilização de ações diretas arrojadas (associadas a princípios descentralizados de organização) fizeram o movimento vivenciar intensos momentos de luta logo no início de sua atuação local.

Mais tarde, o MPL entrou em uma ‘crise existencial’ promovida, entre outros fatores, pela percepção da restrição ou fragilidade da pauta em torno do passe livre, levando-o a refletir sobre o que passou a chamar de sua ‘proposta de direito à cidade’ (trajetória também compartilhada por outros coletivos como o de Florianópolis ou São Paulo). Nesse processo, suas dimensões, que já vinham em processo de drástica redução, estreitaram-se ainda mais, levando o grupo, por um longo período, a lutar contra o que considerava uma apatia do movimento e refletir sobre isso. Muitas razões foram então apontadas, entre elas o fato de que, ao iniciar os estudos sobre o direito à cidade, o movimento perdera sua característica de ação (direta) e se burocratizara. Uma das justificativas apresentadas era o fato de que, após conseguir uma vitória – o estabelecimento do passe livre por lei –, a população teria se desmobilizado em relação à causa, com repercussão sobre os ativistas. Essa alegação, entretanto, não encontrava ressonância nos fatos. Assim, uma das razões que pareceu mais plausível para vários militantes do MPL foi o fato de que, ao deixar de realizar atos de rua, ou ações diretas, o movimento perdera uma de suas principais características que atraía e mobilizava os jovens. A par desse fato, a cidade apresentava várias alternativas de movimentos autônomos, o que permitia a circulação dos ativistas, conforme o interesse do momento (em consonância com a característica vigente na sociedade contemporânea de consumo, que disponibiliza para as escolhas individuais uma grande quantidade de produtos alternativos).

Ao fim e ao cabo, muitos meses após discutir a matéria e refletir sobre tais dilemas e após atuação no movimento que levou à queda do governador Arruda, os ativistas do MPL pareceram fechar mais um ciclo de questionamentos e elaboraram de forma diferente o processo que atravessaram: passaram a enxergar na ação direta um

conceito mais amplo que contempla não só as ações de rua, mas também o fato de os ativistas decidirem suas próprias vidas e constituírem um conhecimento com o qual trabalham, mediante o qual compreendem a realidade e nela intervêm. Com essa nova ótica, a produção do conhecimento e as ações de rua foram integradas sob o mesmo conceito da ação direta, o que ampliou significativamente seu espectro de influência, semelhante à compreensão adotada pela anarquista Voltairine de Cleyre: “Qualquer pessoa que pensou alguma vez que teria um direito a afirmar e foi orgulhosa e o afirmou por si mesma ou unida a outras que partilhavam suas convicções praticava a ação direta” (Cleyre, apud Corrêa, 2004).

Tem-se, portanto, no caso do MPL – pelo menos em relação a um determinado intervalo de tempo de sua atuação – um percurso invertido ao que ocorreu com o *Baltimore Algebra Project*. O MPL se vincula de imediato às ações diretas de rua, o que gera uma grande visibilidade e participação em seu âmbito. Mas, buscando uma consistência teórica – ou a constituição de um conhecimento que sustentasse sua atuação a longo prazo –, o MPL passou a vivenciar o que considerou naquele momento uma espécie de burocratização do movimento. No contraste entre os dois processos vivenciados pelos movimentos alvo deste estudo, o elemento que sobressai é o papel das ações diretas de rua continuamente praticadas e a relação paralela dos movimentos com um conhecimento constituído/em constituição.

A importância da ação direta é exaltada por inúmeros ativistas e autores, como já observado em capítulo anterior. Sua implementação está em oposição às relações mediadas pelo Estado e instituições e, por consequência, às relações hierárquicas e de representação que caracterizam tais instâncias. Do ponto de vista de Walter (2000):

Os anarquistas (...) são partidários da ação direta em todos os momentos; vêem nela a ação natural e a ação que se reforça a si mesma e aumenta à medida que utilizam; a ação que pode ser empregada para criar e dar vida a uma sociedade livre (2000:88).

É interessante observar que, tanto no caso do BAP quanto no do MPL, a contínua realização de ações diretas de rua conduziu a uma dinâmica de ação radical dos movimentos, mesmo que, no primeiro caso, não fosse exatamente esse o objetivo inicial do grupo. De fato, a prática da ação direta parece trazer em si mesma um efeito sobre os ativistas muitas vezes ressaltado por eles próprios ou por alguns teóricos da ação social. Segundo Graeber, os anarquistas costumam definir o processo em que as pessoas apreendem o sentido das ações diretas como ‘contaminação’: “a premissa é baseada na suposição de que a experiência da liberdade é infecciosa: qualquer pessoa que toma

parte numa ação direta é possivelmente transformada pela experiência e passa a querer mais” (no prelo: 147).

Pode-se perceber, portanto, que o efeito da realização de ações diretas sobre aqueles que as desenvolvem é similar ao da ocupação para os ocupantes que, segundo visto, também constitui uma ação direta. Tudo isso reporta ao aspecto ritual dessas ações que, sem reduzi-las a uma questão meramente simbólica, aponta a experiência transformadora e ‘contaminadora’ que proporcionam.

É importante refletir sobre a existência de certa contraposição entre o ato de pensar/construir intelectualmente um movimento social – ou um conhecimento radical a partir do qual o movimento pretende atuar na sociedade – e a alegria, a emoção, a tensão e a espontaneidade que o movimento desperta nas pessoas, em seus momentos mais exaltados de ações (diretas) de rua. Algo que levaria a uma oposição entre ‘intelectualização x paixão’ ou ‘conhecimento x emoção’. Essa perspectiva é adotada por inúmeros autores mais próximos ao marxismo (entre outros) que vinculam à prática da ação direta a noção de uma ação essencialmente irrefletida (ou até irracional) forjada por uma ‘vontade soreliana’ (ou neitzschiana), portanto refratária a qualquer tipo de representação política parlamentar. Essa percepção pode ser exemplificada pelo comentário de Munck a respeito dos movimentos anti-alter-globalização, em geral, e de Seattle, em particular:

O sentimento vagamente anarquista que tem se alastrado em muitos dos movimentos certamente conduz a uma priorização da ação direta e o poder da vontade é considerado supremo. Como com Sorel, não haveria um mínimo cuidado com o que Laclau e Moufe chamam de ‘a quietude da ortodoxia’ (Laclau e Moufe, 1985:39). É apenas através da ação que a identidade política pode ser forjada para essa corrente [de movimentos] e a palavra chave ‘ação’ (pense até no ativismo de ONGs como o Greenpeace) é o caminho privilegiado para confrontar a globalização. (Munck, <http://www.theglobalsítio.ac.uk/press/401munck.htm>, em 18/6/2010)

Com uma visão distinta, Collins (2001) sugere, partindo de uma abordagem ritual, que, no centro de um movimento social altamente mobilizado, está o que Durkheim (1995[1912]) denominaria ‘efervescência coletiva’ e/ou ‘densidade moral’ e que o autor chama de ‘alta densidade ritual’. Do ponto de vista de Collins, os ingredientes para atingir tal densidade seriam: i) o fato de o movimento aglutinar fisicamente as pessoas, concedendo um sentido de copresença corporal; ii) nessa ‘reunião’ haver um foco compartilhado de atenção obtido pelo exercício continuado e conjunto de cantos e gestuais; iii) o foco de atenção transformar-se em um foco mútuo de atenção em que cada participante se tornaria consciente da presença do outro. Para o

autor, o último processo seria crucial para criar o que Durkheim chama de ‘consciência coletiva’, fundindo cognição e moral.

Collins afirma que, a depender da extensão desses ingredientes, várias consequências poderiam se desenrolar: i) a criação de sentimentos de solidariedade no grupo; ii) a geração de uma ‘energia emocional’ entre os participantes do grupo; iii) o compartilhamento de símbolos contendo a memória da participação coletiva que, por sua vez, conectaria os indivíduos, mesmo quando estão ausentes do grupo; iv) a construção de um padrão próprio de certo e errado ou um sentimento de moralidade, decorrentes da solidariedade gerada no grupo. De acordo com o autor:

Se o processo ritual aumenta o bastante para gerar ocasiões exitosas de geração de comprometimento, todo movimento social e seus participantes experimentarão um processo de geração coletiva de energia emocional. O grau de efemeridade ou internalização e o foco cognitivo em tons emocionais particulares, e, portanto, em objetivos e metas, caracterizam diferentes tipos de movimentos sociais e diferentes perfis de participação em cada um desses movimentos (2001:30).

Essas observações parecem servir perfeitamente para explicar a experiência da ação direta para os ativistas do MPL e do BAP e o tipo de participação que esses ativistas constroem em seus respectivos movimentos. Alguns comentários de integrantes desses movimentos:

“Em época de manifestação, é manifestação, manifestação! Até porque é um vício, é maravilhoso! A ponto de você andar na rua e pensar: ‘saudade de fechar uma rua...’ e todo mundo que é do MPL, na hora de atravessar uma rua, fazer a piadinha: ‘vamos fechar a rua!’... que as pessoas não aguentam mais... (risos...)” (ativista do MPL em 2007).

“Nós temos sido tão radicais que bloqueamos uma das maiores vias da cidade! Foi um protesto não violento... na Nona Avenida... o que também fechou uma de nossas maiores ruas internas devido ao nosso bloqueio!...” (ativista do BAP).

“houve inúmeras ações nas quais fomos a um lugar e protestamos... Tivemos esse momento que causa uma grande cena, os estudantes caindo como mortos, simbolizando os jovens que estão sendo mortos por causa dessa educação ineficiente (...) e, você sabe, pessoas morrendo, caindo (...), e algumas vezes gritando... teatro de rua... em uma de nossas ações tivemos um julgamento da educação em Maryland e do Governador e, basicamente, nós os estávamos julgando pela morte de estudantes. As pessoas começam a fazer conexões quando vêem isso” (ativista do BAP).

“(...) O que eu sou depois do MPL? Outra pessoa. Não sei como as pessoas conseguem se sentir bem, como as pessoas podem ser felizes sem saber o que é fechar o eixão! Como elas conseguem se sentir bem sem ter a experiência de liberdade e força mesmo, porque é “caramba, tamo fechando a rua e é muita gente e eu sei que sozinha eu não faria isso...” Eu sei que nós somos pessoas acreditando nessas coisas... pra mim, isso é f...” (ativista do MPL, em 2007).

A importância da ação direta de rua, vista como uma ação ritualizada e transformadora, manifesta-se na geração de uma coesão coletiva baseada na experiência catárquica e no sentido de tornar-se agente de uma transformação, ou seja, na produção de uma energia emocional. A sensação de tomar parte na transformação da realidade

sem instâncias intermediárias torna-se um acontecimento empoderador, principalmente se se considerar que as instâncias de decisão e participação na sociedade contemporânea encontram-se cada vez mais distanciadas e inacessíveis aos indivíduos e/ou coletividades não institucionalizados. Isso parece ter ainda maior importância na medida em que se trata, como em ambos os casos desta pesquisa, de movimentos integrados por jovens, ou seja, por aqueles aos quais a sociedade outorga pouco ou nenhum poder.

Em sentido similar, Katsiaficas propõe a noção do ‘efeito de Eros’ para demarcar o poder que emerge de momentos de rebelião/insurgência (como as ocorridas em inúmeros países em maio/68, entre muitas outras), quando centenas ou milhares de pessoas se unem para confrontar uma ordem/sociedade estabelecida:

Nesses momentos de ‘efeitos de eros’ estamos falando de muitas pessoas, milhares de pessoas, agindo juntas e criando novos valores e normas. Assim, essa relação entre seres humanos tem uma qualidade muito diferente. Esses momentos são considerados pelos sociólogos *mainstream* como momentos de loucura. Mas quando a gente olha para eles do ponto de vista das pessoas comuns, esses são momentos de liberdade, de liberação, quando líderes ou ditadores são incapazes de controlar o amor das pessoas entre si. Essencialmente, esses momentos de ‘efeito de eros’ indicam que as pessoas comuns, agindo juntas, têm uma inteligência muito maior do que as elites que governam o mundo. Pessoas comuns agindo juntas, por exemplo, não deixam que alguns passem fome quando outros comem (<http://video.google.com/videoplay?docid=240945485861016019&hl=en#>, em 3/6/2010).

Por outro lado, é importante notar que a ‘pausa para reflexão e construção do conhecimento’ ocorrida no âmbito do MPL durante o período de 2007/8 também significou a geração/canalização de uma energia emocional do movimento para uma atividade distinta, implicando uma postura de confronto com noções/conhecimentos disponíveis na sociedade/academia. Esse processo poderia ser mais bem compreendido pelo que Collins observa, quando trata da criatividade intelectual, em ‘movimentos intelectuais’. No caso, o autor se refere a um trabalho anterior de sua autoria sobre a vida intelectual dos filósofos (Collins, 1998):

As dinâmicas emocionais são centrais no sentido de que elas energizam o processo de formulação de novas idéias, sobretudo, novas idéias são moldadas para se opor às idéias de posições rivais e assim são conduzidas sobre a dinâmica polarizadora do conflito (2001: 37).

Naquele momento, portanto, o MPL empregou sua energia emocional para criar e estabelecer a sua própria versão teórica dos fatos, em contraposição às noções vigentes na sociedade, o que o afastou temporariamente da energia das ações diretas de rua, gerando para muitos a impressão de extinção do movimento. É possível perceber que tais momentos constituem um desafio para movimentos sociais, principalmente os autônomos (e/ou aqueles voltados para ações específicas), se se considerar que não contam com uma estrutura fixa na qual possam se apoiar para garantir sua sobrevivência

tanto prática quanto teórica. No caso exposto no capítulo V, concernente ao *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), justamente no instante em que o movimento precisou parar para reelaborar suas metas de ação em termos amplos – quando considerou que a ação voltada para o registro de eleitores havia se esgotado – ele entrou em uma crise que findou por esfacelá-lo. Nesse percurso (com características bem peculiares relacionadas à luta racial estadunidense), como relatou Polletta (2004), o grupo acabou por culpar os processos descentralizados de decisão/ação vigentes no movimento. No MPL, a crise que ocasionou a interrupção para reflexão, além de questões relacionadas à aprovação do passe livre pelo governo Arruda, levou-o a questionar, por algum período, a efetividade de seus métodos baseados na ação direta. Mas seu processo reflexivo associado a uma ação sintonizada com as questões locais (ocupação da Reitoria da UnB e Movimento Fora Arruda e toda Máfia) – que vieram, inclusive, a envolver em seu âmago a questão do passe livre, então estabelecido por lei – conduziram-no a uma superação gradativa dessa posição.

Como toda experiência ritual, a ação direta também propicia uma experiência cognitiva ou acesso a um conhecimento. No caso do BAP, mesmo partindo de uma percepção política em que o conhecimento se apresentava como um aspecto central, o grupo também ampliou suas perspectivas de luta ao ingressar na mobilização direta de rua. Passou a identificar a importância da conjugação de esforços com outros movimentos/organizações e a abranger, em suas reivindicações, questões como a extensão do horário do transporte público gratuito dos estudantes. Nesse movimento (de radicalização de ações e prática de ações diretas), os ativistas de Baltimore perceberam como uma infinidade de aspectos se relaciona, compondo um quadro que interfere na configuração final do acesso do estudante negro em igualdade de condições aos brancos (e/ou ricos) e como a educação se constitui em elemento central para a superação de inúmeros outros problemas. Também, a partir do desenvolvimento de ações radicais, o BAP passou a reformular suas reivindicações na cidade em termos do financiamento estatal integral para o sistema educacional, a considerar a possibilidade de montar uma estrutura (o *X Party*) com a qual pudesse contar para organizar os estudantes nas escolas de Baltimore e voltou-se para o estabelecimento de uma conexão de amplitude nacional na luta pela educação. Portanto, a experiência das ações diretas (de rua) e a energia emocional que emergiu dessas ações conduziram a uma ampliação dos horizontes de luta do *Algebra Project*, em Baltimore.

As ações diretas propiciaram ao MPL, a partir do contato com a liberdade e a autonomia de luta, a energia emocional que o impulsionou rumo à criação de um conhecimento próprio, também autônomo, no qual passou a apoiar o desenvolvimento de suas ações. Ou seja, uma relação dialética e de retroalimentação entre a ação direta que gera o conhecimento e aquela que recria a efervescência de rua, infundindo novas energias emocionais e revitalizando o movimento. Pode-se dizer, assim, que houve a integração, no mesmo conceito, de aspectos cognoscíveis e racionais (também movidos por energia emocional) com aqueles voltados para as emoções/paixões despertadas pela ação direta de rua. Entretanto, é importante ressaltar que a obtenção de um equilíbrio entre as energias provindas das ações diretas de rua e aquelas provindas da ação direta que elabora intelectualmente o movimento, ampliando e alimentando seus horizontes de luta, parece ser um dos grandes desafios dos movimentos sociais em geral e dos pautados pela ação direta e autonomia em especial.

Assim, o processo aqui relatado coloca em cheque a pretendida oposição entre a ação política baseada na ação direta (ou em um suposto espontaneísmo ‘fundado em uma vontade soreliana’) e a construção de uma ação política baseada numa racionalidade – ou ‘a política como um todo’, como prefere Munck⁹¹, uma vez que integra a ação e a reflexão em uma prática política fundada na ação direta. Sob outro ângulo, esse processo remete, exemplarmente, ao que Castoriadis (2007[1982]) enuncia:

A práxis é uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez: mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar. (...) Ela se apóia sobre um saber, mas este é sempre fragmentário e provisório. Fragmentário, porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história; provisório, porque a própria práxis faz surgir constantemente um novo saber, porque ela faz o mundo falar numa linguagem ao mesmo tempo singular e universal. É por isso que suas relações com a teoria, a verdadeira teoria corretamente concebida, são infinitamente mais íntimas e mais profundas do que qualquer outra técnica ou prática. (...) a teoria não pode ser dada previamente, pois ela emerge constantemente da própria atividade (2007:95).

Esse texto, por sua vez, reporta ao próximo item, que consiste exatamente no delineamento do conhecimento articulado e constituído pelos movimentos sociais, a partir de sua prática na sociedade.

⁹¹ <http://www.theglobalsitio.ac.uk/press/401munck.htm>, em 16/6/2010.

7.2 - Tema Englobante: a construção da crítica à sociedade a partir do ativismo em uma causa específica

Tanto o MPL quanto o BAP se constituem como movimentos sociais na luta por um serviço que consideram central para a sociedade. A luta por serviços essenciais poderia ser vista, segundo sugere Gohn, como uma luta por “equipamentos coletivos básicos”: “Ou seja, necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares. Não há nada de modernidade nessas lutas” (2006:229).

Entretanto, detendo-se na forma como esses movimentos elaboram suas demandas, é possível observar como elas são inseridas em um contexto contemporâneo, com características peculiares. Uma delas é o fato de delinearem uma perspectiva globalizante da sociedade em que vivem. Por *perspectiva globalizante* entende-se a construção de uma visão crítica da sociedade como um todo a partir do tema específico que define a pauta de luta do movimento.

No caso do MPL, a elaboração da proposta de ‘direito à cidade’, como visto no item 3.6, é o melhor exemplo dessa perspectiva construída coletivamente. Nela o transporte é colocado no centro de uma abordagem segundo a qual o acesso à cidade é um direito inalienável do sujeito urbano. É na cidade que se materializam as necessidades, as benesses, as possibilidades de realização e as restrições a essas mesmas possibilidades de vida da (pós)modernidade. A cidade constitui um universo cada vez mais amplo e disperso territorialmente (tendendo à formação de metrópolis ou megalópolis) e dispõe de uma lógica de apresentação e acesso a seus bens, bem como de circulação de bens e pessoas muito atrelada à lógica do capital (Harvey, 2008), acoplando-se a outras lógicas excludentes e opressivas como o racismo, o machismo, o especismo etc. Essas lógicas combinadas reafirmam e acentuam as inúmeras diferenças e opressões existentes na sociedade. E quanto mais se acumulam diferenças e opressões, mais impedimentos ao pleno acesso aos bens disponíveis na cidade se formam.

Com essa perspectiva globalizante, o MPL-DF destrincha, na história da consolidação de Brasília, os sentidos que foram sendo gradativamente impressos a partir de sua constituição como capital da república. O projeto delineado a partir de uma concepção que previa a convivência mais igualitária entre seus habitantes (‘onde o ministro e seu motorista poderiam morar na mesma superquadra’, como reza o ‘mito de criação’ da cidade) vai se amoldando às condições reais que vigoram na cidade e no

país e sendo moldado por elas, além de apresentar algumas especificidades como a tremenda especulação imobiliária que caracteriza a cidade, transformando-a em um dos locais mais caros e socialmente desiguais do Brasil. É esse movimento que o MPL detecta e ilumina, ressaltando o processo de crescente afastamento da população de baixa renda e majoritariamente negra – a classe que serve aos que habitam o Plano Piloto e regiões nobres da cidade – em cada vez mais distantes cidades (satélites), que ficam mais negras à medida que se afastam do centro – ou Plano Piloto. As opressões de gênero são também percebidas nesse contexto, uma vez que mulheres e homo-transsexuais têm seus direitos de circulação limitados por ameaças à sua segurança quer devido ao machismo circundante quer ao poder público, especialmente o policial, que cerceia sua movimentação em determinados locais/horários. Esse processo o MPL identifica e conecta à existência de um sistema de transporte necessariamente ruim (escasso, cheio, restrito, em péssimas condições de funcionamento e orientado para funcionar durante o dia), como forma de fechar o círculo da segregação social.

Ter acesso a um transporte público de qualidade e gratuito (ou universalizado, mediante o pagamento de impostos proporcionais) significaria gerar acesso, de uma forma mais igualitária, aos demais direitos sociais considerados essenciais à plena realização do cidadão clássico (como saúde, educação, cultura etc.) e àqueles considerados pertinentes ao cidadão da pós-modernidade (como igualdade em termos de gênero, opção sexual, raça etc.). Como também se viu anteriormente, é pela garantia do transporte coletivo e o reforço à utilização de transportes alternativos em detrimento do transporte individual – o carro – que se busca solucionar outros problemas no que se refere ao meio ambiente: o grande dispêndio energético e o efeito poluidor de seu uso quase exclusivo e massivo por pessoas das camadas médias e altas da sociedade brasileira.

O BAP, por sua vez, identifica no acesso à educação de qualidade a forma de condução ao trabalho baseado no conhecimento e, por conseguinte, a forma de ingresso na sociedade do conhecimento. Essa sociedade consistiria na forma mais bem acabada da contemporaneidade, na qual o conhecimento comanda os principais processos sociais, da acumulação do capital à reafirmação das disparidades sociais – inclusive a discriminação racial. Igualar as possibilidades de acesso a uma educação de qualidade – tanto na cidade quanto na área rural – significaria a criação de oportunidades iguais para negros e brancos alcançarem posições equivalentes na sociedade, golpeando, assim, mais um mecanismo a serviço da discriminação racial no país, a exemplo do que

ocorreu, cinquenta anos atrás, com as lutas pelos direitos civis: “Demandar direitos educacionais requer coragem frente ao terror. Mas hoje isto requer um tipo de coragem diferente daquela dos anos 1960s. Não é uma coragem física, é uma coragem intelectual e baseada no conhecimento” (Moses, 2009: 379).

Alguns depoimentos dos integrantes do BAP, por sua vez, mostram a emergência de uma ‘visão englobante’ em diferentes aspectos/direções. É interessante observar que, sendo o *Baltimore Algebra Project* um núcleo que compõe o programa mais amplo do *Algebra Project*, vários desses processos podem atravessar as reflexões realizadas no âmbito do programa, algumas vezes se projetando para além delas. Isso poderia ser compreendido pela peculiar trajetória percorrida pelo BAP baseada na ação direta, como já foi aqui ressaltado, que veio a gerar um esforço adicional de (alguns de) seus integrantes para constituir suas próprias perspectivas, dando conta do movimento do qual fazem parte, em Baltimore.

De fato, é possível perceber – como já foi feito –, tanto a partir do exame de textos do criador do AP como de sua trajetória política, que as concepções de Bob Moses são constituídas em um sentido mais reformista da inserção igualitária da comunidade negra nos EUA, ou seja, numa configuração próxima de movimento identitário ou movimento por demandas, sem um questionamento mais amplo da sociedade americana em termos de seu regime econômico, sua relação com o meio ambiente etc. Os depoimentos de alguns dos membros do BAP, contudo, podem apontar reflexões em outras direções:

Então, se você pensa no capitalismo (porque eu odeio o capitalismo, com paixão. E digo isso com um sorriso na face...)... eu estava sempre pensando sobre isso: educação de qualidade... educação de qualidade... direito constitucional. Mas quando você pensa sobre essa demanda **você não pode ter capitalismo e educação de qualidade, eles não podem coexistir**, porque, você sabe, no capitalismo você precisa da ponta final do espectro, pessoas pobres, você precisa de um monte de pessoas pobres, você sabe, pra fazer o capitalismo funcionar. Assim, demandar educação de qualidade é realmente algo, algo que realmente deve ser discutido, e isso se relaciona com a economia.... e nós precisamos de um novo sistema econômico. *Yeah...* (depoimento de Chris).

Ou:

(...) Bem, ele [um colega do BAP] foi assaltado e ele é um símbolo, você sabe, do que está acontecendo em Baltimore. **Uma série de coisas como essas caem na categoria de não se ter uma educação de qualidade.** (Ace)

Ou seja, posta a educação de qualidade no centro do sistema, alguns dos integrantes do BAP percebem como ela alimenta as engrenagens que conduzem às desigualdades na sociedade capitalista. Outro aspecto que surge desses depoimentos é a

visão da luta pela educação como uma estratégia de aglutinação de forças, algo que lembra a escolha do transporte e do passe livre, nas primeiras reuniões da Convergência de Grupos Autônomos (CGA), como objeto das lutas autônomas em Brasília, por ser um tema que, dada a sua precariedade na sociedade brasileira, já mobilizava historicamente paixões e revolta. Em ambos os casos, é possível perceber como se elege um aspecto da sociedade no qual se centra a luta política e, a partir disso, amplia-se cada vez mais o foco:

Uma série de questões estão ligadas à educação. Pois eu me lembro que há uns anos atrás eu estava pensando: a educação é a principal coisa? **Porque isso é mais uma questão de estratégia do que ‘isso é a única coisa pela qual nos preocupamos’, você sabe. Assim, nós podemos centrar um monte de energia na educação.** Eu acredito que, você sabe, se você tem uma sociedade educada, nós provavelmente **não teríamos os problemas ambientais** que temos. (...) Assim, com uma educação adequada, nós poderíamos **ter uma vida melhor no mundo, você sabe, pacífica, com animais...** e pessoas. (...) Eu realmente pensei sobre isso... a educação pode também... quão saudável é a comida [que comemos]? O que há na comida que comemos? Há alguma coisa nessa comida que pode levar à nossa destruição? Assim, há várias questões e **eu penso que a educação seja uma parte grande disso** (Chris).

Há, como se pode constatar, um intuito deliberado do *Algebra Project* e de integrantes do BAP de refletir sobre o tema e relacionar a questão da educação com os diferentes aspectos da sociedade. Enquanto no *Algebra Project* essa perspectiva é delineada a partir da geração de condições de acesso à sociedade do conhecimento – e às suas benesses – por parte da comunidade negra, no âmbito do BAP, essa perspectiva se articula, eventualmente (a depender do ativista), com uma visão em que a lógica do capitalismo é também criticada. Assim, embora a construção dessa ‘visão englobante’ não se dê de forma tão articulada no BAP como se dá no MPL, é possível perceber que, no caso do *Algebra Project*, a construção dessa ‘visão englobante’ dá-se no contexto de uma luta identitária cujos limites encontram-se circunscritos ao território americano. No que se refere ao núcleo de Baltimore, é possível delinear uma percepção que eventualmente considera (a depender do ativista) o sistema capitalista como uma causa das opressões sofridas, bem como vislumbrar o fato de que, na visão do grupo, a luta pela educação pode repercutir numa mudança mais ampla nessa sociedade, mudança que pode atingir, no limite, o próprio sistema econômico capitalista.

Pode-se, assim, perceber que as perspectivas dos dois movimentos sociais são elaborações desenvolvidas a partir do *background*, das condições históricas e sociais e das inspirações específicas de cada um, situando-os em universos distintos. Mas a forma como inserem, em um contexto mais amplo, suas lutas ‘por uma questão pontual/identitária’ redimensiona a própria noção da ‘especificidade’ dessas lutas.

7.3 – Relação com o Estado

A relação postulada entre movimentos sociais e Estado constitui uma questão essencial, uma vez que a forma assumida por essa relação dirá muito das características do movimento: de sua ênfase reivindicativa em demandas ou uma abordagem mais ‘marxista’ da tomada e constituição do Estado, ou, ainda, uma perspectiva mais anarquista/autonomista que busca uma auto-organização comunitária em confronto com as estruturas estatais. Há, também, a relação empreendida entre organizações não governamentais (ONGs) e o Estado, caracterizada frequentemente por uma parceria e uma maior imbricação de fronteiras. Na prática, entretanto, esses limites podem diluir-se e embaçar-se a ponto de, algumas vezes, tornar-se praticamente indistinguíveis. Para Laclau (1994), existem correntes que circulam entre as esferas dos movimentos e do Estado, “tornando ilusória a idéia de um confronto ou mesmo de uma delimitação entre as duas [esferas] como entidades totalmente autônomas” (1994: 45, apud Slater, 2000: 514). Entretanto, não é possível desdenhar a forma como os movimentos sociais pensam sobre sua ação e a articulam em um contexto no qual o Estado constitui um ator essencial, não podendo ser, portanto, ignorado. Essa forma dirá muito de como esses movimentos se situam no campo da ação social.

O *Baltimore Algebra Project* e o Movimento Passe Livre, ao lutarem pelo reconhecimento e estabelecimento de direitos que consideram essenciais para sua sociedade, fazem-no recorrendo a uma relação com o Estado. Entretanto, tais relações apresentam aspectos diferenciados entre si, com estreita vinculação com (entre outros fatores) a perspectiva adotada pelos movimentos, bem como com especificidades que caracterizam a estrutura estatal em cada um dos países. Cabe examinar cada um dos movimentos para observar como se dá tal relação.

Para lutar por suas bandeiras, o MPL se pauta, como visto, por uma prática baseada em ações diretas, uma forma de ação que não considera o Estado. Quando se trata de pedir autorização para manifestar-se ou para estabelecer diálogo ou negociações sobre suas demandas, o movimento procura sempre se orientar preferencialmente para a sociedade, em geral, ou para outros movimentos sociais. Mas não é possível ignorar a relação com o Estado que permeia a ação do MPL, uma vez que suas propostas de passe livre e tarifa zero dependem do financiamento estatal. De acordo com uma ativista do MPL:

O problema aparece quando estamos construindo nossas teorias ou teorizando nossas ações. (...) Quando a gente lutava apenas pelo passe livre estudantil, a gente foi muitas vezes questionado quanto a isso. E o que consensuamos é que não deveríamos fazer a demanda do passe livre aos empresários, porque financiar o passe livre com o lucro dos empresários pressupõe que esse lucro vai sempre existir. Como somos anti-capitalistas, chegamos à conclusão de que o Estado faria melhor o papel, na medida em que poderia quebrar a lógica de lucro do sistema, passando a torná-lo um direito do cidadão. Assim, e ainda considerando que o Estado poderia ser mais influenciado pela sociedade, esse seria um passo para que depois a sociedade se mobilizasse e passasse a ter mais controle do sistema de transporte (depoimento de uma ativista do MPL).

Como pode ser observado, a necessidade de se relacionar com o Estado está presente tanto na proposta do passe livre como na da tarifa zero, e sua ação é essencial para que ambas se concretizem. Do ponto de vista da mesma ativista, essa seria uma das consequências das lutas reivindicativas: ao fazer exigências a uma instância/instituição, poder-se-ia estar ‘atualizando’ ou fornecendo elementos para fortalecer instituições cuja existência o movimento não quer, necessariamente, manter ou preservar. Esse dilema acabaria por recair na histórica e não resolvida polêmica entre o que constitui e/ou se considera ‘reforma’ ou ‘revolução’, da qual tantos militantes e/ou autores participaram, como Rosa de Luxemburgo ou Marcuse. Esse diálogo entre ativistas pode ilustrar o processo:

-A idéia que a gente tinha de conquistar o passe livre (...) era hiper-idealizada, fazer lutas e tal... e, não... [o passe livre] veio com uma proposta do governo [Arruda] de supetão (um ativista do MPL).

- [Esse] é um dilema que a gente vive, que faz parte das críticas que a gente recebe, que é por que o MPL sempre sofreu essa crítica do movimento de esquerda mais tradicional, né?... que é meio assim: ‘ah, vocês têm uma pauta aí, nada a ver, que é reformista, por que ela é muito pequena, então ela não é revolucionária’. **O nosso argumento para não ser assim é que esse processo ia ser construído por meio da ação direta e, que isso ia mudar o imaginário das pessoas**, e tal. O fato é que hoje ele não foi construído diretamente pela ação direta, porque... **tem um histórico de ação direta nisso, que é o que torna essa pauta uma pauta possível, também...** Mas não foi só a gente [falando do passe livre concedido pelo Arruda]. (...) não foi dentro do processo idealizado que a gente tinha, que a gente ia estar na rua, fechar a Câmara, sequestrar o embaixador (risos)... sei lá... fazer coisas mais assim, pressionar e o governo seria forçado a aceitar o que a gente estava falando por que ‘o poder do povo é fazer um mundo novo’, essas coisas (uma ativista do MPL).

A concepção desses ativistas do MPL parece ir ao encontro do que Malatesta professa em seus “Escritos Revolucionários” (1903):

Toda vez que a autoridade é enfraquecida, toda vez que uma grande parcela de liberdade é conquistada e não mendigada, é um progresso rumo à anarquia. (...) Não podemos, no momento, abolir a propriedade individual; não podemos, neste instante, dispor dos meios de produção necessários para trabalhar livremente; talvez ainda não possamos quando de um próximo movimento insurrecional; mas isto não nos impede, a partir de hoje, assim como não nos impedirá, amanhã, de combater continuamente o capitalismo. Toda vitória, por menor que seja, dos trabalhadores contra o patronato, todo esforço contra a exploração, toda parcela de riqueza subtraída aos proprietários e posta à disposição de todos, será um progresso, um passo rumo à anarquia. Assim, também, será um progresso todo fato que tenda a aumentar as exigências dos operários e a dar mais atividade à luta, todas as vezes que pudermos encarar o que tivermos ganhado, como uma vitória sobre o inimigo, não como uma concessão à qual deveríamos ser

agradecidos; toda vez que afirmamos nossa vontade de tomar pela força, aos proprietários, os direitos que, protegidos pelo governo, subtraíram dos trabalhadores (<http://www.culturabrasil.pro.br/zip/malatesta.pdf>, em 04/06/2010).

Mesmo reconhecendo que Malatesta se enquadra melhor entre os ‘homens de ação’ de que fala Graeber (2004) do que entre os ‘intelectuais’, para o anarquista italiano o que tornaria uma idéia reformista ou não seria a perspectiva que se tem dela. Ou seja, se o objetivo for promover um capitalismo justo ou um melhor funcionamento do Estado, esta seria uma idéia reformista. Na concepção de Malatesta (1903), o proletariado precisaria travar batalhas e vencê-las, pois isso aumentaria sua autoestima, empoderando-o, bem como abriria novas perspectivas de vitórias mais amplas. É claro que apontar a perspectiva como aquilo que define o caráter da idéia ou ação conduz a outros problemas práticos e teóricos. Um deles refere-se ao dilema, como já mencionado, de fazer conquistas de direitos sociais, visando à autonomia da sociedade que, ao serem enfim adotados/incorporados pelo Estado, estariam assegurando sua sobrevivência, ou seja, garantindo a continuidade daquilo que se pretende, na verdade, destruir. Esses comentários de dois ativistas do MPL são ilustrativos a respeito dessa questão:

“Pois é, a gente sabia que não ia mudar as estruturas se a gente fizesse o passe estudantil. A gente já sabia tudo isso. Só que o processo validaria isso e transformaria isso em não reformista. Como esse processo é indireto, porque aí tem a coisa de perceber que os processos históricos não são lineares, isso é uma coisa muito importante de você vê... Você não tem controle sobre ele, nem você, nem o movimento popular, nem o governo. Eu acho que a gente está aprendendo” (depoimento de um militante do MPL).

“O fato de querermos uma sociedade sem Estado e sem capital não quer dizer que já estamos em uma. (...) É como o Castoriadis coloca em um textinho dele sobre autogestão, fazendo a mediação de que uma luta autogestionária opera com uma realidade bem diferente de uma sociedade autogestionária, ou seja: a luta emancipadora constrói a sociedade emancipada, mas ela se desenvolve em meio a condições autoritárias com as quais [se] tem que lidar, com diversas contradições. Já a sociedade propriamente emancipada tem outras contradições a lidar, e desenvolve-se de outra forma então” (comentário escrito por um ativista do MPL, encaminhado via e-mail).

Há, também, a idéia enunciada por Chomsky (2002) sobre a ‘expansão da área da jaula’, à qual ativistas se referem como a ‘teoria da jaula’. De acordo com ela, é necessário ampliar inicialmente a área [de ação] em que as pessoas se encontram restritas (ou a jaula), para, a partir daí, reforçar movimentos e lutas mais eficazes contra o Estado e/ou o capitalismo. O foco aqui também seria a conquista de direitos e o alívio das opressões das pessoas em geral. Essa perspectiva é também alvo de inúmeras

controvérsias, especialmente nos meios anarquistas.⁹² A esse respeito, Chomsky assim se manifesta:

Agora, uma lei por um salário mínimo digno é uma lei. Ela passa por uma organização governamental. Por isso é errado lutar pelo salário mínimo digno? (...) De fato, lutar por esse salário é também um modo de fazer as pessoas entenderem: ‘Olhe, nós podemos vencer. Nós não temos que aceitar o que acontece conosco. Existem formas de agir. Podemos agir juntos e conquistar coisas’. E aí você pode dizer: ‘porque fazemos isso através do governo?’ Isso nos leva à questão das alternativas (...) Elas [as campanhas que têm o governo como interlocutor] são alternativas? Por que não organizá-las simultaneamente com outras ações? (...) Não são escolhas contraditórias, mas formas diferentes de aproximar toda a rede de problemas, utilizando os meios que estão disponíveis a você. E esses meios podem apoiar um ao outro. Você tem uma vitória aqui, volta-se para outra coisa. Essas vitórias podem contribuir para se levar a cabo as lutas dos trabalhadores. Isso faz as pessoas compreenderem que é necessário estarem juntas, identificarem a opressão e então enfrentá-la. Nós vencemos aqui hoje e podemos vencer amanhã em outros lugares. Essas são as dinâmicas da luta social. Eu não creio que seja uma questão de escolha” (2004:169).

Assim, pautando-se por noções que consideram o Estado como um mal a suprimir, o MPL formula suas ações e teorias lidando com a presença deste no cenário político e social. Entretanto, ao propor que tanto o passe livre quanto a tarifa zero sejam financiados pelo Estado, o movimento visualiza como uma das opções a *municipalização* do transporte, que consistiria em uma forma de atenuação do problema. Isso significa que, mesmo estando na esfera estatal, o transporte coletivo e público estaria atrelado a uma instância menor, mais próxima das pessoas e por isso, pelo menos em tese, seria mais fácil construir uma forma de participação e controle popular para sua gestão.

A perspectiva de municipalização dos transportes públicos foi elaborada, como já relatado, em 1989/90, em São Paulo, pelo governo Erundina, quando surgiu a idéia da implantação da tarifa zero.⁹³ Entre os anos 2007/8, foi adotada pelo coletivo do MPL-Florianópolis a partir dos encontros promovidos com o ex-secretário de Transporte de São Paulo Lúcio Grégori, passando também a ser considerada como uma alternativa pelo MPL-DF. No DF, o MPL ainda não chegou a consenso pleno acerca do modelo que deseja propor. Outras possibilidades como a gestão coletiva do transporte por trabalhadores e usuários, sem vinculação com o Estado em qualquer nível, também são consideradas. Este texto de um panfleto do movimento explicita melhor sua posição:

⁹² Sobre a polêmica concernente à ‘área da jaula’, ver debate de Chomsky e Harod (2002), entre outros.

⁹³ Maiores informações concernentes a essa questão, ver artigo de Singer em <http://tarifazero.org/2009/08/04/a-tarifa-zero-e-a-municipalizacao-do-transporte-coletivo-por-paul-singer/>.

Queremos que nós, que usamos o transporte e que trabalhamos nele sejamos as pessoas que decidirão quantas linhas vão para que lugares e a que horas. Queremos o fim da ‘Difícil’⁹⁴. Queremos decidir sobre como funcionará o transporte, essa questão fundamental que afeta nossas vidas, que hoje é decidida por quem anda de helicóptero. Queremos uma cidade onde possamos caminhar, opinar, destruir e construir. Queremos uma cidade de todos, não de poucos, como é hoje. Queremos, e estamos construindo, uma cidade vinda de baixo. (panfleto distribuído em ato do dia 28/5/2010).

É interessante refletir sobre a estrutura estatal brasileira e sua relação com a sociedade em geral. Esse constitui um tema bastante vasto, mas serão apenas pontuados alguns aspectos. A relação do Estado com a sociedade brasileira costuma ser enunciada em termos de centralização e do distanciamento da população ou da ausência de uma cidadania ampliada (cf. Sales, 1994^a, 1994b; Santos, 1979; Carvalho, 2001). De modo geral, o caminho de acesso e participação popular parece estar restrito ao momento das eleições. Esse sistema, que tem sido longamente tratado por inúmeros autores, sob os mais variados aspectos (Da Matta, 1981; Reis e O’Donnel, 1988; Santos, 1993, entre muitos outros), encontraria uma de suas raízes fincadas em traços como o coronelismo, que Nunes Leal (1975) identifica na origem da formação dos municípios no país. Acrescentem-se, nesse cenário, as relações promíscuas entre o público e o privado (Da Matta, 1979, 1981; Kant de Lima, 2001, entre muitos outros), o compadrio e as relações coronelistas com as camadas mais pobres da sociedade.

Embora não haja muita clareza, até o momento, quanto aos termos em que a cogitada municipalização dos transportes públicos ocorreria, ao adotar (parcialmente) a proposta, o MPL-DF visualiza um processo em que o tratamento de uma questão que afeta diretamente a vida cotidiana da população pode ser mais facilmente realizado em uma instância mais próxima – o município ou a localidade –, possibilitando a geração de condições para uma almejada prática autogestionária. Em outras palavras, a municipalização contribuiria para a descentralização do poder mediante o fortalecimento da participação e do controle da população de seu próprio sistema de transportes na esfera local.

No que se refere ao *Baltimore Algebra Project-BAP*, o cenário delineia-se com contornos diferenciados. Como já observado, tratando-se de um movimento-programa, o BAP e o *Algebra Project* (configuração nacional do programa) apresentam, algumas vezes, traços distintivos entre si. Contudo, não se pode negar que as duas instâncias (a local e a nacional) reportam-se ao Estado como o interlocutor por excelência. Assim, o

⁹⁴ Parodiando o nome da agência, formada por empresários do setor de transporte, que distribui atualmente os passes estudantis, cujo nome, Fácil, teria se mostrado inadequado em face dos inúmeros

Algebra Project pauta suas ações por uma pressão direcionada ao Estado como a instância que absorverá a demanda e resolverá o problema. Tome-se como exemplo uma afirmação de seu idealizador:

Neste país, você tem que ganhar a sua insurgência. Você tem que capturar a imaginação das pessoas do governo federal que realmente desejam fechar o hiato entre os nossos ideais e as práticas que toleramos. Este hiato tem existido através de nossa história, e há sempre pessoas tentando fechá-lo (Moses, op.cit. 379).

Essa é uma característica típica do que se convencionou chamar de ‘movimento identitário’ ou ‘movimento por demandas’, que diz muito da trajetória de seu idealizador e do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Entretanto, o que se apresenta como curioso no contraste apresentado diz respeito ao caminho inverso adotado pelo *Algebra Project*: o programa-movimento quer a educação pública de qualidade inserida como garantia constitucional nos Estados Unidos.

Há uma coisa pela qual o *Algebra Project* está pressionando a partir de sua demanda em nível federal, que é ‘educação como um direito constitucional’. Porque nós não temos o direito de educação garantido pela constituição federal, cada estado tem suas próprias questões em educação. E, em Maryland, o estado deve prover um sistema público de escolas, gratuito e eficiente. (...) E o estado tem provado que conduz o sistema escolar de forma falha, um sistema escolar inconstitucional. E, você sabe, isso está errado... Assim, essa demanda por educação de qualidade é uma conversa que precisa ganhar espaço, em cada casa, isso é o que o Dr. Moses diria (depoimento de Chris).

Dessa forma, na percepção do movimento, justamente na descentralização vigente entre os estados americanos, encontra-se um dos obstáculos à democratização (inclusive, e principalmente, racial) de oportunidades na sociedade norte-americana, portanto o que se quer suprimir quando se trata da educação pública no país. Esse objetivo pode ser compreendido no contexto estadunidense.

Já Tocqueville (1998) indicava que os Estados Unidos assumiram a forma de uma federação de estados na qual o poder local (comunal ou dos condados) teria sido preservado.⁹⁵ Assim, embora unidos por uma sintética Constituição Nacional e por fortes princípios de unidade política, os estados que compõem a nação americana apresentariam grande autonomia administrativa, fazendo jus ao seguinte comentário do autor francês:

Já vimos que, nos Estados Unidos, não existia absolutamente centralização administrativa. Achemos ali apenas os vestígios de uma hierarquia. A descentralização foi levada a um grau que

problemas e dificuldades que os estudantes têm tido para obter o passe estudantil.

⁹⁵ Cabe aqui destacar as inúmeras críticas feitas à abordagem tocquevilleana, a exemplo de Skocpol (1996, 1997), que observa que as interpretações do autor seriam, por vezes, enviesadas por sua origem aristocrática e pelo debate e desenvolvimento histórico então existentes em sua terra natal, a França. Entretanto, de acordo com a mesma autora, isso não retiraria o valor de sua obra, especialmente na qualidade de um denso relato etnográfico, com informações importantes.

nenhuma nação européia jamais suportaria (...) Nos Estados Unidos, entretanto, a centralização governamental existe no mais elevado grau (Tocqueville, 1998:74).

Por outro lado, em sua já longa história de lutas, o Movimento por Direitos Civis é considerado, entre as experiências acumuladas pelos movimentos de igualdade racial nos Estados Unidos, um dos que obteve melhores resultados.⁹⁶ No capítulo V, foi visto como o registro de eleitores no sul do país foi elencado como uma das ações estratégicas e primordiais a serem desenvolvidas pelo *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), uma vez que constituía uma das razões que levavam à quase completa ausência/alienação das populações *african-americans* do processo político-eleitoral do país. Parte das lutas travadas pelos (inúmeros) movimentos por direitos civis foram, também, conduzidas no âmbito legal/institucional – incluindo aquelas voltadas para o acesso dos negros a universidades e escolas públicas. Nessas lutas, as instâncias, em nível nacional, do judiciário, legislativo e executivo, quando pressionadas pelos movimentos sociais, tiveram, em várias ocasiões, um papel chancelador da igualdade desses direitos entre brancos e negros.

Portanto, ao considerar a passagem do princípio da educação pública de boa qualidade ao nível da Constituição americana, com financiamento integral do Estado, como parte da solução para o problema da desigualdade de acesso ao conhecimento entre negros e brancos, o *Algebra Project* apoia-se: i) de um lado, em uma tradição de luta que busca a inserção do negro na sociedade, utilizando, entre outros recursos, a pressão no nível institucional/legal que marca a atuação das lutas pelos direitos civis; e ii) de outro, na expectativa de que seja mais fácil resolver questões inconstitucionais com amplitude nacional do que travar a mesma batalha em inúmeros estados administrativamente autônomos.

Parece haver uma contradição que envolve a noção de autonomia, uma vez que um dos movimentos luta e se pauta por sua ampliação, enquanto o outro parece buscar exatamente um limite a essa característica, o que se verifica acentuadamente no plano da organização estatal. Na tentativa de elucidar tal questão, considere-se o conceito de autonomia proposto por Castoriadis (2007).

⁹⁶ No caso, lutas como as travadas pelos *Black Panthers* estão, como exposto no capítulo V, longe de ser consideradas como bem sucedidas pela sociedade estadunidense *mainstream*.

Baseando-se na noção lacaniana de que ‘o inconsciente é o discurso do outro’⁹⁷, Castoriadis considera que a autonomia ocorreria no nível individual, na medida em que o sujeito buscasse o domínio da consciência sobre o inconsciente, num impulso voltado para a substituição do ‘discurso do outro’ que existe em cada indivíduo ou, em outras palavras, “meu discurso deve tomar o lugar do discurso do outro, de um discurso estranho que fala por mim” (2007:124). Seguindo essa direção, o autor contrapõe a autonomia (ou a regulação por si próprio) à heteronomia (ou a regulação pelo outro), a última dada pelo inconsciente:

A característica essencial do discurso do outro, do ponto de vista que aqui interessa, é sua relação com o imaginário. É que, dominado por esse discurso, o sujeito se toma por algo que não é, e para ele os outros e o mundo sofrem uma deformação correspondente. O sujeito não se diz, mas é dito por alguém. Existe, pois, como parte do mundo de um outro (op.cit. 124).

Nesse caso, o sujeito passaria a ser dominado por um imaginário vivido, considerado mais real do que a própria realidade; pois, ao não se dar conta desse fato, a realidade imaginária seria precisamente reforçada por isso. Assim, Castoriadis chama a atenção para a questão de que o essencial em relação à heteronomia no nível individual seria o domínio por um imaginário automatizado, que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo.

Em outras palavras, o problema da autonomia remete imediatamente, identifica-se mesmo, com o problema da relação do sujeito e do outro; que o outro ou os outros não aparecem como obstáculos ou maldição exteriores, mas como constitutivos do sujeito, de seu problema e da sua possível solução (2007:124).

Por outro lado, o autor observa que, para além do discurso do outro, existe algo que o sobrecarrega com um ‘peso inamovível’, o que limita e torna quase inútil a autonomia individual. Trata-se das condições de privação e opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, da economia, do poder, da ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência. O autor conclui:

Nenhuma autonomia individual pode superar as consequências desse estado de coisas, anular os efeitos sobre nossa vida, da estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos. (...) É que a alienação, a heteronomia social, não aparece simplesmente como o discurso do outro (...) mas o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos do mercado’, ou da racionalidade do plano, da lei de alguns, apresentada como lei simplesmente (op.cit. 131).

Ao considerar a opção de uma determinação constitucional em nível nacional, o *Algebra Project* busca suprimir o que de fato lhe parece acarretar um grande obstáculo à equalização das condições entre brancos e negros em diferentes graus, em todo país.

⁹⁷ Para Lacan, esse inconsciente seria constituído por desejos, desígnios, investimentos, exigências e expectativas, enfim, significações de que o sujeito foi objeto desde sua concepção.

Nesse caso, a autonomia estatal existente nos Estados Unidos não promove, necessariamente, a maior participação e controle da sociedade, mas, ao contrário, tende a reproduzir, com formatos mais ou menos específicos – nos condados e ‘comunas’ –, a lógica de concentração econômica e segregação racial acoplada a outras opressões. Essa mesma autonomia administrativa permite que a conhecida *Deep America*, compreendida por regiões encravadas em vários estados do país, como o *Deep South* (Mississippi, Alabama, Tennessee, Georgia, Louisiana) ou ainda em estados como Texas, Florida, Arkansas, Alaska, Utah etc., mantenha características amplamente conservadoras, entre elas, um racismo explícito e exacerbado.

Dessa forma, lutar nos Estados Unidos por um sistema educacional público de qualidade, assegurado constitucionalmente e inteiramente financiado pelo Estado pode se constituir em uma política que confronta inúmeros princípios considerados definitivos pelo *establishment* americano, consolidados na estrutura material, institucional e ideológica do país, da mesma forma que favorece a superação de condições de privação e opressão sofridas por minorias raciais/econômicas. Pode-se, assim, considerar que a consecução de garantias de acesso a uma educação de qualidade pode contribuir para a constituição de uma maior autonomia das comunidades raciais oprimidas, mesmo que não seja esse (a autonomia) um dos princípios essenciais reivindicados pelo movimento estadunidense. O comentário de um dos ativistas do BAP pode ser bastante ilustrativo desse processo:

Eu gostaria de acrescentar a isso que, o que alguns *organizers* não percebem é que, empoderar pessoas (...) o que esses *X Parties* têm feito é empoderar um monte de estudantes dentro das escolas, e, com isso acontecendo, agora que mais estudantes estão ‘empoderados’, um monte de novos estudantes querem ter o controle sobre suas escolas, querem ter controle sobre sua própria educação, não querem mais ser conduzidos por seus professores, ou *staff* da escola, ou prefeitos ou governadores, que tratam a educação dentro de suas próprias agendas. Quanto mais as pessoas se empoderam, maior será o sucesso que teremos em nossas campanhas. Uma das coisas que realmente espero e tenho esperanças de ver é a finalização da organização dos *X Parties*, e os estudantes vendo o dia... você sabe, em que os *staffs* das escolas procurarão, oficialmente, os estudantes para tomar suas decisões (...). Então, estamos trabalhando duro para ver coisas como essas acontecerem (Chris).

Por outro lado, não pode ser ignorada, como já observado, a opção/tradição do AP (especialmente em sua configuração nacional) em pautar-se por uma ação que não busca o confronto e a ruptura total com o Estado, em acordo com seus antecessores do movimento por direitos civis, o que lhe concede um caráter híbrido – ou contraditório – do ponto de vista de uma emancipação social mais ampla. É importante ressaltar que a dinâmica das lutas identitárias nos Estados Unidos conduz, muitas vezes, os movimentos sociais a lutar por direitos para minorias sem uma perspectiva mais

abrangente e sistêmica de onde/como se inserem as injustiças, ou seja, a partir de uma crítica à sociedade americana inserida no sistema capitalista.

Voltando-se para o MPL, a noção de autonomia é vital para a ação do movimento não só na sua dimensão individual como na coletiva. Tal aspecto pode não só se relacionar a uma resistência ao histórico atrelamento verificado entre as instâncias federal e estatal/local e suas perversas consequências sobre a participação popular na política brasileira, como mencionado, mas também estar em função da concepção de luta do movimento pautada pelo autonomismo, em sintonia com uma série de movimentos globais contemporâneos nos quais se inspira, estruturados de forma similar.

A partir dos casos observados, pode-se sugerir que a autonomia, ao invés de constituir-se como um conceito absoluto, apresenta um sentido relacional no qual, como afirma Castoriadis, sobressaem as inter-relações entre o sujeito, o coletivo e as circunstâncias verificadas (locais, nacionais e globais) de opressão e privação.

7.4 – Políticas Públicas, Direitos Sociais e Ação Política

Há ainda um aspecto a ser tratado que se refere à forma como os dois movimentos analisados se posicionam a partir de suas ações, concepções e demandas, em relação a noções pertinentes ao campo das políticas públicas (universais ou focalizadas) e à conquista de direitos sociais. Essa discussão mostra-se oportuna na medida em que a forma como se constituem as lutas por esses direitos pode revelar relações com concepções específicas de mundo e justiça social vigentes em um determinado país, contexto ou momento histórico, às quais os movimentos articulam e mesclam, consciente ou intuitivamente, suas perspectivas de luta.

De acordo com Kerstenetzky (2005), no Brasil, a questão das políticas públicas é tratada, via de regra, como uma oposição entre universalização e focalização de direitos, serviços etc. Para a autora, a focalização é normalmente vista no país como uma política associada a uma noção residualista de justiça social ou, em outras palavras, a uma concepção de ‘justiça de mercado’ (ou ‘mercado-cêntrica’). Nessa concepção, o mercado promoveria a integração da sociedade, e as políticas sociais voltar-se-iam apenas para os segmentos à margem dos processos econômicos ‘integradores’, contribuindo para a correção da ‘racionalidade’ do sistema. A universalização, por sua

vez, estaria associada a uma garantia ampla de direitos sociais, vinculada a uma concepção de justiça social que a autora define como ‘espessa’ (em oposição à concepção ‘fina’ inicialmente exposta) que seria

elaborada como uma combinação complexa de valores, que responderiam não apenas à eficiência e à liberdade econômica, mas também à liberdade política e, sobretudo, a igualdade econômica. (...) Essa intervenção pública mais forte sobre os resultados gerados pelo mercado se justificaria pela compreensão de que este jogo tem como pressuposto uma distribuição prévia de recursos e vantagens que, por sua vez, pre-determinaria as chances de sucesso dos indivíduos, ensejando desigualdades ‘injustas’ de chances de sucesso (...) (op.cit. 4).

Kerstenetzky, entretanto, alerta para o fato de que ambas as modalidades de políticas públicas podem surtir efeitos diversos, a depender da forma e do conceito de justiça social ao qual estejam associadas. Assim, a focalização poderia, além de servir como uma correção da racionalidade mercadológica – numa política residualista de (‘concepção fina’ de) justiça social – também funcionar como mecanismo de universalização de direitos a partir de sua utilização como: i) uma política de condicionalidade, na qual o foco é especificado, objetivando a solução de um problema previamente definido ou ii) uma política de ação reparatória, voltada para a restituição do acesso de direitos universais a grupos sociais historicamente submetidos a condições desiguais. A autora prossegue sua análise, observando que a política universal pode servir a uma ‘concepção fina’ de justiça social, na qual, a exemplo da Inglaterra, apenas, tem-se “um desenho de seguridade social básica universal, e oportunidades sociais básicas de educação e saúde com cobertura universal, a partir da mesma lógica residualista (...)” (op.cit.: 9).

Ela também aponta alguns fatores que são considerados, em geral, como favoráveis à universalização, tornando-a uma política mais eficiente: i) a economia de recursos que seriam destinados ao desenho minucioso, implementação e fiscalização de um programa focalizado, com posterior avaliação dos impactos e eventuais ‘correções de rumo’; ii) a ‘economia’ de gastos menos tangíveis como o estigma dos atingidos pela política pública; e iii) citando Albert Hirschman, destaca que ‘políticas para pobres seriam políticas pobres’, na medida em que o grau de resposta (*responsiveness*) e responsabilidade (*accountability*) das políticas correspondentes podem ser mais baixos do que quando as políticas têm como beneficiários estratos mais organizados e ativos da sociedade.

A argumentação da autora segue em direção à possibilidade de uso dos dois tipos de políticas públicas para uma concepção ‘mais espessa’ de justiça social, demonstrando que o importante, nesse caso, seria combinar o uso da focalização e

universalização, com um delineamento preciso do objetivo que se quer atingir/sanar na sociedade, amparados em uma concepção específica de justiça social. Essas noções parecem ajustar-se à perspectiva adotada pelo MPL ao concatenar sua proposta de direito à cidade e à tarifa zero. Entretanto, um último argumento que Kerstenetzky arrola em relação à universalização como política pública parece descortinar, com exatidão, a posição do movimento brasileiro. Trata-se do que Espeig-Andersen (1990, 2002, apud Kerstenetzky, 2006) chamou de ‘desmercantilização’ (em inglês, *de-commodification*) vigente no regime do Estado do bem-estar social, no qual os cidadãos teriam suas necessidades de um conjunto crescente de bens atendidas fora do mercado.

Essa concepção vai exatamente ao encontro do que o MPL considerou intuitivamente como a noção de *desmercantilização do sistema de transporte*, que na verdade antecede à sua elaboração do direito à cidade, vindo ainda junto com a luta pelo passe livre estudantil em 2005/6.⁹⁸ Tal percepção está associada, para o MPL, à noção de *direito social* em contraposição à de *assistencialismo*, e sua implementação levaria a um cenário em que o crescente número de direitos ‘desmercantilizados’ e universalizados contribuiriam para a desconstrução da lógica capitalista ou a descolonização da vida diária pelo capitalismo (Habermas, 1981) ou, ainda, a construção de um novo imaginário na sociedade (Castoriadis, 2007). Esse processo também pode ser visto como Slater descreve:

Mas o papel de alguns movimentos sociais também tem sido o de revelar os significados velados do político encerrado no social. As lutas sociais podem ser comparadas a ‘guerras de interpretação’ nas quais a orientação e a significação de suas demandas e reivindicações são construídas [também] por meio de sua prática. É a partir de um enfoque desse tipo dos movimentos sociais que Walker (1994:674-675) (...) afirma que o elemento mais interessante dos movimentos sociais talvez tenha a ver com as maneiras em que eles podem contribuir para a ‘reconfiguração do político’ nas condições contemporâneas (2000:509-10).

O direito universal de transitar pela cidade, colocando o cidadão em uma condição de livre acesso a ela e promovendo uma atenuação da segregação sócio-racial existente pelo compartilhamento mais democrático do espaço urbano, equivaleria a uma ‘guerra de interpretação’ travada entre o MPL e uma concepção *mainstream* da sociedade. Em outras palavras, a perspectiva do deslocamento como decorrência das necessidades impressas pelas relações capitalistas (vigente na última) seria confrontada

⁹⁸ Interessante perceber que, se, no tocante ao passe livre ou à tarifa zero, o MPL defende uma política universal, no caso da reparação de injustiças históricas, muitos de seus integrantes consideram a necessidade de políticas focalizadas, como as quotas raciais para entrada na universidade.

com a noção alternativa de que o deslocamento urbano e acesso à cidade se constituem em direitos sociais.

No caso estadunidense, por seu turno, verifica-se uma interessante contraposição. De acordo com Kerstenetzky (2006), o discurso público nos Estados Unidos está muito atrelado a uma noção de justiça social ‘fina’ (ou mercadocêntrica), na qual se atribui ao mercado a função de distribuição de vantagens econômicas, cabendo ao Estado de direito zelar pelas leis e ordem necessárias ao seu funcionamento. Essa concepção também incorporaria, nesse país, uma espécie de ‘ética da responsabilidade’, na medida em que ‘ganhos diferenciados meramente ecoariam recompensas e punições a escolhas mais ou menos responsáveis’ (op.cit.: 4). A esse pano de fundo de ‘justiça social fina’, em que cada um tem acesso àquilo que merece, cruza-se uma perspectiva de direitos compensatórios raciais, direitos em cuja implantação os Estados Unidos tornaram-se pioneiros graças às inúmeras batalhas raciais travadas no país.

No que diz respeito à questão racial, Roger Smith (2009) observa que tem surgido uma visão, tanto na academia quanto no discurso político popular – especialmente após a eleição de Barack Obama para presidente dos Estados Unidos – que considera que o país estaria ingressando em uma política pós-racial. Exemplo disso seriam as discussões travadas em torno do tema, desenvolvidas por autores como Connerly (2008), Street (2008), Bobo e Dawson (2008), entre outros, concernentes à possibilidade de o país estar vivendo um período que renunciaria a constituição de uma ‘América Pós-racial’.⁹⁹

Discordando dessa visão, Smith e King (2005) propõem uma perspectiva alternativa. Consideram que a política racial teria sido estruturada, ao longo da história estadunidense, em termos de ordens institucionais rivais que, de acordo com os autores, seriam conformadas a partir da constituição de alianças duráveis entre atores políticos, grupos ativistas e instituições governamentais unidos por acordos relativos a questões raciais centrais. Os autores identificam, assim, três fases históricas em que tais questões teriam se definido de formas distintas: i) a era da escravidão, compreendida entre 1789 e 1865, quando a manutenção e a extensão da escravidão em contraposição à abolição eram as principais questões; ii) a era Jim Crow, consolidada entre meados de 1890 e

⁹⁹ Militantes de movimentos negros nos Estados Unidos manifestam um franco ceticismo quanto a essa ‘América pós-racial’, uma vez que continuariam a ocorrer crimes e perseguições de toda espécie contra os negros (e também latinos), bem como seu encarceramento massivo nas penitenciárias nacionais, em proporções sempre crescentes. Exemplos dessa perspectiva podem ser encontrados na lista de e-mail [*Raise The Fist*] ou no sítio <http://www.blackagenda.com>., entre muitos outros.

1954, na qual a segregação definida por lei e a falta de acesso ao direito de voto estavam no foco dos debates políticos; e iii) a era moderna de controvérsias sobre a consciência racial – que teria se consolidado a partir dos meados dos anos 1970, estendendo-se aos dias de hoje – na qual as principais batalhas estariam centradas sobre se as políticas públicas deveriam ser *collor blind* (sem corte racial ou universais) ou *race conscious* (com corte ou foco racial).

Smith e King observam que, muitas vezes, tanto os adeptos das políticas sociais sem corte racial quanto aqueles que defendem as políticas focalizadas para negros consideram a si mesmos como os herdeiros do vitorioso movimento antissegregacionista por direitos civis:

Para os membros da aliança *collor blind*, o movimento por direitos civis centrou-se na conhecida esperança de Martin Luther King de que as pessoas não seriam julgadas pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter. Eles acreditam que as medidas voltadas para a consciência racial violam aquela aspiração e perpetuam as divisões raciais. Os membros da aliança pela consciência racial acreditam, ao contrário, que o desejo central do movimento pelos direitos civis era reduzir as profundamente enraizadas e injustas desigualdades materiais entre as raças. Eles vêem a rejeição de políticas com objetivo racial pela aliança *collor-blind* como algo que opera pela perpetuação e até exacerbação das vantagens herdadas pelos brancos, quer esses resultados sejam desejados ou não (2009: 5).

Ainda de acordo com os autores, a estrutura básica dessas ordens se daria da seguinte forma: i) ordem *collor-blind* (1976-2006): maioria dos membros e funcionários do partido Republicano após 1976; os presidentes (dos EUA) em 1980, 1992, 2001, 2006; alguns democratas conservadores ou neoconservadores; a maioria da Suprema Corte após 1980; a maior parte dos juízes federais das cortes baixas; alguns homens brancos de negócio e lobistas; grupos ativistas e *think-tanks* conservadores como o Centro por Direitos Individuais e Instituto Cato; grupos ‘marginais’ supremacistas brancos; grupos cristãos de direita; e fundações conservadoras como a *Bradley Foundation*. Do lado defensor da consciência racial (1976-2006), os autores arrolam: a maior parte dos integrantes do Partido Democrata; alguns republicanos liberais; alguns juízes federais e dos estados; vários membros de agências de serviços civis executivas; vários empresários (de grande porte) oriundos de minorias raciais; a maior parte dos sindicatos; alguns grupos ativistas liberais como a *American Civil Liberties Union* (ACLU); a maior parte dos grupos ativistas não brancos como *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), *La Raza*, *Asian American Legal Defense Fund*; grupos religiosos liberais; fundações liberais como Soros e Ford.

Smith e King tecem ainda algumas observações importantes quanto a essas alianças: i) alguns segmentos claramente dão suporte às políticas *collor blind* como

forma de efetivar uma ação afirmativa ao contrário, preservando as vantagens históricas dos brancos – como é o caso dos grupos supremacistas brancos –, enquanto outros seriam sinceros a esse respeito¹⁰⁰; ii) essas alianças não poderiam ser compreendidas em termos de classe, uma vez que ambas apresentariam integrantes do setor empresarial, embora os sindicatos – antes majoritariamente contrários às reformas por direitos civis – agora apoiem amplamente as políticas de corte racial; iii) de forma distinta do que ocorreu anteriormente, os dois partidos políticos majoritários estariam agora mais intimamente identificados com políticas particulares, de forma que os democratas se vinculariam às políticas afirmativas e os republicanos, às universais.¹⁰¹ Seja como for, é possível notar, na composição das alianças aqui descritas pelos autores, que, no contexto americano, as políticas com corte racial tendem a ser apoiadas por segmentos com um caráter mais liberal (no sentido americano), enquanto as políticas mais universais (*collor blind*) estariam sendo defendidas por integrantes mais conservadores.¹⁰²

Cabe voltar ao *Algebra Project* e à forma como articula sua ação, diante do novo quadro delineado. Ao acrescentar, entre suas demandas, a luta por uma educação pública de qualidade como direito constitucional, o *Algebra Project* segue uma direção inusitada, inserindo-se no debate relatado. O caminho trilhado pelo programamovimento deve ser, portanto, cuidadosamente analisado para ser compreendido o mais corretamente possível.

É bom ressaltar, inicialmente, que o AP é um movimento cujo objetivo primordial é organizar os estudantes negros e oferecer-lhes apoio de forma que tenham acesso, em condições de igualdade, às possibilidades disponibilizadas pela sociedade do conhecimento. Em Baltimore, o AP assumiu contornos mais radicais ao desenvolver uma atuação baseada na ação direta, levando a um confronto mais acirrado com o sistema escolar e com a estrutura estatal.

Ao adotar a demanda por educação pública de qualidade como direito constitucional, o *Algebra Project* (em nível nacional) passou a lutar por uma questão concebida como uma política pública universal, sem, entretanto, desconsiderar sua

¹⁰⁰ Os autores julgaram-se incapazes de julgar a proporção ou motivação desses integrantes como um todo.

¹⁰¹ Skocpol (2009) questiona a última tese no prefácio que fez ao livro do autor.

¹⁰² Essa discussão torna-se extremamente oportuna e atual no Brasil, na medida em que se observa neste país um grande debate concernente às políticas públicas com corte racial e/ou social e a correspondente articulação com noções de racismo e desigualdade social. Merece um olhar aprofundado e comparativo posteriormente.

atuação no que se refere à organização das comunidades de jovens negros. Dar-se-ia uma espécie de trajetória invertida, mas, ao mesmo tempo, similar, ao que ocorreu com o MPL. O movimento brasileiro iniciou suas atividades pautado pela luta por uma causa única, o passe livre estudantil (e por princípios de atuação específicos) e foi, gradativamente, ampliando suas perspectivas em direção ao direito à cidade e à tarifa zero, bem como reforçando, em sua concepção e prática, os aspectos relativos às questões de gênero e raça, entre outras. O movimento estadunidense partiu de uma ação vinculada à identidade (o acesso à educação de qualidade pelos estudantes negros) e foi ampliando suas ações e visão em direção à luta por uma educação pública de qualidade para toda sociedade americana, sem, entretanto, perder a perspectiva da questão racial no país.

Nos dois casos sob exame, pode-se observar, portanto, uma transformação ocorrida no cerne dos movimentos, ao longo de suas trajetórias. Nessa transformação, mesclam-se diferentes e novos aspectos àqueles que caracterizavam os movimentos em sua origem. No caso do MPL, a causa única se configurou como um movimento mais amplo, vinculado aos transportes públicos e ao direito à cidade, com ênfase simultânea nas opressões de classe, raça, gênero e especismo, entre outras. No caso do *Algebra Project*, o movimento identitário tomou contornos de um movimento pela educação pública, ou seja, uma luta por uma questão universal, envolvendo, portanto, aspectos relacionados às classes sociais, já que se volta igualmente para os demais segmentos sociais que hoje têm acesso a uma ‘educação de segunda classe’. Vale ainda notar que, em um dos documentos disponibilizados pelo AP em seu sítio (*AP High School Cohorts – NSF Discovery Research*, in: <http://www.algebra.org/newsletters/2009fall.pdf> em 22/6/2010), encontra-se uma foto em que aparecem jovens com fisionomia latina e/ou asiática cuja legenda os identifica como estudantes do AP em São Francisco. Essa caracterização sugere que, a depender da configuração local do programa-movimento, também no quesito identidade racial esteja havendo uma ampliação de foco para outras minorias que enfrentam as mesmas condições de opressão na sociedade norte-americana, o que remete a uma típica atitude multiculturalista, reportando, de um lado, às transformações ocorridas no cenário estadunidense no qual os latinos passaram a ser uma ‘minorias’ significativa e, de outro, a uma perspectiva sintonizada com uma tendência contemporânea de tratar solidariamente as diferenças e opressões. Esse comentário de um dos ativistas do BAP pode constituir uma síntese disso:

Há vários apoiadores, mas... há um grupo chamado *Baltimore Education Advocates* que, que eu saiba, a maioria é caucasiano também.... Mas, temos apoio, você sabe, de muitas raças, porque quando você organiza em torno de algo como educação, todo mundo pode compreender que não é uma questão específica de raça” (Adrian).

7.5 - Relação dos movimentos com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs

Tanto os integrantes do *Baltimore Algebra Project* quanto os do Movimento Passe Livre fazem uso intensivo das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs). O exame da forma como utilizam tais tecnologias pode apontar semelhanças e diferenças que dizem respeito às peculiaridades de cada movimento social, advindas, entre outros fatores, de seus vínculos com as linhagens de movimentos a que se atrelam. Veja-se como isso se dá.

O MPL conta com uma lista de e-mail ‘aberta’ e outra ‘fechada’. O movimento começou com uma lista única, a aberta, na qual podiam ingressar todas as pessoas que apareciam em qualquer reunião ou manifestação, ou demonstrassem interesse. Naquele momento, os assuntos do movimento eram indiscriminadamente tratados nessa lista, que chegou a atingir 415 integrantes. Contudo, com a radicalização das ações do movimento – em meio à jornada de lutas contra o aumento das passagens, em 2006 – e as conseqüentes ameaças que surgiam por parte da ação policial (incluindo a possível infiltração de agentes no movimento), os ativistas julgaram mais prudente abrir uma nova lista de e-mails, que contasse com critérios de segurança. A nova lista, agora por meio do servidor *Rise up*, tem cerca de quarenta usuários e veicula os e-mails referentes à organização do MPL. O ingresso nessa lista ocorre mediante aprovação do nome do candidato em assembléia.

A história do servidor *Rise up* merece ser brevemente relatada. Trata-se de um servidor de *e-mails* criado de forma ocasional por ativistas antiglobalização – “uma galera *hacker*” – cuja intenção inicial era constituir um espaço seguro para a troca de e-mails no grupo de amigos. Com o tempo, o espaço foi deixando de ser exclusivo do grupo de afinidades, tornando-se um coletivo de *e-mails*, responsável pelo atendimento a mais de dez mil listas de *e-mails* voltadas para movimentos sociais e mais de um milhão de usuários em muitos países do mundo. Atualmente, o servidor oferece serviços de *e-mail*, listas e um chat por meio do *Indymedia*, além de um espaço no *Orkut*, em

criação, de nome *We*. A questão da segurança é fundamental para o *Rise up* e, por conseguinte, para o MPL. No item ‘Áreas de Projetos’, disposto numa das páginas do servidor, o coletivo *Rise up* afirma:

Há um problema com *e-mail*. O governo americano pratica a monitoração integral associada ao mapeamento, o que lhe concede a habilidade de constituir um mapa detalhado de como nossos movimentos sociais são construídos. (...) Nós acreditamos ser vital que a infraestrutura de comunicação seja controlada por organizações do movimento e não por corporações ou pelo governo. Por essa razão, provemos um serviço de *e-mail* com um nível de segurança e privacidade únicos. Ao contrário de quase todos os provedores, nossos *logs* e *e-mails headers* não contêm informações pessoais identificáveis. Além disso, todo e-mail é armazenado em partições encriptadas e transmitidos por conexões encriptadas, sempre que possível (*Rise up*, <http://help.riseup.net/about-us/projects/>, em 5/7/2010).

Ainda no que concerne à segurança, é importante notar que a preocupação dos ativistas do MPL é grande, principalmente quando se encontram em meio à jornada de lutas. Em várias ocasiões, constatou-se que os celulares de integrantes do grupo apresentavam sinais identificadores de terem sido alvo de ‘grampo’ por parte da polícia. Nas ocasiões em que os embates radicalizaram (como no caso da prisão de ativistas devido à ocupação ‘Casa das Pombas’), os procedimentos de cautela se acentuaram, fazendo que, por exemplo, fossem recolhidos os aparelhos celulares antes de dar início a qualquer reunião.¹⁰³ Este comentário de um integrante do movimento reflete a posição do grupo em relação à questão:

Por um lado, ela [a tecnologia] tem ajudado bastante nossa comunicação e informação, por outro tem facilitado a espionagem externa. De todo modo, a vantagem da tecnologia que temos hoje [é que ela] agiliza os atos e organizações. É um empurrão forte para [nos] reunirmos e [nos] comunicarmos. O bom de toda essa tecnologia de comunicação é podermos usufruir de alguns meios via internet, criados por militantes, protegidos contra espionagem, como a lista de *e-mails* usada pelo MPL, o *Rise up*. (...) A tecnologia que usamos nos permite ser claros e dinâmicos em nossas relações de luta (depoimento de um integrante mais recente do MPL).

Voltando ao servidor *Rise up*, seus criadores trabalham voluntariamente na manutenção do sistema, contando com a colaboração dos inúmeros integrantes sob a forma de doações. A mudança para a Web 2 ocasionou alguns problemas que têm sido alvo do trabalho do coletivo até hoje, na tentativa de resolvê-los. Uma das deficiências também apresentadas pelo *Rise Up* é o pouco espaço para armazenamento de mensagens e eventuais quedas do sistema devido ao alto custo dos equipamentos necessários à manutenção do serviço.

Existem duas formas de se cadastrar nos *e-mails Rise up*. Na primeira, o pleiteante solicita um *e-mail*, explicando a qual movimento social pertence, e as informações fornecidas em seu pedido são examinadas pelo coletivo de maneira que

possa, finalmente, ter sua solicitação aprovada. Na segunda, a mais usada atualmente, dois integrantes do *Rise up* recomendam o nome do pleiteante, o que serve como uma espécie de garantia de idoneidade. Essa segunda forma é a utilizada pelo MPL para agregar ativistas à sua ‘lista fechada’.

Além das listas, o MPL também tem um *blog*, no qual posta notícias, comentários, filmes, panfletos e calendários de lutas, oferecendo conexão com nove outros blogs do MPL espalhados pelo país, bem como com alguns coletivos que integram a Convergência de Grupos autônomos (CGA). Recentemente (no início do mês de julho/2010), o movimento decidiu reativar a lista aberta – que permanecera subutilizada após a abertura da ‘fechada’ – com a finalidade de divulgar suas ações com maior amplitude. Dessa forma, o MPL contará com a ‘lista fechada’ para procedimentos organizacionais e a ‘aberta’ para divulgação de suas atividades.

Outros sítios, como o *Tarifa Zero* (que não é do MPL), o *CMI* ou o *Passapalavra* (sítio de notícias sobre movimentos sociais e episódios políticos, com caráter mais analítico do que o CMI), além das *Wikis*, também fazem parte do acervo internauta do movimento, divulgando idéias e notícias e rompendo o cerco da mídia corporativa, como expressa a opinião deste ativista:

[a internet é] uma forma de não depender das mídias corporativas para difusão das idéias do grupo. Até porque as idéias que o grupo deseja difundir na grande maioria das vezes batem de frente com as idéias que a mídia corporativa divulga. Somente não acredito que a utilização das novas tecnologias de comunicação consiga realmente atingir a parcela da população que mais necessita ter contato com essas idéias. Muitas vezes, os vídeos ou informações acabam circulando entre um grupo mais restrito de pessoas (depoimento de um integrante do MPL).

Esse depoimento identifica o problema existente no Brasil (como no mundo), relativo à restrição da penetração/utilização das tecnologias de informação a uma parcela da população, não tão ampla quanto poderia ser, o que conduz à noção de ‘democracia virtual’ abordada por Ribeiro:

Fatores mais prosaicos limitam a implementação de uma democracia virtual: o custo dos computadores, equipamentos e serviços relacionados; acesso e conhecimento aos códigos da rede; (...) o controle do sistema em funcionamento por muitos centros computacionais (2000:475).

Ou nas palavras mais enfáticas de Rubiano: “Não importa o que crêem os acadêmicos, que são membros da nova elite global: a internet e a rede não são para todos, e dificilmente serão algum dia de uso universal” (2005:11)

¹⁰³ Esse procedimento teria como razão o fato de ter sido identificado que aparelhos celulares, quando alvo de escutas, podem transmitir conversas realizadas no recinto em que se encontram.

Além disso, aponta uma questão essencial no âmbito dos movimentos sociais, uma vez que a circulação de novas e velhas idéias (como é o caso da retomada de ‘velhos princípios’ e histórias anarquistas) ou notícias sob o ponto de vista dos ativistas é um dos grandes trunfos que a internet possibilita. A esse respeito, é possível adiantar que, também no *Baltimore Algebra Project*, a internet é valorizada como uma forma de acesso diferenciado ao mundo. Este rápido comentário feito por um dos componentes do movimento ao ser perguntado sobre a importância das ‘novas tecnologias’ para o grupo, traduz a idéia: “Você sabe... Eu não posso endossar qualquer coisa que a mídia endosse. Não sou um fã da mídia *mainstream*. Tecnologia é uma via de mão dupla para mim (...), pois é boa para comunicação rápida” (Bryant).

No que se refere ao MPL, a principal forma de contato coletivo entre seus integrantes dá-se por meio da ‘lista fechada’, embora outros meios sejam iguais e frequentemente utilizados no contato pessoal, como o MSN e o celular – seja por meio de ligações ou encaminhamento de mensagens. O uso de sítios de relacionamento como o *Orkut*, o *Facebook* e o *twitter* são menos comuns no âmbito do movimento e, embora sejam acessados individualmente (no caso do *Facebook*, este começa a ser usado no fim do primeiro semestre de 2010), não são utilizados (com exceção do *twitter*, que passou a ser acionado pelo movimento também no fim do primeiro semestre de 2010), até aqui, para as atividades coletivas do movimento.

Por meio da lista de *e-mail*, são marcadas reuniões, manifestações, divulgados relatos das reuniões, comentários sobre manifestações e nomes de pessoas desejosas de integrar o movimento e a própria lista. Da mesma forma, são veiculadas notícias sobre o passe livre local, coletivos de outros estados ou outras lutas correlatas (de sindicatos próximos ao movimento ou sobre o Movimento Fora Arruda e Toda Máfia, por exemplo), filmes sobre o movimento (por meio de *links* do *Youtube*), resumos periódicos das notícias relacionadas ao transporte e veiculadas na mídia etc.

A ‘lista fechada’ também serve como um mecanismo de descentralização das atividades do movimento, ou seja, quando algum integrante fica responsável por escrever um documento, carta, panfleto, projeto do jornal etc., há a combinação de divulgar previamente o referido documento na lista, e sua aprovação pelo grupo fica garantida a partir de dois *oks* de qualquer de seus integrantes. Esse é um dos mecanismos que, quando usado, costuma funcionar e facilitar o trabalho, mas, vez por

outra, ouve-se/lê-se alguém do coletivo afirmando que é preciso utilizar mais a lista para agilizar questões do movimento. A internet foi, também, um instrumento importante quando, no início do movimento, o MPL se estruturou em ‘grupos de trabalho’ responsáveis por atribuições específicas (como comunicação, logística, formação etc.), contribuindo para a organização de cada grupo e posterior divulgação dos resultados dos trabalhos realizados. Enfim, a internet funciona como um instrumento de trabalho, pesquisa, informação, divulgação, organização e articulação das atividades do movimento.

Em vários momentos da ação do movimento, a internet constituiu um veículo fundamental, dando maior visibilidade às lutas/debates travados e possibilitando uma maior interação dentro do(s) movimento(s) e com a comunidade em geral, como nos casos de amplas manifestações de rua ou das ocupações da Reitoria da UnB e da Câmara Legislativa do DF. O blog da ocupação da Reitoria permanece ativo até hoje, sendo utilizado por estudantes que, eventualmente, continuam travando embates diversificados dentro da instituição.¹⁰⁴ Além disso, contribui para a preservação da memória da ocupação de abril de 2008, oferecendo inúmeros depoimentos, comentários e filmes sobre o episódio.

No caso da ocupação da Câmara Legislativa, as reuniões, assembléias e discussões sobre vários temas foram transmitidas pela rádio, via internet, utilizando a mesma estrutura usada durante a ocupação da UnB. As transmissões desses eventos costumavam ser entremeadas por gracejos, brincadeiras e músicas. Esse mecanismo mostrou-se eficaz para a ampliação da divulgação do que ocorria nos recintos da ocupação e era cuidadosamente desativado após deliberação coletiva, nos momentos em que o movimento considerava importante não divulgar algumas de suas decisões/avaliações. Por meio da ‘Rádio Okupação’, foram acompanhadas assembleias e debates travados na ocasião.

A partir do uso da internet, o MPL-DF se conecta com outros coletivos quer pertencentes ao mesmo movimento quer a outros movimentos em diferentes estados e países. Durante os anos de 2005/6, quando tentava fortalecer a dimensão nacional do movimento, os integrantes do DF reuniam-se periodicamente, por meio de um *chat* ou MSN, com ativistas do MPL-Florianópolis, de São Paulo e outros, componentes da instância nacional, dando prosseguimento às articulações do movimento. Essas

¹⁰⁴ Como melhoria das acomodações da casa dos estudantes etc.

reuniões, algumas vezes, foram bem sucedidas e outras causaram mal-entendidos entre os ativistas devido a esquecimento do horário, desencontros etc.

Por fim, é importante destacar que, em vários momentos da existência do movimento, ações ocorridas em outros locais do mundo foram importantes focos de atenção de ativistas do movimento por meio da internet. Como exemplos, podem ser citados os eventos de Oaxaca (2006) – a ampla insurreição da cidade contra o governo do estado, tornando-se palco, inclusive, do assassinato do ativista norte-americano do *Indymedia* e companheiro de muitos integrantes do MPL Brad Will – ou a insurreição de jovens em Atenas – Grécia (2008/9), quando os ativistas brasileiros permaneceram atentos ao que ocorria, tendo, inclusive, uma integrante dos movimentos autônomos brasileiros visitado o país grego e lá participado de algumas manifestações.

Por ocasião da insurreição de Oaxaca, na mesma noite do dia em que o ativista Brad Will foi assassinado, a placa da Embaixada do México, em Brasília, já havia sido pichada por ativistas, em sincronicidade com inúmeros protestos mundiais realizados em cidades que foram de Nova York a Londres e Berlim, bem como em outros continentes. Vale ainda citar o protesto internauta realizado por ativistas de inúmeros países: a partir do acesso combinado e simultâneo ao sítio das embaixadas mexicanas espalhadas pelo mundo, eles eram ‘derrubados’ na net. Por um quadro divulgado pelo Centro de Mídia Independente (CMI), era possível ver, um a um, os sítios das embaixadas caírem, sendo alguns restaurados e novamente derrubados como mais uma expressão das batalhas cibernéticas contemporâneas. Acrescente-se a isso a defesa dos insurretos mexicanos dos ataques das tropas governamentais, divulgada pela rádio em poder daqueles, via internet, convertendo-se em um episódio de grande emoção, vivenciado em tempo presente por ativistas de todo o mundo, inclusive do MPL e/ou movimentos autônomos brasileiros.

Quanto ao *Baltimore Algebra Project*, foi possível perceber que, diferentemente do MPL, os principais veículos de conexão via internet do grupo centram-se nos sítios de relacionamento *Facebook* e no *MySpace*, embora os ativistas/*organizers* também façam uso de *e-mails*. Além disso, há o sítio do *Algebra Project* em nível nacional, que veicula inúmeras notícias sobre o programa, informações sobre sua história, artigos de autoria de seu criador, Bob Moses, e outros antigos ativistas da luta pelos direitos civis, entre outras coisas. A *Wikipédia* também possui um verbete em que conta detalhadamente a história do programa-movimento.

De acordo com Kirkpatrick (2010), o *Facebook-FB* – sítio que ganhou evidência a partir da campanha eleitoral de Barack Obama para presidente dos Estados Unidos, em 2008 – foi desenvolvido originalmente para a utilização de estudantes universitários, mas, com o sucesso alcançado entre amplas parcelas da população mundial, passou a ter suas funções pensadas para um público muito maior. De acordo com o autor de ‘O Efeito *Facebook*’, o sítio – criado com a intenção de ser a infraestrutura identitária da internet – faz a conexão entre pessoas ‘conhecidas de verdade’ e tornou-se, atualmente, a maior rede social em muitos países, com mais de um milhão de usuários, embora no Brasil (ainda?) não tenha alcançado essa posição.¹⁰⁵ O *MySpace*, por sua vez, outro sítio de relacionamentos, obteve grande sucesso entre músicos de diferentes estilos devido à sua facilidade de divulgação e, de acordo com matéria veiculada no Caderno Mais, (Folha de S. Paulo, de 21/2/2010), teria sido desbancado pelo *Facebook* em abril de 2009. Nos Estados Unidos, os ativistas e movimentos sociais costumam se conectar a partir do FB e do *MySpace*, onde, além de trocar idéias, também divulgam eventos de interesse. Por esse motivo, já a partir dos primeiros contatos com ativistas no país, fui informada da oportunidade de me cadastrar no FB, como forma de facilitar os contatos com grupos ativistas.

O *Facebook* está iniciando a operação de um sistema de unificação de senhas – *Facebook Connect* – que transfere informações do sistema a partir de outros sítios, da mesma forma que o *Google* tem tentado fazer com o *Buzz*. A idéia é que, a longo prazo, tudo na internet teria um componente social, o que levaria à conexão das diversas redes sociais. A respeito de uma política internauta que restringe a privacidade, Julia Angwin¹⁰⁶ argumenta que, embora o FB esteja convencendo muitas pessoas de que seja mais seguro mostrar seu nome verdadeiro, “[...] existe uma necessidade de anonimidade que é intrínseca à liberdade de expressão, à expressão política. Vide o exemplo dos protestos do Irã.¹⁰⁷ Precisamos poder ser anônimos (Folha de S. Paulo, 21/2/2010, Caderno Mais, p. 5).

¹⁰⁵ No Brasil, de acordo com o caderno Mais da Folha de S. Paulo (21/2/2010), baseado no *ranking* elaborado pelo sítio **alexa.com**, que monitora mundialmente acessos à internet, o sítio de relacionamentos *Orkut* é o segundo mais visitado, enquanto nos Estados Unidos, ele ocupa a 53ª posição. O *Facebook*, por sua vez, ocuparia o segundo lugar mundial, perdendo apenas para o *Google*, enquanto o *twitter* estaria, atualmente, na 12ª posição.

¹⁰⁶ Editora de tecnologia do *Wall Street Journal* e autora do livro “Roubando o MYSpace: a batalha para controlar o sítio mais popular dos EUA”, ed. Random House, 2009.

¹⁰⁷ Quando a oposição à reeleição do então presidente Ahmadinejad, em 2009, realizou protestos e campanhas articulados via internet.

É principalmente pelo *Facebook* que o BAP se comunica, articula e divulga sua agenda de atividades, trocando breves idéias entre ativistas e participantes do programa-movimento. No *MySpace*, costumam ser postados comentários e, principalmente, filmes do movimento e sobre ele (que, por sinal, foram de grande valia para subsidiar esta pesquisa). Esses comentários de alguns de seus integrantes dão uma idéia de como essas tecnologias são vistas e utilizadas pelo grupo estadunidense:

“Uma das primeiras coisas que devemos fazer, quando começamos a organizar é ter certeza de que postamos algo no FB ou no *MySpace*. Você sabe, um dos famosos *websites* em que todo mundo está. (...) Eu penso que deveríamos estar fazendo nosso próprio *twitter* também, porque há um monte de pessoas no *twitter* agora, um monte de pessoas.

Agora, nós temos que entender que podemos usar tecnologia. Eu tenho um celular de U\$ 600,00 aqui. Isso pode fazer tantas coisas. Então, eu deveria estar usando isso para mandar *e-mails*, acessar *websites*, mandar mensagens e fazer ligações, você sabe”(Ace).

Por outro lado, a possibilidade de controle que o uso das tecnologias de informação e comunicação oferece é uma questão recorrentemente abordada pelo grupo. Percebe-se, também, uma quase certeza de ser iminente que a liberdade que esses meios provêm seja restrita por ações governamentais. São exemplos disso os seguintes comentários:

“A tecnologia desempenha um grande papel, ahmm... e uma vez que você descobre como usá-la, eu penso que será... Nós temos uma grande força que será regulada de alguma forma. Vão tentar dismantelar as conexões políticas com a tecnologia, mas, de um lado, ela também pode criar uma divisão na construção de relações pessoais” (Chris).

“Depois, tem a questão de o que você diz ou o que você faz ser monitorado. (...) coisas tipo invasivas. (...) Se você está no celular com alguém, e você poderia estar dizendo qualquer coisa, quem pode assegurar que não tem ninguém te monitorando? Mensagens de texto, e-mails... tudo está sendo monitorado e isso é algo que te assusta, como essa idéia do *Big Brother*. Isso causa paranóia...” (Maggie).

“Mesmo assim, eu penso que [a tecnologia] seja benéfica (...) e as pessoas são capazes, com a banda larga e todas essas coisas boas, você é capaz de pesquisar. (...) Então, eu acho que as pessoas utilizam a tecnologia que têm acesso. Têm a liberdade com isso até o momento. Então, acho que [a tecnologia] seja mais benéfica. Mas, cedo ou tarde eles vão tirar isso [a liberdade da net]. Então, essa é a vida...” (Maggie).

A possibilidade de controle, do *Big Brother*, é, portanto, o lado distópico da tecnologia (Feenberg, 1990), que tanto o BAP, quanto o MPL consideram no horizonte de suas ações. Segundo Ribeiro, ”os pontos mais altos [da hierarquia de conexões] localizam-se no Estado americano, em agência de segurança e em corporações privadas, que, caso necessário, podem exercer seu poder eletrônico” (2000:474).

No âmbito do *Algebra Project*, emerge com ênfase a questão da distração que os meios informacionais oferecem (ao contrário do que ocorre no MPL), o que gera uma percepção mais ambígua dessas tecnologias. Um dos fatores apontados para o foco na distração é o fato de o BAP se constituir, também, em um ‘trabalho’, o que exige a permanente lembrança das obrigações a cumprir. O mesmo já não ocorre com os integrantes do MPL, que, apesar de admitirem o efeito dispersivo dessas tecnologias, costumam ressaltar mais o lado da facilitação das ações do grupo. Os ativistas veem as ações do MPL como um misto de atividade extra e prazer, e as fronteiras entre ação política, trabalho e diversão são muitas vezes difusas.¹⁰⁸ Por outro lado, o tempo parece nunca ser suficiente para o que precisam fazer. Nesse sentido, é muitas vezes difícil obter dos ativistas brasileiros resposta a questões mais elaboradas, por internet, o que também se verificou entre os ativistas do BAP. Esses comentários dos membros do BAP exemplificam a situação no que se refere à questão para o movimento estadunidense:

“Tecnologia é uma via de mão dupla para mim. Porque é boa para comunicação rápida, contudo... é eficiente? Aahmmm... alguns irão dizer que não e outros dirão que sim. E (...) tecnologia sempre nos distrai das coisas que temos que fazer. Eu posso entrar no *MySpace* para enviar estas mensagens sobre esse protesto que ocorrerá amanhã, mas aí vejo meus amigos *on line* e converso sobre outras coisas... assim, você sabe. Depende de seu foco e de como você usa a tecnologia” (Bryant).

“Tecnologia é muito legal. O que precisamos é realmente descobrir como usá-la melhor e, portanto, de forma mais eficiente, porque ela distrai muito” (Chris).

“A questão da tecnologia... ela fica melhor a cada dia. Mas... humm.. eu concordo com os outros que ela distrai muito. Assim (...) é prejudicial, eu acredito. Porque se você não foca na tarefa que tem na mão, como, o que é necessário que você faça, porque ficou vendo TV ou conversando sobre coisas sem sentido no FB e respondendo *quizzes* no *MySpace*, ou coisas como essas, você não conseguirá fazer o trabalho que precisava fazer” (Maggie).

Por outro lado, é interessante perceber um estranhamento dessa geração nascida e criada em meio às tecnologias de comunicação e informação – os ‘nativos digitais’, como sugere Winocur, 2010 – de como se davam as relações nos movimentos sociais do passado, quando não se dispunha de tais recursos. Reflexões sobre um possível efeito de afastamento e impessoalidade sobre as relações atuais são também mencionadas:

“Uma coisa que a gente não entende é o fato de que, no passado, eles [os ativistas] não tinham a tecnologia que temos hoje, como comunicação. Mas eles faziam grandes eventos. Isso é discutível porque... você sabe, naquela época eram tempos difíceis, e as pessoas não eram tão cegas ao que estava acontecendo... então é fácil virar pra alguém e falar ‘ei, olhe, é por isso que

¹⁰⁸ Vez por outra presenciei conversas em que os ativistas cobravam, entre si, o fato das reuniões do MPL não se constituírem em uma reunião de um grupo de amigos e que, portanto, era necessário haver pontualidade, certa disciplina no uso do horário nas reuniões e questões similares. Essa informalidade, regada por laços fortes de amizade e uma disposição lúdica, algumas vezes causou distúrbios na ação do movimento, enquanto, em outras, concedeu-lhes uma tônica especial.

estamos lutando...’ mas, você sabe, eles fizeram aquilo, algumas vezes, porta a porta. Você sabe, apenas batendo na porta de alguém e fazendo saber das coisas” (Ace).

“No passado as pessoas eram mais próximas do que são agora, as relações eram muito mais fortes... especialmente dentro de organizações políticas” (Chris).

Outro traço que é possível observar é o fato de haver uma espécie de ‘característica’ comum aos ativistas tanto do BAP quanto do MPL que diz respeito a uma tendência a realizar várias atividades ao mesmo tempo. Essa característica pode ser devida, em parte, ao hábito compartilhado pelos ativistas dos dois grupos – e por toda uma geração de ‘nativos digitais’ – da utilização simultânea de vários equipamentos tecnológicos, conjugados com tendências (pró)ativas pessoais que levariam, inclusive, esses jovens a tornar-se ativistas. Essa fala de uma integrante do BAP pode demonstrar bem essa questão:

“Eu sempre soube como ser ‘multi-tarefas’ e culpo a tecnologia por isso. Normalmente, eu deveria está fazendo meu dever... e gosto de ver minha TV também ou fazer meu dever de casa e conversar ao telefone. Ou, se eu tenho que pesquisar algo ou fazer um trabalho do AP - quando eu deveria estar enviando e checando *e-mails* - então eu estarei provavelmente no *Facebook* e no *MySpace* e no *Twitter* e tudo o mais em que as pessoas estão *on-line* naquela hora. E, normalmente, está tudo *OK*, porque ninguém é mais viciada [do que eu]. Assim, se meus amigos não estão *on line*, não há muito que fazer... Então, eu realmente tenho que focar no trabalho à mão. Mas, então, eu provavelmente pegarei o celular e mandarei uma mensagem para alguém, como: ‘sim, você bem que poderia estar *on line*’ e aí... isso distrai você...” (Maggie).

No que se refere ao MPL, vale notar um episódio em que eu gracejava com dois ou três militantes do movimento a respeito da ‘hiperatividade’ de alguns deles, ou a tendência de fazer muitas coisas ao mesmo tempo, ou estar sempre falando, ou adotar comportamentos similares. O comentário de um dos jovens com quem eu conversava foi este: “É... acho que o MPL tem a maior concentração de hiperativos que conheço... só dá hiperativos aqui”. Pouco tempo depois, fiquei sabendo que havia sido cunhado um novo termo para designar os membros do MPL: os ‘hiper-ativistas’.

Alguns aspectos podem ainda ser ressaltados na relação do MPL com as novas tecnologias de comunicação, em especial, a internet. Em primeiro lugar, pode-se perceber, no movimento brasileiro, uma correspondência entre a estrutura fluida da rede informacional e a estrutura fluida e intermitente do movimento, tanto na relação dos ativistas entre si e com o próprio MPL, como em relação a outros movimentos sociais autônomos e demais movimentos. Essa correspondência remete ao que Tarrow (2002) observa quanto à influência/identidade entre características de funcionamento da internet e aquelas referentes ao funcionamento do movimento, o que levaria a pensar na própria internet como uma forma de organização. Da mesma forma, Bennet (no prelo) reforça a dificuldade de separar as práticas comunicacionais das capacidades

organizativas, uma vez que os ativistas operariam cada vez mais em ‘espaços sem parede’, sem lideranças ou filiações convencionais ou outros aspectos das organizações hierarquizadas e/ou coalizões convencionais.

Assim, se a internet induz a uma organização fluida e flexível, pode-se assumir, também, que ela possibilita às pessoas pensar e compreender organização com formatos e características diferentes. As pessoas passariam a reforçar determinados aspectos de sua capacidade de interatividade e organização, o que poderia apontar para o delineamento de um perfil ‘multitarefa’ ou ‘hiper-ativista’ (ou mesmo ‘pilhado’), como observaram alguns ativistas dos movimentos aqui focados. O hiper-ativista /multitarefa parece se ajustar com perfeição à fluidez e multimilitância da contemporaneidade, mesmo que se descortinem conflitos, questionamentos e insatisfações a respeito. São formas de funcionamento compatíveis e mesmo, poder-se-ia afirmar, interligadas entre si.

Pode-se também afirmar que os fluxos promovidos pela internet contribuem decisivamente para quebrar não só o monopólio da informação por parte da mídia ‘corporativa’/ *main-stream*, mas também aquele que se refere à circunscrição da formação dos indivíduos – tanto intelectual quanto política – a ambientes de caráter mais formal, sejam acadêmicos sejam estruturas político-partidárias. Essa dupla ruptura – associada aos mecanismos organizacionais que a rede insinua e induz – colabora para o descortínio e disseminação de uma cultura autônoma, descentralizada, marcada por relações com um caráter mais horizontal em geral e pela constituição de associações políticas que compartilham essas características em particular, não mais ordenadas por uma visão *mainstream* da sociedade. A perspectiva de horizontalidade e descentralização de que esses ativistas-internautas passam a dispor tende a ser disseminada para suas relações sociais em geral.

Por outro lado, se, como observa Tarrow, os movimentos transnacionais baseados em internet apresentam menos cristalizações ideológicas e mais tendências centrífugas (2002: 18) e, como sugere Bennet (no prelo), a lógica do ‘Clique aqui’, em vigor na internet, induz a um ‘baixo limiar de expansão das idéias’, é interessante observar como o MPL, a despeito de sua organização francamente baseada na internet, constituiu uma visão articulada e consistente de mundo na qual se inserem suas ações. Não se pode afirmar, portanto, que, no caso do MPL, haja uma ‘baixa cristalização ideológica’, embora também não seja verdade que o movimento apresente uma rigidez de pensamento e ação. Nesse caso, poder-se-ia concluir que o MPL se apresenta com

uma constituição ‘mista’: tem na internet um instrumento organizacional essencial, com repercussões importantes em sua estrutura de funcionamento, mas não deixa de apresentar aspectos relacionados à sua ação presencial, fortemente assentada no local.

Vale ressaltar, entretanto, que as perspectivas de direito à cidade e da luta pelo transporte construídas pelo movimento não limitam sua ação a essas causas locais. Como foi visto nesta tese, os ativistas do MPL têm agilidade para se vincular quer a outras lutas fundadas na dimensão local (por exemplo, a ocupação da Reitoria da UnB e o Movimento Fora Arruda e toda Máfia) quer àquelas conectadas a uma dimensão transnacional (como o apoio aos zapatistas ou à insurgência de Oaxaca ou da Grécia, ou ainda o protesto contra o assassinato de Brad Will), no já conhecido estilo de ‘pense globalmente, aja localmente’, conectando “local” e “global” como dimensões complementares e, algumas vezes, inseparáveis.

A alternância entre a atuação local-global, por sua vez, parece relacionar-se às circunstâncias materiais/concretas vividas pelo movimento. Quando as causas locais se multiplicam e acentuam, parece haver um desligamento em relação àquelas do plano global, até devido à impossibilidade física de atuar em tantas frentes simultâneas. No que concerne ao nacional, essa parece ser uma dimensão bastante fluida, que também alterna momentos de maior articulação e esforços conjuntos, com momentos em que os laços se diluem e autonomizam quase completamente. A fluidez é, portanto, um elemento essencial no quadro apresentado.

No caso do *Baltimore Algebra Project*, foi possível observar que a conexão local-nacional é um aspecto importante do movimento, embora também se constate a autonomia existente entre os *chapters* locais, graças à qual o BAP adquiriu a expressão de que goza atualmente. Como já foi relatado neste trabalho, o BAP procura, neste momento, fortalecer laços com outros coletivos do programa distribuídos pelo território americano, gerando um movimento mais articulado nacionalmente.

Isso leva a um último aspecto a ser explorado neste trabalho. Trata-se da internet como ‘tecnologia de criação de comunidades’ (Stone, 1992, *apud* Ribeiro, 2000) ou, como Ribeiro sugere, como mecanismo que propicia a emergência de novas comunidades transnacionalmente imaginadas ou os ‘cibercompanheiros’ (Ribeiro, *op.cit.*). Os casos em questão deixam claro que é preciso pensar a internet como mecanismo que possibilita gerar e fortalecer laços de companheirismo/militância, nos quais os ativistas se reconhecem como membros de uma mesma comunidade ou de uma genealogia de movimentos, articulando o espaço cibernético à dimensão presencial e

vice-versa. É curioso pensar em como a internet, com seu inesgotável cabedal de informações e incontáveis possibilidades de conexões/articulações virtuais interativistas, desempenha papéis diferenciados em relação aos movimentos estudados.

Tome-se primeiramente o MPL. No que concerne ao movimento brasileiro, é possível detectar o papel que as tecnologias de comunicação desempenham na conexão do grupo com movimentos e informações que transcendem as fronteiras nacionais em que se encontram. Com apoio em sítios de divulgação como o CMI ou o Passapalavra – entre inúmeros outros –, o movimento situa-se em um ambiente de ativismo em que notícias e referências sobre movimentos oriundos de outros países compõem o horizonte no qual se inserem suas lutas. É interessante notar, a título de exemplo, como tais redes (especialmente baseadas em informações) se formam, rompendo, muitas vezes barreiras linguísticas que separariam notícias e leitores de outros países. O caso de um anarco-punk integrante do MPL que, mesmo sem dominar a língua inglesa, dispunha de um grande acervo de informações atualizadas sobre movimentos sociais de caráter anarquista nos Estados Unidos pode ser considerado como exemplo. As informações recebidas por esse militante tinham origem em sítios anarquistas de língua portuguesa que traduziam e divulgavam notícias relacionadas aos movimentos espalhados pelo mundo. Da mesma forma, o ativista dispunha de informações históricas detalhadas sobre os *Black Panthers*. Seu conhecimento foi de grande auxílio no aprofundamento da contextualização das lutas estadunidenses. O conhecimento e contatos efetivados com o zapatismo, movimentos rebeldes anarquistas da Grécia, movimentos argentinos ou mesmo o seu congêneres sueco – o movimento pelo ‘passe livre’ *Planka Nu* –, entre outros, por ativistas do MPL, podem ser mencionados como exemplo das conexões estabelecidas pelo movimento brasileiro que atravessam o espaço nacional, constituindo uma esfera transnacional de conexão.

Em contraste com essa situação, foi possível observar que os ativistas do BAP desconheciam quase completamente os movimentos sociais fora dos limites do território americano, tanto os mais antigos quanto os mais recentes. Quando perguntados sobre o assunto, demonstravam certa perplexidade e desconhecimento, como exemplificam os comentários:

“Eu não sei muito a esse respeito, ahmmm... já ouvi algo sobre os zapatistas um punhado de vezes, mas sou ignorante sobre o que são, a história por trás deles.... não conheço sobre todos....” (Chris).

Ou:

“Se você puder nos dar alguma luz sobre a situação [dos movimentos sociais fora do território americano], talvez possamos compartilhar alguns pontos de vista, a partir daí... então, se você quiser nos dar alguma informação...” (Bryant),

Assim, é possível concluir que, mesmo dispondo dos mesmos meios tecnológicos de comunicação e informação, os dois grupos fazem usos diferenciados deles no que concerne à formação de suas comunidades de ‘cibercompanheiros’ de referência. Tanto divergem em relação à ênfase com que usam os meios específicos (como listas de *e-mails* ou sítios de relacionamento como *Facebook* etc.), como quanto à forma e às pessoas com quem se articulam por meio deles. Essa utilização seria afetada, entre outros fatores, pelos focos de interesse que cada grupo possui, bem como pelo *background* de inspirações/‘filiações’ políticas que alimentam suas ações, o que contraria o entendimento comum de que tais recursos tecnológicos penetrariam de forma indiferente e uniforme em distintos meios socioculturais e com efeitos similares na relação dos grupos/indivíduos, por um simples processo de expansão das tecnologias mais ‘amigáveis’. Por outro lado, confirma o que Mc. Adam *et al.* (1996b) observam quanto ao fato de que a capacidade ampliada de comunicação transnacional não conduz automática e necessariamente a movimentos internacionais.

No caso do *Baltimore Algebra Project*, as inspirações do movimento estão concentradas nas lutas por direitos civis e emancipação dos negros nos Estados Unidos, conduzindo o grupo a se conectar, fundamentalmente, a partir de seus ‘aparatos de simultaneidade’ (Ribeiro, 1997), com circuitos/atores/movimentos sociais circunscritos ao território norte-americano, onde se inscreve sua ‘comunidade virtual imaginada’. Já no que tange ao MPL, suas inspirações, que envolvem inúmeros movimentos vinculados às lutas anticapitalistas (indo dos mexicanos zapatistas e oaxaquenhos, aos autonomistas alemães e italianos das décadas 70/80 e expressões políticas e contraculturais identificadas com Maio de 68; os piqueteiros e assembleístas argentinos; passando pela ‘guerra do gás’ boliviana e por movimentos anti-alter-globalização em todo o mundo), levam o grupo a conectar-se com/informar-se sobre um espectro mais amplo de movimentos sociais espalhados pelo mundo, mantendo um razoável nível/acervo de informações sobre eles e delineando uma ‘comunidade virtual imaginada’ com contornos transnacionais e características compartilhadas. Em minha perspectiva, essas imbricações acrescentam mais uma dimensão de complexidade ao que Ribeiro (2000:472) define e diferencia como comunidades imaginadas e comunidades virtuais, pois o sentido de pertencimento que provém das relações virtuais

se mescla com sentidos de pertencimento da comunidade imaginada (cf. Anderson, 1991), criando identidades comunitárias híbridas.

CAPÍTULO VIII - CONCLUSÃO:

“SEJAMOS REALISTAS, QUEIRAMOS O IMPOSSÍVEL!”

Os movimentos sociais contemporâneos, especialmente aqueles surgidos ao final da década de 1990 e durante a primeira década de 2000, levantam questões concernentes à forma como se organizam, relacionam-se entre si, com outros atores do cenário político-social e com o próprio Estado, bem como quanto ao papel que as tecnologias de comunicação e informação desempenham no delineamento desse ativismo. Há uma vasta literatura, sedimentada desde o final da década de 1960, com diversificados matizes sobre o que se convencionou chamar de novos movimentos sociais, que aponta uma série de aspectos característicos de tais movimentos. Acima de tudo, percebe-se que o ‘novo’ e o ‘velho’ em termos de movimentos sociais estão sempre se mesclando e gerando novas-velhas versões de movimentos.

Mas será a perspectiva que aborda os ‘novos movimentos sociais’ suficiente para fazer compreender os movimentos que eclodem ao final do século XX e início do XXI? Richard Day (2005), citando como exemplo o *Reclaim the Streets*, na Inglaterra, o *Indymedia* (surgido na manifestação anti-alter-globalização de 1999, em Seattle e espalhado pelo mundo) ou os ‘assembleístas’, na Argentina, sugere que a lógica dos movimentos da atualidade distingue-se daquela adotada por movimentos conhecidos como culturais, por demandas ou centrados na identidade ou ainda os ‘pós-marxistas’. Em sua percepção, o aspecto básico que os diferencia relaciona-se principalmente à forma e ao objetivo que perseguem. Pautados por noções horizontais e descentralizadas de poder, não buscam conquistar e definir uma hegemonia na sociedade ou Estado. Ao contrário, lutam para que cada forma de existência possa ter seu direito de existir. Como sugere o autor, centrais nesta compreensão são os ‘grupos de afinidades’ formados às margens (ou nas reentrâncias) das instituições da sociedade, que desconstróem relações baseadas no Estado e no capitalismo, como concebeu o anarquista alemão Landauer. Tal concepção também pode ser compreendida na já conhecida formulação dos zapatistas, no México, de um ‘mundo em que cabem muitos mundos’.

Ao realizar observações etnográficas em dois movimentos sociais juvenis com características distintas entre si, havia consciência, desde o primeiro instante, da

dificuldade de desenvolver uma comparação consistente relativa ao tema escolhido para a tese, ou seja, como se constitui e expressa a radicalidade dos jovens contemporâneos. De fato, trata-se de movimentos sociais bastante díspares entre si; pois, enquanto o brasileiro se filia claramente a perspectivas autonomistas, inscrevendo-se entre os movimentos sociais inicialmente alvo deste estudo, o americano consiste em um (programa) movimento focado na questão racial estadunidense, idealizado na década de 1980 por um ex-ativista das lutas pelos direitos civis, o que lhe concede contornos bem específicos. A comparação realizada, entretanto, possibilitou delinear inúmeros aspectos de interesse.

Foi possível perceber que os caminhos percorridos pelos movimentos sociais nem sempre são óbvios e, ao contrário, dependendo das relações com o contexto em que se inserem, podem ser bastante complexos. Esse seria o caso do cenário racial estadunidense. Marcado por inúmeros matizes históricos e sociais, desde a posse do governo Obama, o contexto racial americano vem sofrendo alterações, entre elas, as crescentes investidas realizadas por organizações supremacistas brancas (como o *Tea Party*) – vinculadas a uma perspectiva de ‘ultra-direita’ – e as divisões entre as várias linhas do movimento negro que recolocam a questão racial americana em termos, às vezes, bastante controvertidos.¹⁰⁹ Da mesma forma, a noção de atuação social que o MPL defende, sem o objetivo de conquistar ou fortalecer o Estado, apesar de ter suas demandas vinculadas, de alguma forma, a essa instância, é um exemplo das (várias) complexidades que marcam os sujeitos brasileiros. São casos que demandam, como se pode constatar, cuidado analítico, respeito às perspectivas de cada movimento e o

¹⁰⁹ Com a chegada de Barack Obama ao governo dos Estados Unidos, vários processos simultâneos foram desencadeados no que concerne às dinâmicas raciais no país. De um lado, a exacerbação dos grupos supremacistas brancos, a cuja atuação a mídia *mainstream* tem se reportado como ‘movimento’, equiparando-os aos movimentos negros anti-racistas. Esses segmentos brancos encontram-se entre os responsáveis por atos de discriminação racial (incluindo agressão e assassinatos de pessoas negras), bem como, em associação com uma ala da extrema direita, têm argumentado que programas voltados para a questão racial são, em sua essência, racistas. A administração Obama, por seu turno, tem procurado adotar um tom neutro em relação a essa questão. Do lado do movimento negro, ativistas têm se portado de forma muitas vezes contraditória. A tradicional organização de luta pelos direitos civis, NAACP, tem se pautado, por exemplo, por uma postura de luta contra o racismo das entidades supremacistas brancas (como é exemplo o *Tea Party*), mas também tem se manifestado contra quaisquer tipos de racismo (branco ou negro) ‘na mesma medida’. Da mesma forma, alguns ativistas têm procurado não demonstrar ‘divisões’ entre ‘lideranças negras’ e as ações do governo do presidente Obama. Do outro lado do espectro, ativistas têm denunciado a diminuição de programas sociais destinados aos negros – bem como a permanência da discriminação racial quando se trata de questões associadas a habitação, educação, emprego e, principalmente, do sistema prisional – apontando o fato de que a história do país não mostra a existência de vítimas brancas do racismo.

estabelecimento de relações com o contexto em que cada um se insere, quando a proposta é investigar e compreender tais sujeitos por meio de um arcabouço teórico.

Outros aspectos chamaram a atenção no decorrer da comparação empreendida. Um deles refere-se à oposição considerada entre a ação política baseada na ação direta e a ação política baseada em uma ‘construção racional’, em uma perspectiva mais ortodoxa. Os casos analisados mostraram como a energia emocional desprendida da realização continuada de ações diretas tem potencial criativo intelectual e conduz a aprendizados individuais e coletivos por meio de mecanismos rituais. Por outro lado, a elaboração do MPL, que enxergou, na própria construção teórica de sua perspectiva, constituída a partir da reflexão realizada sobre sua prática, mais uma dimensão da ação direta, teve como consequência a “complexificação” deste conceito. Tal fato encontra respaldo nas concepções de Collins (2001), que identificou, na mobilização de energias emocionais, uma força propulsora de diferentes processos – como a atuação nos movimentos sociais ou a produção teórica em grupos acadêmicos. Essa ampliação do conceito, por sua vez, joga por terra a clássica identificação entre ação direta e espontaneísmo, bem como a sua incondicional oposição à ‘ação racionalizada’, remetendo ao conceito de práxis delineado por Castoriadis (2007). Há ainda, no que tange à importância da ação direta para os movimentos juvenis, um aspecto essencial que aponta a importância desses momentos também como espaço-tempo do lazer, do lúdico e da autonomia dos grupos de jovens na cidade voltada para adultos. A esse tema retornarei em um próximo trabalho.

Outra questão que se mostra, nesta comparação, conectada ao tema anterior diz respeito à construção de uma perspectiva globalizante – ou uma visão crítica da sociedade como um todo, a partir do tema específico que define a pauta de luta dos movimentos. Como se viu, essas visões, consolidadas na proposta de direito à cidade do MPL e na perspectiva da educação como um elemento central na dinâmica de opressão sócio-econômica e racial da sociedade americana, apresentam o claro intuito de romper os limites de uma luta por demandas ou causas pontuais, projetando os movimentos para lutas articuladas nas sociedades em que se encontram. Perceber essas construções sociais como a tentativa de constituir uma perspectiva ampla de mundo, embora claramente influenciadas pelo *background*, condições históricas e sociais, bem como pelas inspirações de cada movimento, redimensiona a noção da ‘especificidade’ e limitação das práticas políticas dos movimentos.

No tocante à noção de autonomia, por sua vez, observou-se, pelo exame da maneira como os movimentos procuram conquistar condições para atingir seus objetivos, que ela, mesmo sem ser explicitamente almejada, pode ter sua concretização efetivada de formas diferenciadas. No contexto estadunidense, um dos caminhos para o alcance de uma autonomia das minorias raciais pode se dar a partir da inserção, em nível constitucional, do direito a uma educação pública de qualidade, o que confronta a autonomia administrativa que vigora entre os estados da federação americana. Já no Brasil, o MPL vislumbra, na municipalização dos transportes coletivos (uma das alternativas pensadas), uma forma de trazer a gestão dos transportes para perto dos usuários, buscando, entre outras coisas, romper a apatia e falta de participação política, assim como visando a um crescente controle e gestão pela sociedade. A autonomia, portanto, converte-se em conceito relacional no qual, como ressalta Castoriadis (2007), sobressaem as inter-relações entre o sujeito, o coletivo e as circunstâncias (locais, nacionais e globais) de opressão e privação. Em outras palavras, há um sentido constituído na noção de autonomia que, sem negar a autonomia individual, acopla-se a ela, concedendo-lhe uma dimensão de emancipação coletiva. Sem a combinação desses sentidos, que em cada contexto pode assumir diferentes formas, a autonomia não se concretizaria plenamente, como afirmado por Castoriadis (op.cit.).

A luta desenvolvida por movimentos sociais também diz respeito ao empreendimento de uma ‘guerra de interpretações’, como assevera Slater (2000). Nesse sentido, ambos os casos estudados travam sua guerra específica. Um busca redefinir a circulação e o acesso à cidade como direitos universais do indivíduo e da coletividade, atenuando e, ao mesmo tempo, chamando a atenção para uma segregação sócio-racial existente nas cidades em geral e, especialmente na capital da república brasileira, em contraposição à perspectiva *mainstream* de que o deslocamento urbano deve ocorrer em função de necessidades decorrentes das relações capitalistas e de que tal ‘segregação’ não se verifica. O outro busca constituir a educação pública de qualidade como direito coletivo inalienável em um país onde as noções de ‘merecimento’ ou ‘oportunidade’ chancelam o êxito ou insucesso individual que são vistos, por sua vez, como recompensas ou punições às escolhas feitas.

Merecem destaque alguns aspectos observados no que toca à relação dos movimentos sociais com as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Muito se tem falado sobre seu impacto na organização dos movimentos sociais. Uma das questões ressaltadas refere-se à grande circulação de informação que tais tecnologias

propiciam, quebrando o controle e monopólio dos veículos corporativos especializados. Aliado a isso, autores como Tarrow (2002) ou Bennet (no prelo) têm acentuado a estreita associação entre as formas de organização/estruturação da rede e aquelas verificadas entre os movimentos sociais da atualidade. Há, entretanto, outro aspecto que deve ser ressaltado no âmbito da ação política que diz respeito à quebra do monopólio pelas TICs, também no que concerne à formação dos indivíduos. Tais tecnologias possibilitam a ruptura com ambientes formais voltados para a formação intelectual e política, seja no âmbito acadêmico seja naquele vinculado às agremiações sindicais ou partidárias. A propagação de diversificadas histórias, conceitos e perspectivas anarquistas, bem como de caráter autonomista ou zapatista, entre muitas outras às quais se tem acesso por meio da internet, constitui um exemplo de como as TICs viabilizam tal ruptura. Abrem-se, assim, para o jovem ativista contemporâneo, outras formas de pensar a atuação política, marcadas por traços descentralizados e horizontais que propiciam a formação de uma cultura autônoma, divergente daquela apresentada pela sociedade *mainstream*.

Outro aspecto refere-se a uma característica que parece predominar entre ativistas que cresceram em meio às TICs (ou os ‘nativos digitais’, como argutamente os denominou Winocur, 2010) e diz respeito a uma tendência ‘multitarefa’ ou ‘hiper-ativa’. Constatou-se, principalmente entre os ativistas autônomos brasileiros, mas, também, em parte, entre os norte-americanos¹¹⁰, que a fluidez e o multiativismo são traços marcantes de suas práticas políticas. A combinação dessas características pode sugerir que o nativo digital/‘hiper-ativista’/multitarefa se acopla perfeitamente à fluidez e multiativismo contemporâneos como formas de funcionamento compatíveis e complementares entre si.

Do estudo realizado também emerge o papel que a internet desempenha como mecanismo que possibilita a geração e o fortalecimento dos laços de companheirismo/militância, contribuindo para que ativistas se reconheçam como membros de uma mesma comunidade ou genealogia de movimentos e articulando, dessa forma, o espaço cibernético à dimensão presencial e vice-versa. Nesse sentido, também caberia inquirir em que medida os movimentos sociais, mesmo aqueles essencialmente baseados na ação por internet (como seria o caso do Avaaz.org), têm

¹¹⁰ Como observei no capítulo VI, essas características ficaram embaçadas pela estrutura mista do programa-movimento, embora tenha sido possível verificar a atuação em várias frentes (culturais e/ou políticas) dos ativistas do BAP com os quais tive contato.

suas ações pautadas pelo meio internauta ou apresentam alguma mescla entre ação virtual e ação presencial de forma a dar efetividade às suas ações.

Indo adiante, a internet é utilizada de distintas formas pelos movimentos sociais que se constituíram em sujeitos desta pesquisa. Isso se dá tanto no que se atém à ênfase com que meios específicos são utilizados por grupo/movimento (listas de *e-mails* ou sítios de relacionamento etc.), como a forma com que os movimentos se articulam por meio deles. No caso brasileiro, as conexões e sentimentos de pertença se dão em relação a grupos/movimentos anticapitalistas espalhados pelo mundo, tanto do passado quanto do presente. No movimento estadunidense, esses sentimentos se constituem em relação a diversos movimentos americanos do presente (seja voltados para questões raciais ou para a luta pela educação de qualidade), mas, especialmente, àqueles vinculados à história de luta antirracista no país. Tal constatação levou a pensar em como, a despeito das inesgotáveis possibilidades de informações, conexões e articulações virtuais, igualmente oferecidas aos ativistas de ambos os movimentos, a rede desempenha distintos papéis para cada um desses movimentos, em especial, no que diz respeito à formação das comunidades virtuais, ou do que Ribeiro (2000) denomina os ‘cibercompanheiros’. Como visto no decorrer desta tese, essa utilização seria afetada pelos focos de interesse que cada grupo possui, bem como pelo *background* de inspirações/‘filiações’ políticas a que se vinculam tais movimentos. Tudo isso contraria o entendimento comum de que a penetração de recursos tecnológicos se dá de forma indiferente e uniforme em distintos meios sócio-culturais, desencadeando efeitos similares na relação entre grupos/indivíduos por um simples processo de expansão de tecnologias mais ‘amigáveis’. Por outro lado, como já observado, confirma a constatação de Mc. Adam et al. (1996b) quanto ao fato de que a capacidade ampliada de comunicação transnacional promovida pela internet não conduz automaticamente a movimentos internacionais. Vale ainda acrescentar que, a partir das observações e reflexões realizadas, foi possível sugerir que as imbricações verificadas entre comunidades virtuais (como proposta por Ribeiro, 2000) e comunidades imaginadas (cf. Anderson, 1991) acrescentam mais uma dimensão de complexidade na definição/diferenciação entre os dois conceitos, pois o sentido de pertencimento que provém das relações virtuais mescla-se, de diferentes formas, aos sentidos de pertencimento à comunidade imaginada, gerando identidades comunitárias híbridas.

Voltando ao *modus operandi* dos movimentos sociais autônomos, é importante ressaltar, com base nos dados apresentados, que mecanismos da ação coletiva relativos à

democracia direta ou radical (como a decisão por consenso e a não liderança) são construídos e aprendidos coletivamente, ao tempo em que são aperfeiçoados com a prática e discussão permanente sobre seus processos e dificuldades. Constituem, assim, uma alternativa socialmente elaborada, em oposição aos procedimentos da ‘democracia representativa’ e da decisão por votação. Poder-se-ia, dessa forma, fazer um paralelo com o desenvolvimento das técnicas de participação na democracia representativa (a decisão por votação ou representação e organizações hierarquizadas) e seu consequente aprendizado, ao longo do tempo, por vastas camadas populacionais, em um processo concomitante de urbanização, constituição das sociedades de massas contemporâneas e do desenvolvimento capitalista.

Sintonizados com uma perspectiva anarquista, os mecanismos da democracia direta ou radical estão longe de negar o poder presente nas relações entre indivíduos e grupos. Ao contrário, teriam como principal finalidade fomentar a sua diluição no âmbito das relações/instituições sociais. A atual proliferação desses mecanismos junto a inúmeros grupos de ativismo político espalhados pelo mundo pode ser mais bem compreendida se se considerar que a concentração de poderes econômicos, políticos e estatais é um dos grandes problemas da sociedade contemporânea e uma das questões essenciais quando se trata da construção de perspectivas sociais mais justas e realmente democráticas.

Foi possível observar, igualmente, que existem estruturas organizacionais mais ajustadas ao desenvolvimento dos mecanismos voltados para uma democracia direta/radical, como é o caso daquela vigente no MPL, enquanto outras – no caso, o BAP e, particularmente, o *Algebra Project* – apresentam obstáculos ou propiciam o conflito com perspectivas e mecanismos centralizadores/hierarquizantes. A vontade explícita do coletivo de constituir organizações/movimentos que funcionem a partir da lógica da democracia radical certamente é um dos elementos que conta na obtenção desse fim. Por outro lado, o movimento americano estudado estaria mais bem enquadrado numa perspectiva de ‘*racionalidade incremental para um processo democrático e participativo de decisão*’, como sugere Polletta (2002).

A internet, por sua vez, contribuiria para o desenvolvimento de uma democracia direta/radical com a divulgação de publicações, notícias, matérias, além de propiciar espaços para a troca de opiniões sobre inúmeros temas correlatos. Acrescente-se a isso, seu próprio *modus operandi*, cuja organização e funcionamento, como já observado,

muitos autores não distinguem das formas organizacionais dos movimentos contemporâneos. Isso também aponta, por um lado, o clássico debate concernente às possibilidades da sociedade de massa e sua relação com meios de comunicação de massa, alienação e democracia, que inúmeros autores conduziram sob enfoques distintos (como Habermas, 1985; Horkheimer, 1985; Kornhauser, 1969). Revela, por outro lado, os debates sobre a sociedade contemporânea e sua relação com os meios informacionais de comunicação e a conseqüente maior ou menor possibilidade da conformação de ‘ágoras informacionais’ (ou mesmo impossibilidade, cf. Rubiano, 2005) e/ou do delineamento de modelos de democracia direta ou radical. Na última perspectiva, noções como ‘multidão’ (cf. Negri, 2005) e ‘comunidade de públicos’ (cf. Wright Mills, 1985) poderiam ser utilizadas de forma complementar para descrever e apontar dinâmicas em andamento. Esse é um tema que se pretende explorar no futuro.

Vale mencionar, ainda, que os movimentos sociais objeto desta análise encontram-se, eles próprios, em movimento, na busca de alternativas que contribuam para a emancipação da (sua) sociedade e a consecução de seus fins, bem como para o enfrentamento de questões específicas e/ou circunstanciais. Nesse percurso, descortinam caminhos, ampliam/alteram perspectivas, mesclam diferentes e novos aspectos aos que já integram seu repertório, constroem pontes e/ou fazem rupturas. O MPL, que poderia ser compreendido, à primeira vista, como um movimento em luta por uma causa pontual, constituiu sua perspectiva por um direito à cidade e pautou sua prática política pela inclusão e luta simultânea contra opressões como o machismo, racismo, especismo e a favor da proteção ao meio ambiente. O *Algebra Project*, partindo de uma perspectiva clássica de movimento identitário americano, incorporou a luta pela educação pública de qualidade – passando, portanto, a envolver aspectos relacionados à classe social – ao mesmo tempo em que ampliou sua noção de opressão racial ao absorver outras minorias raciais que enfrentam a mesma iniquidade no solo americano.

Esses percursos afastam os movimentos sociais em questão de definições acadêmicas rígidas ou fechadas, quais sejam, as que se constituem em movimentos voltados exclusivamente para questões pontuais ou identitárias ou, como quer Touraine, movimentos culturais e não sociais. Em vez disso, percebe-se uma combinação de lutas contra diversificadas opressões – ampliando, assim, a perspectiva e atuação dos movimentos sociais – mesmo que estes se apresentem com um conteúdo aparentemente mais próximo de uma demanda pontual ou identitária. Nesse aspecto, portanto, a

abordagem proposta por Richard Day (2005) encontra ressonância na realidade examinada.

Aqui vale a pena retomarmos a questão central levantada por essa tese, ou a forma como se configura a radicalidade juvenil contemporânea. O movimento de ampliação e abertura verificado tanto nas lutas e perspectivas do MPL quanto do BAP, nos levam a vislumbrar o tipo de radicalidade que estaríamos tratando nessa tese. Refere-se ao mesmo movimento que forja relações fundadas em compromissos ético-políticos baseados na ‘solidariedade irrestrita e responsabilidade infinita’ entre indivíduos e entre ‘comunidades vindouras’, cujo objetivo é uma mudança radical da sociedade, como aponta Day (2005). A abertura do sujeito – característica conectada à pós-modernidade, como lembra Hall (2006) - seria, portanto, uma fator essencial para a configuração dessa perspectiva, uma vez que permite a constante ampliação e combinação de horizontes e de opressões contra as quais se posicionam as lutas sociais contemporâneas.

Indo além, é importante destacar o papel da utilização das ações diretas nesse quadro. As ações diretas, como vimos, são alvo de inúmeras controvérsias, incluindo a partir de que ponto se pode considerar uma ação como direta ou se ela admite algum tipo de recurso a intermediários para a consecução dos fins pretendidos. Seja como for, foi possível observar que a prática de ações que confrontam e/ou desafiam ostensivamente a ordem estabelecida, promove uma dinâmica de radicalização dos movimentos sociais, alimentada pela energia emocional que geram. O aprendizado acionado pelos mecanismos rituais que se desenrolam com a prática das ações diretas contribuiria para o desenvolvimento de uma perspectiva de crescente radicalidade, em um ciclo de retro-alimentação. Tanto o MPL quanto o BAP viram suas dinâmicas de ação se alterarem em um sentido de radicalização à medida em que aprofundaram a prática dessas ações.

Finalmente, ressalta-se a importância do registro etnográfico das experiências dos movimentos sociais, com o cuidado e o respeito aos seus pontos de vistas. Por meio desta pesquisa, observou-se que a perspectiva constituída por movimentos sociais em suas trajetórias de luta formam núcleos de construções sociais criativas, projetando novas luzes nas experiências da sociedade em que se inserem, ou, tomando o que afirma Katsiaficas (2006):

as estruturas profundas dos movimentos sociais reveladas na análise empírica de seus padrões de participação e aspirações definem, muitas vezes, formas emergentes de relações sociais e novos

valores que futuras gerações podem vir a herdar e implementar, em um sentido de crescente emancipação social (2006:238).

A importância do registro dessas experiências pode, portanto, traduzir-se na preservação de conhecimentos e perspectivas que trazem, em si mesmos, elementos criativos e inovadores ao estoque de práticas e conhecimentos acumulados pela sociedade. Com esta tese, espero também ter aproveitado a oportunidade para trazer à tona, de forma coerente, idéias e práticas sociais que ficam, no mais das vezes, submersas na memória e nos guetos ativistas, ignoradas ou deturpadas pela sociedade e pela mídia *mainstream*.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, S. *Obama: mais do mesmo ou novo paradigma da política do EUA?* In: <http://www.ecopolitica.com.br/2009/09/09/obama-mais-do-mesmo-ou-novo-paradigma-na-politica-do-eua/>.
- ALVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1998].
- AGAMBEN, G. *The coming community*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1993.
- ANDERSON, B. *Imagined communities: reflexions on the origins and spread of nationalism*. Ed. Revista, Londres: Verso, 1993.
- APPADURAI, A. *Grassroots globalization and the research imagination*. In: APPADURAI, A. (org). *Globalization*. Durham: Duke University Press, 2003.
- ARCHER, M. *Sociology for one world: unity and diversity*. International Sociology (Journal of the International Sociological Association) 6(2): 131, 1991.
- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.
- AVRICH, P. *Anarchist portraits*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- BAKUNIN, M. *Escritos contra Marx*. São Paulo, SP: Ed. Imaginário, 2001.
- BARBOSA, A. *O Movimento estudantil brasileiro: do início da década de 1990 a 2001*. In: GROppo, L.A., ZAIDAN FILHO, M. e MACHADO, O.L. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2008.
- BARNES, J. A. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) - *Antropologia das sociedades contemporâneas: Método*. São Paulo: Global, 1987.
- BARTH, F. *Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos*. In: Lask, T. (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.
- BATTISTI, C. *Minha fuga sem fim: dos anos de chubo na Itália, de leis ao revés na França, ao inferno no cárcere no Brasil*. São Paulo: Martins Editora, 2007

- BAUMAN, Z. *O Mal-estar da pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____, *Globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995a.
- BENNETT, W. L. *Communicating global activism: some strengths and Vulnerabilities of networked Politics*. In: WIN VAN DE DONK B.D.L., NIXON, P. e RUCHT D. *Cyberprotest: new media, citizens and social movements*. London: Routledge, (no Prelo)
- BIMBER, C. *The internet and political mobilization: research note on the 1996 election season*. *Social Science Computer Review*, 16: 392-401
- BOBO, L. e DAWSON, M. *The Work Race Does: Back to the Future*. *Du Bois Review* 5: 1-4, 2008.
- BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra*. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BOOKCHIN, M. *Grupos de afinidades*. In: WOODCOCK, G. (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1998.
- BRANCH, T. *Parting the waters: America in the King years*. New York : Simon and Schuster, 1989
- BRICIANER, S. *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Buenos Aires: Schapire, 1975
- BULL, M. *You can't build a new society with a Stanley knife*. In: *London Review of Books*, vol.23, n.19, oct. 2001. Londres: LRB. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/v23/n19/bull01_.html>, acessado em maio de 2005.
- CAPPELLETTI, A. *A ideologia anarquista*. Móstoles: Ediciones Madre Tierra, 1991.
- CARRIL, L. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Anablume, FAPESP, 2006.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELO, L. F. M. *Fissuras Urbanas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura* Vol.1, São Paulo: Paz e Terra, 2005[1996].
- _____. *O Poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 2, São Paulo: Paz e Terra, 2005[1999].

- _____. *Neoanarquismo*. In: La Vanguardia, por Ediciones Simbióticas, 05/034/2008. <http://www.edicionessimbioticas.info/spip.php?article969>
- CERQUEIRA, L. E. (org.). *Memórias do Distrito Federal: a luta pela autonomia política*. São Paulo: Museu da Pessoa, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.
- CHOMSKY, N. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo, SP: Editora Imaginário/ Sedição Editorial, 2004.
- _____ e HAROD, J. *Os anarco-sindicalistas e o estado: proteger-se das feras ou do domador?* Revista Libertários nº2, pp. 26-27. São Paulo, SP: Editora Imaginário, 2002.
- COHN, N. *Em tempos do milênio*, Barcelona, 1972.
- COLLINS, R. *The sociology of philosophies*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.
- _____. *Social movements and the focus of emotional attention*. IN: GOODWIN, J., JASPER J. e POLLETTA, Fr. *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago, Illinois : The University of Chicago Press, 2001.
- CONNERLY, W. (2008). — Obama is no post-racial' candidate, *The Wall Street Journal*, June, 13th, A15.
- CUNNINGHAM, H. *The ethnography of transnational social activism: understanding the global as local practice*. Disponível em: [Http://mail.google.com/mail/?attid=0.1&disp=vah&view=att&th=111b4477ea81d69c](http://mail.google.com/mail/?attid=0.1&disp=vah&view=att&th=111b4477ea81d69c), 1998.
- DAGNINO, E. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2ª Ed, 2004[1994].
- Da Matta, R. *A propósito de microcenos e macrodramas: notas sobre el problema del espacio e del poder en Brasil*. In: Nueva Sociedad, 104, 1981.
- DAY, R. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. London: Pluto Press. e Toronto: Between The Lines, 2005.
- DERRIDA, J. *Writing and difference*. London.: Routledge, 1981.
- DIAS, E. da C. *Arqueologia dos movimentos sociais*. In: GOHN, M. G. *Movimentos sociais no início do século XXI – antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- DI FELICE, M. e MONOZ, C. (org.) *A revolução Invencível: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – cartas e comunicados*. São Paulo: Jinkings Editores, 1998

- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro. Relume-DUmará/ANPOCS, 1995.
- DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- DURKHEIM, E. *The elementary forms of religious life*. New Yourk, NY: The Free Press, 1995[1912].
- EDELMAN, M. *Social movements: changing paradigms and forms of politics*. Annu. Rev. Anthropol. 2001, 30:285-317.
- EPSTEIN, B. Interview with Barbara Epstein, In: YUEN, E.; BURTON-ROSE, D. e KATSIAFICAS, G. (orgs). *Confronting capitalism: dispatches from a global movement*. New York: Soft Skull Press, 2004.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ESPING-ANDERSEN, G., *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press. 2002
- ETZIONI, A. e ETZIONI, O. *Face to face and computer-mediated community: a comparative analysis*. The Information Society 15:241-248, 1999.
- EU é um Outro. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 21/02/2010, Caderno Mais, p.5.
- EVERS, T. *De costas para o estado, longe do parlamento*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, SP: CEBRAP, vol. 2, nº 4, 1983.
- FANTASIA, R. *Despotismo no trabalho e dessindicalização*. In: LINS, D. e WACQUANT, L. (orgs). *Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder*. São Paulo, SP: Papirus Editora, 2003.
- FEENBERG, A. *Post-industrial discourses*. Theory and Society 19 (6): 709-737, 1990.
- FEIXA, C. *Antropologia de las edades*. In: PRAT E MARTINEZ (Orgs). *Ensayos de antropologia cultural, homenaje a Claudio Estea-Fabregat*. Barcelona, Ariel, 1996.
- _____. *Introducion & Los estudios sobre culturas juveniles en España (1960-2003)*. Revista de estudios sobre Juventud nº 64, Madrid, Instituto de la juventud, mar.2004.
- _____. *De juvenes, bandas e tribus*. Antropologia de la juventud. Barcelona, Ariel, 2006.
- FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Global Editora, 1987.
- FREEMAN, J. *A tirania das organizações sem estrutura*. 1970. <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.html> , em 25/07/2008.

- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- GAMSON, W.; FIREMAN, B. e RYTINA, S. *Encounters with unjust authority homewood*. Illinois: Dorsey Press, 1982.
- GAMSON, W. *Connecting culture and cognition*. Cadernos de Sociologia (Columbia), 2006.
- GARCIA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, SP: EDUSP, 4ª Ed. 2006[1997].
- GARCIA,V. *O protoanarquismo*. “Ruta”, novembro de 1971.
- GENNARI, E. Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história Rio de Janeiro: achiamé, 2002
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, SP: Editora UNESP,1991.
- GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 5ª Ed. 2006[1996].
- _____. (org.) *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2ª Ed. 2004 [2003].
- _____, Mao enquadrado. *Folha de S. Paulo*, de 04/05/2008, Caderno Mais!, p. 8.
- GOLDMAN, E. *Red Emma speaks: an Emma Goldman reader*. Compiled and edited Alix Kates Shulman, New York: Humanity Books, 3º edition, 1998.
- GRAEBER, D. *The new anarchists*. New Left Review 13/Jan-Fev/2002. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/?getpdf=NLR24704&pdflang=en>.
- _____. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2ª Edição, 2006 [2004].
- _____ e GRUBACIC, Andrej. *Anarchism or the revolutionary movement of the twenty-first century*. Disponível em: <http://www.zcommunications.org/anarchism-or-the-revolutionary-movement-of-the-twenty-first-century-by-david-graeber>, 06/01/2004.
- _____. *Direct action: an ethnography*. No prelo.

- GROPPO, L. A. *As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens caras pintadas*. In: GROPPPO, L.A., ZAIDAN FILHO, M. e MACHADO, O.L. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2008.
- HABERMAS, J. *New social movements*, Telos 49, 1981.
- HANNERZ, U. *Cosmopolitas e locais na cultura*. In: FEATHERSTONE, M. *Cultura global*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, 3ª edição.
- HARVEY, D. *A condição pós-Moderna*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 14ª Ed. 2005[1989].
- _____. *The right to the city*. New Left Review, October 2008.
- HEATH, J.; POTTER, A. *Rebel sell: how the counterculture became consumer culture*. Chichester: Capstone, 2005.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HIRST, P.; THOMPSON G. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo, SP: Editora Viramundo/ Boitempo, 2003.
- INGLEHARDT, R. *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madri; CIS- Siglo XXI, 1991.
- JOHNSON, T. e KAYE, B. *Democracy's rebirth or demise? The influence of the internet on political attitudes*. In: SCHULTZ, D. (ed.) *It's show time! Media, politics and popular culture*, N. York: Peter Lang, 2000.
- JOHNSTON, H.; LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. *New social movements: from ideology to identity*. Philadelphia: Temple Un. Press, 1994.
- JONES, C. e JEFFRIES, J. *Don't believe the hype*. In: JONES, C. (ed.) *The black panther party [reconsidered]*. Baltimore: Black Classic Press, 1998.
- JURIS, J. *Youth and world social forum*. In: SSRC web Forum on Youth Activism. Disponível em: [http:// ya.ssrc.org/transnational/juris/printable.html](http://ya.ssrc.org/transnational/juris/printable.html), 2006
- KATSIAFICAS, G. *The subversion of politics: european autonomous social movement and the decolonization of every day life*. Oakland, CA: AK Press, 2006[1996].
- _____. *The imagination of the new left: a global analisis of 1968*. Boston, mA: South End Press, Second print, 1987.
- KANT DE LIMA, R. *Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro no espaço público*. In: GOMES, L.; BARBOSA, L. e DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2ª edição, 2001.

- KEANE, J. *Unfamiliar words: global civil society?* Cambridge N. York: Cambridge University Press, 2003.
- KERSTENETZKY, C. *Políticas públicas: focalização ou universalização?*. Revista de Economia, vol. 26, nº 4, pp. 564-574, Rio de Janeiro, RJ: Ed. Universidade Federal Fluminense, 2006.
- KIRKPATRICK, D. *The facebook efect.- the inside story of the company that's conecting the world.* Ed. Simon & Schuster, 2010.
- KLEIN, N. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KLING, J. *Narratives and possibility: social movements, collective stories and the dilemmas of practice.* New Social Movement Network, 2000. Disponível em: <<http://www.interweb-tech.com/nmnet/docs/kling.html>>
- LACLAU, E. *Política e ideologia na teoria marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Negotiating the paradoxes of contemporary politics: an Interview.* *Angelaki* 1:3, 43-50, 1994.
- _____. *New reflexions on the revolution of our time.* London; Verso, 1990.
- LACLAU, E. e Mouffe, C. *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics.* London /N. York: Verso Books, 1985.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.
- LIBERATO, L.V. *Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista.* Tese (Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis, SC: UFSC, 2006.
- LUDD, Ned (org.). *A Urgência das ruas: black block, reclaim the streets e os dias de ação global.* Coleção Baderna, São Paulo: Conrad Livros, 2002.
- MALATESTA, E. *Escritos revolucionários.* Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/malatesta.pdf>, 1910. (em 04/06/2010).
- MARGULIS, M. e Urresti, M. *La juventud es mas que una palabra.* In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es mas que una palabra.* Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MAYER, M. *Social movement research in the United States. An european perspective.* *International Journal of Politics, Culture and Society* 4, nº1 (1991) p.474.)
- MATTICK JR, P. *Old left, new left, what's left?* Disponível em: <http://www.geocities.com/cordobakaf/oldnew.html?200915?200930>, 1970, em 02/09/09.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. e ZALD, M. (Eds). Comparative perspectives on social movements. *Chicago: Cambridge University Press, 1996b.*

MCADAM, D. *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970.* Chicago:Un. Chicago Press, 1982.

_____. *Culture and social movement.* In: JOHNSTON, H.; LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. *New social movements: from ideology to identity.* Philadelphia:Temple Un. Press, 1994.

MCCARTHY, J. e ZALD, M. *The trends of social movement in America: professionalization and resource mobilization.* Morristown, NJ: General Learning Press, 1973.

_____. *Resource mobilization and social movement.* IN *American Journal of Sociology*, nº 82, pp. 1212-41, 1977.

MELUCCI, A. *The new social movements: a theoretical approach.* *Social Science Information*, nº 19, 1980.

_____. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society.* Filadélfia: Temple, UN. Press, 1989.

_____. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento.* In: AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democracia.* Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. *Juventude, tempo e movimentos sociais.* In: *Juventude e Contemporaneidade.* Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº5 e 6, 1996.

_____. *A invenção da política.* Petrópolis: Editora Vozes, 2001

MENDES, E. R. *Por uma vida sem catracas: um estudo sobre o Movimento Passe Livre.* Brasília, DF: Monografia (graduação em Antropologia) - Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MICHELS, R. *Para uma sociologia dos partidos políticos.* Lisboa: Antígona, 2001.

MOISÉS, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática.* São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOSES, R. *An earned insurgency.* *Harvard Educational Review*, Vol. 79, Number 2/ Summer 2009, pgs 379-381, ISSN 0017-8055 (Print) 1943-5045 (Online), em 30/06/2009. Disponível em:

<http://her.hepg.org/content/937m754251521231/?p=d861fc90968f4c529384e4b25e5a6195&pi=14>

http://www.algebra.org/articles/09RPM-AP_FallAppeal-ltr3.pdf, 2009.

MOUFFE, C. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva Tradução de Ana Cecília Simões, 1993.

MUNCK, R. *Global social movements or Sorel in Seattle*. Disponível em: <http://www.theglobalsítios.ac.uk/press/401munck.html>, em 16/06/2010.

NORRIS, P. *Democratic phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NUNES LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa –Omega Ltda, 1975.

NORTE, S. A. Q. *Bakunin: sangue, suor e barricadas*. Campinas: Papirus, 1988.

OFFE, C. *New social movements: challenging the boundaries of institutional politics*. In: Social Research, nº 52, 1985.

_____, *Capitalismo desorganizado*, São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1989.

_____, *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madri: Sistemas, 1988.

OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: University Press, 1965.

ORTELADO, Pablo. *Aproximações ao movimento anti-globalização*. Caderno de Provocações de Pensamentos Heterodoxos, publicação da Convergência de Grupos Autônomos do DF, mimeo, 2008.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1994.

PEIRANO, M. *Rituais ontem e hoje*. Coleção Passo a Passo, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PICKERILL, J. *Radical politics on the net*. Parliamentary Affairs: a journal of representative politics, vol. 59, nº 2:267, 04/2006.

POLLETTA, F. *Freedom is an endless meeting: democracy in american social movements*. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PROUDHON, P.J. *Do princípio federativo*. Tradução e apresentação de Francisco Trindade. São Paulo: Editora Imaginário e Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – Nu-Sol, 2001.

QUIJANO, A. *Notas sobre raza y democracia em los países andinos*. Revista Venezolana de Economía e Ciências Sociales, vol. 9, nº 1, 2003.

- REIS, F. W. e O'DONNELL, G. (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, SP: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.
- RIBEIRO, G. L. *A condição de transnacionalidade*. Cultura e Política no Mundo Contemporâneo. Brasília, DF: Edunb, 2000.
- _____. *Postimperialismo. Diálogo con el multiculturalismo y el poscolonialismo*. Postimperialismo. Cultura y Política en el mundo Contemporâneo. Barcelona: Gedisa editorial, 2003.
- _____. *Política cibercultural. Ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual*. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1998].
- _____. *Other globalizations: alter-native transnational process and agents*. Série Antropologia, nº 389, Brasília: Departamento de Antropologia, 2006.
- ROBERTSON, R. *Mapeamento da condição global: globalização como conceito central*. In: FEATHERSTONE, M. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 3ª ed., 1999[1990]
- RUBIANO, E. *Sobre el 'àgora global' y los 'sujeitos posibles': de la utopia tecnológica al enfoque crítico*. Revista Tábula Rasa, Bogotá: Universidad Colegio mayor de Cundinamarca, nº 3, jan - dez/2005.
- RUDD, M. *My life with SDS and the weathermen underground*. New York: HarperCollins Publisher, 2009.
- RUDY, Cleber. *Nas entranhas da(s) cidade(s)*. História Agora, A Revista da História do Tempo Presente. Publicação Digital:
http://www.historiagora.com/dmdocuments/ha8_artigo_cleberrudy.pdf
- SALES, T. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, 1994 a.
- _____. *Caminhos da cidadania: comentários adicionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, 1994 b.
- SAMIS, A. *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*. In: COLOMBO, E.; COLSON, D.; MINTIZ, F. et al. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo, SP: Observatório de Políticas Sociais e Editora Imaginário, 2004.

SANTANA, M. C. *Limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial, o exemplo de Brasília*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SANTARÉM, P. H. *Transporte público para um público de cor: mobilidade negra em uma cidade de espaços racialmente marcados*. Relatório de conclusão de pesquisa de Iniciação Científica (PIC-UnB), título homônimo, 2008.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1979.

_____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco Editora, 1993.

SCHARF, T. *History of Baltimore city and county from the earliest period to the present day: including biographical sketches of their representative men*. Philadelphia : L. H. Everts, 1881.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 3ª Ed., 2005[1993].

_____. *Movimentos em cena ... e as teorias, por onde andam?*. Trabalho apresentado na XXI Reunião da ANPED, Caxambu, setembro de 1998.

_____. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n1, p.109-130, Jan-Abr. 2006.

SLATER, D. *Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais*. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1998], p. 535.

SHUKAITIS, S.; GRAEBER, D. e BIDDLE, E. *Constituent Imagination: Militant Investigations, Collective Theorization*. Oakland// Edinburg// West Virginia: AK Press, 2007.

SINGH, N. *The blkc panthers and the 'undeveloped country' of the left*. In: JONES, C. (ed.) *The black panther party [reconsidered]*. Baltimore: Black Classic Press, 1998.

SKLAIR, L. *Sociology of the Global System*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

SKOCPOL, T. *What Tocqueville missed: government made all that "volunteerism" possible*. Slate Magazine, 1996. Disponível em: <http://www.slate.com/id/2081>.

_____. *Unsolved mysteries: the Tocqueville files*. The American prospect, 1997. vel em:

Disponível em: <http://www.prospect.org/cs/articles?articleId=4959>

- _____. *The Tocqueville problem*. Social Science History. 21:4. 1997.
- SLATER, D. *Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais*. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1998].
- SMITH, R. M. *Barack Obama in historical perspective*. Disponível em: http://americandemocracy.nd.edu/assets/16518/smith_conf_2009.pdf, 2009.
- _____ and KING, D. S. Barack Obama and the future of american racial politics. *Du Bois Review* 6: 25-35, 2009.
- SOUZA NEVES, M. *Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, vol. 1, 2003.
- STREET, P. (2008). White american lives in vicious racial denial - Obama is making It worse. *Black Agenda Report*,. Disponível em: <http://www.blackagendareport.com>.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, C. And GROSSBERG, L. (eds). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, p.271-313, 1988.
- TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- TARROW, S. *Struggling to reform: social movement and police change during cycles of protest*. In: *Western society paper*, n.15. Ithaca, NY: Cornell University, 1982.
- _____. *Power in movement*. Cambridge: UN. Press, 1994.
- _____. *The new transnational contention: organizations, coalitions, mechanisms*. Chicago, A.A. Meeting . 31 August'1 Sept. 2002. Social Movements and Transnational Social Movements.
- TEJERINA, B; MARTINEZ de CASTRO, I; CAVIA, B.; SEGUPELL, G. ANDRÉS E IZAOLA, A. *O movimento por justiça global na Espanha: ativistas, identidade e cartografia política da alterglobalização*. In: Dossiê: Movimentos Sociais (*Revista Sociedade e Estado*) Departamento de Sociologia – UnB, Volume 21 – Número 1, 2006.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo, SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1998.

- THOREAU, H. D. *A desobediência civil e outros escritos*. SP: Editora Martin Claret, 2003[1849]
- TOURAINÉ, Alain. *A sociedade post- industrial*. Lisboa: Moraes Editora, 1970.
- _____, The study of social movement. In: *Social Research*, vol. 52, nº 4, 1985.
- _____, *Podemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- _____, *O pós-socialismo*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2004.
- _____, *Na fronteira dos movimentos sociais*. In: Dossiê: Movimentos Sociais (*Revista Sociedade e Estado*) Departamento de Sociologia – UnB, Volume 21 – Número 1, 2006.
- _____. *Pensar outramente*. RJ: Editora Vozes, 2007.
- TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- VAN AELST, P e WALGRAVE, S. *New media, new movements? The role of the internet in shaping the anti-globalization movement*. In VAN DE DONK, L.; NIHON, P. e RUCHT, D. *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. London e N. York: Routledge, 2004.
- VIANA, N. *Democracia e Autogestão*. Achegas.net, v. a, p. 4a, 2008.
- VINÍCIUS, Leo. *A guerra da tarifa*. São Paulo, SP: Faísca Publicações Libertárias, 2005.
- WALTER, N. *Do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- WE ARE EVERYWHERE: the irresistible rise of global anticapitalism, edited by Notes from Nowhere, New York: Verso ed., 2003.
- WILLIAMS, J. *Eyes on the prize: America's civil rights years, 1954-1965*. New York: Penguin Books, 1987
- WINOCUR, R. *Robison Crusoé ya tiene celular*. México: Siglo Veintiuno, 2010.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WOODCOCK, G. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V.2: O movimento. Porto Alegre, RS: L&PM, 2002.
- _____. *Alvorecer do anarquismo*, México, s/d. (mimeo)
- X, Malcom. *Autobiografia de Malcom X*. (com a colaboração de Alex Haley), Rio de Janeiro: Record, 2ª edição, 1992.

YUEN, E.; BURTON-ROSE, D. e KATSIAFICAS, G. (orgs). *Confronting capitalism: dispatches from a global movement*. New York: Soft Skull Press, 2004.

ZIBECHI, R. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Lavaca editora, 2007.

ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007 [1994], 3ª reimpressão.

Sites na internet:

<http://www.ijele.com/vol2.1/morton.html>;

<http://www.ibiblio.org/sncc/>

<http://www.algebra.org/newsletters/2009fall.pdf>

<http://www.vidasemcatracas.blogspot.com/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Anarquia/Mutir%C3%A3o_Anarquista_Wikipediano

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Anarquia>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Black_block

http://en.wikipedia.org/wiki/Baltimore_riots

<http://en.wikipedia.org/wiki/Baltimore>

http://en.wikipedia.org/wiki/Algebra_Project

<http://www.brasildefato.com.br:8080/v01/agencia/entrevistas/lucio-gregori-o-direito-ao-transporte-publico-e-gratuito>

<http://www.ocupacaounb.blogspot.com/>

<http://www.ijele.com/vol2.1/morton.html>

<http://www.ibiblio.org/sncc/>

<http://www.geocities.com/cordobakaf/oldnew.htm>

<http://www.pcusa.org/publiceducation/roots.htm>

www.mesm.org/crime/crime.ppt

<http://baltimore.areaconnect.com/statistics.htm>

<http://www.algebra.org/whoweare.php>

<http://www.myspace.com/batimorealgebraproject>

<http://www.theglobalsítio.ac.uk/press/401munck.htm>

<http://video.google.com/videoplay?docid=240945485861016019&hl=en#>

<http://www.culturabrasil.pro.br/zip/malatesta.pdf>

<http://www.blackagendareport.com>.

<http://help.riseup.net/about-us/projects/>

[http://en.wikipedia.org/wiki/Students_for_a_Democratic_Society_\(1960_organization\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Students_for_a_Democratic_Society_(1960_organization))

<http://www.mindfully.org/Reform/2003/Weather-Underground-21jul03.htm>

Artigos de Jornais:

O DEVORADOR da Web. Folha de São Paulo, 21/02/2010, Caderno Mais!, p.5
A INVASÃO na USP revela um desejo paradoxal por ordem. Folha de São Paulo, 24/06/2007, brasil, A16
MAO enquadrado. Folha de São Paulo, 04/03/2008, Caderno Mais!, p.12.

Panfletos/Publicações do MPL:

Carta Aberta à Sociedade: nossa dignidade nos leva à rebeldia – Panfleto de autoria coletiva: Coletivo de Solidariedade Zapatista – DF; Centro de Mídia Independente (Brasília), Coletivo de Resistência AnarcoPunk, Grupo de Teatro Rosa Negra, Movimento Passe Livre – DF

Dia 9 de junho: Manifestação– Passe Livre

Jornal Autonomia DF -2004/2005

Jornal Passe, Livre, Sem Limites - nº 1 , julho/2009.

Caderno de Provocações de Pensamentos Heterodoxos – publicação da Convergência de Grupos Autônomos do DF, mimeo, 2008.